

C1

NARCISA BEATRIZ WHITAKER VERRI

OS SEM-TETO DO CENTRO DE SÃO PAULO: UM BALANÇO DOS ANOS 2001-2004

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro ANTUNES.

Co-tutora com a Escola Doutoral Prática e Teoria do Sentido da Universidade Paris 8 sob a orientação do Prof. Dr. Yves SINTOMER

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 30/06/2008

BANCA CO-TUTORA:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador pela Unicamp)

Prof. Dr. Yves Sintomer (Orientador pela Universidade Paris 8)

Prof. Dr. Michael Löwy (Centre National de la Recherche Scientifique)

Prof^ª Dr^ª Maria Tereza Duarte Paes Luchiari (IG/Unicamp)

Prof^ª Dr^ª Arlete Moysés Rodrigues (DS/IFCH/Unicamp)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (DS/IFCH/Unicamp)

SUPLENTES:

Prof. Dr. João Machado Borges Neto (PUC/SP)

Prof^ª Dr^ª Maria Lygia Quartim de Moraes (DS/IFCH/Unicamp)

NARCISA BEATRIZ WHITAKER VERRI

**OS SEM-TETO DO CENTRO DE SÃO PAULO:
UM BALANÇO DOS ANOS 2001-2004**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro ANTUNES.

Co-tutora com a Escola Doutoral Prática e Teoria do Sentido da Universidade Paris 8 sob a orientação do Prof. Dr. Yves SINTOMER.

Este exemplar corresponde
à redação final da Tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 30/06/2008

BANCA CO-TUTORA

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro ANTUNES (Orientador pela Unicamp)

Prof. Dr. Yves SINTOMER (Orientador pela Universidade Paris 8)

Prof. Dr. Michael LÖWY (Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS)

Profa. Dra. Arlete Moysés RODRIGUES (UNICAMP)

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes LUCHIARI (UNICAMP)

Prof. Dr. Fernando Antonio LOURENÇO (UNICAMP)

SUPLENTE:

Prof. Dr. João Machado BORGES Neto (PUC)

Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de MORAES (UNICAMP)

**JUNHO
2008**

Ficha Catalográfica

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

W58e **Whitaker Verri, Narcisa Beatriz**
Os sem-teto do centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004 / Narcisa Beatriz Whitaker Verri. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientadores: Ricardo Antunes , Yves Sintomer.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Paris 8.**

**1. Habitação-Aspectos sociais. 2. Participação política.
3. Participação social . 4. Feminismo. 5. Racismo. 6. Igreja e
problemas sociais. I. Antunes, Ricardo. II. Sintomer, Yves.
III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas IV. Universidade Paris 8. V.Título.**

Título em inglês: The downtown homeless of São Paulo: balance sheet of 2001-2004.

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Housing – Social aspects
Political participation
Social participation
Feminism
Racism
Church and social problems**

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

**Banca examinadora: Ricardo Antunes, Yves Sintomer, , Michael Löwy, Arlete
Moisés Rodrigues, Maria Tereza Duarte Paes Luchiari,
Fernando Lourenço.**

Data da defesa: 30-06-2008

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

UNIVERSITE PARIS VIII – VINCENNES – SAINT DENIS

**ECOLE DOCTORALE
PRATIQUES ET THEORIES DU SENS**

**Doctorat
Science Politique**

Narcisa Beatrice VERRI WHITAKER

**LES SANS-TOIT DU CENTRE-VILLE A SÃO PAULO :
un bilan des années 2001-2004**

Thèse dirigée par:
Yves SINTOMER/Ricardo Luiz Coltro ANTUNES

Soutenue le 30 juin 2008

Jury:

Monsieur Ricardo Luiz Coltro ANTUNES (UNICAMP)
Monsieur Yves SINTOMER (Universidade Paris 8)
Monsieur Michael LÖWY (Centre National de la Recherche Scientifique)
Madame Arlete MOYSES (UNICAMP)
Madame Tereza LUCHIARI (UNICAMP)
Monsieur Fernando LOURENÇO (UNICAMP)

À Túlio que gostaria que estivesse por aqui com a Flavia,
nossa filha, sempre contribuindo com as suas reflexões e opiniões
judiciosas.

À minha mãe Rachel, que sobre o comportamento escreve:

*É caso de psiquiatria
Aqueles chamados paisanos
Que violam sem cerimônia
Nossos direitos humanos.*

AGRADECIMENTOS

Afonso, Cida, Gegê, Iara Sílvia, Jaira, Manuel, Miguel, Negrão, Nete, Nidia, Verônica, e outros militantes e participantes dos movimentos de luta pela moradia de São Paulo, com os quais tive contato em momentos de alegria pelas parcas vitórias, de muita tristeza pelas desgraças e de luto pelas mortes que fomos testemunhas, todos eles marcados por um estigma de otimismo e de firmeza para o futuro.

Michael Mary Nolan, minha advogada, que proporcionou contatos preciosos para o meu trabalho, uma referência pela sua disponibilidade em ajudar os trabalhadores excluídos, perseguidos e lutadores.

Michael Löwy que me incentivou nos momentos de desânimo da elaboração deste estudo, permitindo-me chegar até o final e fornecendo subsídios para as minhas reflexões.

Arlete Moysés que com a sua preciosa entrevista despertou-me boas pistas para o meu trabalho.

Meus agradecimentos ao meu diretor no Brasil, Ricardo Antunes, pela sua obra e pelo encorajamento nos meus momentos de dúvida, e ao meu diretor na França, Yves Sintomer, sempre pertinente em seus conselhos durante o curso deste trabalho.

Minha gratidão à Maria de Lourdes Reis Dinamarco, professora de português, sempre atenta às belezas da língua portuguesa e aos rumos do meu trabalho e à Stella Sette W. Ferreira pela amável contribuição logística, sem a qual não poderia defender este trabalho no Brasil.

A João Ferreira, pelas preciosas pistas a propósito dos problemas urbanos em São Paulo e Olivier Rechauchère, pela disponibilidade em ajudar nos meus problemas técnicos e teóricos entre a França e o Brasil.

Pela capacidade de repartir de Flavio Sofiati, sociólogo, contribuindo com humor para a realização deste trabalho e de Maria Carolina Giliolli Goos, sempre atenta e gentil, com quem passei saborosos momentos.

À Linda Thalman, Penny Duggan e Remy Kachadourian pelas gentilezas nas traduções.

A um rio sempre espera
um mais vasto e ancho mar.
Para a gente que desce
é que nem sempre existe esse mar,
pois eles não encontram
na cidade que imaginavam mar
senão outro deserto
de pântanos perto do mar.
Por entre esta cidade
ainda mais lenta é minha pisada;
retardo enquanto posso
os últimos dias da jornada.
Não há talhas que ver,
muito menos o que tombar:
há apenas esta gente
e minha simpatia calada.

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

Este trabalho trata dos campos de ação dos movimentos sociais, os componentes e o papel dos atores.

São três os compartimentos com os quais se pretende abrir e iniciar um aprendizado sobre um setor do movimento de moradia em São Paulo, durante o governo PT entre 2001-2004, momento intermediário entre a fase de reestruturação da produção capitalista no país, iniciada por um governo neoliberal, e a sua consolidação por um governo que se reivindica de esquerda: o primeiro, no terreno da *institucionalidade*; o segundo, no domínio *politico*; e o terceiro, no campo *categorial*. Os três implicando em questões próprias a outros movimentos, apresentando problemas cujas causas endógenas ou exógenas não são jamais exaustivas, vislumbrando perspectivas ainda não distinguidas, são desenvolvidos na tentativa de encontrar respostas aos fenômenos comuns à metrópoles como São Paulo.

A observação empírica dos movimentos de moradia leva a constatações relativas à dinâmica dos movimentos em relação às políticas públicas, aos partidos, à sua condição de pertencer a um domínio categorial, o de ser composto majoritariamente por mulheres e migrantes, e de existir graças aos teólogos da libertação. Algumas delas, admitidas há algum tempo pelos estudiosos ou teóricos de movimentos sociais, outras negadas ou rejeitadas, mas nenhuma das constatações leva em consideração o caráter de interdependência entre os três compartimentos citados acima.

Uma análise mais aprofundada mostra que os movimentos que lutam por problemas específicos, mesmo conscientes dos problemas do conjunto da sociedade, tendem a permanecer isolados e marginalizados se não conseguem criar a necessária constituição das relações de força sob determinadas condições, das quais uma delas é a independência do aparelho do Estado, que paradoxalmente encontra-se comprometida há alguns anos no Brasil.

Título:

Os Sem-Teto do centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004

Palavras chave:

Habitação, defecção, participação, feminismo, racismo, igreja.

ABSTRACT

This thesis focuses on the fields of action of social movements, their components and the role of the participants.

There are three categories from which a new perspective on a sector of the housing movement in São Paulo during the PT government from 2001 to 2004 will be developed. This was a period between the phase of restructuration of capitalist production in Brazil, introduced by a neo-liberal government and its consolidation by a government that claimed to be left. The first category is in *institutional* terms, the second in *political* terms and the thirdly the *categorial* realm. These three elements – which imply questions specific to other movements, present problems whose internal or external causes are never fully covered, and raise perspectives not yet determined – are developed in an attempt to find answers to the phenomena common to large urban areas such as São Paulo.

The empiric observation of urban housing movements brings us to conclusions relating to the dynamic of movements vis-a-vis governmental and party policies, to their condition, which is to belong to a categorial realm, to be made up mainly of women and migrants and to exist thanks to liberation theologians. Some of these conclusions have been accepted for some time by researchers and social movement theorists, some have been denied or rejected, but none of them have taken into account the interdependence of the three elements noted above.

A more in-depth analysis shows that the movements which fight on specific problems, even if they are aware of wide-ranging social problems, tend to remain isolated, marginalized if they do not manage to create the necessary relationship of forces in the specific conditions, one of which is independence from the state apparatus, which paradoxically finds itself having been compromised for a number of years in Brazil.

TITLE:

The downtown homeless of São Paulo: balance sheet of 2001 - 2004.

KEY WORDS:

Urban housing, defection, participation, feminism, racism, church.

RESUME

Ce travail concerne les champs d'action des mouvements sociaux, les composants et le rôle des acteurs.

Il existe trois compartiments à partir desquels nous avons l'intention d'ouvrir un nouveau front de connaissances sur un secteur du mouvement pour le logement à São Paulo pendant le gouvernement du PT entre 2001 et 2004, moment intermédiaire entre la phase de restructuration de la production capitaliste dans le pays, mise en place par un gouvernement néolibéral, et sa consolidation par un gouvernement se revendiquant de gauche: le premier sur le terrain *institutionnel*, le second dans le domaine *politique*, et le troisième dans le champ *catégoriel*. Ces trois champs impliquant des questions propres à d'autres mouvements présentant des problèmes dont les causes endogènes ou exogènes ne sont jamais exhaustives, entrevoyant des perspectives non encore aperçues, sont développés dans la tentative de trouver des réponses aux phénomènes communs à l'ensemble des métropoles comme São Paulo.

L'observation empirique des mouvements pour le logement amène à des constatations relatives à la dynamique des mouvements vis-à-vis des politiques publiques et des partis, à leur condition, qui est d'appartenir à un domaine catégoriel, d'être composés principalement de femmes et de migrants, et d'exister grâce aux théologiens de la libération. Certaines de ces constatations sont admises depuis quelque temps par les chercheurs et les théoriciens des mouvements sociaux, d'autres sont niées ou rejetées, mais aucune d'entre elles ne prend pas en compte le caractère d'interdépendance entre les trois compartiments cités ci-dessus.

Une analyse plus approfondie montre que les mouvements qui luttent pour des problèmes spécifiques, même s'ils sont conscients des problèmes de l'ensemble de la société, tendent à rester isolés, marginalisés s'ils ne parviennent pas à créer la nécessaire constitution des relations de force dans des conditions déterminées, une d'entre elles étant l'indépendance de l'appareil d'Etat, qui paradoxalement se trouve compromise depuis quelques années au Brésil.

Titre:

Les Sans-Toit du centre de São Paulo: un bilan des années 2001-2004.

MOTS CLES:

Habitation, défection, participation, féminisme, racisme, église.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1.1. Por que os movimentos pela habitação.....	1
1.2. A abordagem do tema.....	8
CAPÍTULO 1: SITUAÇÃO DA MORADIA EM SÃO PAULO.....	11
1.1. Preliminares	11
1.2. Tratamentos diferenciados para moradias precárias.....	16
1.3. Pressões externas sobre as questões sociais e urbanas	19
1.4. São Paulo e os modelos de referência	22
1.4.1. São Paulo, a configuração urbana e seus habitantes.....	28
1.4.2. Lugar prá rico, lugar prá pobre	33
1.4.3. Os mutirões, uma solução controversa	36
CAPÍTULO 2: ALAVANCAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	43
2.1. Referências e precisões.....	43
2.2. A construção das políticas públicas.....	43
2.2.1. “Situação democrática”, alavanca das políticas públicas	49
2.2.2. PT no governo: reformas retrógradas e participação	54
2.3. A prefeitura entre gestão e participação	59
2.3.1. O orçamento participativo	66
2.3.2. Os programas da prefeitura	75
2.3.3. O motor das políticas públicas	85
CAPÍTULO 3: OS MOVIMENTOS PELA MORADIA	91
3.1. Entre protesto, defecção e lealdade em São Paulo	91
3.2. As uniões, as centrais no âmago da participação.....	95
3.2.2. A Frente de Luta pela Moradia.....	101
3.2.3. A Central de Movimentos Populares, a CONAM e as outras	105
3.3. Os protagonistas do movimento pela moradia no centro	112
3.4. À guisa de conclusão	130
CAPÍTULO 4: AS ORGANIZAÇÕES DO CENTRO	137
4.1. Funcionamento dos movimentos nas ocupações	137
4.1.1. Ocupação no centro	142
4.1.2. Os conflitos por ocupação do centro	149
4.2. Os recursos públicos e os efeitos sociais	152
4.3. Relações entre autoridades e movimento	157
CAPÍTULO 5: AS CATEGORIAS E AS LUTAS	163
5.1. O feminismo fora do lugar?.....	163
5.1.1. As mulheres: incontornáveis	165
5.1.2. Orientação e organização.....	170
5.2. O papel dos cristãos e da Igreja Católica.....	179

5.2.1. A influência da Igreja nos movimentos	183
5.2.2. A TDL numa conjuntura complexa	186
5.2.3. Breves conclusões	191
5.3. Os migrantes e os fluxos.....	194
5.3.1. A composição dos migrantes.....	198
5.3.2. Migrante, componente embaraçosa	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
1. Os vetores do processo	209
2. As relações entre as partes.....	215
3. E se a solução não for a urbe?	218
REFERÊNCIAS	221
BIBLIOGRAFIA	233
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	237
QUADROS.....	241
Quadro I. Prefeitos de São Paulo 1899-2004	243
Quadro II. Cronologia dos fatos	245
Quadro III. Crescimento da cidade de São Paulo.....	246
Quadro VI. Decreto do Conselho Municipal.....	247
Quadro VII Distribuição das religiões.....	257
APÊNDICE	259
Lista dos entrevistados	261
ANEXOS	263
Anexo N° 1: Distribuição das regiões em São Paulo	265
Anexo N° 2: Moradores de rua na Sé em 2000	267
Anexo N° 3: Moradores de rua na Mooca em 2000.....	269
Anexo N° 4: Verticalização em São Paulo na Sé.....	271
Anexo N° 5: Verticalização em São Paulo na Mooca.....	273
Anexo N° 6 : Concentração de empregos na Sé.....	275
Anexo N° 7 : Concentração de empregos na Mooca.....	277
Anexo N° 8 : Manifesto dos movimentos em 2003	279
Anexo N° 9 : Manifesto dos movimentos em 2007	281

APRESENTAÇÃO

1.1. Por que os movimentos pela habitação

Este trabalho nasce da necessidade de compreender os movimentos de moradia em São Paulo, diante do enorme déficit em habitação, durante a administração municipal do Partido dos Trabalhadores nos anos 2001-2004. Nessa realidade, inseridos num contexto favorável pela vitória dos seus candidatos nas eleições municipais e ulteriormente nas eleições para a presidência da república, os movimentos atravessam um dos períodos mais democráticos da sua história, mas ao mesmo tempo, assistem a um dos maiores déficits em matéria de habitação. Desta constatação nasce a primeira problemática. Outras particularidades surgem da observação dos movimentos, ligadas à situação política em geral, e uma delas é o seu caráter combativo, sua radicalidade e a justeza das suas demandas, ao mesmo tempo que suas bases perdem a motivação, gerando desinteresse numa parte importante das mesmas.

Albert Hirschmann (1995), examina as condições nas quais o desinteresse das bases prevalece sobre a tomada da palavra [no sentido da reclamação, do protesto], trazendo consequências sobre as ações ou manifestações, e demonstra como as massas se conduzem diversamente em função da atitude ou do comportamento das suas direções, dos responsáveis das associações, da produção, ou outras estruturas. Fenômenos semelhantes acontecem nos movimentos pela moradia, no momento em que as reações, tanto dessas bases, que decepcionadas com as suas organizações terminam abandonando a luta, quanto das direções do partido, que terminam buscando na lealdade a fidelização dos seus militantes, mantendo-os nas suas fileiras. A outra particularidade é a própria composição dos movimentos, formada de maiorias significativas de mulheres; de cristãos teólogos da libertação, cuja orientação permanece ancorada nos momentos mais significativos da luta de classes brasileira (FREI Betto, 2001); e de migrantes oriundos das outras regiões do país, sobretudo do nordeste.

Diante do tema, complexo e volumoso em termos dos elementos que compõem as questões colocadas, como contribuir para a reflexão sobre esses temas nos meios universitários ou militantes de maneira construtiva, dado o caráter eminentemente político da problemática, dada a imbricação entre os elementos, dadas as especificidades das relações entre movimentos, partidos, sindicatos, aparelho do Estado? Tendo em vista os inúmeros elementos que entram em jogo nas análises e nas observações de campo, para facilitar a compreensão o estudo foi organizado por campos de interesse. Os capítulos estão distribuídos com a seguinte configuração: questões de ordem *institucionais*, concernentes às instâncias, dispositivos e programas existentes no aparelho do Estado, contidas nos capítulos 1 e 2; questões de ordem *política*, tratando mais das questões concernentes às relações de força entre as classes e ao desinteresse das massas nas organizações, nos capítulos 3 e 4; e questões *categoriais*, relativas à importância do feminismo entre as mulheres, à presença da igreja e aos comportamentos racistas dirigidos aos migrantes, todos presentes nos movimentos e tratados no capítulo 5. Todos esses campos podem ser considerados e enfrentados como questões políticas com maior ou menor importância nas orientações dos diferentes atores.

A necessidade de habitação para todos é a primeira razão da existência desses movimentos, inserida numa sociedade que carece também e inevitavelmente de outras necessidades básicas; estas, capitalizadas pelas agências internacionais através do Banco Mundial e de diversas fundações, ao levantarem a bandeira da redução da pobreza propõem a lucrativa solução da autoconstrução - utilizando-se para isso das ONGs como anteparo das revoltas populares -; entretanto não obedecem a outra função senão a de favorecer o mercado imobiliário para os especuladores, utilizando-se da pobreza urbana, como demonstra Mike Davis (2006:79-101). A esses mecanismos adicionam-se outros, contribuindo para o agravamento do déficit em habitação, todos eles ligados aos interesses dos potentes grupos que decidem a economia mundial, influenciando de maneira frontal as economias de países como o Brasil (ANTUNES, 2006), com repercussões em todos os domínios da sociedade, inclusive no urbanismo, sobretudo numa cidade como São Paulo, centro nevrálgico do capitalismo brasileiro e centro experimental de imitação de cidades como Paris, considerada modelo do início da sua história, ou ainda como as ditas “cidades

globalizadas” das economias neo-liberais atuais. É precisamente pelo lugar que ocupa essa cidade; pelas imensas potencialidades de superação dos seus problemas sociais, econômicos e outros; pela possibilidade de viabilizar uma outra política com a vitória do PT à municipalidade e à presidência da república, todos estes agindo como detonadores da motivação que me levou a elaborar este estudo.

No **primeiro capítulo** exponho o objeto do trabalho e as organizações pela moradia: o Movimento pela Moradia no Centro (MMC), o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), a Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC) e o Fórum dos Cortiços (FDC); todas elas reivindicando moradia no centro da cidade de São Paulo, todas principais interlocutoras da municipalidade nas negociações para acesso à moradia. Em seguida, procuro explicar as referências históricas na estruturação urbana da cidade, que vão direcionar as orientações institucionais concernentes ao problema da habitação e do lugar ocupado pela cidade e suas elites na mundialização. Um fato é constatado logo no início dessa parte: o país passa por uma rica fase de mudança do regime ditatorial para um outro mais democrático, sem que essa garanta a supressão do déficit em moradia; e onde as soluções propostas pelas autoridades, determinadas a partir da hierarquização da população entre os moradores precários e os moradores de rua, contribuem para a sua perpetuação.

Em seguida, a configuração da cidade é analisada do ponto de vista social, político e urbano, cujos contrastes acarretam a multiplicação de problemas, em particular de falta de habitação. O êxodo urbano de um componente importante das elites em direção às zonas mais distantes do centro, traz como consequência o abandono do precioso patrimônio, oferecendo-o involuntariamente aos movimentos. Estes, por sua vez, aproveitam a ocasião para evoluírem na sua percepção do direito à moradia. Trata-se de um processo crescente: passando da demanda de melhorias nas favelas para a autoconstrução das suas casas próprias em mutirões; para em seguida, já na cidade, demandarem a melhoria dos cortiços e, por último, exigirem a desapropriação dos imóveis vazios do centro da cidade para habitá-los em seguida. E é essa trajetória que os transformam em conceptores de projetos e de programas propostos à prefeitura, conduzindo-os à apropriação do centro da metrópole. Esta, transforma-se em pólo animado de atividades comerciais e de mercado de trabalho informal, cujas artérias são geralmente freqüentadas pelas camadas

populares, gerando a síndrome da insegurança nas classes médias e superiores, progressivamente amedrontadas com a pobreza e com a aparência modesta da população que a compõe. Uma verificação da experiência dos mutirões para o acesso à casa própria durante os anos da primeira gestão municipal do PT se impõe, *a fortiori*, pelas controvérsias que ela suscita nos meios políticos, técnicos e universitários.

Os temas abordados no **segundo capítulo** tratam mais diretamente dos dispositivos institucionais surgidos a partir das propostas, soluções ou ações dos movimentos, que se tornaram objetivamente as alavancas das políticas públicas. Nesse sentido, o processo de democratização que atravessou o país no fim dos anos 1970 aos anos 1990 é fundamental para a compreensão dos acontecimentos posteriores. Greves operárias, nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a estruturação dos movimentos sociais como embriões de um duplo poder, incitam o surgimento de aspirações autogestionárias nos trabalhadores. As experiências vividas pelo movimento operário no período da ditadura, entre os anos 1970-1980, são os eixos de direção do processo de democratização posterior; que em meio a greves gerais, mobilizações maciças e de auto-organização do proletariado urbano e rural, jamais teve como pauta a transformação do sistema vigente. Tal realidade influenciou a igreja da Teologia da Libertação¹ (TDL), que se integrou às lutas operárias ocupando um papel importante junto aos movimentos sociais, tanto na solidariedade efetiva quanto nas aspirações cristãs. São anos que fazem despertar aspirações de *participação*, traduzindo a vontade das massas de intervir na política como atores e não mais como espectadores.

Com o desenrolar da conjuntura que marca essas últimas décadas, a *participação* nas instituições vai ser o *leitmotiv* na esquerda - com a consolidação dos Conselhos locais e nacionais e com a Conferência das Cidades -, que em seguida vai transformar-se em “arma” para acomodar a idéia de situação democrática perene no país,

¹ Teoria sistematizada pelo peruano Gustavo Gutierrez e aprofundada, seguida e divulgada por largos setores da Igreja católica do Brasil, apoiada pela CNBB nos anos 1970-80, intervindo assim nos movimentos sociais através das Comunidades Eclesiásticas de Base – CEB (LÖWY, M. *La guerre des dieux*. Quetigny: Félin, 1998.). A TDL surge através de duas Conferências Gerais: a de 1968 em Medellin e a de 1979 em Puebla. Em 1992, bispos conservadores organizam uma Conferência Geral em Santo Domingos, na qual introduzem um processo de negação dos elementos da TDL. Segundo Boff, “o mais importante na mente dos teólogos da libertação não é a teologia, e sim a Libertação concreta dos oprimidos. Sempre que isso acontece, é sinal de que o Reino de Deus já se aproximou!” (BOFF, 1981 apud MONTE).

estendendo também esse conceito ao engajamento das massas nas lutas e aos representantes dos movimentos designados pelos partidos aos órgãos do aparelho do Estado. Uma dinâmica acompanhada pelo Partido dos Trabalhadores, que numa postura cada vez mais institucionalizada, foi cedendo lugar nos conflitos sociais - especialmente os de moradia - às pressões das elites locais e internacionais.

Nesse capítulo também são tratados os dispositivos disponíveis à participação popular, cujas propostas servem também de alavancas para as políticas públicas, o Orçamento Participativo (OP) é um deles. Este, tem sido posto em prática com uma participação popular crescente, mas pouco importante em relação à população da cidade. A contrário do que se passou em Porto Alegre (GRET e SINTOMER, 2002), o funcionamento do OP em São Paulo é contestado pela maioria das direções dos quatro movimentos, não apenas pela não realização dos projetos aprovados, mas também pelo funcionamento pouco adequado à uma real participação popular e, por último, pelo esforço de mobilização das suas bases para garantir a maioria nas votações das suas propostas. Os diferentes programas habitacionais assumidos pela prefeitura são, em grande maioria, a realização daqueles iniciados pela primeira gestão do PT [1989-1992], enquanto os novos são, na maior parte, frutos das ações de ocupação dos imóveis do centro pelos movimentos; culminando, ao final do mandato, em propostas diversificadas em função das rendas dos trabalhadores, compartimentando-os mais uma vez e contribuindo assim para a desigualdade dos seus direitos e para a fragmentação dos movimentos que os representam.

O **terceiro capítulo** refere-se à construção da correlação de forças entre os trabalhadores engajados nos movimentos e as autoridades. Composta de mais dois capítulos, o trabalho expõe no **capítulo quatro** os fenômenos observados no meio militante e nos movimentos de moradia, através dos mecanismos que se estabelecem entre direções e base, entre partido e movimento, e entre movimento e instituições, quando os partidos políticos recorrem a métodos artificiais de fidelização dos militantes; além disso, procura explicar também as tentativas de unidade entre os protagonistas envolvidos na luta pela moradia em âmbito local ou nacional, dada a atuação de todos eles junto aos conflitos na cidade de São Paulo, resumido por um organograma que ilustra a integração dos movimentos nas políticas públicas, através do Fórum Nacional de Reforma Urbana; o que,

diga-se de passagem, não evitou resultados insatisfatórios nas demandas de unidades habitacionais, sobretudo em relação àquelas reivindicadas pelos movimentos durante a gestão PT dos anos 2000. Procuro também descrever o funcionamento de cada um desses movimentos, observando as semelhanças entre um e outro, tanto em seus limites e em suas qualidades quanto no estabelecimento de critérios de admissão dos seus integrantes. As divergências localizadas entre eles são aparentemente formais ou táticas, sem grandes enfrentamentos no plano dos objetivos estratégicos. Paradoxalmente, a contínua busca do fortalecimento das relações de força leva os movimentos a recorrerem à mecanismos de recrutamento e de engajamento das suas bases, como também a buscar aliados dentro do quadro dos próprios movimentos, compondo assim um quadro unitário e ao mesmo tempo parcial e dividido.

São analisadas também as experiências de ocupação, forma de ação emblemática dos anos 1990. Algumas, profundamente dramáticas, tanto pelas condições afligentes dos seus ocupantes quanto pela repressão sofrida pela força policial, levaram certas organizações a eliminar essa forma de luta das suas ações. Uma experiência de ocupação de um imóvel por dois movimentos na rua do Ouvidor, 63, em 1997, transformou-se em exemplo de elaboração de programas concebidos pelos movimentos, num trabalho coletivo junto a estudantes e profissionais brasileiros e europeus, todo um trabalho abandonado na gestão municipal de 2005. As ocupações, ponto alto de expressão dos movimentos, mesmo simbólicas têm conseqüências sociais e econômicas. A primeira, dada a repercussão delas no seu meio ambiente devido à transformação do uso dos imóveis, passando de refúgio da população marginalizada pela droga ou pela expulsão do mercado de trabalho para moradias de uma população pobre, contudo, consciente dos seus direitos; o que causa uma reação positiva na vizinhança, saneando ideologicamente os problemas de uma zona devastada pela condições precárias de manutenção social e urbana. A segunda, gerando a valorização dos imóveis revestidos de uma função social, oferecendo perspectivas de rentabilidade durável, voltando a ser alvo da cobiça de empreendedores e especuladores financeiros. Nessa prova de força entre movimentos e elites, são as últimas que ganham, fazendo-os recuar nas poucas vitórias obtidas durante a gestão do PT.

O **capítulo 5** contém os elementos característicos dos movimentos pela moradia em São Paulo, os quais são causas de lutas específicas entre si: como a opressão das mulheres; o poder da Igreja junto à população; e os preconceitos contra os nordestinos, o que faz com que os movimentos os integrem nas suas reivindicações ou como bandeiras.

Assim, as conquistas obtidas com as reivindicações feministas dos anos 1980 passam a ser assimiladas no cotidiano das organizações, sem que as mulheres que as propagam demonstrem uma atenção especial ou uma consciência mais profunda sobre a matéria, como que temerosas dos efeitos negativos sobre os homens do movimento, podendo vir a provocar eventualmente uma divisão no frágil laço entre seus membros. Apesar do vago sentimento de liberação das mulheres e das práticas que tendem a agir segundo as aspirações de igualdade de direitos entre homens e mulheres, o machismo pesa fortemente nos movimentos sociais em questão.

A presença da igreja, em geral pouco abordada enquanto uma questão específica dos movimentos sociais no Brasil, procura explicar como a TDL (Teologia da Libertação) foi introduzida no país e em São Paulo, mais precisamente, e como o seu peso foi determinante para os conflitos sociais desenvolvidos nessas últimas décadas, em particular no movimento de moradia. Em outras palavras: o papel da Igreja Católica na formação dos movimentos sociais em São Paulo é fundamental para a compreensão do processo histórico dos mesmos. A imbricação entre a Igreja Católica e o PT durante os anos 2001-2004 e os efeitos das pressões religiosas sobre os militantes, são estudados sem que se possa tirar conclusões sobre a relação entre a atuação da Igreja nos movimentos e as orientações ou medidas tomadas pelas organizações, a não ser pela ausência do partido enquanto tal nos movimentos. O critério da proibição dos partidos nos movimentos deixa um enigma no trabalho, visto que os argumentos expostos não são consistentes.

Esse capítulo trata também sobre os migrantes, sobretudo os das regiões e zonas urbanas mais pobres do país, abordando o tratamento racista que estes recebem da sociedade paulistana, as frequentes desigualdades das quais são vítimas, a semelhança entre situações vividas pelos imigrantes provenientes de outros países, também carentes de moradia e igualmente vítimas de tratamento racista ou néo-racista. Essa categoria constitui

assim uma outra questão não valorizada no seio dos movimentos, e que no entanto, é parte quase inerente à realidade dos seus membros.

As considerações finais contêm uma tentativa de síntese dos resultados deste trabalho, a partir das observações das ações e práticas cotidianas dos movimentos e das discussões e trocas de idéias com outros profissionais. Sem a pretensão de descobrir novos fenômenos produzidos nos movimentos sociais, o objetivo é obter uma radiografia, subjetiva ou não, dos fatos, experiências e resultados de uma fase da história da cidade de São Paulo que supostamente trouxe apenas benefícios às camadas populares.

1.2. A abordagem do tema

O método empírico de investigação é o ponto de partida, privilegiando a observação dos movimentos em algumas das suas ações, nas mobilizações e manifestações de vários tipos, nos acontecimentos da vida dos seus membros, nas relações entre eles e suas lideranças, entre eles e autoridades ou instituições, entre eles e os partidos, entre eles e a igreja, por fim, entre eles e o resto da população. Sem condições de esgotar a potencialidade que os movimentos apresentam em suas trajetórias, através das entrevistas longas e profundas prestadas por seus dirigentes, responsáveis, universitários, técnicos, integrantes e estudantes, pude contar com os suportes habituais das entrevistas, com a participação em suas atividades e com a bibliografia produzida por especialistas e/ou por eles próprios.

A bibliografia consultada para esta investigação de campo está mais voltada para a política habitacional brasileira, relativa aos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, e aos acontecimentos produzidos pela luta de classes dessas últimas décadas no Brasil. Os filmes recentes sobre os conflitos sociais nas metrópoles brasileiras, especialmente sobre as ocupações em São Paulo, fazem parte dos suportes importantes selecionados aqui; assim como as teses ou memórias de estudantes brasileiros tratando de questões ligadas às políticas habitacionais, como as consequências negativas da

política do PT sobre os movimentos, os problemas de opressão das mulheres mesmo na Igreja da TDL, e as problemáticas urbanas no contexto da mundialização.

A participação em alguns momentos importantes na vida dos movimentos, quer na comemoração de vitórias, quer nos conflitos de ocupação, quer nas manifestações públicas nas ruas, são experiências que enriquecem a percepção da realidade e que sem elas seria impossível realizar este trabalho. Dessa maneira, pode-se medir melhor a reação da população diante das diferentes ações dos movimentos, os efeitos destas sobre os seus integrantes, as alternativas dos dirigentes diante das iniciativas fracassadas, o comportamento ausente do PT e dos partidos em geral diante da repressão feroz da polícia militar contra os movimentos, a reação destes diante da resposta do presidente da República quando percebe que o movimento age com determinação, as nuances de conteúdo presentes nos discursos dos diferentes dirigentes nos atos públicos, a participação e as motivações para a não-participação dos integrantes nas passeatas ou nas ocupações, a reação dos dirigentes frente à ausência destes nas mobilizações e reuniões, os métodos de divulgação, e as relações com as diversas mídias.

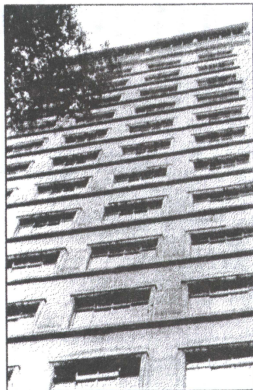
As vinte e três entrevistas fornecem subsídios consistentes para a maior compreensão e análise das experiências de luta pela moradia em São Paulo. Alguns dirigentes aprofundam os momentos mais ricos das suas existências, descrevem seus problemas e seus receios diante da impossibilidade de obtenção das suas demandas. Outros, limitam-se a descrever suas experiências e as do movimento, sem revelar seus estados de espírito. Técnicos e profissionais em geral fornecem os elementos essenciais para o estudo sobre o problema da habitação em São Paulo.

Transformar o latifúndio urbano em moradia popular!

Sua moradia está pronta.
Venha lutar por ela! Vamos
dar uma finalidade social a
estes imóveis abandonados!



Rua Genebra, 65 - térreo mais
9 andares, tudo vazio



Rua Braúlio Gomes, 139 - 14
andares, prédio público ocioso



Rua Riachuelo, 275 - 14 andares -
abandonado, apodrecendo



Hospital da Vila
Formosa - Rua
Arapoca, 128
3 prédios, o maior
com 8 andares, 8
anos fechado

Edifício na av. Duque de Caxias, 401
11 andares - abandonado, sem função social



Rua Conselheiro
Crispiniano, 379
10 andares vazios, só
para especulação



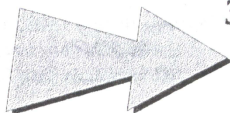
Venha participar do ato dos
Trabalhadores Sem-Teto pela
ocupação do latifúndio urbano!

31 de maio de 2003

(sábado - das 9h às 13h)

Av. São João, 601

(centro de São Paulo)



CAPÍTULO 1: SITUAÇÃO DA MORADIA EM SÃO PAULO

1.1. Preliminares

Em São Paulo, dezenas de grupos se organizam e tentam fazer valer alternativas à suas condições de mal-alojados ou de sem-tetos, muitas vezes em circunstâncias comparáveis às do proletariado inglês do século XIX, abundantemente descritas na literatura (ENGELS, 1933); essa situação tem sido uma realidade para a cidade nesses últimos anos, atravessando gestões municipais de distintas sensibilidades para com o problema. Mas é precisamente o período 2001-2004, quando a prefeitura passa a ser administrada pelo Partido dos Trabalhadores, tendo Marta Suplicy como prefeita da cidade, que interessa este estudo. Trata-se assim, de verificar porque o déficit habitacional aumenta em São Paulo, do mesmo modo que o resto do Brasil, como indica a Figura 1, apesar da presença de movimentos sociais reivindicativos e da administração do PT, cuja vocação seria a de superá-lo.

FIGURA 1 O DÉFICIT NACIONAL

De acordo com as fontes oficiais do Instituto da Cidadania, em 2000, o déficit em habitação é cerca de 5,5 milhões de moradias, dos quais 3,9 milhões nas zonas urbanas (IC, 2002). O jornal Brasil de Fato, fala de 74 milhões de brasileiros que vivem em moradias inadequadas ou precárias, o que representa um déficit de 18 milhões de moradias (FIUZA, 2003), e o recenseamento do ano 2000 (IBGE, 2000) aponta um aumento de 22% de favelas em todo o território brasileiro. Outras fontes assinalam que em São Paulo 20% da população vive em favelas, sendo 22% em Porto Alegre, 20% Belo Horizonte e Rio de Janeiro, 30% em Salvador, 46% em Recife, e Fortaleza 31%. (IBGE, apud MARICATO, 2002:37-38).

Apesar da grande quantidade de grupos e de organizações grandes ou pequenas presentes em São Paulo, apenas quatro dentre elas foram selecionadas - devido à sua importância em relação ao peso, à significativa produção de projetos ou de reflexões, mas também porque são interlocutores privilegiados da municipalidade. Maria Helena Mena Barreto Silva², coordenadora da Secretaria da Habitação da Municipalidade de São Paulo, administrada pelo Partido dos Trabalhadores em 2004, explica que o Movimento pela Moradia no Centro (MMC), o Fórum do Cortiço³, a União para a Moradia no Centro (ULC) e o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), são seus principais interlocutores. Essa importância, no que concerne aos trabalhos relativos às propostas de habitação nos edifícios vazios, situa-se no fato deles fazerem um trabalho importante, que vai desde a procura desses edifícios sujeitos a serem ocupados, passando pela elaboração de projetos de reabilitação através de seus próprios consultores técnicos, até a procura de terrenos adaptados à construção na cidade, assim como a busca de financiamentos; o que os leva a manter um diálogo com a Secretaria e com a Caixa Econômica Federal – que financia o principal programa de aquisição de habitação às pessoas de baixa renda. Ao mesmo tempo, Mena Barreto estima que a população carente de moradia seja muito mais ampla do que o movimento em seu conjunto e, conseqüentemente, este não representa a demanda total no centro, nem todos os problemas sociais concernentes.

A experiência dos movimentos pela moradia no centro da cidade de São Paulo, a área mais bem servida da cidade, trouxe aspectos benéficos às diferentes camadas da população preocupadas com a reapropriação da cidade. O Fórum Centro Vivo⁴ destaca que a luta do Movimento pela reforma urbana, existente desde os anos 1980, contribuiu para a democratização do centro da cidade; o que valida o direito que todos têm de usufruir das ofertas de empregos, de morar numa área bem equipada, de utilizar os serviços e infra-

² Entrevista com Maria Helena Mena Barreto Silva, São Paulo, abril 2004.

³ O cortiço caracteriza-se tanto pelas condições precárias de moradia como pelas relações de locação, geralmente marcadas por cobranças abusivas de aluguéis e taxas. A ilegalidade dos contratos e a convivência direta com a pressão dos proprietários e seus prepostos deixam as famílias em situação extremamente fragilizada (BARRETO SILVA, 2000).

⁴ O Fórum Centro Vivo (FCV) é uma articulação coletiva fundada em 10 de dezembro de 2000. A proposta surgiu em maio de 2000, durante o Seminário “Movimentos Populares e Universidade”, organizado pela Central dos Movimentos Populares (CMP), pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) e por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), com apoio e participação de vários membros do corpo docente desta mesma universidade.

estruturas disponíveis, enfim, de circular livremente. Esse processo vai culminar com o reconhecimento do direito à cidade através do Estatuto da Cidade, tradução de uma lei federal garantida pela Constituição, fruto do movimento popular nacional reivindicando a instauração da função social⁵ da cidade e da propriedade urbana, numa luta por mais democracia, a partir de um “modelo mais participativo da gestão urbana” (Caixa Econômica Federal, 2006). Paradoxalmente, nessa década começam a surgir os embriões das desregulamentações das relações de trabalho, com o crescimento lento mas firme do trabalho temporário e informal, e da terceirização das empresas, incitando-as a adotar novos modelos de organização social do trabalho e de tecnologia, abrindo caminho para a reestruturação produtiva da década seguinte, gerando perdas consideráveis das conquistas sociais dos trabalhadores (ANTUNES, 2006:15-25). Assim, o período da gestão municipal do PT aparece como uma esperança às aspirações dos movimentos, mas que será interrompido em seguida, de acordo com o relatório do Fórum Centro Vivo. A partir de 2005, a nova gestão de oposição⁶ ao governo do PT rompe as possibilidades de realizar projetos e programas de habitação elaborados pelos movimentos, corta os canais de participação existentes até então, criminaliza movimentos e dirigentes, expulsa a população mais modesta do centro, enfraquece e intensifica a produção de gentrificação⁷: à procura da “limpeza” física e social.

Mas o que suscita interesse por essas organizações é a trajetória que elas adotaram nesses últimos anos e a conseqüente evolução e apropriação das suas reivindicações, a partir das excepcionais experiências que elas iniciaram com as ocupações de imóveis situados no centro de São Paulo, agindo por alternativas profundamente diferentes daquelas às quais as autoridades estavam habituadas: os movimentos pela

⁵ A função social é regulamentada em 2001 embora alguns municípios aplicassem aspectos da lei.

⁶ O candidato do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), José Serra, é eleito prefeito de São Paulo em 2004, em seguida ele será eleito governador do estado de São Paulo, deixando em seu lugar o suplente Kassab do Partido da Frente Liberal (PFL), hoje chamado Partido Democrático.

⁷ A definição de gentrificação (vem de *gentryfication*, palavra de origem inglesa, *gentry* – pequena nobreza inglesa, elite), refere-se ao processo de deslocamento da população pobre ou modesta por outra população mais abastada em certas zonas de uma cidade.

construção coletiva (os mutirões⁸), organizados para eles próprios construírem suas habitações; os movimentos pelo direito à moradia, mesmo precária, constituindo assim as aglomerações de favelas, ainda distantes dos equipamentos urbanos, das infra-estruturas, dos serviços e, sobretudo, distante das zonas de emprego.

O interesse pelos movimentos que buscam apropriar-se do centro, surge a partir do exame empírico do quadro no qual estão inseridos e das trajetórias pelas quais têm passado; suas evoluções e seus objetivos, culminando nas interrogações que a ação destes provoca. É assim que surgem certas interrogações significativas durante as observações e contatos com essa realidade: a primeira de ordem *institucional*, quando os movimentos em ação, agindo a partir de conflitos, de negociações e de pressões, favorecem suas demandas e reivindicações a partir da atenção das autoridades, que as traduzem em regulamentos, em decretos e em leis; a segunda, de ordem *política*, quando o processo mesmo da construção das relações de força desencadeiam um estado de ânimo desinteressado no movimento; e a terceira, de ordem *categorial*, quando a presença de imigrantes, com a participação de uma quantidade significativa de mulheres e com o forte papel da igreja católica, expressam uma especificidade ao movimento. Essas três ordens de indagações encontram-se explanadas nos parágrafos a seguir.

1. O país atravessa um dos períodos mais democráticos da sua história, onde um dos instrumentos mais relevantes é o Orçamento Participativo, cuja experiência em Porto Alegre é analisada por SINTOMER e GRET (2002), precisamente como um dispositivo que visa a democratização dos gastos e da vida pública com a criação de um quarto poder: onde os cidadãos possam decidir diretamente e em “co-gestão entre o executivo e a pirâmide participativa”. A administração do PT, desde o início da gestão, também pôs em prática o OP em São Paulo, contudo, a iniciativa não resolveu a carência de

⁸ Mutirão [Do tupi.] 1. Bras. Auxílio gratuito que prestam uns aos outros os lavradores, reunindo-se todos os da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o beneficiado, mas que nesse dia faz as despesas de uma festa ou função. Esse trabalho pode ser a colheita, queima, roçado, plantio, taipamento ou construção de uma casa. 2. P. Ext. Bras. Auxílio gratuito que prestam uns aos outros os membros de uma determinada comunidade, reunindo-se todos em proveito ou de um de seus membros, ou de todos, como no caso, p. ex., da implementação de obra(s) de infra-estrutura (AURÉLIO. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio. Versão 5.11^a).

habitação; apesar das tentativas das políticas públicas de atenuar o problema da moradia na cidade e embora os planos, projetos e metas das agências internacionais visando intervir na cidade e interessadas em consolidar o sistema capitalista a nível mundial. Pressionados entre a necessidade de diminuir o déficit em moradia e a satisfação das agências, autoridades do Partido dos Trabalhadores negociam as reivindicações dos movimentos e aplicam as diretivas das agências. Diante desse quadro, a ação dos movimentos abre um espaço para a municipalidade propor alternativas sociais, dando-lhes fôlego para satisfazer seu eleitorado popular. As reivindicações dos movimentos pela moradia serviriam então como alavanca positiva para as propostas de políticas públicas dos representantes políticos? Essa é a questão que se põe na medida em que os movimentos voltam-se para a busca de alternativas através da elaboração de projetos.

2. Quando a base dos movimentos ou certas camadas da população à procura de moradia assumem uma atitude de defecção e de desinteresse, constituindo assim um obstáculo em relação às iniciativas, às ações, às mobilizações reivindicativas ou ao seu próprio movimento, é em detrimento do uso da palavra e da ação (HIRSCHMANN, 1995). A defecção ou desinteresse pode se manifestar nos membros do movimento mesmo quando eles participam das iniciativas, abrindo-se um processo de perda de convicção em seus objetivos, desnaturando assim o sentido mesmo das ações e do seu próprio papel, que de atores de um processo passam à categoria de consumidores. Seria, provavelmente, um fenômeno ligado às contingências sociais, aos instrumentos administrativos ou às orientações emanantes dos responsáveis políticos?

3. A participação de imigrantes, a forte presença das mulheres e a ação da igreja católica são componentes constantes que caracterizam o perfil dos movimentos, constituindo assim os elementos estruturantes do movimento pela moradia em São Paulo. Embora tais elementos não pareçam determinantes na consciência dos seus membros, em relação ao papel que eles exercem no imaginário do resto da sociedade, a presença das três categorias nos movimentos revela a especificidade deles, que paradoxalmente revelam também uma característica intrínseca dos habitantes da cidade de São Paulo. Cada uma das categorias representando camadas específicas do proletariado, acumulando conflitos e experiências ricas ou desastrosas da história, favoreceria a continuidade do movimento? Os

imigrantes, como alvo de reações comportamentais de tipo racista ou neo-racista; as mulheres, como protagonistas nas ações, em grande parte graças à herança das lutas feministas; a Igreja, como pólo motor do período de transição da ditadura; todos eles são elementos incontornáveis na dinâmica dos movimentos.

1.2 Tratamentos diferenciados para moradias precárias

Durante a gestão PT, a preferência pelas quatro organizações como interlocutores das questões de habitação com vocação social, é um dos traços que a municipalidade mais põe em evidência; mesmo se ela estabelece relações com famílias não aderentes aos movimentos ou com organizações locais, não ligadas necessariamente aos problemas de moradia, mas presentes nos bairros onde a prefeitura realiza intervenções urbanas nas diferentes regiões da cidade [a cidade de São Paulo está dividida em nove regiões, como mostra o Anexo 1, as quais serão subdivididas em subprefeituras durante a gestão Marta Suplicy]. Entretanto, no meio dessa população modesta, de baixa renda ou totalmente desprovida de renda, em geral morando em habitações precárias, muitas vezes consideradas verdadeiras favelas, a categoria mais pobre ainda, os Sem Domicílio Fixo (SDF), os que vivem em São Paulo [ver Anexos 2 e 3], não são integrados às intervenções. Os anexos mostram apenas o número de moradores de rua em duas subprefeituras do centro, em 2000, estimados em umas 6,1 mil pessoas, mas a estimativa para a cidade no mesmo ano é de 8,7 mil adultos e cerca de mil crianças e adolescentes⁹.

A existência dos SDF, fenômeno corrente nas metrópoles em geral, é enfrentado como um problema à parte, separado da política municipal da habitação. Mena Barreto explica que a municipalidade considera as questões concernentes aos habitantes de rua como parte de uma problemática social específica, defendendo que eles necessitam mais de inserção social do que de uma verdadeira habitação, apesar da participação de alguns SDF em certos movimentos. Assim, as negociações com os movimentos pela

⁹ HABITACÃO. Observatório dos Direitos do Cidadão. Balanço da Política Municipal 2001-2003. N° 21. São Paulo: Instituto Polis/PUC. Março, 2004, *apud* Dossiê Centro de São Paulo.

moradia são de competência do Secretariado da Habitação da prefeitura de São Paulo e o problema dos SDF é de atribuição do Secretariado da Assistência Social, salientando, assim, a estratificação das camadas populares através das opções administrativas da municipalidade PT.

Inversamente, Mike Davis apreende a “favelização” como um só e único problema: a população habitando de maneira precária, muito precária, ou os SDF. Não considera as diferenciações do estatuto jurídico das habitações ou os diferentes graus de precariedade da sua produção. As classificações da pobreza podem cobrir uma realidade que implica medidas diferenciadas, necessariamente discriminatórias, como o exemplo citado por ele, sobre a declaração do governo do México, de que somente 10% da população urbana eram realmente pobres em 1990 e que as Nações Unidas forneciam os dados para a mesma época de 40% da população vivendo com apenas dois dólares por dia. Assim, ele assinala que 36,6% da população urbana habitam em favelas no Brasil, dos quais 6 a 8 milhões de pessoas em São Paulo (DAVIS, 2006:34-35).

Esta seria então uma nova maneira de encarar o tratamento da habitação pelas administrações, o que conduz a duas possibilidades: ou o acesso à moradia para todos pode ser resolvido em função das necessidades da população, das conjunturas e das autoridades políticas, ou trata-se de um problema estrutural. Em relação à primeira possibilidade, constata-se visivelmente que em São Paulo, no decorrer das alternâncias de sensibilidades dos governos municipais e das modificações das estruturas administrativas, os responsáveis políticos não antecipam os problemas, levando-os a planificar as necessidades em matéria de habitação em função da população existente, dos fluxos migratórios permanentes e das próprias reivindicações dos movimentos. O resultado é que esses últimos se dão conta de que a luta organizada pode transformar suas reivindicações específicas em políticas públicas. Ao mesmo tempo, o papel que eles desempenham pode cumprir uma tripla função: a primeira, servindo para responsabilizar os seus representantes eleitos, forçando-os a responder às alternativas e às soluções estudadas e preparadas; a segunda, exercendo funções de um órgão de controle desses mesmos representantes, revestidos de uma certa legitimidade, exigindo a prestação de contas dos atos das suas legislaturas; e a terceira,

servindo como base eleitoral dos parlamentares em troca de serem satisfeitas as suas reivindicações, se eleitos.

As políticas públicas, no tocante aos movimentos e à população, têm sido deliberadamente diferenciadas segundo a estratificação social da população, graças à hierarquização dos programas dos poderes públicos, que os adequam conforme as camadas pobres, favorecendo a aparição de inúmeros movimentos que, em grande parte, transformam-se em ONGs. Assim contribuem para a multiplicação exponencial de estruturas especializadas em determinados campos. Segundo Gohn (2004), a luta pela moradia mantém-se por ser a mais organizada, tendo por isso uma centralidade cuja composição é repartida em quatro setores: o primeiro é composto de movimentos que, lutando pela moradia, tornam-se institucionalizados, integrando-se em missões jurídicas através de assessorias e obtendo a adoção do Estatuto da Cidade; no segundo caso estão aqueles que integram as ONGs, participando de projetos como as cooperativas de ajuda mútua. No terceiro estão os que se dedicam às ocupações dos imóveis públicos e privados vazios, para os quais as autoridades prevêm programas específicos de recuperação do centro de São Paulo e planos de urbanismo e de regulamentação da propriedade e da posse. Num quarto setor ou categoria incluem-se os “moradores de rua” que vivem em praças, sob pontes ou viadutos, e para os quais as autoridades propõem alojamentos provisórios em albergues ou imóveis alugados. Trata-se de uma população que muitas vezes é vítima de agressões ou de assassinatos promovidos por bandos paramilitares ou delinquentes (GOHN, 2004). Mas somente esses últimos são objeto de tratamento específico, diferenciado. Os oito albergues de São Paulo são centros privados de propriedade das ONGs, que não conhecem realmente as necessidades das famílias e que admitem o alojamento provisório dos SDF *“prá depois jogá-los na rua outra vez”*. (ANDRADE, entrevista em 2004).

Em geral, para os representantes políticos eleitos - segundo seus programas de governo, seus discursos e suas obras -, a erradicação do problema de moradia não está jamais na ordem do dia. Para os setores mais conservadores, as melhorias em matéria de habitação dependem somente do desenvolvimento do país, constituindo um benefício que, em função da conjuntura, segundo eles, poderá favorecer algumas camadas da população. Suas propostas limitam-se, portanto, à melhoria de certas áreas e a programas específicos

em algumas zonas urbanas, o que os faz agir em função das pressões internas, segundo as ações dos movimentos, ou das pressões externas. Tratar-se-ia assim, simplesmente, de uma questão que depende somente da vontade política dos dirigentes face às pressões internas ou externas?

1.3 Pressões externas sobre as questões sociais e urbanas

Quando em agosto de 2007 o presidente da República francesa apresenta a orientação do seu mandato para o corpo diplomático do seu país¹⁰, anunciando que baseada nos seus valores a política exterior deverá apoiar-se numa visão clara do mundo, tratando dos interesses do seu país, apresenta, na ocasião, três desafios diante dos quais o mundo se encontra, e um deles é como integrar gigantes como a China, a Índia e o Brasil na “*nova ordem global*” que, embora reclamando um novo estatuto, esses países nem sempre estão prontos a respeitar certas regras.

Esse enunciado resume a postura dos países que pretendem construir a "nova ordem global" submetendo os demais às suas leis, valores e posições, pressionando-os para que as adotem, conformando assim um contexto no qual esses deverão adaptar suas políticas internas aos interesses dos primeiros. Embora os países mantenham a possibilidade de rejeitar tal submissão, o Brasil não está incluído entre eles; ao contrário, o país mantém a sua posição de dependência e de subordinação às relações de forças a nível mundial. No decorrer dos séculos, a posição das autoridades brasileiras em relação aos poderosos grupos econômicos mundiais não mudou de natureza, tanto pela manutenção dos empréstimos contraídos, fazendo aumentar a dívida externa, como pelas transferências de recursos e de tecnologias, garantindo “*o repatriamento líquido dos lucros das sociedades multinacionais... em direção às sedes centrais situadas nos países do norte*” (TOUSSAINT, 1998:137); contribuindo não só com a intensificação da produção capitalista numa escala mundial, mas também visando a reprodução do capital como

¹⁰ O discurso de política estrangeira de Nicolas Sarkozy foi comunicado à imprensa antes de pronunciá-lo no dia 27 de agosto de 2007. Le monde, 27 de agosto 2007.

relação social segundo os objetivos governamentais. Assim, países como o Brasil, adquirem procedimentos técnicos, com máquinas, modos operatórios e um *savoir-faire* através das transferências de tecnologia, adotando também uma organização social do trabalho e relações sociais próprias dos países capitalistas avançados (PERRIN, 1983: 81), levando o país a operar a sua reestruturação produtiva do capital, como descreve Antunes, contribuindo para a consolidação de um sistema globalizado (ANTUNES, 2005:214).

Dessa forma, os grupos dominantes têm agido em meio ao cenário político brasileiro através de pressões de diferentes interesses, mas gerando também um processo contraditório no seio desses mesmos grupos e entre eles e o resto da sociedade. Maricato (2001) menciona o escoamento de somas gigantescas enviadas para o estrangeiro em razão das dívidas e dos juros, diminuindo os recursos dos países latino-americanos, e denuncia que durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2003, a dívida externa passou de 148 bilhões de dólares a 235 bilhões, afirma também que em 1998 o Brasil pagou 16 bilhões de dólares somente de juros, o equivalente ao orçamento anual da saúde (MARICATO, 2001:61-62).

Essa hemorrhagia financeira provoca contrastes e desequilíbrios sociais, além de trazer consequências drásticas para a organização das populações e dos espaços nos quais elas habitam, a começar pela tendência à migração dos trabalhadores rurais, forçados a procurar os centros urbanos para sobreviver; fenômeno que, segundo Arnaud (1984:95), provoca grandes concentrações urbanas, símbolos da explosão de necessidades acumuladas no passar dos anos em decorrência do modelo de desenvolvimento. Assim, esse “desenvolvimento” provoca o aumento das zonas de favelas situadas na periferia das cidades, chegando a proporções desumanas, como é possível constatar na Figura nº 1, a organização de infra-estruturas defeituosas, às vezes inacessíveis a milhões de habitantes; a exploração da força de trabalho, associada a uma mão-de-obra desqualificada; e ao mesmo tempo, a existência de construções imobiliárias de luxo, destinadas às camadas altas e médias da população – redes de hotéis suntuosos, aeroportos, centros comerciais opulentos, entre outras. No Brasil, essa situação cria espaços cada vez mais contrastantes e desiguais, apesar das reformas e dos dispositivos introduzidos pela ditadura e governos sucessivos, sem conseguir apaziguar totalmente as revoltas populares.

Por um lado, a dependência e subordinação do Brasil determinam a adoção de formas e funcionamentos urbanos inspirados, criados ou copiados a partir dos modelos impostos pelos mesmos grupos dominantes dos países industrializados. Por outro lado, além da intervenção e da ingerência na economia do país nessas últimas décadas, como examina Ricardo Antunes, esses grupos, longe de dar fim ao trabalho, tendem a intervir cada vez mais na organização e no destino dos trabalhadores. Para o autor:

A destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados na OIT. (ANTUNES, 2005:28).

Essa parcela enorme da força de trabalho humano marca uma das características desta fase do sistema, constituindo assim “os ‘terceirizados’, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas semelhantes, que se expandem em inúmeras partes do mundo”, como explica Antunes (Idem).

Para resumir, o lugar que ocupa o Brasil no cenário internacional e a manutenção do sistema na sua organização interna interfere na configuração urbana das aglomerações, gerando fenômenos sociais de impacto sobre a existência de seus habitantes, levando-os a viver em espaços impunemente privatizados, poluídos, empobrecidos e sem cidadania (SANTOS, 1987:48). Desse modo, esse quadro de referência e esses problemas gerados pela insuficiência de habitação, assim como pelas deficiências da educação pública, da saúde e equipamentos em geral, tornam-se praticamente insolúveis enquanto a orientação do país em relação à sua posição a nível mundial permanecer a mesma. Assim, com relação aos projetos de planejamento urbano concebidos nos países do norte, estes são concebidos para incitar a competição entre as cidades, tornando-as capazes de atrair os fluxos de capitais e dos negócios da economia globalizada para em seguida serem exportados para cidades como São Paulo. É precisamente nesta cidade onde as elites vão aplicar modelos de funcionamento urbano considerados de vanguarda, a partir de experiências ou tentativas realizadas em prestigiosas cidades situadas nos países do norte –

Londres, Barcelona, Nova York –, com a intenção de investir na reversão do processo de decadência urbana, provocado pelo êxodo das atividades industriais, a partir de um processo de “marketing urbano”, estigmatizando um novo paradigma de planejamento urbano, produzindo segregação sócio-espacial e a “gentrificação”, como explica Ferreira (2003:179) na sua tese de doutorado. Trata-se de modelos de referência que políticos, junto às elites, tentarão aplicar em São Paulo, desde a sua gênese, adaptando-os segundo os seus interesses.

1.4. São Paulo e os modelos de referência

A formação da cidade de São Paulo aponta características próprias na sua evolução urbana, consequência do processo social e econômico da sua história, que segundo Darcy Ribeiro, apresenta-se desde o início “umbilicalmente ligada a uma sociedade e a uma cultura exógena” (RIBEIRO, 1999:371), provavelmente devido ao grande período de migração interna, dos anos 1940 a 1960, e ao processo de imigração - fundamentalmente composta de italianos -, que em 1950 eram mais numerosos do que os antigos paulistas. Após tornarem-se escravagistas e perseguidores de índios durante um século e meio, tornando-se também os maiores exportadores de escravos, massacrando os índios para ocupar suas terras, transformando-as em imensas fazendas de café (BUENO, 2003:282), as elites de São Paulo constroem esta cidade com uma aparência de opulência e de riqueza, onde qualquer ordenamento urbano faz-se em detrimento das camadas modestas da população, arrancando-as de seus *habitats* com os tradicionais métodos de demolição para novas construções, instalação de infra-estrutura, arborização das avenidas, iluminação pública e alargamento das vias, criando assim inúmeros conflitos sociais.

Essa maneira de resolver a questão da habitação e da cidade, introduzida entre 1853 e 1870 na França¹¹, guardando as devidas proporções, é reproduzida em São Paulo e

¹¹ O barão George Haussmann é nomeado prefeito do Sena por Napoleão III em 1853 e será revocado em 1870 com a entrada dos liberais no governo. Suas obras implicavam a transformação das ruelas tortuosas do centro de Paris em ruas largas e retilíneas, além de numerosas expropriações, empurrando assim as classes populares para os bairros periféricos. Sob a sua gestão Paris se estende criando os 20 bairros

de maneira recorrente em algumas cidades do Brasil, sobretudo a partir da legislação do centro da cidade, primeiro plano da cidade, chamado “Relatório do Sr. Bouvard” em 1911, reforçando assim “a idéia de uma Paris sob os trópicos”, como aponta Maria Adélia de Souza na sua *Ville mondiale et urbanisme français sous les tropiques* (1998:96-97). No Brasil, como na França, esse modelo urbano¹² provoca uma acumulação de problemas de diversas ordens sem resolvê-los, gerando o descontentamento popular. Apesar de independente de Portugal, a “independência” do Brasil é acompanhada de uma sucessão de mimetismos culturais e econômicos com relação aos modelos europeus; por conseguinte, os centros urbanos são concebidos - como o Teatro Municipal (ver abaixo Figura 2) inspirado



FIGURA 2

Teatro Municipal inaugurado em 1911.

Fonte: COMTUR, Prefeitura Municipal de SP

na Ópera Garnier de Paris -, desenhados e introduzidos, a partir dos interesses econômicos dos grupos dominantes: os transportes, o *know how* em meios de comunicação, a eletricidade, o telefone; é assim que no decorrer dos séculos as necessidades vitais da maioria da população se amplificam ao ritmo de uma urbanização intensa.

Ao mesmo tempo, as *plantações de café* e a *energia hidráulica* se desenvolvem

(arrondissements) em 1860, abre parques públicos, constrói a Biblioteca Nacional, o edifício da Ópera e outras obras. *Chronique de l'humanité*, Paris, Ed. Larousse, 1986. p. 916.

¹² Joseph Antoine Bouvard, arquiteto e urbanista francês, é responsável pela demolição de bairros, alargamento das vias, construção de jardins, cafés, confeitarias, com projetos copiados de Paris, expulsando a população modesta dessas zonas, culminando com o artigo 1 do regulamento dos parques e dos jardins que “impedia às pessoas de baixa condição econômica - e aos marginalizados – o gozo das delícias inocentes de um simples banco de jardim”, em 1910. (MENNA BARRETO, 2000).

contribuindo para o crescimento econômico da cidade, que passará a ser um pólo de atração para a força de trabalho *estrangeira*, três elementos que vão constituir a riqueza de São Paulo (PRADO Jr, 1988:260-261), fator que explica a concentração importante de imigrantes europeus ou japoneses nesse Estado, comportando 52,4% dos estrangeiros residentes no país em 1920. A chegada desses imigrantes é reduzida significativamente a partir dos anos 1930, durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, para dar lugar a um intenso fluxo migratório interno, sobretudo a partir de 1933. (FAUSTO, 2003:275-276).

Em 1950 São Paulo atinge os dois milhões de habitantes e a industrialização encontra-se em pleno desenvolvimento, aprofundando também a segregação socioeconômica e espacial, intensificando assim a fratura das relações entre as camadas sociais, antiga característica do sistema ao que Engels chamava de "*método Haussmann*", respondendo às necessidades de comunicação, conforto e dominação da burguesia, em sua *Contribución al problema de la vivienda* (ENGELS, s.l., s.d.:82-83). É desse modo que o proletariado vai sendo arrancado dos bairros operários e é expulso para as zonas periféricas, ou às vezes para as margens desses mesmos bairros; a fim de criar um sistema de circulação com largas vias retilíneas, cercando-as de vastos edifícios, não escondendo as intenções de saúde pública e de transformar São Paulo, como foi feito em Paris, em uma cidade de luxo para a burguesia. J. A. Bouvard¹³ satisfaz as pressões dos grupos econômicos e políticos ligados à especulação fundiária e imobiliária, sempre com o propósito de embelezar o centro de São Paulo, com o objetivo de criar uma cidade para as elites, de acordo com o prefeito da época, Antonio Prado, que por sua vez era proprietário da maior fazenda de café do país e da mais importante fábrica de vidros, ligado à Companhia Paulista das Vias Férreas, aos bancos, ao comércio e à exportação, segundo o estudo de Maria Adélia de Souza na sua "tentativa de definir uma teoria de urbanização brasileira" através da trajetória urbana de São Paulo. (SOUZA, 1998:105).

Desde o início do século XX a cidade acolhe a maior concentração industrial do país, sendo um momento importante para a acumulação capitalista e para a formação da burguesia industrial. Ao longo dos anos a cidade consolida o seu perfil, definindo assim o

¹³ Bouvard é encarregado do serviço permanente de arquitetura da cidade de Paris em 1879, autor do primeiro plano de urbanismo da cidade de São Paulo em 1911, participa da especulação fundiária, comprando e urbanizando as melhores terras, valorizando-as com os melhores equipamentos da cidade (SOUZA, p. 154).

seu traçado, a sua ocupação e a sua arquitetura, diretamente ligados à história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: o gabarito dos edifícios, a localização dos equipamentos e os serviços desenvolvem-se à imagem do estabelecimento das camadas altas e médias nas diferentes zonas. A burguesia ligada à produção do café instala-se no centro, construindo suntuosas residências em zonas não contínuas, mas situadas no lado ocidental. As camadas médias concentram-se mais a leste, enquanto as camadas populares instalam-se um pouco em toda a parte: quer a oeste, quer a leste. A nova elite urbana, funcionando com os parâmetros higienistas e estéticos difundidos na Europa, dota a cidade de equipamentos de lazer, de comunicação e de serviços: o teatro municipal, instituições imobiliárias, bancárias, comércio, bibliotecas, espaços verdes e largas avenidas, tendo como modelo as cidades européias. Influenciadas pelas correntes higienistas ou sanitaristas, essas elites tomam medidas que se traduzem sobretudo pela expulsão da população pobre de áreas urbanas importantes, método sempre renovado ao longo das décadas.

Um novo processo começa a se delinear: pouco a pouco as elites distanciam-se do centro para se estabelecerem nas zonas mais a oeste, que correspondem hoje à Avenida Paulista, ao bairro de Higienópolis e aos Campos Elíseos, até se instalarem no outro lado do rio Pinheiros. Maria Adélia de Souza explica a Avenida Paulista como resultado de um empreendimento imobiliário a partir do crescimento econômico e demográfico da cidade e da demanda de terras urbanas bem localizadas por parte de uma crescente classe de ricos negociantes e fazendeiros, nas quais o setor público empenha-se em realizar grandes melhorias em infra-estrutura e equipamentos de lazer e de educação, no seu estudo intitulado *Produção e apropriação do espaço metropolitano da Avenida Paulista*. Em seguida, a autora mostra que essa mesma burguesia desloca-se para as artérias do entorno, segundo padrões ingleses, como a Cidade Jardim; verticalizando-se para acolher bancos e escritórios opulentos (SOUZA et al, 1986:135-136), gerando necessariamente um processo de transformação ocupacional do espaço urbano.

Lucio Kowarick descreve esse processo de “limpeza” urbana, que será acompanhado de dispositivos legais, para favorecer a especulação imobiliária; gerando assim a transferência dessa população, que se multiplica para as favelas nas periferias ou para cômodos precários chamados *cortiços*. Trata-se de um mecanismo que, embora o autor

tenha revisto posteriormente a sua definição, nos anos 1970 ele define como *especulação urbana* gerada pelo processo de acumulação do capitalismo no qual:

[...] a economia cresceu a uma significativa taxa de 10% ao ano dando origem ao que por muitos foi designado de “milagre brasileiro”. Mas é de se perguntar: que tipo de milagre é esse que, ao mesmo tempo, reflete um crescimento acelerado e exclui deste crescimento a maioria da classe trabalhadora (KOVARICK, 1993:40-44).

Através de políticas urbanas que incitam a especulação imobiliária e provocam a segregação social, essa “espoliação urbana”, se por um lado não se limita aos espaços citadinos, muito menos é reservada à cidade de São Paulo; por outro, provoca também outros fenômenos da mesma importância, como o êxodo rural, onde os campos são abandonados e submetidos à disposição de iniciativas privadas internacionais. Maricato aponta o resultado da urbanização acelerada no país, com 81,2% de citadinos, ou seja, 138 milhões de indivíduos sobre os 170 milhões da população brasileira em 2000, o que significa que no curso da última década o aumento da população das cidades brasileiras equivale a um terço da população da França. (MARICATO, 2002:16).

Entre os anos 1980-1990 surge a chamada “globalização”, nova fase do capitalismo, submetendo a política de urbanização de São Paulo às novas exigências das classes dominantes ligadas ao capital financeiro, industrial e comercial, atravessando uma nova fase de reestruturação produtiva do capital, posta em prática durante os anos 1990, mas iniciada desde os anos 1980, como aponta Antunes (2006). Isso vai implicar o fechamento das indústrias locais, que se deslocam para regiões onde o custo da força de trabalho é mais vantajoso; a privatização dos serviços públicos; a compartimentação social do comércio com a criação de verdadeiros tanques de guerra esterilizados e ultraprotetidos; e por fim, os *shoppings centers* de luxo, deixando as ruas do centro da cidade às camadas modestas que sobrevivem com o trabalho informal e precário, acentuando assim as discrepâncias sociais da população. O antigo centro, localizado na Sé e na Praça da República, perde pouco a pouco as suas funções administrativas, bancárias e de negócios, convertendo-se em principal praça comercial popular, comportando milhares de

“vendedores ambulantes” e de artesãos, concentrando uma massa compacta de turistas e de pedestres originários dos quatro cantos do país (RIVIERE D’ARC, 2006); com seus quase 50% de habitantes vivendo na informalidade, privados dos direitos mais básicos, representando uns 6 milhões de pessoas que se encontram excluídas da dinâmica da cidade formal, convivendo ao lado dos centros comerciais de luxo, criações de alguns grupos de empresários. É nesse período que surge mais um modelo, lobby de universitários transformados em defensores da mundialização, comprometidos com as autoridades do poder público da cidade e influenciados por urbanistas europeus impregnados da ideologia liberal de gestão empresarial, pregam o modelo da “cidade global” para São Paulo (FERREIRA, 2003).

A Associação Viva o Centro (AVC), criada por empresários e investidores imobiliários nos anos 1990, pressiona a municipalidade durante a gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996) para a criação do Pró-Centro, institucionalizando as operações especulativas urbanas enquanto o governo do Estado se deixa influenciar pelas propostas do modelo, envolvendo a “requalificação do espaço público”, a instalação de serviços ostentatórios, reativação da especulação imobiliária residencial e incitação às atividades culturais. A AVC vai adotar posições e pressionar as autoridades contra a presença do comércio ambulante das ruas do centro, contra os moradores de cortiços, contrastando radicalmente com a situação geral da massa de utilizadores do centro, e assim, tais propostas geram conflitos ligados à disputa pelo espaço (MENA BARRETO, 2000).

O fenômeno que se desenvolve no centro da cidade de São Paulo é a evacuação das camadas de alta renda e da burguesia que vão procurar distanciar suas moradias das zonas urbanas centrais, acarretando o abandono da renovação dos equipamentos urbanos e da manutenção do seu patrimônio, destinando o centro histórico ao comércio popular e criando zonas descentralizadas para o comércio de luxo, como a Marginal Pinheiros. [Os Anexos 4 e 5 ilustram a repartição da verticalidade urbana resultando da especulação imobiliária, cujas áreas encontram-se no oeste e no centro sul, enquanto que em 2000 o IBGE aponta 15% de domicílios vazios nas áreas consideradas como “novas centralidades”, situadas no Morumbi, Itaim Bibi, Jardim Paulista; de 20% na Sé e República, as zonas do centro (BOMFIM, 2004:5-6)]. Indignados por tal situação, os movimentos de moradia vão

transformar o centro numa questão da maior importância entre os anos 1990 e os anos 2000.

Maricato (in: Mike Davis, 2006) menciona o sucesso dos termos [que funcionam como propostas de modelos modernos] “produtividade urbana”, “competitividade entre as cidades”, “cidade corporativa”, “cidade pátria”, “cidade espetáculo”, e “cidade global”, junto a certos prefeitos, termos que na realidade fazem parte de um mesmo projeto liberal que não visa senão a criação de contratos de financiamento entre agências internacionais e municípios, sem passar pelo Estado central, para acarretar dessa forma a sua fragilidade. Assim, a proposta de “cidade global” para São Paulo (FERREIRA, 2006) tenta materializar as aspirações da burguesia local e internacional de transformar em produto todos os elementos da vida dos indivíduos, do que eles possuem e do que eles utilizam, destinando-os à máxima rentabilidade, transformando-os em capital. A cidade torna-se então um produto a ser transformado continuamente através de obras de prestígio, de zonas concebidas como pólos de atividades financeiras e de fluxos do capital, criando-se assim um valor agregado permanente à medida em que se consome.

1.4.1. São Paulo, a configuração urbana e seus habitantes

A capital do Estado de São Paulo, com seus 18 milhões de habitantes, é a quarta maior aglomeração urbana do planeta e seus 10 milhões de habitantes abrem o século XXI. Em 2000, a população representava uns 6,1% da população brasileira, 30% da população do Estado de São Paulo e 60% da região metropolitana. São Paulo é a cidade mais povoada do Brasil e na parte sudoeste do seu território há cerca de 25% dos brasileiros mais ricos do país, segundo o IBGE (2000 apud MARICATO, 2002), vivendo nela graças às políticas de favorecimento aos investimentos privados e à especulação imobiliária, ambos seguidos pelas gestões municipais de setores conservadores. As conjunturas, boas ou más, refletem na cidade a condição na qual vive o Brasil, com a concentração das rendas mais elevadas do país nas mãos de uma minoria e a grande maioria vivendo na precariedade.

Com seus 1.509 km² a cidade de São Paulo possui 31 sub-prefeituras, que por sua vez, contêm 96 distritos distribuídos desigualmente, quer em termos da densidade, quer em matéria de equipamentos sociais, culturais e serviços. As diferenças de densificação são acompanhadas de diferenças de qualidade de vida entre as zonas urbanas, onde em alguns distritos a população aumenta de maneira impressionante, enquanto que em outros foi reduzida em 27,54% em cinco anos. Mesmo diante de tal densificação os poderes públicos municipais ou do Estado permanecem omissos na função de dotar essas zonas de equipamentos, infra-estruturas e serviços (SPOSATI, 2000).

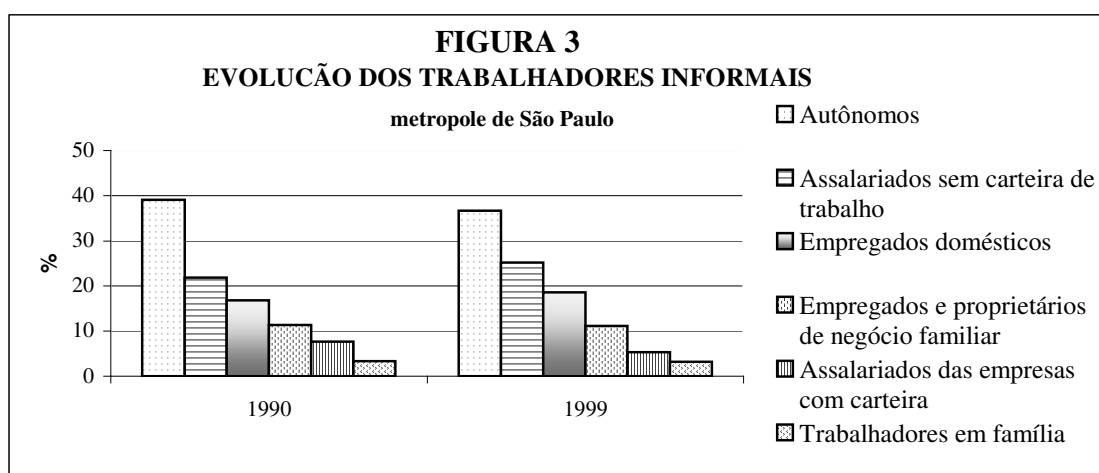
[...] o caso de Anhanguera, mostra imediatamente o quão sofrida será a vida destas quase 30.000 pessoas que ali vivem e certamente não tiveram o acompanhamento de implantação de serviços públicos no mesmo ritmo que seu crescimento. Na Cidade Tiradentes, cujos moradores vivem em sua maioria em conjuntos habitacionais da COHAB, o crescimento em IMV¹⁴ 68,94% permite considerar que o poder público municipal – pelas edificações de moradias e deslocamento populacional que promovem – tem sido forte força indutora desse crescimento desacompanhado de um planejamento urbano e social compatível. (SPOSATI, 2000:18).

A possibilidade de emprego dessa população, quer através do recrutamento das empresas, quer pelo trabalho informal (sem carteira de trabalho), atraíram os migrantes provenientes das regiões mais pobres do país, que se dirigem para a metrópole que exerce sobre eles um poder centrípeto - tanto pela sua história quanto pelo seu papel econômico, social e cultural -, determinantes na história do país, com a implantação de grandes centros industriais e a concentração de poderosos grupos financeiros nacionais e internacionais. Entretanto, no fim do século passado a situação dos trabalhadores na aglomeração, em particular aqueles em busca de habitação, foi agravada com a reestruturação produtiva do capital. O Ministério do trabalho (apud FERREIRA, 2003:110) aponta uma queda brutal do número de postos de trabalho entre 1985 e 2000, entre os trabalhadores da indústria, passando de 29,02% em 1985 a 15% no ano 2000.

¹⁴ IMV- índice de movimento. (Nota da autora).

Essa reestruturação produtiva gera assim uma população desempregada, sujeita a uma situação de precariedade em evolução. É assim que na década dos anos 1990 a variação dos assalariados sem carteira de trabalho é de +15% e a dos empregados domésticos é de +10%, enquanto que a dos trabalhadores de empresas diminui de 31,2%, a dos trabalhadores em família de -3,10%, a dos autônomos de -6,2% e a dos negócios familiares de -1,8%, como mostra o Figura nº 3, abaixo. (JAKOBSEN et al. apud Vêras, 2000).

Naturalmente essa precariedade é acompanhada por uma heterogeneidade de situações no interior mesmo dessa população: os moradores de cortiço, os de rua, os albergados por entidades públicas ou associativas; como também é diversificada a presença de equipamentos e de serviços públicos. Em 1999 a falta de vagas em creches para crianças de 0 a 4 anos aumentou em 34%, mesmo tendo em conta a redução da faixa etária concernente; as vagas necessárias para garantir o ensino público obrigatório são insuficientes em 13 distritos da capital, sendo que na República a escola pública garante o ensino para somente 23,81% das crianças de 7 a 14; em relação à saúde pública¹⁵, o atendimento é 100% inexistente no centro e em mais dois distritos e 79% dos distritos são dotados de uma cobertura de saúde deficitária. (SPOSATI, 2000).



Fonte: Jakobsen et al. 2000. In: VERAS, M. P. Desigualdades brasileiras: pobreza, inclusão e exclusão sociais em São Paulo. 2004. Gráfico elaborado pela autora.

¹⁵ O padrão básico ou a referência quantitativa do número de unidades é de 1:20.000 habitantes (SPOSATI, 2000).

Embora relativamente datados, nada permite dizer que a realidade tenha mudado substancialmente no início do milênio, em relação aos anos 1990. São Paulo segue sendo palco de conflitos entre movimentos pela moradia no centro e forças repressivas ou autoridades públicas. No entanto, a lei municipal de 1991, chamada “Operação Urbana Anhangabaú”, que previa dispositivos incitando à moradia no centro, não provocou efeitos sobre os grupos imobiliários, financeiros ou empresariais. No ano seguinte, a já citada Associação Viva o Centro apela para uma agência internacional de consultores para estudar o estímulo ao uso residencial no centro da cidade, mas o diagnóstico foi dado estipulando que tal estímulo seria “agredir o bom senso e a expectativa da população.” (MENA BARRETO, 2000).

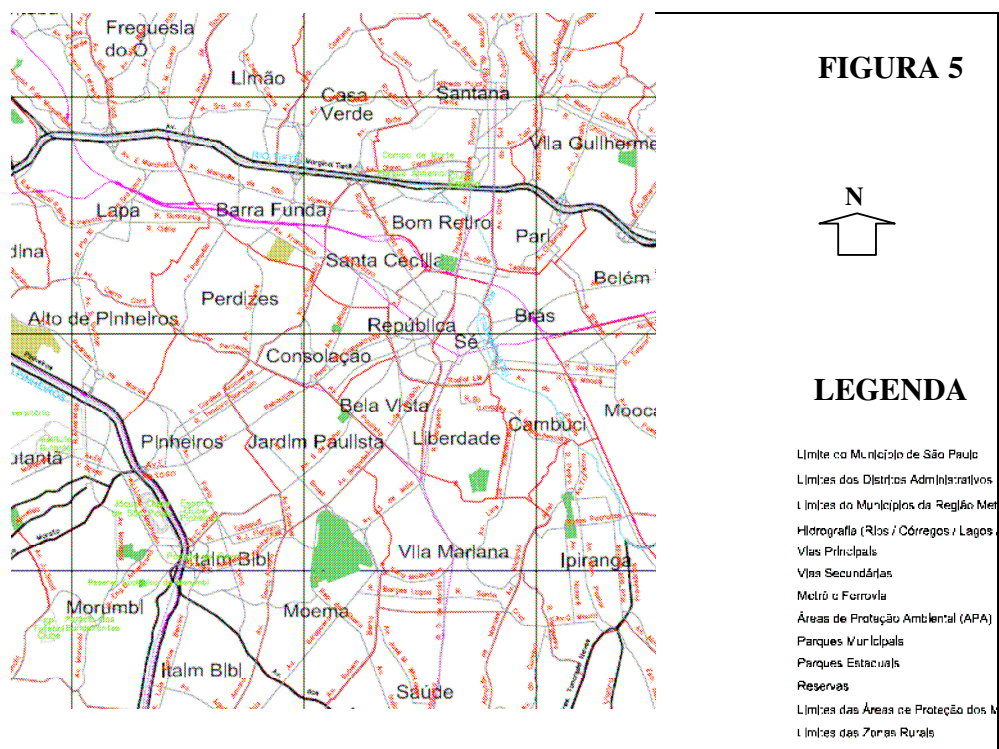
Em termos da produção do espaço da cidade o que caracteriza São Paulo é a sua verticalidade, composta de uma maioria de edifícios de escritórios para bancos, profissionais liberais e instituições diversas; constituindo assim uma floresta de concreto armado, mais ao gosto dos arquitetos estadunidenses do que dos europeus, fruto da colossal especulação desse último século. Podemos observar a imagem que os usuários podem apreender de São Paulo pelos impressos distribuídos pela Secretaria de Transportes, como é possível constatar na Figura 4, abaixo. Embora no início desse século, promotores, arquitetos e elites em geral, tenham começado a construir edifícios no centro destinados à habitação de prestígio - com apartamentos de luxo -, em seguida, pelos anos 1930, a produção de edifícios nessa área foi destinada à locação, com o objetivo de estabilizá-los ao máximo (SOUZA, 1998). Posteriormente, por diferentes razões, os proprietários deixaram esses imóveis desocupados, vazios de toda função social ou mesmo material, e os movimentos passam então a contestar tal situação. Esse fenômeno ocorre também com certas instituições públicas que abandonam seus edifícios e que será objeto de conflitos sociais entre autoridades e movimentos que os ocupam para habitar. Entretanto, o que acontece com o centro empresarial e financeiro da cidade é um deslocamento da burguesia interessada em outras zonas da metrópole, como a Faria Lima e a Marginal Pinheiros, que passam a ser alvo de investimentos privados e públicos injetados na construção de novos edifícios, de equipamentos e de infra-estruturas (Villaga 2000, apud FERREIRA, 2003).



Embora as elites tenham abandonado suas residências do centro para zonas cada vez mais distantes, longe de transformá-lo em área sem vida, desértica, inumana, contribuíram para a freqüentação assídua, animada e densa de milhões de trabalhadores formais ou informais que afluem diariamente em suas artérias, situação que incomoda as mesmas elites, influenciando ideologicamente uma grande parte das camadas médias da população. Na realidade, o centro é alvo de atenção dos diversos prefeitos e governos locais que tentam propor soluções diversas, em função das pressões das diferentes camadas sociais, uns procurando “revitalizá-lo” e outros, como a equipe de Marta Suplicy, que estipula a recuperação do centro como uma medida prioritária.

1.4.2. Lugar prá rico, lugar prá pobre

É necessário definir o que é designado aqui como sendo o centro da cidade. Em julho de 2002 a Prefeitura de São Paulo delimitou as subprefeituras, entre as quais são designados dois centros: o Centro e o Centro Sul. O primeiro com os seguintes distritos: Bom Retiro, Santa Cecília, República, Sé, Conceição, Bela Vista, Cambuci e Liberdade. O segundo composto dos distritos: Vila Mariana, Moema, Saúde, Campo Belo, Santo Amaro, Jabaquara, Campo Grande, como mostra a Figura 5:



Municípios e distritos de São Paulo
Fonte: PMSP - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SMVMA. 2002.

De fato, não existe um limite ou uma fronteira nítida do “centro”. Mena Barreto (2000) define como as “áreas centrais” que durante a gestão municipal do PT foram identificadas por uma situação de desvalorização imobiliária, por um espaço degradado, poluído, contendo edifícios abandonados ou ocupados pelos movimentos pela moradia, e por ruas habitadas pelos SDF. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), 10% de domicílios vazios estavam situados no centro da capital paulista em 2000, correspondendo a umas 40 mil residências. Alguns dos distritos, como o Brás, que antes abrigavam indústrias, deixaram um rastro de decadência com seus imóveis abandonados. Hoje, a maior parte deles é ocupada por serviços especializados e comércio; Barra Funda, Brás, Pari, Santa Efigênia, estão em estado de degradação acentuado porque vazios. Sé e República, centro histórico da cidade, antigo pólo comercial, bancário e administrativo, conta com 15% de desempregados; animada praça comercial popular, calcula-se em 170 mil vendedores “ambulantes” transitando densamente pelas redes de transporte urbano e suburbano, permeado de algumas construções históricas em meio aos imponentes arranha-céus, não deixando indiferente nenhum visitante ou estrangeiro. A partir de então, os movimentos pela moradia começam a compreender o papel que cumprem as áreas centrais para as populações modestas, em termos de oferta de trabalho, de economia em transportes e de acesso aos equipamentos diversos, levando-os a se mobilizarem e a apropriarem-se das vantagens oferecidas. Reutilização é precisamente o aspecto da reapropriação do centro assumido pelo movimento pela moradia e percebido em um “lugar prá pobre” pelas elites. Isso é novo no Brasil e vai interessar as autoridades de maneira específica.

A fase de desertificação do centro como zona de habitação das elites começa durante a ditadura militar dos anos 1970, fenômeno que se difunde para o resto do Brasil. Essa área será então ocupada pelas camadas mais modestas do proletariado que vão alugar quartos, apartamentos e fundos de casarões denominados “cortiços”, em imóveis degradados. Os imóveis mudam de função, são demolidos ou são relegados à desocupação pura e simples, decorrendo o processo de deslocamento das sedes sociais, das firmas da burguesia para outros bairros mais “nobres”, processo que se intensifica nos anos 1990. Entretanto, nesses anos, as massas precarizadas tentam resolver o problema da moradia de outra maneira: o número de favelas explode nas periferias porque a moradia “decente” atinge preços inacessíveis. O movimento social mobiliza-se para reivindicar moradias e para instalar as infra-estruturas urbanas ausentes nas zonas afastadas do centro.

O centro representa uma alternativa sedutora - um espaço favorável às atividades profissionais e à força de trabalho não qualificado [em 2000, o Mapa da exclusão-inclusão de Sposato mostra que, apesar do estado de decadência do centro, o

emprego da cidade encontra-se precisamente nesta zona onde a taxa de ofertas de emprego é a mais importante]. No centro estão instalados os serviços de todo tipo, como lojas de comércio de vestuário e de eletrodomésticos, provavelmente é a zona mais freqüentada da cidade propiciando a multiplicação de vendedores e vendedoras ambulantes e de ofertas dos mais variados serviços (SPOSATO, 2000). Os anexos nº 6 e nº 7 ilustram que a concentração de empregos encontra-se no centro e no centro expandido, enquanto que nos extremos [norte, sul, leste e oeste] do perímetro da cidade as vagas são quase inexistentes. Além das possibilidades de absorção da classe trabalhadora, o centro oferece as vantagens econômicas de mobilidade, transporte, abastecimento, serviços e equipamentos; a opção pelo aluguel de imóveis no centro é essencialmente devido a essas vantagens. Seus habitantes são majoritariamente locatários modestos, vivendo na maior parte dos casos em construções baratas, geralmente em zonas deterioradas, onde o preço do terreno é elevado devido à existência de infra-estrutura e de transporte coletivo, embora esses imóveis estejam à espera do momento propício para uma nova edificação, quando o local, o bairro e a zona serão valorizados. (MOYSES, 2003).

Enquanto o centro como área de habitação vai sendo abandonado pela burguesia, o poder público igualmente se desinteressa pelo mesmo, provocando a queda de preços e fazendo com que os proprietários deixem “mofar” os seus antigos imóveis de luxo - arranha-céus hiper-dimensionados -, dando lugar às camadas populares que acabaram ocupando praticamente todo o centro da cidade nos anos 1980, disseminando o comércio chamado “informal” e, ao mesmo tempo, intensificando atividades clandestinas como o tráfico de drogas e a prostituição. De acordo com Gutenberg¹⁶, assistente do prefeito do PT da Subprefeitura do Centro, além dos problemas recorrentes que a subprefeitura deve resolver, acrescenta-se um outro: a cidade assiste impotente a uma sedimentação da máfia internacional, fato que corrobora a idéia de “revitalização” do centro por parte das autoridades, levando-as a decidirem pela revalorização do patrimônio, procurando impulsionar a vida econômica da cidade (Gutenberg, 2004). Diante da situação física e espacial do centro, as ocupações dos movimentos passam a contribuir para a desvalorização

¹⁶ Gutenberg Souza é engenheiro, imigrante do Nordeste que entra no movimento pela moradia desde a sua chegada na cidade. Instruído graças aos estudos universitários, muito cedo tornou-se dirigente do movimento *União das Lutas dos Cortiços* (ULC) e milita no PT.

do patrimônio fundiário, dos imóveis e dos equipamentos; diante disso, a burguesia começa a se dar conta de que é necessário tomar algumas medidas de operação executando a famosa “limpeza” na área.

A reapropriação do centro torna-se assim o alvo de interesses opostos, tanto pela utilização que seus protagonistas querem dar, como pelo destino que terão as zonas que eles venham a ocupar. Na realidade, a compartimentação, a proteção e a separação dos espaços no centro é uma aspiração constante da burguesia e vem sendo praticada em São Paulo em relação à moradia. “Lugar de rico”, como o condomínio fechado Alphaville, verdadeiro gueto interno ao complexo urbano, leva profissionais e autoridades progressistas a contraporem-se a essa estratificação, com propostas, projetos e planos, implicando em uma *diversidade social* para o centro.

1.4.3. Os mutirões, uma solução controversa

É preciso lembrar que o período estudado limita-se à gestão do PT na municipalidade, entre os anos 2001 e 2004, tendo sido eleita prefeita da cidade Marta Suplicy; ressaltando também que o objeto do estudo é a situação paradoxal do estado dos movimentos pela moradia no centro, em relação a uma conjuntura que incita esperanças, abrindo expectativas de mudanças na vida dos trabalhadores e de satisfação das suas reivindicações. No entanto, não é a primeira vez que os movimentos pela moradia ressentem das expectativas e esperanças desgastadas com a gestão do PT. No final dos anos 1980 o Partido dos Trabalhadores assume administrativamente a gestão de vários municípios, inclusive o de São Paulo. Na prática, esses municípios atribuem uma importância específica ao ordenamento urbano em matéria de transportes e de redes viárias; contudo, em matéria de habitação, agem freqüentemente sob a pressão do movimento pela moradia. A gestão das prefeituras do PT levanta dois problemas: um, relativo ao campo do planejamento urbano – os diversos dispositivos, regulamentações ou métodos propostos para preencher o déficit em alojamento -; outro, refere-se ao campo mais político, que será aprofundado ulteriormente ao tratar da atitude dessas mesmas administrações em relação ao movimento pela moradia.

Em relação ao primeiro, durante as últimas décadas as tentativas de solução para o problema de moradia pelas duas administrações do PT têm traços semelhantes, apesar dos métodos distintos: um com Luiza Erundina e o outro com Marta Suplicy. Durante a administração da primeira, de 1989 a 1992, os movimentos já colocavam em termos de direito a questão de habitar no centro, e as propostas de impulsionar a função residencial no centro eram objetos de discussões na prefeitura (MENA BARRETO, 2000). Foi uma fase coberta essencialmente pelas experiências dos “mutirões” [construções coletivas, a partir da organização de todos e de todas as pessoas que necessitam de moradia e que construirão as suas próprias habitações].

Na entrevista feita a Gutenberg, coordenador da Ação Social da sub-prefeitura do centro de São Paulo, em 2004 ele conta que:

Erundina fazia parte do Partido dos trabalhadores, era assistente social da prefeitura e trabalhava muito a demanda da moradia, visitava muito as favelas, conseguia dar vazão em parte, a essa demanda reprimida, realizava seu objetivo através das ocupações. O governo de Erundina institucionalizou muitas das áreas ocupadas ou susceptíveis de ocupação, desenvolvendo nessas áreas um programa específico de governo na época, chamado FUNAPS comunitário, que era o Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal, que financiava os mutirões. Na época ficou conhecido popularmente como o Programa dos Mutirões e foram construídas em torno de 13.500 unidades habitacionais, em sistema de mutirão com auto-gestão, tudo isso durando de 1989 até 1993. A marca do seu governo foram os mutirões, embora tenha havido muitas outras ações sem a mesma força. [...] No centro houve cinco iniciativas, das quais três ficaram pela metade. (GUTENBERG, 2004).

É a época do controvertido método de *auto-construção* – os chamados “mutirões” – dos quais uma das suas experiências é analisada por Bisilliat (1995) na *La construction populaire au Brésil* [A construção popular no Brasil – T.D.A.], obra elaborada após sua experiência nos anos 1987-1990 na Vila Remo, S. Paulo; na qual apresenta as fases de um a três anos que o movimento deve atravessar: os obstáculos das autoridades; a compra e o reembolso dos materiais de construção; e por último, a obtenção do direito de construir em “mutirão”. O método de acesso à moradia, através dos mutirões nas áreas

periféricas dos centros urbanos, será realizado em várias cidades médias brasileiras, contribuindo assim para a acumulação do capitalismo. Demonstrando que o fenômeno da “inchação” do setor terciário não existe, mas está ligado à acumulação urbano-industrial, torna-se falso afirmar que o crescimento urbano é “caótico”, uma vez que as cidades, como sedes da economia industrial e de serviços, promovem certas operações que aparentemente fazem parte da “economia natural”, mas na realidade fazem parte do processo de expansão capitalista, Oliveira explica o sentido dessas operações no Brasil:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2006:59).

As autoconstruções, incitadas pelas organizações de base da Igreja Católica - as pastorais -, espalham-se e são retomadas pelas administrações do PT em São Paulo, com Erundina e Marta Suplicy perfeitamente conscientes do papel exercido pelos mutirões no sistema capitalista. As operações tornam-se imediatamente muito populares entre as camadas mais necessitadas e o movimento dá-se conta de que a luta organizada pode transformar uma reivindicação específica de luta pela moradia em políticas públicas e, por conseguinte, não vale a pena esperar por programas de habitação já que a inscrição dos seus nomes nas longas listas oficiais não garante o acesso à moradia.

No que diz respeito à planificação urbana, a vaga dos mutirões cria uma situação paradoxal: a administração PT deve satisfazer os programas específicos exigidos

pelos movimentos e, ao mesmo tempo, garantir a atribuição de moradias populares prevista pelos mecanismos dos programas de habitação. Esse paradoxo deixa transparecer a configuração de uma política de atribuição de moradias baseada em dois pesos e duas medidas, porém no mesmo meio: uma população fragilizada e precária. De um lado, uma camada da população à espera de atribuições oficiais; do outro, outra camada que se mobiliza e se manifesta pela moradia de imediato.

No que diz respeito ao problema de funcionamento do movimento dos mutirões, Bisilliat (1995) analisa certas características observadas durante a sua experiência ao lado do Movimento popular de Vila Remo, zona sul de São Paulo, no início dos anos 1990; uma delas é a importância que a *organização* passa a ter no movimento, fórmula utilizada como um dogma por certos militantes e assimilada pelas bases. A participação nos movimentos “organizados” torna-se então um problema moral e não social, culpabilizando aqueles que não se conformam ou que não estão aptos a adequar-se aos dispositivos organizacionais. Além disso, a *organização* como uma forma de obtenção de moradias pode dar a falsa idéia às populações de que apenas *organizando-se* dessa maneira o problema da moradia será resolvido. Além disso, a autoconstrução pode favorecer uma diminuição das responsabilidades sociais do serviço público. Nesse contexto são recorrentes as reuniões vazias de conteúdo, de objetivos ou de desafios, contribuindo para a fragilização do papel dos líderes políticos. Bisilliat cita a Secretaria da Habitação (SEHAB) que utiliza a palavra *organização* como um dogma:

O sentido dogmático da organização foi paradoxalmente reforçado pela chegada do PT à prefeitura de São Paulo, pois a SEHAB (Secretaria da Habitação) utilizou a palavra ‘organização’ para utilizá-la como um critério de justiça distributiva como ela julgava melhor. Com efeito, foi decidido, diante da impossibilidade de satisfazer o conjunto da demanda de habitações ao mesmo tempo, que seriam os movimentos ‘organizados’ que receberiam em primeiro lugar os lotes urbanizados ou o material de construção. A SEHAB também utilizou a palavra organização, sem defini-la, mas assim fazendo, reforçava o peso moral da expressão. As lutas intestinas puderam se desenvolver, e cada movimento se aproveitando da indefinição da palavra, reivindicava que somente

ele, com exceção dos outros, possuía a definição e a prática verdadeiras (BISILLIAT, 1995:29)¹⁷.

A auto-construção coletiva implica o trabalho voluntário dos indivíduos dispostos a gastar as suas energias em uma sobrecarga extra, fora das horas de trabalho remuneradas e, por conseguinte, as equipes devem se mobilizar sob uma dupla exigência: continuar a se submeter à orientação dos arquitetos ou das pessoas tecnicamente competentes para o sucesso das construções, e ao mesmo tempo, demonstrar disponibilidade para a militância, dando assim um sentido político a essa forma de obtenção de moradia. Esse mecanismo cria a dicotomia de papéis, às vezes concorrentes, um assumido pela autoridade técnica, outro assumido pela autoridade política, gerando assim deformações e vícios abusivos de poder no seio do movimento, transformando suas bases em meras massas de manobra. Mas apesar das distorções desse movimento, grande parte dos protagonistas, em particular as mulheres, testemunharam que o trabalho de construção das casas foi uma experiência importante, contribuindo para que tomassem consciência do verdadeiro lugar ocupado por estes na sociedade (Bisilliat, 1995:133), aspecto que será desenvolvido ulteriormente.

Os mutirões pressupõem homens e mulheres a lutarem durante anos para obter das autoridades o acordo de propriedade do terreno ocupado, o apoio técnico das associações e do município para construir corretamente, as montagens dos dossiês financeiros para, em seguida, conseguir participar, com outros indivíduos nas mesmas condições, da construção das unidades de habitação - a sua casa própria -, este é o sonho das famílias¹⁸. Em função disso, as pessoas envolvidas se empenham durante meses inteiros, fora das horas de trabalho, no projeto de construção das casas, para no final decidir a atribuição das unidades. Essa maneira de resolver o problema cria inegavelmente uma dinâmica nova em relação à satisfação das reivindicações a partir do trabalho coletivo, porque põe em primeiro plano as relações entre homens, mulheres e crianças, a divisão do

¹⁷ Tradução da autora.

¹⁸ Como na França, no Brasil o sonho de ter a sua casa própria está presente no imaginário de todas as camadas da população. No entanto, no decorrer dos anos 1980, as camadas médias e elevadas dos centros urbanos vivem em apartamentos e as suas antigas casas transformam-se em arranha-céus ou em sedes comerciais, de negócios, de cultura.

trabalho entre eles e a relação de amizade ou solidariedade entre os mesmos. Contudo, como em outras lutas, a evolução dos mutirões é atravessada por momentos de desmoralização e de perturbações psicológicas devido às longas esperas de atribuição e às vezes à explosão de duras lutas e de conflitos causados pela sobrecarga de trabalho. São condições que impõem a essas mesmas massas a não trabalhar somente para elas, mas para a sociedade, sobretudo para o Estado que as terceiriza, explorando-as duplamente. Não só porque as utiliza fazendo-as trabalhar gratuitamente, como deixando-as trabalhar além dos seus empregos, e em consequência, gera-se um confisco da força de trabalho pela extrema diminuição do custo de produção. Esse argumento é bastante matizado por Kowarick (2000:86-87), que vê nas autoconstruções uma maneira barata de possuir uma moradia e que responde às expectativas dos que dizem “*o meu sonho é construir uma casa; morar de aluguel só dá prejuízo*”, diferente dos que querem possuir uma casa para obter um bem. Diferente de outros bens, este se valoriza na medida em que é consumido. Do ponto de vista das escolhas individuais, Kowarick exprime perfeitamente o que se passa quando os indivíduos aderem a esse tipo de programa. Contudo, do ponto de vista do planejamento urbano e territorial concebido e aplicado pelo Estado, essa solução não resolveu e não tem resolvido o problema da moradia. Atualmente, os mutirões continuam sendo um método ao qual as famílias recorrem, mas em menor escala e hoje praticamente inexistente no centro da cidade.

Ao longo dos anos os movimentos alteraram seus modos de ação, sem dúvida devido ao amadurecimento das suas experiências, tendo em conta o fracasso dos métodos precedentes que não atenuaram o déficit em habitação, e que ao contrário, continua aumentando-o apesar das tentativas de solução dos governos sucessivos. A radicalização das lutas operárias dos anos 1970-1980 contribuiu, sem dúvida, de maneira determinante para o desenvolvimento do movimento pela moradia, ampliando a pressão sobre as autoridades institucionais e culminando com o processo de elaboração da Constituição em 1988, cujos debates e mobilizações se limitaram às reformas e aos direitos sociais.

CAPÍTULO 2: ALAVANCAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Referências e precisões

A situação na qual se encontram as organizações de luta pela moradia no centro; o avanço da legislação em matéria de política habitacional; e as relações entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos durante esses anos, são questões ligadas ao processo de desmoroamento da ditadura e da construção de uma nova realidade social. A criação do Partido dos Trabalhadores foi fundamental para todo o processo que se desenvolveu em seguida: no tratamento das relações entre partido e movimentos, entre partido e aparelho do Estado, entre militantes e direções partidárias, por fim, entre parlamentares e líderes de movimento.

A construção das políticas públicas, as fórmulas de participação popular nos diferentes conselhos e as reformas sociais e econômicas são resultados das orientações adotadas pelo partido, culminando com uma situação contraditória entre o discurso e os resultados práticos da administração Marta Suplicy. Por um lado, exprimindo a intenção de satisfazer as demandas populares, ao mesmo tempo realizando programas de acesso à moradia, ou ainda, de locação provisória ou precária através de certos programas, sem a real intenção de erradicar o déficit em moradia na cidade de São Paulo. Por outro lado, preservando o *status quo* das elites, precisamente por não garantir programas habitacionais mais ousados, em maior quantidade, de maneira definitiva ou pelo menos por muitas gerações.

2.2.A construção das políticas públicas

Os cortiços e a habitação popular no centro, não são objetos de preocupação das autoridades até o fim dos anos 1970. Nessa época não existia um movimento organizado e os habitantes do centro ainda não se mobilizavam por melhores condições de moradia nessa área. Somente quando essas autoridades começaram a demolir os cortiços na Mooca, no

final dessa década, nasce um embrião do movimento e os governos subsequentes tornam-se mais atentos à situação dos “encortiçados”. A partir de então, o Estado começa a reabilitar e a construir uma dezena de moradias, sem no entanto parar de dar procedência às demolições dos cortiços. Inicialmente os movimentos populares visavam, sobretudo, a melhoria dos cortiços da cidade e a aquisição da casa individual construída em mutirão. O país encontrava-se então no apogeu da ditadura e o panorama social e suas consequências urbanas agravavam-se gradualmente. Em São Paulo e nas demais metrópoles, os conflitos relativos à habitação manifestavam-se de maneira velada nas periferias onde estavam implantadas as favelas, as quais recebiam - e ainda recebem -, a população migrante saída das zonas rurais em busca de melhoria de renda nos centros urbanos. A periferia, espaço de habitação por excelência dos trabalhadores, torna-se nessa época um veículo de constituição de núcleos de organização popular (KOVARICK e BONDUKI, 1994). Surgem então os movimentos nos anos seguintes, quando estes começam a apropriar-se da idéia do direito à cidade, que passa a ser propagada através dos conflitos, das mobilizações e das negociações a nível local e nacional; a tal ponto que as autoridades viram-se forçadas a integrar a idéia nos seus discursos para em seguida incluí-la no seu arsenal jurídico e, em consequência, comprometer-se com as reformas condizentes. Esta é a constatação preliminar sobre a influência dos movimentos de moradia na planificação urbana e, por conseguinte, nas decisões das políticas públicas relativas à habitação. Do direito à cidade, os movimentos saltam para a idéia do direito de habitar no centro como um processo crescente que avança em suas aspirações por uma sociedade melhor. Tal idéia será mais uma contribuição dos movimentos para os programas da administração Marta Suplicy.

Em 1979, o IX congresso dos metalúrgicos adota a proposta de construção do seu próprio partido: o Partido dos Trabalhadores. No ano seguinte nasce o PT, em consequência do ciclo de greves operárias daqueles anos. Em 1983 o Partido assume a promoção da campanha pelas “diretas já” – que exigia eleições diretas para a presidência da República -, como uma das suas prioridades, inaugurando a Campanha junto a uma frente composta pelas seguintes representações: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); a entidade representante das correntes sindicais - a Conferência Nacional da Classe

Trabalhadora (CONCLAT) -; e outros (FAUSTO, 2003:509). No mesmo ano foi realizada a primeira greve geral no Brasil, depois da ditadura, com a participação de aproximadamente 2 a 3 milhões de trabalhadores¹⁹ (NORONHA, apud DA COSTA, 2007), nessa ocasião os trabalhadores criaram a Central Única dos Trabalhadores – CUT, sindicato autônomo que procurava romper com os setores sindicalistas comprometidos com a ditadura. No ano seguinte, dirigido por setores da igreja católica, trabalhadores rurais sem terra fundam o Movimento dos Sem Terra – MST, que junto à CUT e ao PT, serão referências incontornáveis para os outros setores em conflito com o regime.

Em 1980 encerra-se um ciclo de greves operárias com a dos metalúrgicos de São Bernardo, estendendo-se num grande movimento de solidariedade dos bairros da cidade, para, em seguida, espalhar-se pelo país. É nesse contexto que vão surgir as Sociedades Amigos do Bairro e as organizações dos favelados. A greve dura 41 dias e, derrotados, os operários voltam ao trabalho sem salários e em muitos casos com ordem de demissão, deixando a classe desmobilizada. Nos anos 1981-1982 assiste-se a um refluxo das mobilizações de massa, e precisamente nesse contexto aprofunda-se a discussão de alternativas políticas que levam ao amadurecimento da idéia de participação (BAVA, 1994:264-275). É precisamente em meio à organização da greve geral, que após fundado o PT lança-se na sua campanha prioritária, contribuindo para a volta da democracia representativa no país, processo interrompido com os vinte e um anos de ditadura. De modo que, qualquer tentativa de aprofundamento da polarização entre as classes, levando-as à confrontação, deixa de existir nesse período. O processo entra numa fase na qual os movimentos tentam ter um papel nos rumos do país, e se apresentam com uma principal aspiração: a “*participação*” dos cidadãos nas decisões institucionais. Essa fórmula torna-se um *leitmotiv*, paradigma das propostas dos dirigentes políticos, que influenciará os movimentos sociais em suas demandas, em suas reivindicações e na forma de conduzir as lutas, alimentando suas aspirações.

¹⁹ Pouco citada nas obras sobre os movimentos, essa greve parece ficar escondida pelas perspectivas oferecidas pela campanha das “Diretas Já”, iniciada nesse mesmo ano. Da mesma maneira, outras greves gerais vão surgir nessa década: em 1986, com 10 milhões de grevistas; em 1987, com a mesma participação; e em 1989, com 22 milhões (Idem, p. 632).

Os instrumentos de democracia dos anos 1980 são marcados pela demanda de *participação popular*, eixo central dos conselhos populares propostos, entendida como uma maneira de exercer certo controle sobre instituições e recursos da sociedade a partir da organização dos indivíduos em associações ou em movimentos; mas também como uma maneira de democratizar o aparelho do Estado. Propostos por setores da esquerda ou de oposição ao regime, os movimentos assumiam papéis diferentes, ora gerando situações de duplo poder, ora como organismos de colaboração da gestão municipal, ora como espécies de conselheiros dos governos (GOHN, 2003). Nesses anos, as experiências de lutas das massas contra o regime militar traçam os eixos fundamentais que vão estruturar um novo regime, sempre numa dinâmica de mobilizações, num processo de elaboração de estratégias e de tomada de decisões que irão configurar os movimentos sociais e transformar o contexto associativo e as comunidades de base, sempre dentro dos marcos das democracias ocidentais, tomando as democracias dos países do norte como modelos subjacentes. Provavelmente, pode-se constatar que nesses anos também vão ser estruturadas três funções que os movimentos exercem sobre o aparelho do Estado: a primeira, a de interpelar seus representantes para a satisfação das reivindicações através de mobilizações e de ações diversas; a segunda, a tentativa de exercer certo controle sobre a execução delas através dos *espaços participativos*, como os conselhos; e a terceira, a de negociar as reivindicações com as mesmas autoridades, e eventualmente, poder criar mecanismos de democracia direta. Todas elas vão se caracterizar, ao longo das décadas, pela predominância de uma sobre as outras ou das três ao mesmo tempo, mesmo durante as gestões e administrações do PT, que em princípio estariam junto aos movimentos, materializando as suas reivindicações. Muitas vezes, as autoridades vão se servir dos movimentos para fins eleitorais, gerando assim práticas clientelistas.

Na década do pós-ditadura, a função de interpelação manifestada por ações, mobilizações e outros, culmina com a elaboração da própria Constituição em 1988.

Geralmente, o papel das mobilizações e dos movimentos é determinante para a garantia institucional de uma série de demandas, e o direito à cidade é uma delas. É nesse mesmo ano que o PT relança os *conselhos populares* em algumas cidades do Estado de São Paulo e abre espaço à gestão das coisas públicas com a participação da sociedade civil, em

meio a um debate permeado de concepções divergentes. São anos coroados de debates nos setores populares, mobilizados a partir de um movimento pró-Constituição dirigido por militantes católicos e constituído de estruturas que serão determinantes para a definição de uma nova configuração política do país. É um movimento que nasce quando o governo da época propõe uma alteração na Constituição, onde amplos setores populares rejeitam e organizam-se para elaborar as suas contrapropostas em 1985. As ações de mobilização popular relativas à elaboração da Constituição multiplicam-se com uma marcha a Brasília, com reuniões e iniciativas em todo o país, levando a sociedade a participar direta ou indiretamente da elaboração da nova Constituição.

As propostas populares são derrotadas uma a uma, até às eleições do novo Parlamento em 1987, quando este obtém uma brecha relativa ao procedimento de elaboração da Constituição, concedendo mais participação popular a partir de uma emenda ao Regulamento Interno da Constituição. Essa emenda prevê a apresentação de alterações provenientes do povo, com a condição de serem ratificadas por mais de 30 mil eleitores, os quais poderiam assinar três alterações no máximo. O resultado é espetacular: 122 emendas com a participação de 12 milhões de eleitores. Francisco W. Ferreira, um dos animadores do Movimento de participação popular da Constituinte, relata que em Brasília *“a cerimônia da entrega de centenas de milhares de páginas de assinaturas e de emendas foi feita por delegações de todo o país, como uma marca histórica dos trabalhos da Constituinte”*, e que no Rio de Janeiro, o 17 de Julho de 1987, com a manifestação de 80 mil pessoas, foi declarado o Dia Nacional das Alterações Populares (FERREIRA et al, 2003:182-200).

A Constituição conterá as bases do princípio da participação popular, garantindo mecanismos de participação direta dos cidadãos nas instituições ou indireta através dos seus representantes eleitos. Trata-se assim, de uma imensa experiência popular que se impõe à lei suprema do Estado, que deverá definir direitos e obrigações dos cidadãos e até delinear a formação dos poderes públicos. Na Constituição estão inseridos os instrumentos que instituem a função social da cidade e da propriedade, assim como da democratização da gestão urbana. Entretanto ela foi possibilitada somente pela acumulação das experiências das greves operárias e estudantis durante os anos de resistência à ditadura nos anos 1970, e na década seguinte, pela tomada de consciência de setores específicos

logo em seguida, selando assim uma característica de ordem *institucional* no processo de construção democrática. É um processo que culmina com a institucionalização dos movimentos de massa, gerando uma dinâmica contraditória na qual tanto os movimentos incidem sobre as políticas públicas, quanto as instituições e seus representantes exercem sobre eles o papel de contraforte, garantindo a convivência “harmoniosa” entre as classes.

A sede do povo brasileiro de virar a página sombria dos anos de ditadura levou alguns dirigentes do PT a trabalhar pela instauração dos dispositivos e mecanismos de *participação popular*, entre os quais, o *orçamento participativo*, posto em prática inicialmente na cidade de Porto Alegre. Nesses anos, em meio às mobilizações maciças dos diferentes grupos engajados em suas próprias organizações, foram fundados os movimentos pela moradia, pela terra, o movimento negro, o das mulheres, o dos índios, dos moradores de bairro, entre outros; alguns dos quais, praticamente todos, regidos sob uma forte influência da “teologia da libertação”, orientação assumida por uma grande parte do corpo eclesiástico da Igreja Católica empenhado em organizar as massas nas suas Pastorais – que mais tarde vão se tornar interlocutores indispensáveis nos debates entre parlamentares de esquerda e militantes políticos e sindicais em geral. Nessas experiências, o *militantismo cristão* constitui um elemento *categorial* estruturante dos movimentos, não somente em termos organizacionais, mas também em relação à orientação quando são formadas as Comunidades Eclesiais de Base, formadas a partir de grupos de um mesmo bairro.

As camadas populares encontram nas CEB um espaço no qual podem manifestar suas aspirações em todos os domínios da sociedade, numa tentativa de praticar uma verdadeira democracia, onde tudo é discutido e decidido coletivamente e onde se suscita uma visão crítica da sociedade. É um movimento composto majoritariamente de mulheres, no qual, em São Paulo, elas são 60% (LÖWY, 1998:74). Nessa década nasce outro elemento categorial - o movimento pela liberação das *mulheres* -, que impregna os outros movimentos, especialmente o da moradia, tornando-se um dos conflitos políticos mais significativos entre os trabalhadores, ao lado das lutas operárias, trabalhadores em grande parte oriundos de regiões pobres do país, os *migrantes* em São Paulo.

A Constituição não garante a execução e nem a prática dos seus artigos nas políticas públicas, e somente anos depois é que as disposições de aplicação foram

legiferadas. Desse modo, em fevereiro de 2000 é adotada uma emenda constitucional, segundo a norma constitucional do artigo 6º, definindo o acesso à segmentos, tais como: educação; saúde; trabalho; e moradia, como direitos sociais (SAULE Jr, 2005); mais uma margem de manobra de interpelação dos movimentos junto às autoridades. Entretanto, diante de um movimento potente e determinado a lutar pelos seus direitos, nem os partidos políticos, nem as autoridades solidárias com os movimentos, foram capazes de introduzir esses direitos desde o início da transição. Ao mesmo tempo, a existência do suporte jurídico, dos canais participativos e das mobilizações dos movimentos, também não impedem o aumento do déficit habitacional dos anos seguintes.

2.2.1. “Situação democrática”, alavanca das políticas públicas

Nos anos 1980, apesar da pobreza de grande parte da população urbana desenvolver-se em número e em qualidade, são obtidas conquistas sociais consideráveis, e os movimentos representativos dessa camada são protagonistas de conflitos e mobilizações que vão culminar na emenda à Constituição de 1988, cuja aplicação é sem garantia:

130.000 eleitores subscrevem a Emenda constitucional de iniciativa popular pela Reforma Urbana²⁰ e assim, conseguem integrar na Constituição os artigos 181 e 182 que introduzem o princípio de função social da propriedade urbana. Porém, a regulamentação desses artigos só viria a ocorrer onze anos depois, com a aprovação definitiva do capítulo constante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, e que culminou com o Estatuto da Cidade (FERREIRA, 2003).

A função social é o que reclamam os movimentos contra os vazios urbanos, terrenos ou imóveis ociosos ou não utilizados; seja por razões especulativas, à espera de melhores demandas e de valorização do mercado imobiliário, seja devido à debandada das elites para as zonas distantes da cidade, utilizando-os também como reserva de valor: deixando-os

²⁰ A Constituição de 1988 determina que toda municipalidade com mais de 20.000 habitantes deverá ser dotada de um Plano Diretor. O Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, estipula 5 cinco anos de prazo para as cidades elaborarem a regulamentação urbana (Câmara dos Deputados et al., 2001).

fechados e sem função. Apesar da justeza da demanda, o decreto de aplicação da emenda foi aprovado somente onze anos depois, sob o nome de Estatuto da Cidade, o qual prevê penalidades aos proprietários imobiliários que não prestarem uma função social aos seus patrimônios. O fato marcante desse processo é o quadro legal e institucional dentro do qual tanto o movimento, quanto os partidos políticos de inspiração marxista se colocam.

O ano de 1988 marca o fim do autoritarismo, após vinte e um anos de ditadura militar, mas marca também o início de um processo popular de instauração de alavancas para as políticas públicas. Embora atravessada por lacunas de resistências às restrições das liberdades individuais, sindicais e políticas, a elaboração popular da nova Constituição constitui uma passagem de ações populares mobilizadoras em direção às aspirações progressistas; garantindo o sufrágio universal sem enfrentar as questões da estrutura do sistema, limitando-se apenas aos conflitos pelos seus direitos. É uma fase determinante para a configuração da natureza política da transição, marcando os períodos subsequentes de formação e consolidação da democracia. Boris Fausto resume o caráter dessa passagem da seguinte maneira:

A transição brasileira teve como a espanhola a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, à corrupção, ao clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente, esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição. O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado (FAUSTO, 2003:527).

No entanto, na explicação do autor, o “regime democrático consolidado” que deveria ser estabelecido no lugar da “situação democrática”, deixa transparecer a idéia de que, provavelmente, nas democracias consolidadas não há corrupção e nem clientelismo, o que é

completamente falso, ao contrário, foram elas que propagaram tais males às autoridades brasileiras através das suas dominações diretas ou indiretas (RIBEIRO, Darcy, 1999). Nesse sentido, é preferível buscar as razões pelas quais as lutas realizadas durante a transição da ditadura, apesar da instauração dos canais de participação popular e da sua incidência nas políticas públicas, não superaram os déficits sociais que os trabalhadores até hoje são obrigados a suportar, acarretando consequências nefastas aos movimentos sociais, em particular aos movimentos pela moradia, aprofundando as dificuldades da sua própria existência. Em São Paulo essa é uma realidade incontornável, e em 2004 Iara Sílvia, responsável pela formação do movimento MSTC, conta que:

Em 96 pelo depoimento das pessoas do movimento que eu conheci, o pessoal tinha luta nos bairros, na periferia, no centro, que começou na Mooca, nos quintais. Em 96-97 o pessoal tomou a decisão de sentar e pensar o centro. Na época os dados dão 600.000 “encortiçados”, mas hoje os movimentos dizem que chegam a 1 milhão. Então eles decidiram assumir as lutas aqui no centro pelos prédios vazios, quando nasceu o movimento do Fórum dos Cortiços, principalmente esse que nasceu nessa época. Houve uma esperança, quando se elegeu um governo de cunho democrático, popular, que a política habitacional tão esperada fosse de fato implementada, mas que na verdade não ia haver nada disso, assim como não há no governo Lula, porque é a tal história: assume o governo, mas não assumiu o poder. Um dos temas que tem mais aparecido em nossos seminários de formação é exatamente esse: onde está o poder? (Iara Sílvia, 2004)

Referindo-se provavelmente a Covas, Iara Silvia aponta duas idéias para explicar o porquê da dificuldade de resolver os problemas do movimento: uma, a ilusão dos movimentos no governo “de cunho democrático popular”; a outra, o exercício da função no poder sem a apropriação do mesmo, dando a impressão de que os governos não são responsáveis se eles não satisfazem as exigências populares. Na realidade, parlamentares e autoridades diversas procuram assimilar as reivindicações populares, interpretando-as de acordo com as sensibilidades de seus campos – uns, integrando-as nos seus programas, outros, rejeitando-as – enquanto as decisões e materializações de projetos vão depender das

relações de força dos protagonistas institucionais e dos movimentos. Entretanto, o depoimento de Gutenberg enriquece aquele período com outros elementos:

De 1994 a 2000 o movimento passou por uma situação de conflitos internos e externos. Externos pela ausência de uma política pública em São Paulo. O prefeito Maluf, conservador de direita foi eleito e em seguida foi eleito o prefeito Pitta, também de direita. Eles não ligavam para os problemas sociais, para as reivindicações dos movimentos de moradia. Em 1994 Covas do PSDB foi governador do Estado de São Paulo e empregou vários técnicos que participaram dos programas de mutirão da prefeitura. Então ele deu uma continuidade àquilo que não se podia fazer em nível da municipalidade. O único problema é que ele se apropriava das informações, do *know-how*, da maneira de fazer os programas institucionais e distribuía as casas para os militantes e eleitores do seu partido, o PSDB. Esses passaram a criar associações legais para poder obter suas casas. Então o movimento começou a fazer ocupações e a disputar o espaço (Gutenberg, 2004).

O primeiro elemento é o ressentimento da *ausência de uma política pública* em São Paulo; o segundo é a *relação de forças do eleitorado conservador* em São Paulo, desfavorecendo os trabalhadores; e o terceiro é o *clientelismo* do político considerado progressista, ilustrando uma das funções que exerce o movimento, voluntária ou involuntariamente, o de contribuir para os fins eleitorais dos políticos. São três constatações que permanecem dentro do quadro institucional brasileiro. Na realidade, as políticas públicas existem em todas as administrações, mas o que as difere é a direção de para quais beneficiários elas estão destinadas: para trabalhadores ou para elites, e em certas ocasiões a tentativa de beneficiar uns e outros, como é o caso do PT nas duas gestões em São Paulo. Tratando-se do PT, cuja existência deve-se às lutas operárias dos anos da ditadura, às lutas dos sem terra, dos sem teto e outras mais, esse partido não pode esquivar-se da apresentação de um programa de política pública voltado para as reivindicações próprias aos setores populares nos seus programas.

Nesse sentido também, os movimentos servem objetivamente de alavancas para as propostas de políticas públicas dos políticos. Em relação ao segundo argumento, tais considerações levam a pensar que provavelmente um dos problemas para a estruturação da

relação de forças do eleitorado decorre da orientação assumida pelos protagonistas atuantes nesses anos, nos quais o PT exerce um papel fundamental, quando se encontram à frente das municipalidades, dos Estados, e finalmente do país, diante das mencionadas pressões internas e externas, visando a consolidação da reestruturação produtiva no Brasil e suas nefastas decorrências sociais. Quanto ao terceiro argumento, também está ligado às orientações e concepções dos protagonistas responsáveis pelos movimentos e pelos partidos políticos dotados de propostas alternativas para a sociedade. Nesse sentido, mais uma vez, o PT também não se esquivava das práticas adotadas pelos partidos conservadores, as cooptações de figuras representativas dos movimentos para servir ao aparelho do Estado, por boas ou más razões. O processo de transição dos anos 1980, de certo modo, já é um presságio da natureza do governo dos anos 2000, tendo à frente o PT. De fato, as direções políticas, sindicais e populares da época contam com as transformações do sistema para um futuro intangível e inabordável.

Outra consequência dessas décadas, de 1980 em diante, são as divergências entre organizações sindicais e movimentos sociais em torno de questões táticas, como o modo de encaminhamento dos conflitos, gerando desinteresse e descrédito em suas bases; facilitando assim a introdução de políticas conservadoras de aliança com as elites e dificultando, por outro lado, a recomposição de uma correlação de forças favorável aos trabalhadores. Essa divisão contribuiu para a configuração dos movimentos, fazendo surgir organizações estruturadas a partir de questões específicas, relativas aos direitos das diversas camadas da sociedade, ainda que divergindo sobre as formas de lutas a adotar, onde cada um dos movimentos desenvolve o seu discurso específico de protesto contra o que consideram como deformações do sistema capitalista, sem, no entanto, preocupar-se em sugerir soluções implicando alternativas para um outro sistema, mas profundamente determinadas a influir e influenciar nas decisões das autoridades e conseqüentemente modificar as políticas públicas.

2.2.2. PT no governo: reformas retrógradas e participação

Nos anos 1990, num contexto de desregulamentação do comércio mundial, as autoridades do Brasil realizaram a reestruturação produtiva do capital; copiando as receitas já experimentadas pelos japoneses, que põem em prática o deslocamento das fábricas, a flexibilidade da força de trabalho, a terceirização nas indústrias, gerando grande precariedade da força de trabalho (ANTUNES, org., 2006). As privatizações do serviço público de eletricidade, telefone, a multiplicação de escolas, hospitais e clínicas privadas, contribuem também para a acumulação de problemas e de situações extremamente angustiantes para os trabalhadores.

Nessa década, a população que vivia em cortiços, nas ruas e nas favelas, remobilizaram-se mais uma vez, no início reivindicando a construção de infra-estruturas [eletricidade, água, lixo] da periferia, protestando contra as demolições e contra os deslocamentos das favelas, em seguida, ocupando edifícios vazios do centro diante da ausência de alternativas ou soluções radicais dos poderes públicos. No curso desse processo, em 1997 o movimento desenvolve-se elaborando ao mesmo tempo as suas formas e a sua estratégia de luta, deslocando a sua ação como forma de pressão sobre as autoridades para uma política habitacional, criando uma dinâmica da passagem do direito à moradia ao direito à cidade e em seguida do direito à cidade ao direito ao centro da cidade. De acordo com alguns estudos da época, a maior parte dos imóveis ocupados é de propriedade do Governo do Estado, do Governo Federal ou de bancos (DCE-USP, 2000, in CMSP, 2001), tendência que será afirmada no novo milênio, mas com menos intensidade.

Em outubro de 2002, depois de quatro tentativas frustradas, o candidato Luiz Inácio Lula Silva é eleito presidente da República. Pela sua história de militância sindical da metalurgia, um dos fundadores do maior partido de esquerda da América Latina, o Partido dos Trabalhadores, ele representa as aspirações populares de mudança social, de solução aos problemas do emprego, da moradia, da terra, da saúde e da educação. O governo inicia sua gestão organizando-a com uma maioria de quadros militantes do PT de competências comprovadas, como a professora Maricato, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAUSP, nomeando-a Secretária de Estado do Ministério das

Cidades, ativa defensora de um urbanismo voltado para a maioria da população, mas sem dispor de recursos suficientes para satisfazer a gigantesca missão de suprir as necessidades de moradia da população. Entretanto, apesar das boas intenções dos quadros tecnocráticos do PT, desde o início as reformas que o novo presidente propõe aos trabalhadores definem a natureza de classe do seu governo.

O governo começa com a sua política monetária influenciando a fiscalidade, trazendo como consequência o aumento dos interesses, fazendo pressão sobre a redução dos salários (MACHADO, 2003); vem em seguida a sua proposta de obrigar os funcionários públicos a aderirem à previdência privada, levando-os a beneficiar-se dos fundos de pensão controlados por banqueiros, acompanhado do aumento dos anos de cotização; das diminuições da aposentadoria; aumento de sete os anos de serviço; elevação da idade mínima; instituição do imposto de 11% para os aposentados; enfim, o que o presidente precedente fez para o setor privado, Lula faz para o serviço público; logo o parlamento aprova o aumento do salário mínimo em apenas 7%, enquanto que os salários dos parlamentares são aumentados em 70%, com os votos do PT; as propostas concernentes ao código do trabalho visam a flexibilidade dos trabalhadores, precarizando mais ainda a sua situação; em novembro de 2003 o governo assinou um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional dando prioridade à dívida externa em detrimento das dívidas sociais (PEREIRA Fº. JARDIM, (2004); desde o início, é exprimida a posição do ministro da agricultura em favor da liberação do emprego dos organismos transgênicos, beneficiando os setores do agro-negócios, contrariando a posição tradicional do PT de rejeição aos transgênicos; ao mesmo tempo, o Ministério do Meio Ambiente prepara um projeto de lei que prevê a possibilidade de empresários pagarem a utilização de áreas da floresta amazônica preparando a privatização e destruição da floresta, o que vai se concretizar alguns anos depois [de acordo com o IBAMA, o Brasil perdeu mais de 26 mil km quadrados de floresta entre 2003 e 2004]; no campo da educação a reforma universitária prevê a isenção fiscal das universidades privadas, retirando a responsabilidade do Estado no financiamento das universidades públicas; a privatização dos bancos se intensifica e ao mesmo tempo, as tarifas da água, telefone e transporte, aumentam em média 54%; em

relação aos trabalhadores rurais, o Ministro da Reforma Agrária reconhece que a promessa de terra às 115 mil famílias não se concretizará.

Tantas outras medidas convergindo com os interesses de grupos e governos dos países do norte e das elites brasileiras são previstas e postas em prática no segundo mandato do presidente Lula da Silva, culminando com o faraônico projeto IIRSA²¹ para a América do Sul. Entretanto, nesses anos, o tratamento que o governo federal reserva aos movimentos sociais neutraliza a natureza neoliberal da política do PT desde o início.

Em nome da recuperação do *savoir faire* dos dirigentes do movimento, os ministérios cooptam muitos dos militantes comprometidos com suas organizações de luta pela moradia e de movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra – MST. O recurso da cooptação dos dirigentes será motivo de problemas e de dificuldades para os movimentos que, no entanto, individualmente, é ressentido por eles como um reconhecimento da dedicação que demonstraram em relação ao partido e que mesmo sem serem atendidos nas suas reivindicações, teorizam que aproveitam os espaços de discussão e de expressão concedidos pelo governo, sempre *participando*, e segundo as palavras de um dos entrevistados é “*uma maneira de se sentir respeitado, digno*”.

A partir dos primeiros meses, o presidente eleito por largas camadas populares que nele depositaram confiança põe em prática uma política que vai se chocar com as reivindicações dos movimentos, fazendo ao mesmo tempo a apologia do diálogo. Assim, as propostas de reformas do governo nem sempre coincidem com as dos sindicatos, nem com as dos movimentos sociais, gerando descontentamentos nas massas trabalhadoras e culminando em cisões. Tensões e conflitos significativos são desenvolvidos nas capitais, em particular pela defesa da previdência social²², pelo aumento significativo do salário mínimo e pela aplicação da reforma agrária. Os professores reclamam aumento de salário fazendo greve, os índios ocupam as Câmaras para protestar contra o roubo das suas

²¹ Trata-se de um projeto criado em 2000, que obedece a um modelo de liberalização dos mercados, privatizando a extração de recursos, visando acelerar a exportação de matérias primas pela realização de 507 grandes obras repartidas em toda a América do Sul, realizado em vinte anos cujo custo é avaliado em 21,2 bilhões de dólares, financiado pelos países do continente, pelo Bando Interamericano de Desenvolvimento, (BID), de outras instituições financeiras multilaterais públicas e privadas (BRASIL de FATO, 2008).

²² Algumas modificações previstas pela reforma: a idade mínima para a aposentadoria dos funcionários passa de 48 a 55 anos e os aposentados deverão pagar 11% a mais do salário de imposto. *Jornal dos sindicatos do serviço público*, São Paulo: Forum paulista, 2003.

reservas, o movimento pela moradia prossegue ocupando edifícios a fim de alertar sobre a situação de emergência de milhões de famílias.

Alguns membros históricos da direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Movimento sem Terra (MST), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), junto a personalidades ligadas à Igreja da Teologia da Libertação, manifestam-se contra as medidas tomadas pelo governo que favorece a introdução dos organismos geneticamente modificados – OGM, o pagamento da dívida externa, as medidas de abertura dos Acordos para o Livre Comércio da América latina (ALCA), proteção e vantagens ao comércio com os Estados Unidos, envio de tropas brasileiras para o Haiti. Ao mesmo tempo, aumentam os espaços de diálogo e de participação junto às estruturas criadas pelo Estado, junto aos representantes desses mesmos movimentos, dos representantes das instituições públicas e do patronato, segundo o setor ao qual eles pertencem. Entretanto, quando o governo concede negociar com os movimentos a manutenção das suas conquistas em detrimento das reformas, recusa-se a satisfazê-los, provocando reações indignadas de personalidades ligadas à literatura, às ciências, à cultura, que multiplicam as declarações de mal-estar diante das medidas propostas pelo governo. Fabio Konder Comparato, professor de Direito da Universidade de São Paulo, numa entrevista à Nilton Viana no Brasil de Fato, declara-se preocupado com a situação:

[...] os fatos estão aí: cada vez menos investimento, cada vez mais desemprego, desnacionalização da economia brasileira e manifesta impossibilidade de se conseguir recursos, ainda que modestos, para enfrentar o programa de políticas sociais apresentado. Não há recursos para a educação, para a saúde, para a reforma agrária. E, como constatamos, entre reduzir os juros ou reduzir os benefícios da previdência social, o governo ficou com essa última opção. Significa que, no choque entre os banqueiros e a grande massa do povo pobre, o governo optou por não se indispor com os banqueiros (VIANA, 2004).

Diante de tal política, os movimentos pela moradia aprofundam suas divisões, aumentam a distância entre as direções e as bases, aumentando os conflitos entre as

organizações, enfraquecendo dessa maneira a construção de uma necessária coesão dos movimentos. Em São Paulo a situação deles torna-se ainda mais visível diante da ofensiva do governo do Estado que, politicamente colocado à direita, segue uma política liberal conservadora, antipopular e, diante da prefeitura - colocada à esquerda -, que não consegue superar a lentidão e as reticências em satisfazer inteiramente os movimentos. Essa situação contribui para retirar pouco a pouco a riqueza dos processos de organização das lutas, dos debates coletivos, das mobilizações unitárias e das elaborações sobre a apropriação do centro e tudo isso vai diminuindo, perdendo o sentido e a esperança.

Numa sucessão de reformas e medidas anti-sociais, o primeiro governo PT consolida o *processo participativo* com a realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades em outubro de 2003 em Brasília, com a participação dos mais eminentes representantes dos movimentos de moradia num total de quase 200 delegados. Examinaram quase 4 mil emendas emanadas das conferências municipais e estaduais, entre as quais é aprovada a decisão de compor e eleger o Conselho das Cidades (ConCidades), e em 2004 cria-se a nova instância constituída de 86 titulares, entre os quais 49 representantes de “segmentos da sociedade civil”, que o Ministério das Cidades define da seguinte maneira:

verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial (Ministério das Cidades, 2008).

Multiplicando por dois as instâncias de *participação*, a definição do Ministério é revestida de ambigüidade, já que a ConCidades é a *verdadeira instância de negociação*, o que dá margem a pensar que a Conferência das Cidades não seja uma *verdadeira instância*, o que em termos de funcionamento democrático transforma essa última em instrumento meramente formal, sem substância, uma vez que em princípio a vocação da Conferência seria de discutir as propostas preparadas e adotadas a nível local e estadual, sendo a ConCidades uma espécie de executivo das decisões da Conferência. Na realidade, segundo a observação sobre o resultado das demandas dos movimentos de moradia desses anos, esses instrumentos permanecem totalmente simbólicos, uma vez que além das demandas

não serem satisfeitas, as conquistas obtidas são retiradas, como em São Paulo. Entretanto, em democracia representativa, somente a natureza do regime determina a satisfação das necessidades sociais dos trabalhadores sem recorrer aos pesados dispositivos de participação popular, dando a ilusão de que participando os problemas são resolvidos.

2.3. A prefeitura entre gestão e participação

Desde a gestão da Prefeitura de São Paulo de 1989 para 1992, o Partido dos Trabalhadores visa a transformação das administrações regionais da cidade em câmaras municipais de distritos. A idéia tornou-se popular em 2001, quando Marta Suplicy torna-se prefeita e concentra o seu programa em três eixos:

- instauração de programas sociais, sobretudo a educação, esportes, lazer e cultura;
- instauração de projetos de recuperação do espaço urbano, sobretudo do centro, recuperação das infra-estruturas, a implantação do orçamento participativo, e
- descentralização através da criação de 31 submunicípios.

Diante da galopante corrupção praticada durante as gestões precedentes, diante da necessidade de responder às aspirações populares com instrumentos de gestão mais democráticos, e diante dos ânimos das vanguardas políticas e sociais, difunde-se a idéia de que se pode extirpar o clientelismo, a corrupção, a desigualdade e a injustiça com a participação popular; a partir do dispositivo de descentralização administrativa, os municípios de distrito, e em 2002, os instrumentos de participação e de descentralização são realizados. A guisa de exemplos bem sucedidos, certos responsáveis buscam experiências de algumas cidades prestigiosas do norte do planeta para reforçar os efeitos benéficos da idéia para aplicá-la em São Paulo. Para corroborar a possibilidade de ampliação da cidadania, de uma nova estrutura da esfera pública, de novas parcerias, e da qualidade democrática, Caccia Bava, cita Tóquio, no Japão, enquanto referência positiva de descentralização, dado o funcionamento orçamentário das suas subprefeituras, cujos sub-

prefeitos devem versar o excedente da arrecadação fiscal a um fundo próprio das subprefeituras que serve para compensar seus déficits eventuais (BAVA, 2002). O exemplo de Tóquio torna-se inadequado visto que nem o funcionamento dessa cidade garante a “participação cidadã”, nem os seus serviços e equipamentos estão disponíveis à população, onde o princípio de mistura funcional prima sobre o princípio de mistura social nos projetos de renovação urbana, onde o transporte público do metrô e do trem são totalmente privados, onde os imóveis são considerados como objetos “perecíveis e rejeitáveis” para garantir maior verticalização, assegurando assim superfícies maiores para o mercado fundiário (AVELINE, 2006).

O dispositivo da descentralização é instaurado em São Paulo, mas os objetivos para os quais é criado não são atingidos: o déficit em alojamento [como mostra a Figura 6] e de equipamentos públicos continua aumentando.

FIGURA 6

DEFICIT DE HABITAÇÃO EM SÃO PAULO

Para o Município de São Paulo, os dados mostram que em 1970, apenas 1% da população vivia em favelas. Dados de 2002 mostram que 10% da população de São Paulo vivem nas favelas – são 1.160.590 moradores vivendo em 2.018 favelas.

Este dado, no entanto, não considera o conjunto da população que vive em condições precárias, tais como os inúmeros cortiços, população moradora nos baixos dos viadutos. Na cidade de São Paulo, estima-se que entre 182 mil (IBGE) e 600 mil pessoas (Pesquisa Fipe 1994) vivam precariamente em cortiços insalubres (PAC – CDHU-SEADE, 2001). Em 113 viadutos e pontes vistoriados vivem aproximadamente 5.646 pessoas, em 1.164 residências (PMSP-SJURB/SAS/SEHAB/COHAB, agosto 2001).

Fonte: ARIENTE et al. *A Política Habitacional da Cidade de São Paulo: o papel da participação popular*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

Ao mesmo tempo, a curva dos gastos da prefeitura em matéria de habitação, em relação ao seu orçamento, não inverte a tendência [Ver as Figuras 7a e 7b], ao contrário, como ilustra a Figura 7c. O aspecto relevante dos gastos da Prefeitura de São Paulo é que em dez anos eles se desenvolveram nos primeiros anos apenas, momento em que os prefeitos conservadores e de reputação duvidosa [Maluf de 1993 a 1996 e Pitta de 1997 a

2000, ambos conservadores e de direita, envolvidos em processos por escândalos de desvio financeiro], chegando a atingir o máximo em 2000 com 5,35% do orçamento global, para decair a um nível inferior em 2004 [1,64%] com Marta Suplicy ao de 1994 [1,81%]. Pitta chega a gastar mais de 354 milhões de reais em habitação (5,35% dos 6,6 bilhões gastos pela Prefeitura em 2000). Com especial atenção às cifras indicadas durante a gestão PT que incluem os gastos para a execução de programas iniciados durante a gestão da prefeita Erundina [1989-1992], que os outros dois prefeitos obstruíram, além de cobrirem as realizações de programas habitacionais financiadas pelo governo federal (CHARÃO et al, 2004), como será analisado na Parte III. Entretanto, pode-se constatar o que a própria prefeitura afirma, assumindo que as prioridades nesses anos são educação e saúde, o que será motivo de mobilização dos movimentos para que a moradia seja incluída nelas. É nesse contexto que eles se remobilizam para que as suas propostas sejam adotadas no Orçamento Participativo.

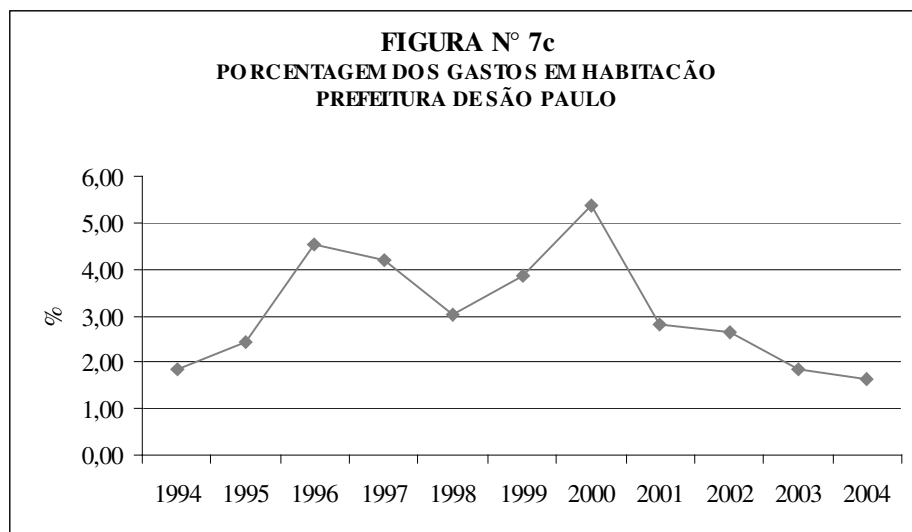
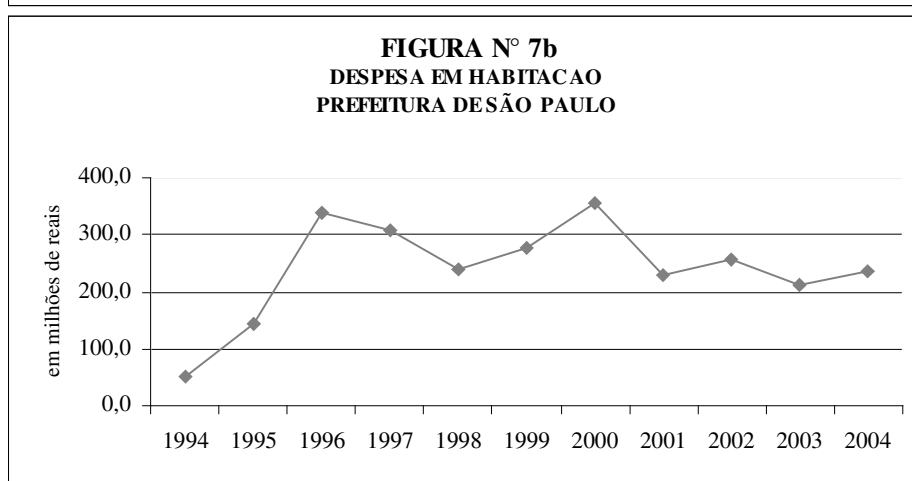
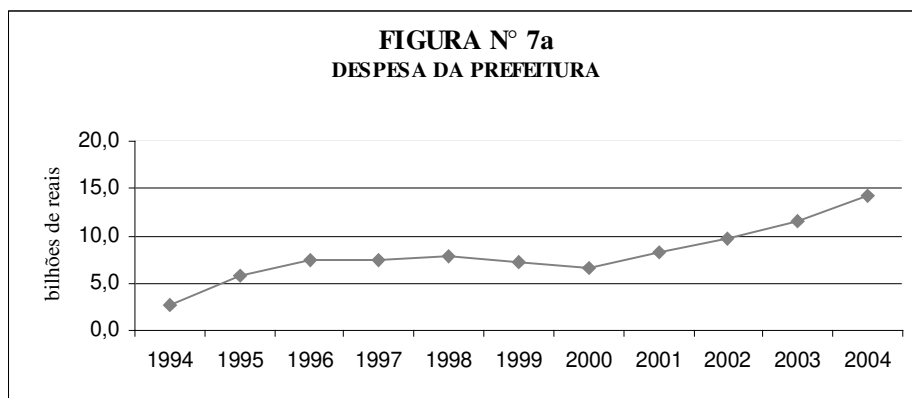
FIGURA 6

DEFICIT DE HABITAÇÃO EM SÃO PAULO

Para o Município de São Paulo, os dados mostram que em 1970, apenas 1% da população vivia em favelas. Dados de 2002 mostram que 10% da população de São Paulo vivem nas favelas – são 1.160.590 moradores vivendo em 2.018 favelas.

Este dado, no entanto, não considera o conjunto da população que vive em condições precárias, tais como os inúmeros cortiços, população moradora nos baixos dos viadutos. Na cidade de São Paulo, estima-se que entre 182 mil (IBGE) e 600 mil pessoas (Pesquisa Fipe 1994) vivam precariamente em cortiços insalubres (PAC – CDHU-SEADE, 2001). Em 113 viadutos e pontes vistoriados vivem aproximadamente 5.646 pessoas, em 1.164 residências (PMSP-SJURB/SAS/SEHAB/COHAB, agosto 2001).

Fonte: ARIENTE et al. *A Política Habitacional da Cidade de São Paulo: o papel da participação popular*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.



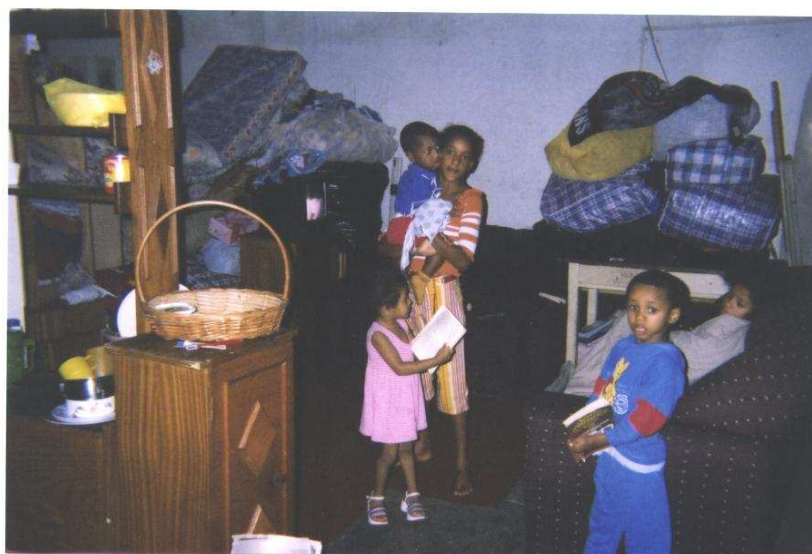
Fonte : Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, *apud* Reporter social, 2004.
 Acessível em : <http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=606&ed=Teto> Acesso: jan
 2008. Gráfico da autora.

A prefeitura tenta amenizar o problema da moradia da população de baixa renda, com a criação do Programa “Morar no Centro”, valendo-se das propostas oriundas dos movimentos e das situações de fato criadas pelas ocupações. Projetos são realizados junto aos movimentos e interlocutores concernentes, como forma de “incluir” a população de baixa renda no centro da cidade, área de maior concentração de ofertas de trabalho, melhorando as condições de habitação no centro, recuperando ou equipando as infra-estruturas, construindo novas unidades habitacionais, com recursos provenientes das subvenções municipais ou da Caixa Econômica. Esse processo de elaboração e realização é desenvolvido através de mecanismos de diálogo institucionais como o Conselho Municipal da Habitação, espaço no qual participam os movimentos pela moradia reconhecidos pela municipalidade, representantes da prefeitura, representantes das esferas financeiras, empresários ou proprietários de imóveis; espaço este, ressentido por alguns dirigentes dos movimentos como um eminente espaço de democracia e de garantia para a realização dos projetos. Curiosa é a leitura do Conselho Municipal pelos representantes dos movimentos que compreendem este espaço com caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo, com o objetivo de controlar e avaliar a política municipal de habitação. No entanto, no decreto municipal que regulamenta o Conselho Municipal de Habitação, as atribuições do conselho são as seguintes:

debater a política urbana do Município; apreciar os relatórios anuais, analisar questões relativas à aplicação dos Planos diretores, acompanhar a implementação dos objetivos e diretrizes dos Planos, debater, propor e acompanhar a aplicação dos recursos, acompanhar o planejamento e a política urbana, articular a ação dos conselhos municipais, debater e propor diretrizes, debater propostas sobre projetos de lei e elaborar e aprovar seu regimento interno” (Decreto Municipal nº 43.230, de 22-05-2003, PMSP, 2003, no Quadro VI deste estudo).

A força que teriam os movimentos e a sociedade civil atuando nessa instância é neutralizada pela multiplicação de competências sem abrir o espaço para que as suas propostas sejam adotadas realmente.

Concluindo, considerando o aumento exponencial do déficit habitacional da cidade, ao mesmo tempo em que o incremento populacional da cidade [Ver Quadro III: Crescimento da cidade de São Paulo] é acompanhado de forte densidade construtiva, desconsiderando a situação de fato nessa matéria e ignorando as demandas populares, a prefeitura não se preocupa em repartir melhor o seu orçamento reservando uma maior porcentagem dos seus gastos na construção e na reabilitação dos prédios destinando-os à habitação, sobretudo assegurando moradia definitiva à população de baixa renda, evitando



Ocupação do imóvel da avenida 9 de Julho pelo MSTC em 2004. Foto BW.

assim os programas que não as preservam de situações sempre precárias.

2.3.1. O orçamento participativo

O OP - Orçamento Participativo é uma experiência realizada não apenas em 180 municípios brasileiros, como também em algumas cidades dos Estados Unidos impulsionadas por funcionários das Nações Unidas, na qual a extensão do espaço público, a regulação dos mercados e a ação municipal são temas polêmicos permanentes, que termina por não modificar a situação - a ordem vigente -, nem os problemas das populações, precisamente pelo fato de ausência de propostas que atinjam as questões estruturais do sistema capitalista, segundo Katz (2006). Entretanto, são dispositivos que fazem parte da convicção de intelectuais e das vanguardas dos partidos de esquerda, que mesmo defendendo o socialismo como sistema alternativo, defendem o OP justificando que não é um processo realizado ou totalmente satisfatório, mas é percebido como método de gestão substituindo as políticas tradicionais. Oliveira e outros (2003), por exemplo, defendem o OP como uma invenção política da política:

A amplitude e o impacto dessas recriações da democracia nem sempre parecem percebidas. No entanto, uma extraordinária invenção política vem se firmando no Brasil. De fato, a novidade pode ser identificada no capítulo das relações entre o Executivo e o Legislativo: intervindo no papel do Estado na regulação da economia pelo social; moldando a política social pública pela ativa intervenção cidadã nas prioridades; religando a vontade cidadã com as decisões legislativas e executivas; retomando, agora, parte do poder delegado e realocando-o diretamente na fonte nos orçamentos públicos; reduzindo as distâncias entre governantes e governados; e introduzindo um nível intermediário entre a representação clássica em vias de esgotamento e a democracia direta sonhada, mas não realizável. É o que a tradição política está chamando de Orçamento Participativo (OLIVEIRA et al. 2003).

Diante da experiência de Porto Alegre, a mais significativa do país em relação à participação e aos resultados, enquanto instrumento da sociedade, Sintomer e Gret constatarem que:

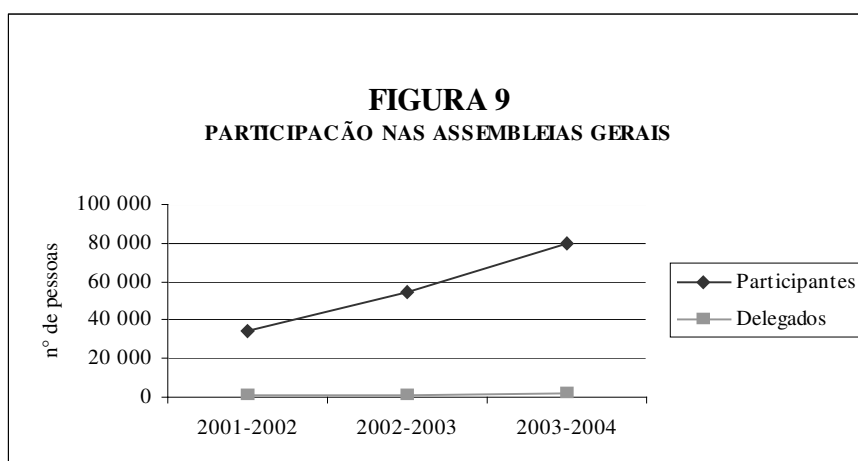
no plano da gestão, a política que foi levada seguiu uma orientação social-democrata radical mais do que uma orientação revolucionária orientada para o rompimento com o capitalismo, cuja participação representa um aumento considerável do número de pessoas que podem exercer diretamente a sua cidadania sem delegá-la [...] Com seu orçamento participativo, Porto Alegre cria um quarto poder, aquele dos cidadãos quando eles assumem diretamente a tomada de decisão. (SINTOMER e GRET, 2002. p. 130. TDA).

Seus defensores, corroborando a tese de SINTOMER e GRET, argumentam que o OP permite uma extensão considerável do número de pessoas que podem exercer diretamente sua cidadania sem delegá-la, criando uma união entre o Estado e a sociedade civil de inspiração gramsciana (OLIVEIRA et al:127). A discussão sobre o OP implica três tipos de enfoque hoje: o primeiro sobre a relação entre sociedade civil e democracia local; o segundo sobre o esboço institucional; e o terceiro sobre o aprofundamento da democracia (AVRITZER, 2006). O aspecto que interessa este estudo toca os três, uma vez que o postulado é em que medida a ação dos movimentos influencia as políticas públicas, através do OP ou de outros instrumentos participativos.

Como em Porto Alegre, a orientação do OP da prefeitura PT de São Paulo é também fundada no exercício da democracia por indivíduos participando das plenárias para serem eleitos para os Conselhos do OP. Mas, a diferença da experiência daquela já existente em Porto Alegre desde 1988, em São Paulo, vai perdurar durante os quatro anos da administração PT, o que dificulta a comparação entre as duas cidades. No primeiro ano, saúde e educação foram as áreas privilegiadas, no ano seguinte foi adicionada a habitação, terceira área mais votada, escolhida por 17 regiões, e no terceiro ano todas as áreas foram escolhidas. A prefeitura movimenta a população a partir do ciclo anual de discussões dos temas apresentados e propostos para aprovação, para em seguida serem encaminhados pelos delegados eleitos nas assembleias territoriais. Geraldo Adriano Godoy de Campos (entrevista de 2004), coordenador do OP em São Paulo, explica que as pessoas organizadas nos partidos políticos que participam das assembleias, têm o mesmo poder de voto daquelas que não pertencem a nenhum partido, mas a diferença é que as primeiras podem mobilizar

seus movimentos para votarem nas suas propostas ou nos seus delegados e mesmo participando individualmente elas podem empenhar-se em diferentes áreas. Em 2002 a proporção dos não-organizados [aqueles que não são aderentes a partidos políticos, sindicatos ou associações] é de 54%, o contrário do ano precedente, cuja participação dos militantes é de 62% em 2001. As obras são aprovadas para todas as áreas de investimento da prefeitura e a habitação é uma delas, mas também saúde, educação e trabalho. As 31 subprefeituras favorecem a ampliação e a descentralização das atividades do OP. No primeiro ano da experiência o OP mobilizou 34 mil pessoas, organizou 190 assembléias gerais e despendeu 481 milhões de reais em operações. Em 2002, segundo uma pesquisa encomendada pela prefeitura (Consultoria VENTURI, 2002) e realizada entre abril e julho, a porcentagem de participação de indivíduos membros de movimentos de defesa da moradia: dos Sem Teto, de associações de moradores, dos cortiços e dos mutirões, são majoritários em relação aos membros de partidos políticos, de sindicatos, de movimentos de mulheres e de saúde; fato que provavelmente influi na inclusão do tema da habitação no OP, que no ano anterior não fazia parte das áreas mais votadas.

Com a participação popular sempre aumentando, ampliam-se também os recursos dos três últimos anos da gestão Marta Suplicy. Apesar da participação não chegar a 1%, dados os 10 milhões de habitantes, a evolução é impressionante, embora não seja comparável à participação popular da cidade de Porto Alegre, como ilustra o gráfico da Figura 9. Além disso, em São Paulo a distribuição da densidade participativa é heterogênea,



Fonte : Prefeitura de São Paulo
Plano de obras e serviços do orçamento participativo, 2004. S. Paulo, 2004.

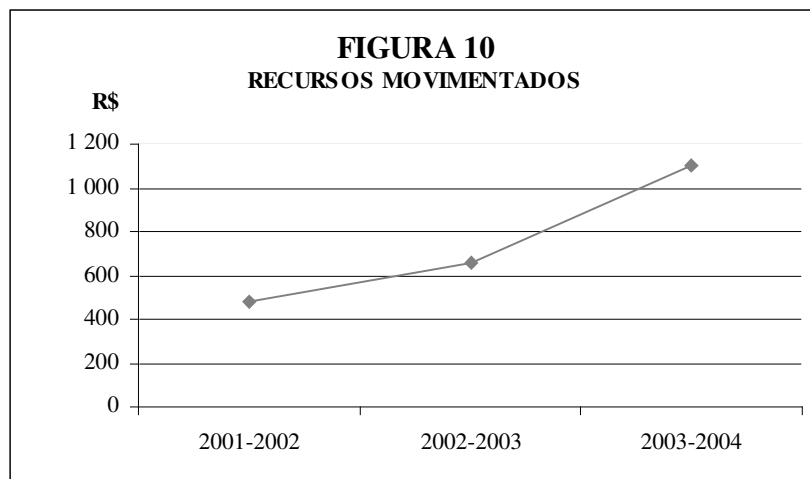
uma vez que a população acha-se concentrada em determinados bairros e o PT encontra-se dividido em relação ao papel abrangente do OP, chegando mesmo a não ser apoiado por certas subprefeituras, além de obter efeitos distributivos medíocres, alcançando alguns bairros modestos com poucos recursos (AVRITZER, 2007). De acordo com a pesquisa de 2002, as mulheres são majoritárias, os participantes são católicos na sua maioria, em geral um terço da população das plenárias fizeram até o 2º grau, possuem uma renda familiar mensal entre 2 a 5 SM (salários mínimos), e na sua grande maioria, é constituído de mais de 70% da PEA²³, tanto em 2001, como em 2002 (Consultoria VENTURI, 2002). No plano financeiro, a variação dos recursos mobilizados pela prefeitura sobe para mais de 1,7 vezes em 2003 em relação ao ano precedente, como indica a Figura 10; enquanto que a variação do orçamento da prefeitura destinado ao OP é de 32% entre 2001 e 2002, mas ela cai para uns 17% entre 2002 e 2003, como mostra a Figura 11; isto é, 5% do orçamento municipal vão para o OP em 2001, 6,6% em 2002 e 7,7% em 2003. Os recursos são majoritariamente destinados aos bairros mais modestos e satisfazem principalmente programas sociais, a educação, a saúde e o transporte

.Durante os três anos de OP, a população mobilizada recorre ao dispositivo para satisfazer suas reivindicações, e obtém nas áreas da educação, da saúde, da habitação e nos programas sociais, dezenas de escolas, 37 creches, 24 estabelecimentos escolares para a infância, escolas, centros culturais, reformas de hospitais, programas de saúde; estabelece a renda mínima, a Bolsa Trabalho e na habitação, inicia as obras de urbanização de alguns loteamentos, retoma alguns mutirões e inicia as obras de transformação do Hotel São Paulo na Sé em 160 unidades habitacionais (Guia do OP, 2004), objeto de reivindicação do movimento pela moradia desde 1999, tornando-se emblemático para os movimentos.

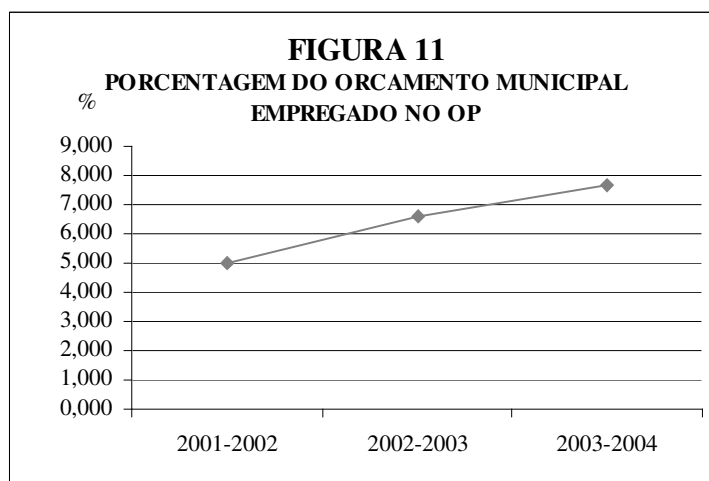
No que concerne à participação dos membros do movimento pela moradia no OP, a idéia que deixam passar seus dirigentes, pelo menos aqueles das quatro organizações, é que se trata de um espaço pouco satisfatório, sem expressar exatamente porquê, ou seja, quais os problemas de fundo, de orientação ou de encaminhamento; embora algumas organizações do movimento tenham decidido participar de maneira mais estruturada a fim de construir uma relação de forças e conseguir fazer passar suas propostas, como é o caso

²³ População economicamente ativa (PEA).

do Hotel São Paulo, descrito mais adiante. Essa experiência será recuperada pela administração PT como fruto da sua própria política habitacional, que vai provocar um sentimento de decepção nos movimentos, tendo em vista as dificuldades que eles tiveram



Fonte : Prefeitura de São Paulo
Plano de obras e serviços do orçamento participativo, 2004. S. Paulo, 2004.



Fonte : Prefeitura de São Paulo
Plano de obras e serviços do orçamento participativo, 2004.
S. Paulo, 2004.

para a concretização do seu projeto de reconversão do hotel.

Nas entrevistas, em geral, tanto os dirigentes quanto os militantes do movimento dizem que participam das estruturas do OP a título pessoal, confessando a

pouca importância que suas estruturas dão às reivindicações próprias do movimento e vice-versa, sem dar a menor importância ao fato de que o dispositivo não reconhece formalmente a representatividade dos indivíduos ou dirigentes nas suas estruturas. Mas curiosamente, segundo os dirigentes, as reuniões das instâncias de base do movimento não incluem o OP nas suas pautas; embora na sua entrevista, Edson Negrão do MMC, mostre-se preocupado pela *participação* dos movimentos no OP:

A participação dos movimentos populares no OP ajudou muito, porque a sociedade tem uma participação direta do que vai ser usado na sua região, mas uma dificuldade dos movimentos populares é de não entenderem a necessidade de levar o povo. Porque é a quantidade de pessoas que vai, é que dá o número de delegados. E como a gente não vai com várias pessoas por uma série de motivos, só vão os coordenadores, as pessoas que estão mais ligadas com os movimentos, nós acabamos perdendo pelos grandes empresários, que no caso, preferíamos que fossem investidos na moradia, na construção de alguma coisa, pros filhos das pessoas que estão ali na área, aí vão com uns empregados, com uma quantidade maior de pessoas e tentam beneficiar outras coisas, que não são prioridades dos movimentos populares ou dos movimentos de moradia. Parece que a quantidade necessária pra participar para eleger um delegado é cinco, cinco por um, cada cinco pessoas valem um delegado. Só que, como os empresários é que empregam as pessoas dos movimentos, fica difícil eles se liberarem pra participar das assembleias, mesmo quando é sábado ou domingo, porque a maioria do povo trabalha domingo e sábado. A gente está começando a discutir dessas coisas com a juventude do nosso movimento, porque as questões da juventude, como uma quadra de esporte, um parque para fazer circular as crianças, que poderia ser melhorado ou criado na nossa região, não está sendo porque a juventude não está indo participar no OP pra colocar essas questões, somente são discutidas as questões, desses empresários, desses comerciantes da área, que são importantes pra eles (NEGRÃO, entrevista 2004).

De modo que, as decisões votadas e adotadas estão em função da capacidade e da possibilidade de mobilização dos indivíduos na sua área de interesse, quer a partir dos seus movimentos, quer a partir das suas atividades profissionais, culturais e esportivas.

Representantes dos movimentos acompanharam a experiência desde o início da gestão do PT; embora, segundo as entrevistas com seus dirigentes, deixem pressentir uma preocupação de engajamento mais em relação às suas organizações do que em relação ao OP, embora a *organização* seja a questão comum a todos. Francisco Comaru, arquiteto, pesquisador e militante da ONG de direitos humanos Gaspar Garcia, explica porque essa experiência não funcionou em São Paulo:

O OP funciona em Porto Alegre, ou mesmo em Belém, onde é mais significativa a experiência, mas em S. Paulo, sempre foi uma coisa secundária no PT, é subalterna às questões mais importantes. Acho que há um problema geral: o da participação. Participei de um projeto Cidades Saudáveis no litoral, projeto que trata das melhorias das cidades. Fizemos uma mobilização em torno do projeto e trabalhamos muito com a questão da participação, não só com a população pobre, mas com a população como um todo: classe média e outras, e a iniciativa ampliou-se tanto – os canais, as instâncias – que todo o mundo ficou meio zonzinho, muitas pessoas que não participam de nada e outras que participam de tudo. Assim tem o cara que é delegado do OP, que é membro do Conselho municipal da saúde, está no Conselho de habitação, vai pra Brasília para a Conferência da universidade, volta pra não sei o que [...], é síndico do prédio dele, sabe? Então ele vira um conselheiro profissional!

Mas eu acho que os movimentos participaram do OP em S. Paulo, pelo menos quando eu aí estive há um ano. Tinha prioridades a serem votadas, e havia a moradia que tinha que se eleger como uma prioridade pra ser inserida no orçamento do ano seguinte e para que a moradia fosse na área central. Daí o pessoal do movimento ia, mas no OP o que vale é o voto individual então o pessoal do movimento ia, mas cada um votava individualmente e elegia delegados como a Verônica, do Fórum do cortiço, o Joel que é assessor, arquiteto, também. Mas o que aconteceu naquele ano, que eu acompanhei, é que a habitação foi considerada como a prioridade, obteve recursos, sendo previsto no orçamento e na hora de executar, o governo não libera o dinheiro, durante a gestão da Marta Suplicy... O dinheiro vinha da COHAB que não liberou os recursos... É o problema da máquina: se a máquina funcionasse, ficaríamos participando (COMARU, entrevista, 2004).

Assim, em relação à representatividade, tanto o problema daqueles interessados nas

realizações das suas propostas e que devem trabalhar no sentido de mobilizar o máximo de pessoas para votarem nelas, quanto o problema dos indivíduos que multiplicam suas responsabilidades nas diversas esferas da vida pública, mais como satisfação individual do que por interesse das necessidades coletivas, são problemas que o OP não consegue resolver.

Nídia, coordenadora da ULC, expressa suas reservas, sobretudo com relação à experiência do Hotel São Paulo:

A gente participou no primeiro ano, mas a gente não sabia como funcionava, aí no segundo ano a gente jogou mais peso e o OP da habitação ganhou, mas só que do que a gente propôs, a única coisa que foi comprada foi o Hotel São Paulo, indicou também uma creche pra fazer lá com o Fórum dos Cortiços, e também nós indicamos pra ajudar Riachuelo, que depois não saiu no OP, mas saiu como desapropriação.

O movimento da moradia é muito forte em São Paulo e em relação à saúde, a educação, eles deixaram cair, foi caindo. Mas o movimento da moradia até foi no desemprego porque o desemprego está alto, então a pessoa tem que se atirar em algum lugar pra sair do marasmo de 700 reais ou 500 de aluguel então a saída é o movimento da moradia. Então somos mais fortes. Então naquele ano a gente se articulou muito bem na cidade inteira de São Paulo. Aonde tinha votação, quem tava na região, porque só pode ser morador da região, foi lá e votou e nós ganhamos em todas as regiões praticamente. Onde a gente se articulou, ganhou. Só que o que a gente votou, não foi colocado na prática e a gente cobra até hoje! (Nídia, entrevista 2004)

Esse exemplo mostra os limites da adoção das propostas, mesmo com a mobilização dos indivíduos para o voto das propostas. Verônica Kroll, dirigente do Fórum dos Cortiços, à frente das negociações pela reconversão do Hotel São Paulo em moradia e equipamentos, é mais radical no seu descontentamento:

Sobre o Orçamento participativo: enquanto movimento popular, a gente se relaciona, entre aspas, bem com eles. O orçamento participativo em São Paulo ainda é uma fase, não é verdadeiro, vai ter que mudar. Vai ter uma mudança drástica, não é da forma que vem se discutindo, porque da forma que se discutiu o

orçamento é pra enganar o povo. Tanto que nós este ano não fomos pra discussão do orçamento. Nós discutimos no ano passado e nada do que a gente discutiu no orçamento se realizou. Então não é desse jeito o orçamento participativo. Muito projeto que eu sei que saiu do orçamento participativo foi no primeiro ano do governo foi a reforma do hotel, que foi a única obra que nós do movimento de moradia conseguimos fazer com que as outras pessoas votassem no nosso projeto. Foi a única obra no centro de São Paulo. Era um hotel que vai virar uma creche, um posto de saúde e 150 moradias. Na verdade passou quatro anos e vai começar só agora a reforma. Não fica pronto esse ano, fica pronto no ano que vem e vem do primeiro ano do orçamento participativo. Então eu tenho críticas sérias sobre o OP (Verônica Kroll, entrevista 2004).

Na realidade, a lentidão do projeto iniciado desde 1999, mais uma vez, deixa claro os limites do OP em relação às demandas dos movimentos referentes ao problema da moradia.

Entretanto, a opinião dos jovens militantes do PT, responsáveis pela coordenação do OP na Prefeitura de São Paulo, refere-se ao OP reforçando os aspectos positivos como o aumento da participação da população e algumas realizações, apresentando uma agenda densa de reuniões espalhadas em todos os distritos da capital, argumentando que, de algum modo, a experiência está direcionada para uma democracia com participação direta. Em todo o caso, o destino da cidade a partir da desejada “participação direta” da população está longe de ser uma realidade, pelo menos no que se refere ao movimento pela moradia, pois a não realização das propostas relativas à habitação no OP não contribui para a consideração dos movimentos, como também incita o distanciamento das suas iniciativas, além de afetar a credibilidade e a confiança das organizações no governo da Prefeitura PT. Provavelmente são essas as razões pelas quais nenhum representante fala espontaneamente sobre suas atividades ou responsabilidades no OP, embora exista também um mal-estar ressentido por militantes do PT não engajados no movimento pela moradia.

Além das dificuldades da prefeitura em satisfazer completamente as reivindicações dos movimentos, somam-se outras. Com as experiências conduzidas nas diferentes cidades, inclusive em São Paulo, observa-se a utilização do OP como um instrumento de estímulo para amenizar os enfrentamentos entre movimentos contestadores

e as políticas conduzidas pelos governos. O OP torna-se assim uma das ferramentas mais eficientes das agências internacionais, que compreendendo esse papel tiram partido dele, iniciando assim as pressões já enunciadas no capítulo I, levando prefeitos e responsáveis a enfrentar e a tomar as medidas necessárias. Ricci (2005), levanta as preocupações de certos prefeitos e políticos, dirigentes do PT, quando discutiam sobre o futuro dos OP num seminário em Porto Alegre em 2001, que operando em Porto Alegre, Belém e Santo André convergiam numa preocupação central, a de ficarem reduzidos a simples mecanismos de *good* governança, como desejam as instituições internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial em 1996. Entretanto, constata-se também que os movimentos funcionam como alavancas do OP, no sentido de serem utilizados como instrumentos de mobilização para a realização de propostas do eleitorado da administração PT. Segundo a pesquisa de Avritzer (2007), o papel da sociedade civil e da política nos Planos Diretores Municipais têm dado resultados importantes quando aprovados após as modificações, graças ao Conselho da Cidade e de alguns tribunais, o que corrobora a constatação do papel impulsionador dos movimentos sociais e da sociedade civil nas políticas públicas. No seu trabalho sobre OP e a teoria democrática (AVRITZER, 2006), o autor salienta a importância das experiências no debate sobre a democracia, citando a contribuição de Gret e Sintomer (2002:130) sobre a criação de um quarto poder, o dos cidadãos, propondo-se ampliar a análise tendo em vista “a ampla variação seja no campo da tradição associativa existente, seja no campo do papel do governo e da participação”, cujo tecido existente precedentemente à criação dos OP é importante. Reflexões incontestavelmente verídicas mas que não demonstram os resultados altamente superiores de realizações efetivas das demandas populares.

2.3.2. Os programas da prefeitura

A Constituição brasileira de 1988 exige dos municípios com mais de 20 mil habitantes a adoção de um Plano Diretor, que em São Paulo seria a substituição do existente desde 1972. O Plano diretor consiste num conjunto de diretivas de urbanização destinadas a organizar a ocupação e o uso do solo: as políticas urbanas, os transportes, a subdivisão em

zonas e os municípios podem aprovar ou não os instrumentos contidos no *Estatuto da cidade*. Em 2001 o Parlamento adota o *Estatuto da cidade*, Lei Federal 10.257/01, que regulamentou os capítulos 181 e 182 da Constituição do Brasil (Câmara dos deputados, 2001) como instrumento de planificação urbana, criado no *Fórum nacional pela reforma urbana*, funcionando desde os anos 1970. O Estatuto é considerado um avanço para as demandas dos movimentos sem, portanto, eliminar seus limites, como explica Moysés no seu estudo:

Os princípios do Estatuto propiciam desvendar conflitos relacionados ao planejamento, apropriação, propriedade, gestão e uso do solo nas áreas urbanas. O Estatuto não resolve, nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra. Reconhece o predomínio da população urbana e a falta de acesso da maioria aos padrões de urbanidade vigentes (MOYSES, 2005).

É o resultado das lutas dos anos 1980, quando os movimentos sociais mobilizados criam organizações institucionalizadas pela reforma urbana. Durante a gestão Erundina houve certa mobilização em torno de um novo Plano, mas não foi aprovado pela Câmara Municipal. Em 2002, durante a gestão PT, com Marta Suplicy com uma menor mobilização, foi realizado um novo Plano, desta vez aprovado pela Câmara (Ferreira, entrevista 2004). No Estatuto, há certa quantidade de instrumentos urbanísticos a nível municipal, mas a sua eficiência dependerá da existência desses instrumentos no Plano, que por sua vez conterà cláusulas progressistas em função da correlação de forças entre os protagonistas. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, introduzido pelo Estatuto da Cidade, é um exemplo de dispositivo aplicado aos terrenos não utilizados, parcialmente utilizados ou utilizados a fim de transformar os terrenos em habitação por serem de *interesse social*, visando reduzir a especulação imobiliária. Os proprietários fundiários começam então uma polêmica em torno do termo *utilizado*, argumentando que um terreno vazio transformado em estacionamento é considerado como sendo utilizado, da mesma maneira que um edifício de 10 andares ocupado apenas por um andar (Ferreira, entrevista 2004). Por ocasião da Vª Conferência das Cidades, Ferreira levanta a questão da participação popular como garantia e auxílio à discussão participativa do Plano, ajudando

assim “a romper o verdadeiro “mercado de planos” criado por urbanistas interessados em vender às prefeituras ‘pacotes técnicos’ que nem se preocupam em assimilar as disputas sociais existentes” (FERREIRA, 2003). Desse modo, a população de São Paulo mantém suas relações com o município da mesma maneira que os brasileiros em relação ao governo da União: de um lado as classes trabalhadoras, lutando pela moradia, e do outro, proprietários tentando contornar a regulamentação, tecnocrata interessados em vender seus projetos, e políticos interessados em manter-se no aparelho do Estado; enquanto o sucesso desses instrumentos dependerá das relações de forças existentes no município.

Em 2002, o Plano Diretor é promulgado pela cidade de São Paulo e cria regulamentos para “o acesso à moradia digna”, introduzindo a noção de participação popular e definindo uma diretriz para a política habitacional da Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo – SEHAB. Na revista desse organismo, do mês de março de 2004, são evocadas as conquistas dos movimentos de luta pela moradia no centro da cidade e páginas inteiras são consagradas ao *habitat* social e, em particular, ao programa que transforma os edifícios vazios em moradias populares. No entanto, suas reivindicações dificilmente são satisfeitas definitivamente e em relação aos movimentos, a prefeitura deixa-os inseridos na categoria de “comunidades”, precisando que:

O processo de elaboração e implantação da política habitacional não seria possível sem a participação popular. O diálogo com as comunidades permeia o trabalho da Sehab e faz com que as ações correspondam às demandas da população. O símbolo da consolidação da participação popular é o Conselho Municipal de Habitação (HABITASIMPA, 2004:6).

Assim, o Conselho Municipal de Habitação legitima a democracia, garante a cidadania, mas sobretudo, é uma ferramenta de promoção da administração PT. Entretanto, apesar da intensificação das negociações com as autoridades, os conflitos endurecem-se e os movimentos recorrem às ocupações de edifícios, que pertencem muitas vezes ao Estado [de oposição ao PT] ou à União [com o PT no governo], generalizando-as, apesar das negociações com os conselhos da gestão municipal do PT. O mesmo artigo apresenta a prefeitura como a única responsável pela elaboração e execução da política habitacional do

município, através da sua proposta de Parceria Público-Privada (PPP) [mecanismo bastante criticado por setores do próprio PT, devido às consequências políticas cujos resultados em geral favorecem o setor privado que sai beneficiado nas negociações desse tipo de parceria]. E o artigo continua sem nuances na sua recuperação política:

[...] Nunca o poder público municipal combateu com tantas armas e de forma tão estratégica o déficit habitacional histórico da cidade. Mas a questão extrapola as fronteiras do município e requer políticas integradas com outras cidades, Estado e União. Além de recursos da Prefeitura, as parcerias, especialmente com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério das Cidades, foram fundamentais para impulsionar e ampliar o alcance dos programas. Ao todo, cerca de 40 mil novas unidades habitacionais foram viabilizadas na cidade. Os números ratificam a qualidade e abrangência dos programas habitacionais. Mais do que casas, São Paulo constrói cidadania (HABITASAMPA, 2004:7).

Todavia, o caso do Hotel São Paulo, permanecido na memória dos dirigentes envolvidos na luta pela sua reconversão, desmente a versão da revista da prefeitura, pois é um exemplo significativo relatado no Dossiê do Centro de São Paulo, pelo Fórum Centro Vivo em 2006, que protesta contra o desrespeito da nova gestão municipal [que naquela ocasião faz oposição ao governo federal do PT] eleita em 2004, assim como pela negociação entre a prefeitura PT e os movimentos, mas que no entanto confirma o papel dos movimentos nesse conflito:

Cerca de 224 famílias do Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo ocuparam o prédio denominado Hotel São Paulo, na Praça das Bandeiras em 1999. Segundo Benedito Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, *‘esta ocupação histórica do Movimento de Moradia de São Paulo foi um marco histórico na luta pelo direito de morar no centro da cidade, inclusive porque nesta ocupação morreu um garoto de 9 anos de nome Alam Michel de Souza, quando brincava com outro amigo caiu dentro de um caixa d’água abandonada. Nem o despejo que ocorreu semanas depois marcou com tanta tristeza a nossa luta’*. O Movimento Fórum de Cortiços nunca desistiu de transformar o Hotel São Paulo num projeto habitacional e negociou com o proprietário e no ano de 2004 o prédio foi desapropriado pela

prefeitura e transferido para a Caixa Econômica Federal para ser transformado em um Projeto do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). A Caixa construiria os apartamentos e a Prefeitura se responsabilizaria por transformar os dois primeiros andares do prédio em uma creche e um posto de saúde, equipamentos que faltam na região central da cidade. No ano de 2005 a prefeitura acertou com o movimento a indicação da demanda, que por uma questão de justiça deveria mesmo indicar a demanda. A líder do Fórum, Verônica Kroll, acompanhou à negociação com os proprietários do antigo Hotel São Paulo desde que o prédio foi desocupado, naquele ano. *‘Carrego isso até hoje. Virou uma questão de honra para nós’*, disse. No entanto, lamentavelmente a prefeitura atual não cumpriu a sua parte. Não construiu os equipamentos públicos no prédio que já está quase pronto e ainda quer tirar a autonomia do movimento na indicação da demanda, desrespeitando o movimento popular (FÓRUM SEMPRE VIVO, 2006).

A realidade é que o projeto do hotel levou cinco anos de negociação, levada à frente sobretudo com a administração PT, mas que contudo se mostrou incapaz de realizá-lo definitivamente, expondo assim o risco de não concluí-lo depois das eleições, o que terminou acontecendo com a nova administração. A incapacidade das instituições responderem ao problema do direito à moradia, leva o movimento a continuar a luta em uma direção comprometida com a participação institucional e com uma base desencantada com as políticas públicas, deixando uma densa massa da população recorrer às ocupações de edifícios, exposta à repressão policial, ou de terrenos para a construção de favelas que sempre foram e continuam sendo uma opção de luta constante. Entretanto, sendo menos onerosa e mais rápida, as ocupações tornam-se o penúltimo recurso de obtenção de um teto, porque o último é a rua.

O depoimento de Cida, do Fórum dos Cortiços, representa não só a consciência dessa dirigente a respeito da problemática da moradia, seu interesse pela situação em outros países, mas também o conhecimento dos programas:

O pessoal foi prá Argentina, e prá surpresa, na Argentina, na Holanda e em outros países, a ocupação não é crime, no Brasil é, porque a lei da propriedade é maior, né? Então é assim: não dava prá ser a mesma coisa. Então começou a se desenvolver esse

trabalho no centro. Começou a resolver esses problemas recenseando a população de três a seis salários mínimos pela Caixa, de um a dez salários mínimos pelo CNHU para fazer parte dos programas, porque se criou então os programas – o PAR, Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal, que é de 3 a 6 salários mínimos. A CNHU é PAC, Programa de Atuação e Cortiço, de 1 a 10 SM. Porque os cortiços aqui em São Paulo têm alguns que são piores do que favela, porque são aqueles lugares fechados, sem janela, só parede. Você não imagina quando você entra ali, a vida que aquelas pessoas levam. Tem a cozinha, o banheiro pra 10 ou 20 famílias, o mesmo banheiro, o mesmo tanque, é uma vida muito sacrificada. Então a luta pela moradia no centro é prá acabar os cortiços e prá dar uma moradia digna pros pobres (CIDA, entrevista 2004).

A ocupação mencionada por Cida, é uma forma de luta adotada por dois dos quatro principais movimentos, sendo relativamente abandonada nos anos de gestão PT do novo milênio, por diversas razões que serão estudadas detalhadamente mais adiante. A ocupação, como forma de ação, provoca uma mudança de percepção do espaço pela população e tem conseqüências no cálculo do mercado relativo às zonas urbanas, implicando na valorização do fundiário e do mercado imobiliário, que necessariamente influem na orientação dos programas da municipalidade, deixando então o movimento permanecer na interface entre os interesses dos potentes grupos econômicos e as belas frases dos poderes públicos que pregam intenções de “inclusão social”. É um verdadeiro processo de “saneamento” que se opera graças à ocupação, não se tratando mais da “limpeza” social, de que falava Menna Barreto, produzida por potentes grupos econômicos com o acordo e a ajuda das autoridades públicas, mas de uma apropriação coletiva do patrimônio urbano e das relações humanas. Esse processo torna-se visível quando, diante da ameaça de apropriação do centro pelo movimento, a Associação Viva o Centro não economizou esforços para convencer a então prefeita Marta Suplicy, propondo o financiamento de programas de “revitalização” do centro e de “valorização” do patrimônio cultural.

Efetivamente, a administração Marta Suplicy aprovou U\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o Programa de Ação Centro (PAC), cujo objetivo era de “revitalizar” o centro. Com esse espírito, ela restaurou

alguns edifícios, restabeleceu espaços verdes e valorizou a iluminação com efeitos necessariamente positivos, embora seus objetivos assemelhem-se mais a uma operação de sedução das camadas médias, levando-as a se interessar de novo pelo centro, de maneira que, valorizando-o essas camadas também possam consumi-lo. Ao mesmo tempo, os poderes públicos tentam resolver os conflitos entre os movimentos sociais e setores de interesses privados, devido às prioridades de recursos destinados a esses programas e concedidos pela própria prefeitura em detrimento de programas de maior relevância social, o que ocorre devido principalmente à valorização imobiliária como referência de qualidade do programa da gestão municipal. Esse processo faz então emergir três aspectos relativamente determinantes: o primeiro é a preocupação explícita ou implícita dos políticos municipais no sentido de satisfazer as camadas populares sem ferir os interesses das elites; o segundo, relacionado com o primeiro, é o de manter o equilíbrio entre as classes a fim de obter a “paz social”; o terceiro, também envolvendo os dois primeiros, é o da garantia da preservação dos seus mandatos, que em boa parte depende dos grupos sociais envolvidos no movimento.

Durante a gestão Marta Suplicy os programas se multiplicaram e um dos mais importantes é o Programa Morar no Centro, citado no parágrafo 3.1.3, no qual a Caixa Econômica - banco federal brasileiro -, inaugura um dispositivo chamado “Programa de Arrendamento Residencial” - PAR, elaborado entre 2001 e 2002, que dá prioridade ao financiamento da reabilitação dos edifícios vazios do centro ou ocupados pelos movimentos; e à construção de imóveis nessa área, destinados à habitação da população de baixa renda, definida entre 1 a 3 salários mínimos, tornando-as proprietárias e favorecendo-as em relação ao acesso às infra-estruturas urbanas e a maiores possibilidades de emprego. Segundo DEL RIO (entrevista em 2005), foi o MSTC quem concebeu este programa quando este levou um documento do movimento como proposta de projeto para dentro do partido, ocasião em que a *“Marta incorporou como um programa “Morar Perto”, que virou o Programa Morar no Centro”*. A detecção dos edifícios vazios, as elaborações dos projetos de reabilitação, as montagens financeiras, todas essas são missões que os movimentos assumem de modo cada vez mais profissional, apesar de encontrarem sérias dificuldades de realização desse programa devido à prioridade dada a investimentos de

outros programas ou ações, fruto das pressões da Associação Viva o Centro sobre a prefeitura.

Entretanto, esses instrumentos solucionam apenas parcialmente o problema, porque inúmeras vezes os projetos são realizados mas as habitações terminam por serem alugadas ou vendidas, para em seguida, seus locatários ou proprietários, encontrando-se sem emprego e/ou sem recursos financeiros, são obrigados a mudar de moradia, a revendê-las, a mudar ou voltar para suas habitações de origem, normalmente muito precárias, como os cortiços ou favelas; fato relatado em algumas entrevistas com militantes dos movimentos ou responsáveis por projetos urbanos. Fazendo parte do Morar no Centro, as instâncias municipais de participação discutem o dispositivo chamado Locação Social, que será criado pela Resolução nº 23 do Conselho do Fundo Municipal de Habitação, destinado à locação de habitação para a população cuja renda deverá atingir até 3 salários mínimos; tocando em geral os moradores de rua, os idosos, moradores de imóveis insalubres ou inseguros. Esse programa prevê a reabilitação do centro, implicando um trabalho social em direção aos desempregados, mulheres, crianças e jovens, além de prever localização adequada, acesso a transporte, equipamentos de lazer e educação. Ivanete, dirigente do MSTC, tem suas reservas em relação ao programa e o Conselho Municipal de Habitação - instância onde é discutido esse programa -, dadas as prioridades que a prefeitura dá aos projetos de embelezamento do centro:

[...] uma coisa que não é boa, mas também não é ruim, que é a questão da locação social. Hoje a prefeitura tá aí com mais de 1000 unidades prá entregar no centro. A Favela do Gato 480 tem o Prestes Maia 200 e pouco, na Ana Cintra 97, então vai partindo, vai partindo, tem outros movimentos também. Essas 1000 unidades é o resultado da luta dos movimentos, aonde também os movimentos têm uma participação dentro da prefeitura que é o Fórum, o Conselho. E nós até que tivemos uma crítica na questão do orçamento da habitação, que o orçamento prá habitação diminuiu muito. E nós fizemos uma crítica muito grande. Dentro do orçamento, no geral, priorizou umas coisas que não tinham certa prioridade. Habitação é a base prá família. A família precisa trabalhar e ter endereço. Então eu acho que deveria pegar pelo foco central da família. Qual que é? É a habitação. Reformar a cidade, reformar o centro, isso vem depois. Eu acho que a família morando

bem teria um respaldo melhor, até mesmo prá arrumar um emprego [...] (IVANETE, entrevista em 2004).

A luta empreitada através do Movimento pela Moradia no Centro (MMC) permitiu obter 60 unidades habitacionais; a da Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC) conseguiu concluir 30 unidades em 2004; enquanto o Fórum dos Cortiços (FDC), concluiu 89 unidades habitacionais (UH) em 2004 e mais 60 UH's ainda em projeto (UMM, 2007).

A Bolsa Aluguel, outro programa social, foi instituído durante a gestão PT através da Resolução CMH n° 04 de janeiro 2004, esta põe à disposição a soma de 300 reais às famílias sem renda ou de baixa renda (menos que 1 SM) destinada ao pagamento de aluguel com um mínimo de dois cômodos, mas apenas por 30 meses e renovável uma só vez. Esse programa beneficiou umas 2,6 mil famílias. Trata-se de uma medida paliativa que resolve o problema da moradia a curto prazo e que não pode, portanto, ser eficaz senão com o real acesso dessa população ao mercado de trabalho, com salários suficientes para a manutenção da moradia após a extinção do prazo da Bolsa. Além de resolver provisoriamente o problema, o dispositivo é injusto em relação às conquistas dos movimentos; como, por exemplo, o conflito pela reconversão do Hotel São Paulo em moradias. A ocupação do prédio de 22 andares, fechado há 14 anos, deveria ser dotada de equipamentos – saúde e creche –, beneficiando umas 150 famílias que habitariam em apartamentos de um a dois dormitórios. O acordo, estabelecido entre a prefeitura, a Caixa Econômica e o movimento, rezava que:

A Caixa financiará a venda das unidades pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Por meio desse programa, o mutuário – ou arrendatário – paga uma espécie de aluguel, que gira em torno de R\$ 150 mensais. Passados 15 anos de pagamento regular, ele se torna proprietário do imóvel (DURAN, 2002).

Desse modo, longe de satisfazer as reivindicações dos movimentos, o dispositivo evacuava a possibilidade de estender a apropriação de imóveis vazios, com a mesma função dos moradores do Hotel São Paulo, pela metade da soma prevista na Bolsa Aluguel. Talvez por isso, seja possível compreender porque essa solução está ausente das elaborações dos

movimentos e dos seus diversos documentos de divulgação. Entretanto, segundo o Fórum Sempre Vivo, o dispositivo é limitado mas positivo na medida em que viabiliza habitação a esse estrato social, além de impulsionar o mercado locativo (Fórum Sempre Vivo, 2006).

Em 2004 inicia-se o Programa Ação Centro, cujas realizações são financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de garantir o processo de recuperação das áreas degradadas, condicionando-as à execução de programas de tratamento urbano e de controle ambiental. O Programa de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIH) faz parte do Programa Ação Centro e concerne às áreas dos bairros do centro da capital, reabilitando o perímetro urbano degradado [correspondendo aos distritos de Belém, Barra Funda, Santa Cecília, Bela Vista, Cambuci, Bom Retiro, Glicério, Brás e Luz]: como a melhoria dos cortiços, introdução e melhorias dos equipamentos, restauração de monumentos e patrimônio, acompanhado de programas de saúde, educação, formação profissional e de programas culturais. O projeto piloto do PRIH foi situado no bairro da Luz, englobando setores históricos do comércio. [Ver a repartição dos programas na Figura 12, logo abaixo, que sem ser exaustiva, ilustra a existência dos programas para o centro.]

FIGURA 12

PROGRAMAS PREFEITURA		PROJETOS	FINANCIAMENTOS	RECURSOS	PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA
PLANO DIRETOR ESTRATEGI CO	PROGRAMA DE AÇÃO CENTRO	PROGRAMA DE REABILITAÇÃO INTEGRADA do HABITAT [PRIH] em ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL [ZEIS] [130 INICIATIVAS]	Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID] e União Européia [UE]	US\$100milhões	6 SECRETARIAS SEHAB
PROGRAMA MORAR NO CENTRO		PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL [PAR]	Caixa Econômica Federal	PRIVADOS	SEHAB
		PROGRAMA LOCAÇÃO SOCIAL	PREFEITURA	PRIVADOS	SEHAB
		PROGRAMA BOLSA ALUGUEL	COHAB		

Fontes: Dossiê Centro de São Paulo, 2005-2006; HABITATSAMPA, 2004. Quadro elaborado pela autora.

Durante esses anos, ampliam-se as reflexões sobre os edifícios vazios ou degradados, voluntariamente abandonados pelos seus proprietários por razões especulativas, enquanto as análises dos movimentos se sucedem até chegarem à seguinte formulação: este estado de decomposição urbana corresponde ao dos proprietários da terra, os *latifundiários*, que não trabalham nem produzem nas terras, outrora gigantescas explorações agrícolas, latifúndios de café, ou ainda, usinas de cana-de-açúcar. Nas cidades, os *latifúndios urbanos* são as zonas abandonadas pelos proprietários de edifícios socialmente inutilizados (MOYSES, 2003). São formulações que vão ajudar os políticos, preocupados com as desigualdades sociais alarmantes, a tentar traduzi-las nas políticas públicas, mas sem conseguir impor certas medidas mais radicais, como a do MSTC, que reivindica a criação de instrumentos permitindo que os organismos públicos desapropriem e transformem os imóveis vazios em moradias populares, em nome do direito à cidade. Recorrendo às ocupações de edifícios como forma de pressão e como solução provisória para famílias e indivíduos morando em cortiços, na rua ou em qualquer outra forma precária, arriscando serem desalojados pela repressão policial; o MSTC faz das ocupações o centro da sua atividade militante, percebido como método de gestão alternativa às políticas tradicionais, chamando a atenção dos políticos, das instituições, e conduzindo a prefeitura do PT a levar em consideração suas causas, integrando os imóveis ocupados nos seus programas.

2.3.3. O motor das políticas públicas

O papel que os movimentos exercem sobre as políticas públicas vem, sobretudo, das experiências dos mutirões com a Erundina, quando o movimento se dá conta que através da luta organizada ele é capaz de transformar uma reivindicação específica pela moradia em política pública. Sem querer esperar pelos programas oficiais de habitação, em listas sem fim, eles preferem propor soluções próprias (GUTENBERG, entrevista 2004). A superação do déficit em habitação torna-se urgente na medida em que este número aumenta de maneira exponencial. Durante a administração PT dezenas de programas foram postos

em obra, envolvendo umas 40.000 habitações, longe do 1 milhão necessário para suprir o déficit e a precariedade da moradia em São Paulo, muitas das quais são resultados das lutas dos movimentos pela moradia, todos inseridos no material de comunicação municipal, mas também no dos movimentos. Mas o elemento que intervém de maneira determinante nas políticas públicas das administrações PT é a idéia de participação nas instâncias institucionais.

Analisando os espaços de educação não formais, Gohn situa 1990 como o início das formas de organizações mais institucionalizadas, surgindo dos movimentos sociais [por exemplo, em relação à habitação, surgiram os fóruns nacionais de luta pela moradia popular, o Fórum da Participação Popular e tantos outros] cuja aparição de códigos jurídicos, como o Estatuto da Cidade, é o resultado dessas lutas. Entretanto, a autora faz um corte entre os movimentos dos anos 1970-1980, se perguntando onde estaria a marca reivindicativa daqueles movimentos que vão desaparecer nos anos 1990, restando neles simplesmente a marca proposicional. Analisando de maneira positiva essa realidade, ela aponta os avanços dos diferentes setores surgidos desse processo com o surgimento de novos movimentos, e os avanços em termos do exercício da democracia, alterando o projeto político desses movimentos na direção de “um projeto político policlassista” (Idem), atestando que *“as identidades coletivas dos movimentos populares deixaram alguns elementos de lado, tais como, as freqüentes contestações às políticas públicas”* (GOHN, 2004), percorrendo um processo de institucionalização dos movimentos. Entretanto, é precisamente porque as lutas dos movimentos sociais daquelas décadas se limitavam ao caráter reivindicativo das suas ações, não ultrapassando os limites do quadro proposto pelas democracias ocidentais, que os movimentos acabaram institucionalizando-se nas décadas seguintes. O espaço reservado à *participação popular* no aparelho do Estado serve também para a neutralização da polarização de classes, e na medida em que a correlação de forças entre as classes resta desfavorável aos trabalhadores, o atrelamento ao aparelho do Estado funciona mais como um obstáculo para as necessidades e direitos populares do que como um motor propulsor para satisfazê-los.

Em São Paulo, as ações efetuadas pelos movimentos, a partir de mutirões, de ocupações ou outras formas de luta, foram absorvidas pelas administrações PT, tanto no

tempo da Erundina, como com Marta Suplicy; as duas administrações incluem nas agendas das suas realizações as áreas, imóveis ou favelas objetos de conflitos entre movimentos e autoridades. Mas o denominador comum a todas as organizações do movimento moradia no centro, seguindo a tendência geral dos movimentos, é a *participação popular*, seja para a decisão das mudanças ou das reformas no cumprimento das políticas públicas, através da participação efetiva nas diversas instâncias de parceria mista promovidas pela Prefeitura, seja no Conselho Municipal da Habitação, ou através da participação no Conselho das Cidades, promovido pelo governo federal sob a demanda dos próprios movimentos.

Nesse sentido, os quatro movimentos pela moradia no centro estão comprometidos não só com as propostas que devem fazer fora ou dentro das instâncias participativas, mas também em executar os projetos que serão submetidos às autoridades políticas ou administrativas, transformando-os assim em expertos em concepção, elaboração e negociação de projetos; assumindo muitas vezes o papel dos serviços do Estado e de seus servidores, funcionando como uma categoria de *terceirizados*. Este é o papel que os responsáveis políticos do PT relegam aos movimentos, na sua dinâmica de privatização dos serviços públicos. Entretanto, no seio dos movimentos, essa percepção não parece ser tomada em consideração por alguns dos dirigentes, ao contrário, segundo alguns deles, a participação nos conselhos é percebida como um espaço onde se obtém informações, onde se consolida relações através do diálogo com as autoridades, mesmo que quase sempre eles reconheçam que muitas vezes não passem de componentes figurativos. Mais reticente é a opinião de Manuel Del Rio, responsável pela associação de formação APOIO²⁴, uma ONG que oferece seus serviços ao MSTC, através de uma assessoria que tem como missão a formação das famílias de baixa renda na luta pela moradia, além de ajudá-las nos projetos de habitação:

Os conselhos também eu acho que não é um instrumento adequado de participação popular. Eu participei do Conselho de habitação e eu falo assim, que ali é um local de participação de pessoas de ONGs, técnicos, arquitetos, gente liberada por parlamentar, mas não de popular. Como é que o popular fica lá um

²⁴ APOIO nasce com o movimento contra a fome, de iniciativa do Betinho.

ou dois dias em reunião? Que jeito? Ele tem que trabalhar! Então ali é prá técnicos e prá militantes políticos. Outra: mesmo assim o Conselho tinha uma maioria grande do governo. Ele tem um lado popular, mas ele tem um lado do governo que vicia as votações. E tem muitos membros técnicos que um leigo assim não vai intervir, então o governo na verdade ele já sabe no Conselho da habitação (DEL RIO, 2004).

A sua observação está no âmbito da desigualdade, dependendo da disponibilidade dos componentes em participar dos conselhos, o que termina favorecendo aqueles mais ligados ao aparelho de Estado e aqueles que possuem um status superior na pirâmide da sociedade, deformando o seu funcionamento. E mais adiante, ele traduz o seu modo de ver aos problemas de autogestão da ação dos trabalhadores:

Eu entendo assim: para a participação popular é necessário a parceria direta, direta nos projetos. Então por exemplo, nós temos uma experiência aqui dos mutirões. Vai se fazer moradia, então o movimento contrata os arquitetos e tal, e aí então você faz uma parceria do governo com aquele movimento organizado, né? Parceria com as comunidades, por exemplo, na implantação do problema de renda mínima, tem que ter parceria com as comunidades, não é da forma como eles implantaram, se implantaram de cima prá baixo, né? A gente falava assim: vinha o seu pobre lá e faz a relação do estado com o pobre e não fortalece a comunidade. Quem é que sabe se aquele pobre precisa ou não precisa, porque quem é capaz de disciplinar aquele pobre numa participação de desenvolvimento comunitário é a comunidade! (Idem.)

Na sua concepção, o OP não passa de uma consulta, não configurando-se, portanto, como uma instância de decisão legítima:

Essas fórmulas – orçamento participativo, conselho... não são fórmulas adequadas para a população participar, né? Porque você pega, mesmo o orçamento participativo, a sub-prefeitura convoca todo o mundo, mas aí vai o dono da padaria, vai o dentista do bairro, vai o padre, o advogado tem o escritório ali e vai o pobre lá da favela, sem dente que mal consegue falar. Quem vai dominar o orçamento participativo? Entende? Na realidade é uma participação

desigual. Veja bem: a igualdade pressupõe, como é que a gente chama dos direitos, da igualdade substancial, é tratado desiguais de forma desigual, não é isso? Então, por exemplo, esse pobre favelado, sem dente, sem teto, analfabeto, ele tem que ter uma forma de participação diferente do meio dele, da comunidade dele, do movimento dele, da liderança dele, né? (Del Rio, entrevista em 2004).

Del Rio aborda assim, os problemas dos espaços interclassistas, substancialmente desiguais, que vão determinar uma correlação de forças desfavorável para a “classe”, que segundo ele, é o “pobre favelado” que deve contar somente com a organização e as forças da sua classe.

Os programas destinados à superação do déficit habitacional da cidade, promovidos pela administração PT, foram largamente inspirados pelos movimentos de moradia e pelas associações de bairro, junto a militantes políticos, técnicos e intelectuais diversos, todos interessados em resolver o problema. Uns, inspirando-se em exemplos já testados em outros países, sobretudo nos dispositivos locativos com vocação social, como os albergues para os Sem Teto ou as Habitações de Aluguel Moderado (HLM) franceses; outros, saídos do processo de debates e confrontos entre os protagonistas, mas todos introduzidos numa dinâmica frágil, devido à falta de garantias perenes provocadas pela ausência de vontade política em se comprometer radicalmente ao acesso à habitação para todos.

O processo participativo não evita a adoção de certos traços próprios à democracia representativa, em particular relativa aos atores que se encontram em primeiro plano na luta pela “ocupação legítima dos postos”, motivados provavelmente pela procura do reconhecimento ou da legitimidade ou mesmo por interesse próprios, manifestando-se, por exemplo, pelo acúmulo dos mandatos e por certos interesses corporativos, como analisa Gaxie (1996) para a França. Mas é, sobretudo, no campo da organização interna que os movimentos acham-se à mercê de certa “domesticação”, a qual se refere Neveu (2002) sobre a parte dos poderes públicos. A democracia participativa então não escapa à exposição dos aspectos negativos daquela representativa, cujo motor relativo às políticas públicas, em ambas, é a questão da *hegemonia do poder* sobre a sociedade.

CAPÍTULO 3: OS MOVIMENTOS PELA MORADIA

3.1. Entre protesto, defecção e lealdade em São Paulo

Quando Hirschmann (1995) analisa a reação dos consumidores que manifestam insatisfação com relação ao serviço público, assim como dos clientes que cessam de comprar artigos produzidos por empresas, ou ainda, quando uma organização defendendo uma causa começa a perder os seus membros, este está concebendo um modelo relativo às atitudes e aos comportamentos e destaca dois meios pelos quais estes consumidores e/ou militantes insatisfeitos vão dispor para exprimir sua insatisfação: um, através da *defecção* [entendido como o abandono do membro de um partido, de uma opinião, de uma iniciativa]; outro, através da manifestação da palavra, da *expressão* [no sentido de reclamar, de se manifestar, de agir] coletiva. Mostrando que esta última opõe-se à primeira sem excluí-la, como também, dificilmente manifesta-se ou se desenvolve quando há defecção; o autor demonstra que a utilização da palavra, como um instrumento de protesto, é uma ação política por excelência, mas ambos fazem parte dos mecanismos da economia e da vida política. É nesse quadro que o autor introduz a noção de *lealdade*, qualidade presente também nos partidos e nas organizações em geral, surgindo como que para atenuar os dois primeiros mecanismos. A lealdade vai agir então, sobre os clientes de uma firma ou sobre os membros de uma organização, como um freio à defecção e em favor da manifestação da palavra, mas somente sob duas condições:

1. Se eles estão prontos a renunciar às convicções motivando a defecção em troca de um melhoramento problemático do produto [do objeto] ao qual ficaram fiéis;
2. Se eles se sentem em grau de influenciar, de uma maneira ou de outra, sobre a política da firma ou da organização (HIRSCHMANN, 1995:124, colchetes e TDA).

No primeiro caso, há uma forma de vínculo ligado à organização, porém relacionado com o segundo que, na medida em que o indivíduo aprofunda seus laços a esta, ele ressentido

também a necessidade de influenciar e de conquistar de qualquer forma um grau de poder.

Observações e exames conduzem a identificar esses mesmos mecanismos apontados por Hirschmann, presentes nos movimentos de moradia de São Paulo durante os anos da administração PT. Constata-se então, que através das convicções que os guiam, das conquistas obtidas, da organização das suas estruturas e de seus funcionamentos, das orientações e das ações de protesto que realizam, esses movimentos enfrentam uma situação de refluxo de participação da população carente de moradia. Diante disso, as práticas adotadas por autoridades políticas, administrativas, parlamentares ou universitárias, ligadas ao PT, mesmo convergindo com as idéias dos movimentos, contribuem para a defecção de camadas importantes da população em luta pela moradia, buscando arrancar-lhes a “lealdade” com o sentimento de dever e de fidelidade em relação a essas autoridades e às suas instituições. São mecanismos que não se iniciam na gestão de Marta Suplicy, nem funciona somente entre autoridades ligadas ao PT de São Paulo. É um fenômeno em cadeia interagindo em situações hierárquicas: autoridades institucionais sobre os movimentos e autoridades dos movimentos sobre os membros do seu movimento, em níveis locais ou nacionais. Além das causas exógenas da defecção, trata-se também de verificar em que medida os problemas endógenos determinam essa atonia, em que medida as relações entre movimentos e instituições pesam sobre o resto da população, constituindo mais um obstáculo do que estímulo para o engajamento dela na luta pela habitação.

Entre os três mecanismos comportamentais presentes nos movimentos de moradia no centro e nos seus círculos relacionais, a defecção é o que lhes concerne em primeiro lugar, visto que o seu peso depende da correlação de forças que eles são capazes de construir para obter seus objetivos. Para atingirem esse objetivo, eles buscam reforços e ferramentas em todos os níveis: através das mídias; da rede eletrônica de difusão, informação e comunicação destinadas às bases e às outras organizações, gerando a concorrência dos resultados de umas sobre as outras; mas, sobretudo, destinadas às autoridades, espécie de cartão de visitas dos seus “resultados”. Fazendo uso de mecanismos diversos com fins de torná-las “fiéis”, muitas vezes os responsáveis adotam comportamentos ou atitudes culpabilizantes ou penalizantes na direção das suas bases, constituídas por membros próximos ou por militantes formados nos conflitos, nas ações ou

na prática do trabalho coletivo da vida cotidiana em prédios ocupados, cujos efeitos em geral são contrários ao fim desejado. Certas práticas utilizadas pelos movimentos de moradia no centro parecem favorecer um tipo de comportamento das suas bases, comparáveis àquelas do consumidor do serviço público, levando o indivíduo a participar das atividades da organização como consumidor daquilo que o movimento oferece, sabendo que a acessão à moradia se dará graças ao movimento que deve orientá-lo, dar as informações, decidir as tarefas, garantir o seu direito.

As organizações, desarmadas e impotentes diante da gigantesca missão, limitando-se simplesmente a responder ou a satisfazer as necessidades imediatas de alguns, perdem de vista o problema mais geral do déficit em moradia, incitando assim, o comportamento característico do consumidor aos seus membros ou novos candidatos. O sentido da sua participação torna-se então utilitário, quando, por exemplo, seus dirigentes estipulam a obrigação da presença em reuniões, em atos e em manifestações, selecionando os mais assíduos como critério para a acessão da casa. Ao mesmo tempo, essa prática leva o indivíduo consciente, sendo que sem a sua base o movimento não existe, a assumir uma atitude de cliente no processo de compra e venda das atividades, manifestando-se no momento das eleições quando muitos dos dirigentes desses mesmos movimentos e militantes do PT incitam essas bases a votar no Partido no momento das eleições. Dirigentes esses, que por sua vez, reproduzem no movimento o que seus partidos praticam com a suas bases: a busca da “fidelidade” em relação às orientações e às decisões adotadas por eles; a definição dos critérios de “participação” para a legitimação do seu papel no partido; e a expressão da palavra, sob condição de não tumultuar a ordem no partido. São métodos que visam mais a manutenção da hierarquia de poderes, a conservação dos aparelhos, e a montagem organizacional do que a transformação dos indivíduos em verdadeiros atores da transformação da sociedade.

Em relação à habitação, cujo déficit é a razão de ser dos movimentos, as causas exógenas computadas em vários níveis certamente compõem um papel importante no êxodo das suas bases. Uma delas trata da simbiose entre a prática desses movimentos e as atividades “participativas” nas quais investem suas energias, gerando uma situação paradoxal entre uma enorme abertura ao diálogo das instituições de participação e uma

insatisfação crescente das suas demandas. A outra, concerne ao PT dos anos 2001-2004, que com vocação mais social do que a dos partidos da direita, assiste inerte a repressão feroz da polícia militar sobre os movimentos, expulsando-os das ocupações sob pretexto de que o responsável por tais abusos é o Governo do Estado [PSDB], conservador e anti-social. A terceira, consiste na compartimentação dos movimentos de moradia do centro, assim como dos outros segmentos, que apesar da existência de centrais sindicais e de movimentos aglutinando esses setores, nas suas reivindicações, atividades e mobilizações, não conseguem criar um movimento unitário, reunindo as classes trabalhadoras em geral, com real possibilidade de se apresentar como os verdadeiros “gestores” das políticas públicas. Estas questões serão tratadas nos capítulos seguintes. Os fenômenos ligados às práticas de participação, a inércia do PT diante da ofensiva dos partidos conservadores, e a compartimentação dos movimentos, não se atenuam nessa fase; para completar o quadro, a política encaminhada pelo governo Lula se repercute nos movimentos em São Paulo, deixando suas direções ora desconcertadas, envergonhadas pela reformas anti-sociais que se anunciam, ora defensivas na idéia de não admitirem críticas ao “operário-presidente”. O estado no qual se encontram os movimentos de moradia no centro nesses anos não é ainda catastrófico, mas preocupante, pois eles conseguem organizar ações, mobilizações diversas e ocupações de grande impacto no centro, mais no plano simbólico do que real.

As relações de força entre autoridades e movimentos fragilizam-se na medida em que os espaços participativos buscam objetivamente atenuar as contradições próprias das classes que cada uma supostamente representa, fidelizando-os mais a partir do funcionamento desses espaços do que a partir das decisões a tomar, mais em órgão consolativo do que deliberativo. Indivíduos engajados no movimento, como Del Rio em 2004 [Capítulo 3.4.], reconhecem que “*o Conselho tem um lado popular, mas tem um lado do governo que vicia as votações [...] na realidade é uma participação desigual...*”, com outras palavras, a relação de forças se faz em detrimento dos movimentos e das demandas populares. Por sua vez, as lideranças envolvidas com as suas bases procuram também fidelizá-las ao movimento, sem evitar no entanto, o *turn over* delas nas suas fileiras.

3.2. As uniões, as centrais no âmago da participação

Segundo seus próprios discursos, os quatro movimentos de moradia em São Paulo desenvolveram-se nesses anos de gestão PT, visto o número de reuniões, encontros, passeatas, comícios e até ocupações, aparentemente intervindo com uma única orientação. O MSTC, a ULC, o MMC e o FDC participam do Conselho Municipal da Habitação, preparam juntos manifestos e passeatas e, sobretudo, todos os seus dirigentes reivindicam a militância no PT. Os quatro provêm da mesma origem e são filiados à União dos Movimentos de Moradia [UMM], que por sua vez coordena os movimentos estruturados em associações. Entretanto, cada um reclama sua própria identidade, reclama uma diferença, e reclama ainda, um peso importante na construção da correlação de forças com as autoridades e com o Governo do Estado à direita. Segundo Iara Sílvia (entrevista em 2004), a UMM organiza seis ocupações, entre as quais a do imóvel do Tribunal Regional do Trabalho em 1999, com o objetivo de denunciar a corrupção de um dos juízes envolvidos no escândalo e que depois dessa data, a organização pára de ocupar e passa a elaborar projetos junto ao CDHU, do Governo do Estado, que não satisfaz as suas demandas. Ela lembra que uma outra ação de importância maior é organizada pela UMM em abril, mas 2004 é ano das eleições municipais. Cavalcanti (2006:88) aponta a imbricação entre movimento, partido e governo, e cita o exemplo de dois membros do movimento de moradia ligados à UMM, convidados a fazer parte do gabinete do secretário de habitação com a missão de *“estabelecer um canal de contato direto entre ambos os atores”*, o que realmente executaram.

O MSTC propõe a unidade nas ações às outras organizações, o que não impede a sua marginalização no seio do UMM, segundo Iara Sílvia, encarregada das relações com as mídias. As divergências situam-se na forma de luta que o movimento adota para as ocupações. Ela aponta as críticas dos outros, que justificam moderação nas ações, dada *“a conjuntura porque com o governo Lula deve dar um tempo”* para não prejudicar a sua política. Desse modo, eles paralisam as ações concentrando suas atividades em atos de solidariedade, manifestações e assembléias; e a *“cada vez que o MSTC propõe ocupação, fica marginalizado”* (Iara Sílvia, entrevista em 2004). Em julho de 2003 a organização

convida todos os movimentos para fazer cinco ocupações, mas somente as organizações menores aceitaram fazê-las, resultando somente em quatro. Iara Sílvia (Idem) explica que eram mais de dez movimentos, mas nem a UMM apoiou essa luta e seus representantes fizeram inclusive críticas à ocupação na imprensa.

Quanto à ULC, funciona como uma federação coordenando lutas e associações de bairro; levando projetos às instituições que beneficiam famílias mais modestas, cujos planos e programas existentes não os incluem; e reclama também programas especiais para a população. Nídia, coordenadora da União (Entrevista em 2004), conta que o movimento é o mais antigo do centro de São Paulo e que o Fórum dos Cortiços e o MMC saíram da ULC. Como as outras, a União tem origem na igreja católica junto à Pastoral da Moradia, pois no momento da ditadura muitos padres abriram suas igrejas aos movimentos para as reuniões e para apoio logístico. Filiados também à UMM, esses religiosos fazem promoções e iniciativas relativas às lutas de moradia.

O Fórum dos Cortiços também se pronuncia pela unidade dos movimentos, embora sem concordar com o trabalho de alguns deles. Verônica Kroll (entrevista em 2004), afirma que eles procuram somar para ter força, *“porque eles tentam desacreditar os movimentos, tentam desestabilizar, a gente tem que estar cobrando porque a luta não é fácil”*. Ela prossegue dizendo que a organização utiliza o cadastro como procedimento para inscrever aqueles que os procuram, não para obter moradia mas para o próprio movimento, pois somente a participação garante a obtenção. O cadastro individual contém os dados dos indivíduos, a renda e a situação profissional; enfim, tudo o que for necessário para o FDC enquadrar seus membros nos diferentes programas estabelecidos entre ele e a prefeitura, como o PAR, a locação social, ou outros. Ao mesmo tempo, o FDC organiza formações dos seus membros e reuniões diversas nas quais discutem questões da atualidade e as atividades do movimento. O movimento está constantemente em busca de novos projetos para propor às autoridades, convencidos que quanto mais projetos, mais gente participando. O FDC é também aderente da UMM.

O Movimento pela Moradia do Centro, com uma longa trajetória de lutas, sai da ULC e se afirma com a ocupação de um prédio pertencente à prefeitura, com o apoio e a participação de largos setores da população. Seus dirigentes também anunciam a

importância da unidade nas ações e se encarregam da formação dos seus membros. Gegê²⁵, fundador e membro da coordenação nacional da CMP, membro do diretório nacional da UNMP, dirigente do MMC, membro da CUT e do PT, e militante do PT, faz parte da direção da UMM desde 2002 e, no ano seguinte, é eleito no Conselho Nacional das Cidades representando a Central dos Movimentos Populares (CMP), organização nacional integrando os vários movimentos sociais. A ULC faz um trabalho específico em direção às mulheres, discutindo sobre a autonomia delas e sobre a necessidade social em se romper com o machismo. Nas reuniões, discutem sobre a divisão dos bens materiais até chegar ao socialismo, explica Negrão (entrevista em 2004), um coordenador da juventude. O movimento também é aderente da UMM.

A existência dos dispositivos participativos abertos à população [OP e conselhos gestores]; a multiplicidade de organizações reivindicando habitação para todos; e a presença do PT quase hegemônica nos movimentos de massa, nos sindicatos e nos setores populares, poderiam contribuir para a adesão exponencial da população aos movimentos de moradia no centro, constituindo assim uma resistência profunda às políticas conservadoras. Entretanto, constata-se que a sua existência se dá graças ao que restou dos anos anteriores. A realidade que enfrentam os movimentos de moradia no centro é o resultado dos conflitos precedentes, iniciados nos anos 1970 e prolongados nas décadas seguintes, agindo como se estivessem culminando com a chegada do PT ao governo, partido com o qual se identificam, gerando-lhes assim uma atitude de expectativa ou de espera.

Durante a administração PT com Marta Suplicy, calcula-se em duas dezenas o número de organizações reivindicando moradia no centro, umas com acúmulo de conquistas importantes na sua história, outras com algumas lutas recentes pela moradia a partir de uma ocupação, de um projeto ou de negociações. Aparentemente aquelas que resistem mais à ofensiva dos setores ligados à especulação imobiliária, são as que desenvolvem atividades, sobretudo nas zonas afastadas do centro, com a população das favelas. São ONGs, claramente de origens católicas, nascidas quer a partir das pastorais organizadas por segmentos sociais, quer a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) organizadas por setor geográfico. Provavelmente é o caso do Movimento de Defesa dos

²⁵ Luíz Gonzaga da Silva, chamado carinhosamente por Gegê.

Favelados, fundado nos anos 1970, que conta com 77 mil participantes e intervém em 41 favelas da zona leste, da Vila Prudente e de outras regiões, e cujo objeto da sua ação, é “*dar o suporte para conscientizar o povo e torná-lo responsável por suas conquistas*” (MDF, 2007).

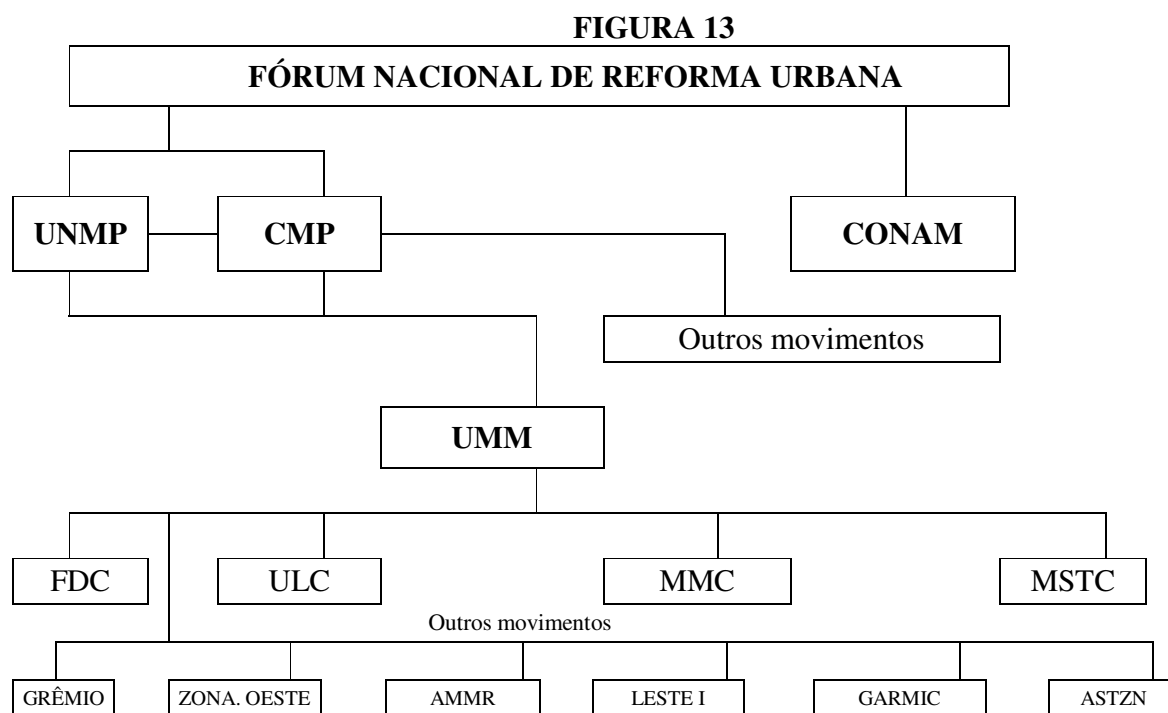
Dispondo de recursos importantes de potentes ONGs ligadas à Igreja Católica, esse movimento torna-se uma referência profissional pelas prestações que oferece durante vários anos, mas as suas páginas eletrônicas encontram-se estacionadas desde 2006, o que provavelmente pode significar dificuldades de sobrevivência²⁶. Como o MDF, os movimentos de moradia no centro, assim como a maioria dos movimentos, têm como estratégia a luta pela cidadania; pelas *políticas públicas com participação popular*; enquanto outros com as mesmas convicções da participação popular, limitam-se a algumas intervenções pontuais, mas todos eles assumindo a questão da habitação como um direito das famílias “garantido pela Constituição de 1988”. A maioria deles está filiada às organizações locais, estaduais ou nacionais, as quais reúnem também outros movimentos sociais além dos da moradia [Ver Figura 13].

Cita-se principalmente: a União dos Movimentos de Moradia (UMM), inicialmente criada para agir sobre a região metropolitana de São Paulo, e que tem vocação para coordenar os movimentos em âmbito estadual, e na qual, com exceção do MSTC, os outros três movimentos de moradia do centro estão afiliados; a Central de Movimentos Populares (CMP), integrando diferentes segmentos sociais, engajando-se também nos conflitos ligados a moradia; a CONAM²⁷, com a qual os quatro movimentos não se identificam; o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM); a União Nacional por Moradia Popular, a qual o UMM é filiado; e o Fórum Centro Vivo. Representadas no Conselho Nacional das Cidades, de competência do Ministério das Cidades, todas as organizações nacionais defendem a criação de fundos de moradia popular e o envolvimento delas nas decisões do destino dos fundos; cada uma dando mais ou menos ênfase à função social da propriedade, uma política habitacional adequada às mulheres, aos idosos, à saúde, à educação, e aos transportes.

²⁶ Disponível em <http://www.mdf.org.br/historico.html>. Acessado em janeiro de 2008.

²⁷ Em 2004 a Confederação congrega mais de 550 uniões municipais de Associações de Moradores e 22 Federações estaduais em 23 estados da Federação.

Com exceção da CONAM, as outras organizações mantêm todas relações privilegiadas com o Partido dos Trabalhadores, tendo a UMM maior afinidade política com este partido desde a sua criação, um papel destacado nas relações entre a administração Marta Suplicy e o Movimento. Segundo Cavalcanti (2006) *“ao longo dos quatro anos de governo da maior metrópole do país, com problemas sociais de magnitude colossal, o que presenciamos foi algo que se assemelha a uma trégua”* entre Movimento e prefeitura, enquanto o potencial de contestação é concentrado contra o Governo do Estado. Importante salientar que todos os dirigentes dos movimentos, com os quais foram efetuadas as entrevistas do presente estudo, eram militantes do PT ligados a diferentes sensibilidades do partido e engajados em suas campanhas eleitorais.



Fonte: Organograma segundo documentação das organizações, elaborado pela autora.

Diante de tal coincidência, uma questão se coloca: porque tantos movimentos, visto que sobre as questões substanciais relativas às alternativas para a sociedade, não deveria haver divergências? No decorrer do tempo, a partir do conhecimento de uns e de

outros, o que transparece é uma utilização dos movimentos por alguns parlamentares do partido, segundo as sensibilidades [tendências internas do partido] ou segundo o reconhecimento do aparelho para viabilizar suas reeleições. Cavalcanti (2006) vai mais longe na enumeração dos problemas nas relações entre o Partido e o UMM, movimento estudado por ele:

Observamos que o tipo de governabilidade construída no decorrer da gestão Marta causou um *mal maior* ao modo de agir político dos movimentos sociais, justamente por ter causado a sua descaracterização. A UMM teve as suas fronteiras dissolvidas, tudo aquilo que delimitava os seus contornos, que lhe conferia identidade, dissolveu-se: durante os anos da administração Marta, tornou-se tarefa difícil distinguir o que era estrutura do movimento com o que era estrutura do governo.

E isto porque não poderia haver formas distintas e independentes de se atuar na política a não ser a institucional; não havia separação entre atores que fosse admissível a este modo de governar, pois tudo estava e deveria estar ao alcance de seus longos “tentáculos”. Controlar as lideranças populares, e desta maneira o movimento social como um todo, por meio do emprego do poderio econômico foi uma conduta fartamente utilizada, e onde a carência de estrutura financeira da UMM fez-se sentir; tornou-se vulnerável (CAVALCANTI, 2006:94).

Tais práticas, adicionam à lista de elementos negativos contribuindo para a decepção e a desmoralização daqueles que entram nesses movimentos, aumentando o fluxo do *turn over* das massas na adesão aos movimentos.

Situações positivas como o fato de federar os movimentos em organizações de maior abrangência, relativas aos setores oprimidos ou explorados da sociedade, contribuem para a amplificação das ações e para maior impacto dos resultados obtidos. Entretanto, tudo isso é realizado numa dinâmica alternada entre negociações nos espaços participativos dos Conselhos e do OP e protestos de diversas ordens ou ocupações de imóveis. Os primeiros podendo assumir muito mais a função de estímulo para conquistar a “lealdade”, utilizando-a como freio à defecção das instituições, do que como espaço de expressão da motivação e da “fidelidade” às convicções propagadas. Estas, em vez de serem transmitidas tanto para o

conjunto da população, como para os seus próprios militantes se identificarem com elas, levam-nos a abandonarem causas e convicções.

3.2.2. A Frente de Luta pela Moradia

Dentre as quatro organizações estudadas, todas são aderentes à UMM até 2004, mas em 2005 somente o MSTC não é aderente da União, que de acordo com Manuel Del Rio, responsável por APOIO, a ONG que respalda o movimento, essas organizações nacionais apresentam alguns inconvenientes, mas também apresentam concepções políticas divergentes, o que as tornam inoperantes:

Você tem a União Nacional do Movimento de luta por Moradia popular, que é o UMM nacional. Tem a Conam, a CMP, etc. A gente acha que esses organismos do movimento popular à nível muito amplo, é muito difícil de ter um funcionamento adequado. Não sei por que, mas acho que é um problema político, porque veja bem: confluem pr'ali várias concepções políticas, ele acaba ficando imobilizado porque uma concepção anula a outra, daí, passa aquela briga, briga não, aquela disputa pela hegemonia e acaba não fazendo nada. Na verdade, o que ocorre é isso. Se você pegar o MST no campo, eles têm uma organização nacional, eles têm uma unidade política, então funciona. Agora, essas outras não. Eu acho que a dificuldade é essa (DEL RIO, entrevista em 2005.).

Para superar os inconvenientes, Del Rio propõe a **Frente de Luta pela Moradia** (FLM) cujos aderentes [Ver Figura nº 20] parecem encontrar-se ainda em gestação em 2005 e explica que o MSTC faz parte dessa Frente, e que:

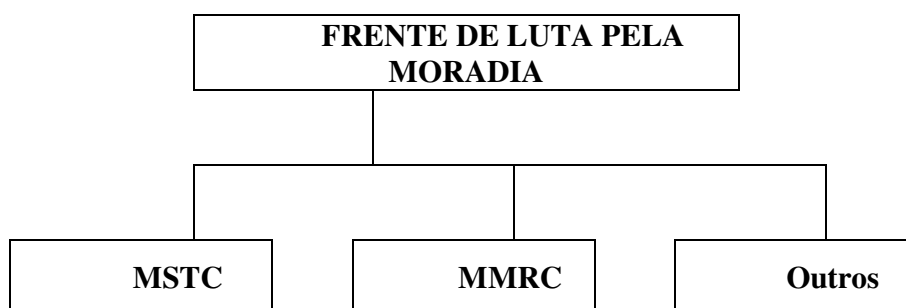
Essa questão da Frente de Luta por Moradia, que saiu aqui é uma coisa nova, na realidade. Tendo em vista isso, na realidade as concepções em disputa desses movimentos inviabilizam, quer dizer, imobiliza esse movimento, a gente passou a dizer: vamos então juntar quem está a fim de fazer a luta. Isso então tem uma concepção de frente na medida em que a gente diz assim: eu quero fazer a luta, vamos fazer ocupações, por exemplo, ou vamos fazer um ato no palácio do governo. Eu quero ir, eu venho prá frente e

vou pro ato. O resultado disso daí vai ser socializado entre as pessoas que participaram. [...]

A Frente começou em 2003, durante as ocupações que fizemos no centro. Ela se lança também nas ocupações de 2004. Esta frente é mais ampla que o MSTC, porque nós achamos que temos que fazer um movimento de massas forte prá abrir uma cunha, prá fazer os governos abrirem uma negociação e atender seriamente o movimento, recebendo nos gabinetes.

Receber é receber, não é... a gente se cansa de tomar cafezinho, como se fala. Receber é atender (DEL RIO, entrevista em 2005).

FIGURA 20



Organograma segundo entrevistas com o MSTC. (Organograma da autora, 2008).

A FLM lança uma “Carta-Pauta” partindo da situação dos trabalhadores sem teto, que se encontram “empurrados para as periferias sem infra-estrutura urbana, em favelas”, constatando que os programas habitacionais são inadequados por não atenderem, na sua maioria, as famílias de baixa renda e aqueles com locações insuficientes, propondo:

1. Que sejam atendidas imediatamente de modo emergencial no mínimo 2.000 famílias sem-teto de baixa renda.
2. Que os governos Federal, Estadual e Municipal atendam, por ano, no mínimo 20.000 famílias sem-teto da cidade de São Paulo.
3. Que todos os prédios e terrenos abandonados e vazios por mais de dois anos, sem função social, sejam transformados em moradia popular (FLM, 2005).

Militante do PT, Del Rio esforça-se para que o partido assuma um programa habitacional mais ambicioso, prevendo medidas de ordem econômica, política e social, e voltando-se para a geração do trabalho da população sem emprego, com a impulsão de obras de construção. Ele propõe a recuperação das áreas degradadas do centro da cidade, sem explicitar como fazê-lo, se com expropriação ou compras de imóveis; defende chegar a esse programa a partir de um método que garanta a participação e controle da comunidade através da autogestão.

Nelson da Cruz Souza, dirigente do Movimento de Moradia da Região Centro, um dos movimentos que fazem parte da Frente, estruturado a partir de uma ocupação de um prédio no bairro da Luz, e que faz críticas ao modo de funcionamento da CMP e da UNMP, ambas implantadas nacionalmente, ele explica porque não participa dessas estruturas: os coordenadores de uma são os mesmos coordenadores da outra, deixando entender que essa “mistura” prejudica as duas, faz perder a autonomia de uma e de outra e diz que não está de acordo e conta como nasceu a FLM:

Existem outros movimentos que pensam assim também. Tanto é que em julho do ano atrasado [2003] fizemos uma grande ação em São Paulo, só no centro de São Paulo, ocupamos oito imóveis. E esses movimentos que ocuparam esses oito imóveis eram movimentos que tinham a mesma visão da União, como eu tenho. Nós então nos reunimos, vimos que ali, com a união daqueles movimentos, resolvemos criar uma entidade que representasse esses movimentos, então criamos a Frente de Luta por Moradia (SOUZA, entrevista 2005).

Souza explica que a política do Lula não beneficia o trabalhador, que hoje *“como movimento, como militantes do movimento não resta outra coisa, a não ser a luta”*. Ele conta que seu movimento faz um balanço do ano 2004 para o rico e o pobre e a expectativa para 2005 vai ser a mesma para os dois. Para ele:

quanto mais o banco tem juro alto, mais a população paga, mais a população sofre, mais a população fica carente, a gente fica sendo um refém desses capitalistas. E nós não podemos ficar de braços cruzados, com esse estilo e com esse modelo de país, nos

temos que ser persistentes e não desistir. A nós da Frente, o ‘leão’ só vem nos comer. O movimento é muito castigado por ter na sua origem somente gente pobre, por ocupar, por ser mal visto por sua origem, mas só nos resta isso: lutar. Não podemos ficar na esperança que o Papai Serra, o Papai Alckmin ou o Papai Lula vai ajudar. Temos é que lutar (Idem, entrevista 2005).

Nelson conta sobre os assassinatos dos moradores de rua em São Paulo há alguns meses e explica que essa é prática constante de grupos paramilitares contra muitos moradores de rua, mas também contra trabalhadores pobres e negros, conta que a polícia reprime e maltrata essa população, que são massacrados nas empresas e nas ruas pela polícia. Mas o que decepciona mais o movimento é a atitude do presidente, enviando a polícia para retirar o movimento que estava ocupando com famílias um prédio pertencente à Caixa Econômica Federal em 2003, pois ele foi eleito graças aos movimentos e quando estes apontam para o problema que o presidente deve resolver, *“ele responde com a repressão, vindo a ordem de Brasília, expressa pra tirar as famílias, deixando o imóvel fechado até hoje”*. As noções de participação, de propostas às políticas públicas não fazem parte das posições, atitudes e propostas do Nelson. Seu movimento resume-se a 73 famílias ocupando o prédio na Luz, mas caracteriza-se pela sua determinação, refletindo as posições de um dos setores do movimento pela moradia. Sobre as reações dos movimentos, ele explica como as autoridades procuram “amarrar” os movimentos, convidando os dirigentes:

pra trabalhar na secretaria do Estado, do município ou federal porque ‘será que o meu patrão vai deixá-los ou liberá-los pra eles fazerem as lutas?’ Então isso é se atrelar, é amarrar os movimentos e é por isso que os movimentos ficaram atrelados. Pessoas que eram dirigentes antigos terminaram na secretaria da Marta Suplicy, no governo do Estado, e estão no governo federal e aí os movimentos ficou sem fazer luta e quem não estivesse no gabinete, que fizesse luta, era queimado por aqueles que estão nos gabinetes, então você vê. Eu já ouvi dirigente trabalhando pro governo dizer que ele ‘era governo e não ia permitir ocupação em São Paulo’. Ele quando não estava no governo fazia ocupação e agora que está, nem faz e nem deixa os outros fazerem? Eles ficam amarrados assim: entra na secretaria, quando sai da secretaria, vai pro gabinete do vereador, sai do gabinete vai pro do deputado. E isso eu não quero. Eu

também já tive convites pra ir pra gabinete de parlamentares e eu recusei (Idem, 2005).

Nelson mostra como o fenômeno de cooptação é difuso e constata o resultado dessa prática sobre os movimentos, levando-os à paralisia e à defecção.

3.2.3. A Central de Movimentos Populares, a CONAM e as outras

Em 1999, durante o seu II Congresso Nacional, a Central dos Movimentos Populares – CMP, próxima ao PT, nascida como *"organização estratégica do movimento popular na confrontação contra o capitalismo"*, adota uma orientação *"centrada nas políticas públicas com a participação popular"* ²⁸, indicando um deslocamento de interesses e de práticas dos movimentos sociais, dando prioridade à elaboração de orientações das políticas públicas para resolução dos problemas dos movimentos junto aos municípios, aos estados ou a nível federal, conduzindo-os assim às mobilizações com o objetivo de elaborar soluções para os órgãos públicos – resultando, na prática, de uma “terceirização” da concepção dos projetos.

Em 2002, a CMP, define-se como *“um canal de articulação dos movimentos populares”*, sem substituí-los, mas demonstrando a sua solidariedade e reforçando suas lutas, difundindo-as numa idéia de transformação da sociedade, apontando um novo modelo de combate ao neoliberalismo em direção ao socialismo e lutando por políticas públicas com participação popular. Fundada em 1993, com a participação de militantes do Partido dos Trabalhadores, sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores – CUT e de outros partidos de esquerda, a partir das lutas populares e sindicais dos anos 1980, tendo como principal objetivo de luta “superar o capitalismo”, passa por um processo culminando na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) em 1980 (CMP, 2002). Em 1996 é realizado o congresso de fundação da CMP e o seu perfil é reiterado no congresso em 1999, em Belo Horizonte, com seus 570 delegados,

²⁸ EUCLIDES, A. Eixos de luta e a central de movimentos populares. *Revista de Cultura Vozes*, Curitiba, , a. 85, v. 85, n. 6, p. 645-671, nov./dec. 1991. Site da União dos movimentos da moradia de S. Paulo. Disponível em <www.umm.sp.br>.

representando os movimentos de moradia, saúde, educação, negros, mulheres, gays, lésbicas, adolescentes, e crianças, mas cujo eixo principal passa a ser as *políticas públicas com participação popular* (CMP, 2002), pelo “*fim do projeto neoliberal e pela construção de um projeto democrático e popular*”.

Hoje ela abriga representantes dos movimentos mais diversos: negros, mulheres, prostitutas, crianças, adolescentes, homossexuais, sem domicílio fixo, deficientes, índios, desempregados, militantes dos direitos humanos, da moradia, dos transportes coletivos; além de federar muitas organizações pelo direito à moradia. É uma organização influenciada pelo PT e apoiada por outras organizações políticas de esquerda. Ela defende a articulação das lutas imediatas com objetivos estratégicos: buscando superar a divisão e o isolamento entre os movimentos; estimulando o trabalho nas bases com “*perspectiva de construção de poder popular combinando construção de conselhos populares e a participação em canais institucionais*”; superando a etapa reivindicatória; e elaborando políticas públicas (CMP, 2007).

O resultado das pressões exercidas pela Central teve um êxito relativo, conseguindo introduzir no Estatuto da Cidade de S. Paulo o direito à moradia, o direito à posse da terra urbana, ou seja, o direito à moradia para pessoas que ocupam as áreas públicas. Ela está presente em 15 Estados hoje e fazem parte dela uma gama diversificada de movimentos, entre os quais a UNE (União Nacional dos Estudantes), a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), a PJB (Pastoral da Juventude do Brasil), e o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas). A fundação da Central declara como objetivo superar a fragmentação entre diferentes movimentos, voltados às questões semelhantes [saúde, habitação, infra-estrutura], organizacionalmente isolados; tentando unificar também movimentos que defendem a construção de uma nova sociedade justa e fraterna numa mesma estrutura voltada para as ações e para as lutas. Segundo o PC do B, o surgimento da Central em 1993 se dá com o objetivo de reunir esses setores também por concorrência com a CONAM (PCdoB, 2002), provavelmente crítica, por situar-se em situação de força nesta organização.

Embora possa haver diferenças de encaminhamentos das lutas, a diferença entre os movimentos confederados é, sobretudo, a respeito dos setores com os quais cada uma trabalha. Dimas, coordenador da ULC, não se pronuncia sobre eventuais divergências entre as duas e explica:

UNMP – a União nacional da moradia popular – e eu faço parte da coordenação executiva estadual. Nós somos uma rede, agregando a cidade de São Paulo por região. A gente delimita a cidade pela região sudeste, a norte, a sul, a oeste, a leste e o centro. A Central de Movimentos Populares, a CMP que organiza bases setoriais, deficientes, idoso, é uma coisa mais ampla. A União Nacional de Moradia Popular cuida da questão da moradia em 19 Estados do Brasil e a União do Movimento de Moradia de São Paulo, que somos nós, cuida das regiões, da cidade e do Estado. É onde nós temos movimento em Sorocaba, Campinas, etc., mas, é uma coisa só, é só moradia. Tem um outro caráter do da CMP, esta reúne outros setores, apesar de que a União também têm setoriais: mulheres, negros (DIMAS, entrevista em 2005).

A Central ganha uma grande notoriedade quando o Luis Gonzaga da Silva, o Gegê, no dia 5 de abril de 2004, é *“preso em São Paulo numa ação arbitrária e claramente política na tentativa de intimidação dos movimentos”* (Fórum Nacional de Reforma Urbana, 2004), causando um enorme clã nacional de solidariedade envolvendo movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos de esquerda, parlamentares, e personalidades diversas, num movimento de pressão impulsionado também pelo seu irmão, Chico César, famoso cantor-compositor, até quando obteve a sua liberação em maio do mesmo ano. Foram 51 dias durante os quais o Gegê, acusado de um suposto homicídio, foi envolvido na tentativa das autoridades de utilizá-lo como bode expiatório, numa tentativa de criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças (Caros Amigos, 2004). A vida deste dirigente é descrita abundantemente por ele numa entrevista, parcialmente documentada mais adiante no presente estudo.

Aparentemente as duas organizações são próximas uma da outra, em geral agindo unitariamente em iniciativas comuns nesses anos. É o caso do já citado Fórum Centro Vivo, fundado em 2000 na ocasião do Seminário Movimentos Populares e

Universidade, promovido por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP), e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM). Além dos objetivos sociais, de direitos humanos e reivindicativos, o Fórum surge objetivamente como uma alternativa de resistência à Associação Viva o Centro (já mencionada no item 1.3.1. do capítulo 1), criada por empreendedores, banqueiros, e outros, com o objetivo de tirar partido do centro de São Paulo, com a especulação e através de obras de prestígio, reabilitações ou restaurações de monumentos, como maneira de valorizar o parque imobiliário e fundiário. Desta maneira, as ações do Fórum manifestam-se através de interpelações às autoridades, de encontros, debates e articulações de pessoas e organizações lutando pelo direito de se estabelecer no centro da capital. Tornando-se uma referência, o Fórum aglutina dezenas de grupos de várias áreas, de movimentos sociais, universidades, ONGs, trupes de teatro, das mídias independentes, até às pastorais. A participação da UMM e da CMP na fundação do Fórum explica e fundamenta as razões da luta pela moradia no centro de São Paulo.

A Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM, a mais antiga, é fundada em 1982, contando com mais de 25.000 associações de bairros em 22 Estados brasileiros, agrega aproximadamente 500 entidades municipais, participa do Fórum Nacional de Reforma Urbana, antiga reivindicação dos movimentos. Reputada por ter uma orientação ligada a setores mais moderados, a CONAM é criada tendo como objetivo o de aglutinar as associações de moradores de bairro, e como as precedentes, a luta por moradia digna, por direitos sociais e contra discriminações. Essa intenção de integrar as associações de moradores de bairro parece ser uma questão central na construção das organizações nacionais dos anos 1990, uns acusando outros de manipuladores e levando as práticas burocráticas. É o que aparece no artigo sobre a CMP de Euclides A. M, antigo membro da Coordenação Nacional da Pró-Central de Movimentos Populares entre 1990-1991:

As estruturas rígidas, verticalistas e hierarquizadas das Confederações das Associações de Moradores, se prestam tanto ao manobristo cupulista por parte de dirigentes de direita, quanto podem ser uma expressão de certa concepção de revolução cuja direção é fortemente centralizada, cabendo somente a uma vanguarda esclarecida o papel de direção e às bases o papel de

implementação das ações táticas definidas pelo grupo dirigente. Não é por acaso que, durante longo tempo, havia uma composição entre PFL, PCB, PC do B e outros partidos na direção da CONAM (EUCLIDES, 1991).

Em 2004 o PT assume a sua presidência provisoriamente com o PCdo B na vice-presidência, contando com uns 20 mil filiados (PT, 2004) e se lança na ação do Movimento pelo Direito ao Transporte, na luta pela aprovação da Lei 2710/92 de iniciativa popular, que estabelece que o Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) deve financiar famílias carentes em função das suas rendas e o Conselho Nacional de Moradia Popular (CNMP), seria o espaço no qual deveriam ser administrados esses fundos²⁹.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) emerge a partir das divergências do movimento dos anos 1990, fruto dos conflitos dos Sem-Teto, e a sua principal atividade é ao lado das entidades públicas, em parceria com as organizações não governamentais e outros movimentos sociais, lutando pela reforma urbana. Três anos depois, o potente movimento por moradia do Estado de S. Paulo, a União dos Movimentos da Moradia de São Paulo – UMM, cria o seu movimento nacional, a UNMP, que luta pela participação popular, pela autoconstrução coletiva [mutirão], pela autogestão e pelo controle social das políticas e dos recursos públicos. Essas organizações que reúnem os movimentos nacionais pela moradia correspondem a uma das sensibilidades políticas, de acordo com Kennedy Ferreira, sociólogo e professor da Faculdade do Sudeste Paulistano. Globalmente, essas confederações estão comprometidas com a luta por uma nova legislação e pelos direitos ilimitados das populações dos centros urbanos.

Em outubro de 2003, o Ministério das Cidades organiza a primeira Conferência Nacional das Cidades com a participação dos movimentos pela moradia, visando definir um processo de participação popular para traçar os eixos de uma política nacional a partir da habitação, do transporte, do saneamento, do meio-ambiente e do desenvolvimento urbano.

²⁹ Ver explicações mais adiante.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

A conferência é composta de quatorze representantes do poder públicos federais distribuídos da seguinte maneira: ministério da fazenda, da cultura, da saúde, do meio-ambiente; da integração nacional, do planejamento, orçamento e gestão, da Casa Civil, dois representantes da Caixa Econômica Federal, quatro representantes da secretarias do ministério das Cidades [habitação, transporte e mobilidade urbana, saneamento ambiental e programas urbanos] e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA); seis representantes dos governos de certos Estados, enquanto poderes públicos, do Rio Grande do Sul, de Roraima, do Mato Grosso, do Espírito Santo, do Ceará e da Associação das empresas de saneamento básico (AESB); dez representantes de poderes públicos municipais: a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a Frente Nacional de Prefeitos - Cidades de Regiões Metropolitanas, a Frente Nacional de Prefeitos – Cidades de Regiões Metropolitanas, a Associação Brasileira de Cohabs (ABC), o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito (FNSDTUT), a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), a União de Vereadores do Brasil (UVB), a Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana; por dezenove postos reservados para os representantes de cada uma das quatro organizações ligadas aos movimentos pela moradia: a UNMP (5 vagas), a CMP (5 vagas), o MNLM (4 vagas) e a CONAM (5 vagas); por sete empresários: da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Confederação Nacional do Transporte (CNT), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), dois representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); por sete representantes sindicais³⁰: dois da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte (CNTT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), um da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), um da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), um da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), um da Federação Intersindical de Engenheiros (Fisenge) e um da CUT nacional; quatro representantes das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa: do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), da Associação dos Transportes Públicos (ANTP) e da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA); três representantes de ONGs: da Associação Brasileira de Ongs (Abong), da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase) e do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) (**Jornal da União**, 2004).

³⁰ Curiosamente esses representantes sindicais são definidos pelo ministério das Cidades como “trabalhadores”, como se os representantes dos movimentos ou das entidades profissionais ou mesmo de poderes públicos não fossem “trabalhadores”.

A distribuição dos postos, as áreas representadas e a compartimentação do tipo de setores da sociedade civil, levam a crer que as demandas levantadas pelos trabalhadores, quer dos sindicatos, quer dos movimentos sociais, não podiam ser satisfeitas senão com a construção da correlação de forças entre os setores. Considerando que a representação dos três níveis – municipal, estadual e federal -, é de quase 43%, raramente compostos de sensibilidades políticas homogêneas, ora representando os interesses dos lobbies das empresas [com 10% de peso], ora representando interesses dos grupos financeiros, ou ora representando interesses populares, que a situação apresenta-se da mesma forma com relação à representação dos trabalhadores, também permeáveis às polarizações da luta de classes, nem sempre se encontrando de modo homogêneo com relação a certos objetivos, fazem com que as decisões eventualmente tomadas pelo Conselho, transformem esse espaço num mero parapeito para a prática democrática, obstruindo a materialização das demandas populares.

Constata-se assim uma clara correlação de forças desfavorável aos movimentos e aos trabalhadores em geral, na medida em que as forças oriundas dos movimentos dependem da configuração política dos poderes públicos, dos seus interesses em relação aos empresários, das relações entre entidades profissionais e esses mesmos empresários, entre ONGs e governos. Esta dependência manifesta-se através dos interesses materiais das diferentes partes – por um lado, das subvenções do Estado para sustentar os movimentos, por outro, das prioridades de realizações de projetos – quer de construção, quer de pesquisa – beneficiando os profissionais envolvidos com as questões urbanas.

O caso da regulamentação de fundos para a habitação em 2006 é um exemplo significativo dos entraves nas instituições mistas. Em 1992 é apresentado o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, desde a Constituição de 1988, para a criação do fundo e do conselho, resultado das lutas daquele ano. Em 2006 o Fórum Nacional da Reforma Urbana apresenta à Presidência da República e aos ministros concernentes, uma carta - manifesto assinado pelas quatro organizações [CMP, MNLM, UNMP, CONAM], além do Fórum de Reforma Urbana e de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, usuários de transporte, estudantes de arquitetura, profissionais de engenharia e outros, lamentando-se e

acusando o ministério das Cidades de falta de transparência na utilização dos recursos, pela dificuldade que ele provoca com os recursos do Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS), sem participação da sociedade e sem o controle previsto do conselho gestor. As organizações terminam exigindo reuniões com os ministros concernentes e a suspensão dos projetos para avaliação do Conselho das Cidades e do Conselho Gestor.

A CMP, junto a MNLM, a UNMP e à CONAM, participam de maneira unitária de algumas iniciativas e mobilizações. Em abril 2004 as quatro organizações, junto a outras 16 locais, prepararam algumas ocupações em São Paulo e conseguiram mobilizar várias centenas de componentes dos movimentos, mais como uma maneira de chamar a atenção das autoridades para o problema da moradia, causando impacto nas mídias e nas declarações das autoridades de São Paulo; no mês seguinte, organizam uma manifestação de interpelação ao governo pelo projeto de lei para a criação do Fundo e o Conselho Nacional de Moradia Popular em Brasília.

Desde os anos 1988, a combinação das ações, às vezes duras ou violentas, tanto reivindicativas, quanto proposicionais, tem sido realizada pelos movimentos de modo cada vez mais integrado às instituições e ao aparelho do Estado, precisamente de acordo com as suas demandas; sem no entanto, conseguir construir uma real correlação de forças para poder exigir a erradicação do problema da moradia. Mas pode-se imaginar que a solução da questão habitacional significa também o desaparecimento de uma potente máquina do Estado e do papel mesmo dos movimentos, o que permite que se questione até que ponto as autoridades precisam da existência dos movimentos para legitimá-las no seu papel de interlocutores das massas. Enquanto isso, as bases dos movimentos passam por suas estruturas, num *turn over* constante, sem permanecer de maneira duradoura ou solidária, relegadas a sentimentos de culpabilidade, de desmoralização ou de indiferença.

3.3. Os protagonistas do movimento pela moradia no centro

A história da maior parte das organizações pela moradia está ligada à história do movimento operário de São Paulo dos anos 1970, especialmente a partir das lutas em

São Bernardo, no momento das greves operárias de 1980, quando estes contam com a solidariedade e apoio popular de uma grande parte dos moradores. Constituem-se assim, os “novos atores políticos” (CASSIA BAVA, 2 ed.:254) que irão desenvolver um trabalho junto aos habitantes de cortiços, criando uma tradição de relações entre o movimento sindical de oposição ao regime e o movimento pela moradia, segundo o testemunho de Nídia, também ligada às experiências de organização da Igreja dos anos 1980, com um Centro de direitos humanos ligado à Arquidiocese de S. Paulo, a União dos Jardins e do Centro Gaspar Garcia em 1984 e, sobretudo às Pastorais da moradia, igualmente de inspiração cristã, criadas em 1985. De acordo com Iara Sílvia, do MSTC, essas organizações emergem principalmente de cisões provocadas por divergências.

Nestes últimos anos, a luta pela moradia no centro da cidade de São Paulo foi conduzida principalmente por quatro organizações, o Movimento pela Moradia do Centro (MMC), a Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC), o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Fórum dos Cortiços (FDC), todas provindo da Pastoral da Moradia, de inspiração católica, entidade criada em 1985, segundo Gutenberg, e “a partir de 1994 o movimento passa por uma situação de conflitos internos e externos que perduram até hoje”. A dimensão e o papel exercidos em relação às autoridades institucionais e a ligação com os representantes políticos, fazem das quatro organizações as principais interlocutoras dos políticos e da administração. São todas filiadas a uma organização mais ampla, uma espécie de confederação sindical do Estado de São Paulo: a União dos Movimentos pela Moradia (UMM) de São Paulo, e ao mesmo tempo, fazem parte da CMP. Segundo Cavalcanti, a UMMSP que mesmo dependendo economicamente, direta ou indiretamente, do PT, não perde a sua capacidade de traçar seu próprio caminho e estabelecer as suas próprias regras, levando-o a argumentar que por isso o termo *autonomia* não é apropriado para essa organização (CAVALCANTI, 2006).

Segundo Gutenberg, passada a experiência dos mutirões, o movimento acumula formulações de maior consistência. As organizações começam a surgir nos bairros sendo nomeadas de “Sem-Terra Urbana”: Associação dos Sem-Terra da zona sul, de Itaquera. A partir desses movimentos cria-se a União dos Movimentos pela moradia (UMM). A União reúne todos os movimentos dos Sem-Teto. No centro, o primeiro a se formar foi a

Unificação das Lutas de Cortiços, a ULC [organização da qual Gutenberg fazia parte, mas se distanciara devido às responsabilidades junto à subprefeitura]. Este movimento vai se amplificando e outros vão surgir, como o Fórum dos Cortiços (FDC); o movimento pela moradia do centro (MMC) contando com cerca de 3000 pessoas cadastradas, o movimento dos Sem-Teto do centro (MSTC), o movimento pelos trabalhadores da região do centro – MPRTC, e tantos outros que, segundo Nidia da ULC, emanam das pastorais da Igreja Católica. Na realidade existem dezenas de organizações que tentam se impor ao movimento pela moradia em São Paulo; contudo, só as quatro primeiras conseguem realmente ser reconhecidas pelas autoridades. Outra organização, o Movimento dos trabalhadores Sem-Teto – o MTST, proveniente do Movimento dos Sem Terra – MST, rica em produção teórica, mas pouco representada nos conflitos pela moradia no centro da cidade de São Paulo. Sua sede principal está situada em Guarulhos, cidade de subúrbio a 25 km de São Paulo, onde o MTST é a organização mais forte. Em 2003, na periferia da mesma cidade, o movimento inicia uma luta muito árdua pela ocupação do terreno que a fábrica Volkswagen utiliza ilegalmente, fazendo nascer admiração e popularidade de alguns movimentos e tornando-se alvo de críticas de outros, pelo tipo de confrontação diante das autoridades. O MTST inspira-se sobretudo no MST, em termos de organização das lutas assim como dos discursos. Este último movimento de hegemonia substancialmente cristã, impregnado pela corrente teologia da libertação, organiza de maneira militante os grupos sociais oprimidos e explorados da sociedade brasileira, com um discurso crítico sobre os efeitos da mundialização e da sociedade capitalista. Um exame mais atento desta organização permite medir a sua influência sobre os outros movimentos e, em particular, sobre o Movimento Sem-Teto do Centro. O MSTC, semelhante ao MTST, pela orientação política e as formas de luta adotadas, é considerado pelas outras organizações como “muito radical”. Esta organização tem a particularidade de ser dirigida quase totalmente por mulheres, todas Sem-Teto e de utilizarem as ocupações como a ação principal das suas atividades com suas bases.

As ocupações dos imóveis no centro vão ser as ações mais utilizadas por esses movimentos em fins dos anos 1990, causando ondas de repressão violentas, provocando divergências profundas entre os dirigentes e acabando em cisões importantes. Em 2001,

início do mandato Marta Suplicy, sob iniciativa do vereador Nabil Bonduki, é organizado um seminário para se discutir estudos sobre habitação na área central com a presença das organizações de moradia e profissionais. Ivaniza Rodrigues, coordenadora da UMM, uma das participantes, interpreta a falta de interesse na antecipação dos problemas da moradia no centro e das consequências das ocupações nas agendas das autoridades:

Infelizmente, somente conseguiu-se pautar a questão da habitação na área central depois que muita gente foi excluída e expulsa da área central. Vimos que as ocupações colocaram na agenda que é possível construir uma proposta de habitação para a população mais pobre da cidade na área central. Quando falamos desta moradia, falamos que o direito a moradia inclui direito à cidade e às oportunidades que ela oferece e, que não podem ser usufruídas unicamente por parte desta cidade [...] As ocupações, de 1997 para cá, colocaram duas questões fundamentais, uma que foi a denúncia e outra uma proposta de moradia na área central (Câmara Municipal de São Paulo, 2001).

O Fórum dos Cortiços e Sem Teto de São Paulo (FC) surge em 1993 e em 1997 e é criado legalmente com “estatuto de criação”. Verônica Kroll, sua coordenadora, dirigente histórica da luta por moradia, explica que o FC é estruturado a partir de uma coordenação executiva cujas atribuições são dadas em função das missões relativas às finanças a outros temas. O Fórum tem um vice-coordenador e alguns secretários. Os coordenadores não são assalariados da organização, mas recebem uma compensação para os transportes. O FC tem 14 grupos locais nos bairros e os coordenadores devem participar de todas as reuniões desses grupos. Esse movimento é responsável pela primeira ocupação de prédios públicos no centro de São Paulo: a ocupação do “casarão” Santos Dumont em Campos Elíseos. Junto à UMM fez outras ocupações, defendendo a realização de políticas habitacionais no centro. Nos anos do mandato Marta Suplicy, o FC recusa-se a praticar as ocupações. Verônica Kroll, coordenadora do FC justifica:

Olha, as ocupações foram necessárias nos anos 1997-98-99. A partir de 2000, começou a surgir PAR, PAC-BID... elegemos um

prefeito³¹, conseguimos fazer discussão, mesmo a questão da prefeitura, habitação não foi prioridade, mas conseguimos dar um avanço, elas tinham um papel fundamental, hoje, você não tem. Tudo bem que a ocupação é a última arma nossa que nós temos, mas temos que saber usar ela. [...]

As outras ocupações³² tiveram gente que apanhou até dizer chega, de bobeira. Então a gente não tem que usar a arma que a gente tem e jogar fora. Então é assim: a gente nunca vai deixar de ocupar, só que nós temos que arrumar uma forma de ocupar de outra maneira, de outro jeito. O Fórum dos Cortiços foi o primeiro movimento na cidade que denunciou e nós hoje somos muito respeitados pelo governo. Si nós fala assim: quero uma reunião com o vice-presidente do CNHU, o Fórum vai pra porta. A gente bota o povo do Fórum na porta do CNHU. Se não resolver, a gente faz a ocupação e eles sabem que com a gente do Fórum, não brinca. Porque se nós engajar uma ocupação no centro da cidade, o inferno vai ser muito pior do que esse dia. Nós podemos fazer uma ocupação em cada bairro, na Cecília, na Republica, na Consolação e assim por diante, nós temos povo pra isso. Então não brincam com a gente do Fórum, tem respeito. Então o que é que imagino? Então as ocupações de prédio hoje, pra ocupar e morar lá dentro, não dá certo por conta da droga, do tráfico de droga, toma conta e não adianta falar que você vai controlar, porque você não controla você não é uma pessoa vestida de ferro, pra andar feito robô no meio da rua. É isso (KROLL, entrevista em 2004).

Em 2004, Cida, a coordenadora do FC, que deverá substituir Verônica Kroll³³ depois das eleições, apresenta o Fórum explicando que ele luta para todos os tipos de segmentos, pois o movimento é aberto, mas a única coisa que é exigida àqueles que entram é a participação, porque é preciso reivindicar, mas sobretudo, se organizar quando obtém-se a moradia; porque o objetivo da luta não são os encortiçados, mas toda a população, tanto o pessoal dos cortiços, quanto o pessoal das favelas e os da rua, mesmo se o FC não faz um trabalho específico com esses últimos.

A exigência da *participação* dos indivíduos nos movimentos de moradia parece ser o *leitmotiv* dos anos 2000, substituindo a exigência de *organização* revestida de

³¹ Verônica refere-se a Marta Suplicy do PT.

³² Criticando as ocupações feitas com várias organizações das quais o seu movimento recusou-se em participar em abril de 2004, Verônica explica a sua posição.

³³ Verônica Kroll foi candidata a vereadora pelo PT nas eleições de 2004. Ela perdeu as eleições e voltou para o seu posto de coordenadora do FC em 2005.

“sentido dogmático”, analisada por Bisilliat na sua experiência com o mutirão da Vila Remo (BISILLIAT, 1995), citada no capítulo 2.3. A exigência de participação dos movimentos oculta a consciência que os dirigentes têm da necessidade de construção das relações de força dos mesmos, no sentido de vigorar suas negociações com as diversas autoridades, como explica Verônica: *“a gente bota o povo do Fórum na porta do CNHU. Se não resolver, a gente faz a ocupação e eles sabem que com a gente do Fórum, não brinca”*. Ao mesmo tempo, esses mesmos dirigentes correm o risco de incorrerem em práticas culpabilizantes ou penalizantes em relação aos candidatos à adesão dos seus movimentos, subtraindo assim a possibilidade desses candidatos agirem a partir das suas consciências e suas convicções, num processo que os leva a tornarem-se determinados a participar da luta não mais para si mesmos, mas para a “causa”. Desse modo, por incompreensão ou por impossibilidade de ressentirem os efeitos desse mecanismo, para cobrirem uma necessidade imediata das negociações urgentes ou de discussões nos espaços participativos de discussão, os movimentos contribuem para o desinteresse dos atuais ou futuros membros destes no momento em que conseguem suas moradias, ou em algumas vezes, no próprio processo de luta pela moradia.

Em paralelo às questões ligadas ao desinteresse e à defecção, adicionam-se outros mais concretos, mais urgentes e mais vitais, como o desemprego inesperado dos membros e as separações de casais, acarretando diminuição da renda familiar, cujas soluções estão fora do campo reivindicativo e das propostas dos movimentos frente às autoridades e à sociedade em geral, embora eles tenham a consciência que sem trabalho é impossível garantir moradia. Adiciona-se assim, mais um obstáculo que se impõe aos movimentos, à *compartimentação* do objeto, e às ações e proposições aos quais eles se engajam, elementos que estão condicionados à situação dos indivíduos em relação aos outros campos fundamentais da sociedade, dentre os quais, o trabalho é determinante. Nesse sentido, as lutas operárias dos anos 1970-1980 são determinantes para a consolidação desses movimentos, mesmo compartimentados. Com a desregulamentação apontada por Antunes (2006); com um governo tendo à sua frente um PT negligente; com os graves problemas sociais; e com os déficits em matéria de direitos fundamentais do trabalho, saúde, educação e moradia, o papel da classe operária como polo dinâmico do proletariado,

propulsor das lutas de interesses populares e pelos direitos dos trabalhadores, é reduzido consideravelmente, constringendo os movimentos dos outros campos a contarem com as suas próprias forças numéricas e de convicção. Apesar da existência das organizações nacionais e das confederações sindicais, abraçando os diversos indivíduos dos segmentos explorados e oprimidos da sociedade, o fôlego e a disponibilidade dos trabalhadores para enfrentar os próprios conflitos da classe encontram-se reduzidos. Trata-se então de uma política encaminhada e realizada pelas autoridades federais e locais, deliberadamente dissuasiva das mobilizações reivindicatórias dos setores centrais do proletariado.

O **Movimento de Moradia do Centro** (MMC) nasce nos anos 1980, com as lutas contra o aumento do preço da água, da luz, do IPTU, e contra os abusos dos aluguéis dos cortiços e das expulsões frequentes dos moradores, numa tomada de consciência da necessidade de “luta pela casa própria”. O Movimento reivindica os direitos ao trabalho, saúde, educação, lazer, e pela cidadania. É a organização do Gegê, mencionado acima, cuja sede encontra-se situada à Rua do Ouvidor, 63, ocupado por 83 famílias habitando em situação de precariedade, apesar do projeto de reabilitação estar pronto para ser executado. O processo de ocupação e de elaboração do projeto é profícuo pela qualidade dos temas abordados, pelas propostas conjuntas, e pelo caráter coletivo e unitário da dinâmica. Em 1997, o prédio de propriedade da Secretaria de Cultura do Estado, encontrava-se abandonado e estava ocupado por famílias aderentes do MMC, em sua maioria. Em 1999, universitários, voltados para os estudos da requalificação dos cortiços, contatam os ocupantes para expor suas propostas de “Projeto global integrado e participativo”, envolvendo equipes de arquitetura, engenharia, sociologia, jurídico-legal, e financeira, visando a realização de programas apropriados para as diversas fases do projeto, com a participação de estudantes universitários, de profissionais brasileiros e de outros países, e de representantes associativos.

Prevendo diferentes fases evolutivas, o projeto engloba a participação dos ocupantes, auxiliados por militantes e indivíduos de outras organizações de moradia, seguindo um cronograma preciso de pesquisas, de exposição do projeto aos ocupantes e à população, animação cultural (voltada para crianças, adolescentes ou adultos), entre outros. Chegou-se à apresentação do projeto de reabilitação do prédio, prevendo as condições

mínimas de habitabilidade e respectivas recomendações com relação à infra-estrutura, fluidos e apresentação das plantas dos apartamentos e locais coletivos por andar. O processo culminou com os projetos não realizados, mas ficou sendo sede do MMC, onde é possível encontrar cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos, esse fruto de um trabalho coletivo ficou documentado com a publicação do *“Laboratório de Projeto, integrado e participativo para requalificação de cortiço”* (dos SANTOS, André Luiz Teixeira et al, 2002), no qual os participantes expõem o método adotado, o diagnóstico do problema, as propostas das diferentes equipes, e as reflexões saídas das reuniões ou entrevistas com os ocupantes. Em novembro de 2005 as 89 famílias moradoras são despejadas pelo governo do estado de São Paulo, sob os protestos das entidades que participaram do projeto de reabilitação, de ONGs, movimentos sociais, e de universitários. Os protestos foram em vão.

A revista trimestral do MMC, preconiza o rompimento com o FMI e o fim do projeto neoliberal, além de uma série de medidas relativas à justiça social e aos serviços públicos. Edson Negrão, coordenador da juventude do MMC, explica que o seu movimento tem um projeto de sociedade baseado no modelo socialista, onde as pessoas possam ter os mesmos direitos:

Em relação a um projeto de sociedade, nós queremos mudar para uma sociedade socialista, onde a distribuição de renda seja efetiva e onde todas as pessoas possam ter as mesmas condições e os mesmos direitos. Para viver melhor nesta sociedade, ela deve passar por um processo de distribuição de renda, para se transformar em uma sociedade socialista, é o que nós sonhamos como movimento.

Para viver melhor nesta sociedade, é necessário passar por um processo de distribuição de renda. Discutimos sobre isso no nosso movimento e tentamos praticá-lo desde já, dividindo o que recebemos, os presentes em alimentação, diversos tipos de presentes (Negrão, entrevista 2004).

Em 2004, foi nesse prédio situado à rua do Ouvidor, 63, que foi feita a entrevista com Negrão, da coordenação dos jovens; e em 2005, a entrevista com Gegê. Nessa ocasião, o imóvel encontrava-se ainda ocupado, o seu estado era de visível

precariedade em relação aos fluídos e possuía condições mínimas de habitabilidade. Toda a riqueza do processo e a dinâmica que se criou a partir do mesmo, concluiu-se sem deixar vestígios no prédio, necessitando do testemunho oral dos seus protagonistas ou das publicações destinadas a um público seletivo.

Edson Negrão explica a dinâmica do movimento. Estruturado em grupos [juventude, mulheres e grupos de base], o movimento é dirigido por uma coordenação executiva, eleita por três anos numa assembléia geral, em direção às bases que discutem uma vez por mês as atividades propostas e as tarefas de levantamento de imóveis vazios [os que não preenchem sua função social, prevista pela lei] para as ocupações. Estas são realizadas muito mais a título simbólico para chamar a atenção das autoridades e dos proprietários, a fim de se chegar às negociações, do que para fazer habitar realmente a população que participa delas. O MMC tem grupos em Belenzinho e na zona norte e projeto de extensão em outras zonas. Os militantes, ocupantes e membros em geral, devem contribuir financeiramente para o movimento com cinco reais por mês e por família. A formação dos seus membros é de grande importância para o movimento, o que os leva à manutenção regular de contatos e relações de solidariedade com uma rede de profissionais e voluntários que se encarregam das suas atividades [dança, capoeira, psicologia, teatro, etc.] ou da sua educação política [discussões sobre temas teóricos ou de atualidade política]. Como a maior parte dos movimentos, a escolha das famílias ou dos indivíduos para a distribuição das moradias, parece ser feita de maneira transparente e seletiva. Edson Negrão, do MMC, explica que as pessoas que se inscrevem para a obtenção de um alojamento são repertoriadas, e a partir deste momento, elas devem participar das atividades através das formações políticas, culturais ou técnicas organizadas pelo MMC - ou mobilizações de rua ou ações do movimento -; ele explica que:

O critério principal para obter uma casa é a participação. As pessoas que se inscrevem para obter moradia são fichadas, depois devendo também participar de uma ou de várias atividades que o movimento propõe. Se eles não participam, eles não terão o número de pontos suficientes para ter a sua casa. Nós damos prioridade às pessoas que participam. Há um problema do número de gente que, quando obtém suas casas, eles não continuam a participar do

movimento. Há quem continue, mas a maioria não continua. Para nós aqueles que obtiveram casa terão mais facilidade para participar e para ajudar o movimento (NEGRÃO, entrevista em 2004).

O critério da participação para obtenção da habitação torna-se assim uma espécie de prêmio ou recompensa do movimento para seus aderentes, acarretando também certa prática - podendo favorecer práticas de *fidelização* ou de *defecção* àqueles que por razões diversas se acham impossibilitados de seguirem tais regras -, e que se vêem portanto, forçados a buscar moradia em outras organizações.

A organização **Unificação das Lutas de Cortiços** (ULC), primeira entidade a reunir e mobilizar os cortiços do centro e vizinhanças, nasce em 1991 num processo de luta pela permanência no centro, especialmente nos bairros de Belém, Mooca, Santa Cecília e Ipiranga. Como o Fórum dos Cortiços, a ULC reivindica a ocupação do “casarão” em 1997; junto ao MMC, ocupa com 800 famílias o imóvel da Rua do Ouvidor; no mesmo ano, em 1999, se afilia à UMM e faz três ocupações: uma, na Avenida Ipiranga; outra, na Rua do Gasômetro; e a terceira no Brás. O movimento conta com 3.500 famílias no seu cadastro, integrando os movimentos por regiões urbanas, além de reunir movimentos de favelas, de loteamentos, e dos sem-teto em geral. Suas “bandeiras de luta” estão fundamentalmente concentradas em questões ligadas à moradia, baseadas principalmente no caráter proposicional dirigidas às políticas públicas nos vários níveis, incluindo a ocupação de *“prédios públicos vazios e ociosos, com objetivo de reforma para mudança de uso e integração com a cidade”*, enfatizando a formação dos seus membros e a emancipação da mulher como pessoa apta a assumir a liderança, independentemente do marido ou companheiro.

Participa do Fórum da Área Central junto aos outros três movimentos e representantes da prefeitura, do Conselho Municipal da Habitação, e da Conferência das Cidades; reclama a paternidade das propostas de bolsa aluguel; do Conselho e do Fundo Municipal da Habitação; e de construções de mutirões em autogestão; além disso, aponta as ocupações promovidas pelo movimento: duas em 1997, três em 1999, uma em 2001, e uma em 2002, embora tenha participado de outras a título simbólico; conta com o apoio do

Centro Gaspar Garcia de direitos humanos, da Integra Cooperativa Interdisciplinar e de uma equipe de advogados PUC/USP (ULC, 2004). A ULC reivindica para a organização um papel especial na elaboração do Estatuto da Cidade e no processo da reforma urbana. Sem esconder nenhum percalço sobre a solução do problema da moradia, a solução dos problemas estruturais parece muito remota para a organização. Assim, a respeito das perspectivas do movimento, Nidia, uma das responsáveis da ULC e colaboradora do vereador Nabil Bonduki, assegura:

Não creio que o problema da moradia vá ser resolvido. Como os outros movimentos, o da moradia pode fatigar-se, mas não desaparecer. Um dos nossos principais objetivos é continuar a habitar no centro da cidade. No centro há 400 edifícios vazios. Além disso, fora do centro há inúmeras construções vazias, antigas fábricas. Então, seria possível estudar a maneira de resolver o problema da habitação na cidade.

O CNHU³⁴ inventou uma cidade – a Tiradentes, mas a padaria e os serviços para os habitantes foram instalados somente depois de 20 anos. Assim, as previsões que fazemos é que o passado, o presente e o futuro vão ser similares. Quando se tem um governo que não está interessado nas questões sociais, é necessário recomeçar tudo outra vez. Começamos então a tomar certas medidas e é lá que a política joga um papel importante. No momento das eleições fazemos as análises da conjuntura internacional, nacional, do Estado e do município. Examinamos assim o nível de consciência das pessoas e quais são os programas apresentados pelo governo. Na hora de cada campanha eleitoral, enviamos as nossas propostas a cada partido político. Só os partidos de esquerda nos convidam para discutir sobre as nossas propostas. Em seguida, discutimos com as pessoas do movimento, mostrando-lhes as diferenças entre os candidatos, dos que se preocupam com o social e os outros, dos que pensam apenas nas estradas, somente nos investimentos e os que se preocupam com os problemas sociais; nas dificuldades das pessoas (Nídia, entrevista 2004).

Nídia concedeu a entrevista num prédio do Brás que havia pertencido ao Banco do Estado de São Paulo, agora chamado “Associação Vitória 4 de dezembro”, porque em

³⁴ Companhia do desenvolvimento habitacional e urbano do Estado de S. Paulo – CNHU, cuja gestão está sob a responsabilidade da direita. (N.D.A.)

1999 o movimento ocupou o prédio depois de permanecer vazio por oito anos. Seguindo um processo de negociações e de utilização do dispositivo do PAR, 89 famílias conseguiram seus apartamentos, assim como a reabilitação do prédio, com prestações de 15 anos de duração. Ao contrário do prédio da Rua do Ouvidor, este encontra-se em excelente estado de conservação porque foi todo reabilitado: com áreas de serviço e de lazer de utilização coletiva e com o emprego de materiais de construção de boa qualidade. Ela dá umas pinceladas sobre a história da Associação:

A ULC foi fundada há mais de quatorze anos e é a primeira organização de famílias em cortiços de São Paulo. Havia sindicalistas e trabalhadores que habitavam nos cortiços e que começavam a observar que na usina os fogões de onde eles trabalhavam³⁵ custavam mais caro do que os seus salários. Eram pessoas habitando em cortiços e queriam mudar as condições de vida. Nos anos 1980 fundaram então a ULC para transformar os lugares onde habitavam, para mudar para melhor suas habitações, abrigo no seu movimento também outras famílias. Era ainda a ditadura, tudo era difícil. Eles começaram assim a procurar as famílias vivendo em cortiços, explicando porque elas viviam assim, que elas podiam melhorar suas condições de vida. E é isso que nós fazemos até hoje. Nós vamos às portas das fábricas e nos cortiços onde as pessoas que moram encontram-se em condições precárias (Nidia, entrevista em 2004).

Com uma diferença em relação aos outros movimentos, a ULC tem uma origem mais política e mais engajada com o movimento das oposições sindicais da metalurgia, cujos operários ajudaram a fundar associações de moradia através das pastorais. Nidia faz um resumo da origem dos outros movimentos e conta que o MMC não sai dos movimentos ligados à igreja, mas da ULC; devido às maneiras de pensar e aos interesses diferentes, o movimento desenvolve também a questão política nas suas lutas e reflexões. Quanto às tarefas da sua organização:

O objetivo da associação é também o de acompanhar o pós-habitação. Quando nos entregam um imóvel, sempre há problemas

³⁵ Tratava-se de operários de fábricas de eletrodomésticos (N.DA.).

de construção ou outros... vazamento de gás, de água, canos entupidos, certos elementos da estrutura do imóvel devem ser refeitos porque não foram bem feitos: são todos problemas de pós-instalação. [...]

Nós somos também colaboradores do Estatuto da Cidade, nós fizemos propostas para a reforma urbana e nós reivindicamos a igualdade social. Eu não creio que o problema da moradia vá desaparecer, como nenhum outro movimento. Vai melhorar, mas não terminar. Uma das principais lutas é a de continuar a morar no centro da cidade, onde tem 400 prédios vazios. As previsões que nós fazemos é que o passado, o presente e o futuro vão ser iguais. No momento em que um governo não está interessado ao social, precisa recomeçar tudo outra vez. Nós começamos então a tomar certas medidas. É aí que entra o papel da política: no momento das eleições nós fazemos as análises da conjuntura nacional, internacional, do Estado e do município. Vemos assim como vão as mentalidades das pessoas, quais são os programas de governo apresentados. A cada período eleitoral nós enviamos nossas propostas para cada partido político. Somente os partidos de esquerda nos convida para discutir nossas propostas (Nídia, entrevista em 2004).

Consciente de que os problemas da moradia, assim como os da saúde e os da educação não são resolvidos somente com a luta específica, Nídia explica como um movimento depende do outro e que por isso devem agrupar suas lutas e especificidades para ajudar-se mutuamente.

A Unificação da luta de cortiços parece funcionar diferentemente, segundo a entrevista com Nídia, coordenadora do ULC. Ela explica que a associação que representa é composta de trabalhadores, vendedores ambulantes, manicoras e desempregados. A maior parte vem do Nordeste e como quase todos, são analfabetos, o movimento os ajuda a procurar trabalho e dispõe de cursos de alfabetização para os que entram, embora dificilmente participem dos cursos, quer porque têm vergonha, quer porque têm problemas na família, como crianças doentes. Em geral, quando faltam a um curso não voltam mais.

Em relação às autoridades políticas, Nídia defende um ponto de vista que parece realista:

Os políticos são cabeçudos e daí nós fazemos as propostas e pedimos-lhes o retorno das promessas, sobretudo àqueles que nós tivemos confiança. Nós assistimos às sessões das Câmaras municipais e legislativas, sobretudo no fim do ano, quando eles fazem o balanço dos orçamentos públicos, principalmente o orçamento da habitação. Em relação aos políticos de São Paulo, apesar da maioria ser petista, nós fazemos pressão pra que eles executem tudo o que eles prometeram e que fariam. Nós então vamos lá verificar pra controlar os procedimentos, os prazos, etc. Se não foi cumprido, nós fazemos atos, manifestações, etc. (Nídia, entrevista 2004).

Nídia continua dizendo que o governo federal é mais aberto do que os governos anteriores, e que os movimentos levantam a reivindicação de criação do Fundo de Habitação há quatorze anos: já discutido nas cidades e nos Estados, pelas Conferências das Cidades; e que estavam preparando uma marcha à Brasília para exigir a sua decisão. Ela acredita que os fundos sejam decididos ainda esse ano, porque isso significa mais recursos financeiros para as municipalidades e para os Estados para investir na habitação. Na realidade a proposta de um projeto de lei de iniciativa popular foi apresentada em 1991 pelos movimentos, pleiteando a criação de um fundo especial para financiar a produção de moradias destinada às camadas de baixa renda e àqueles que se encontram excluídos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ou ainda, famílias carentes podendo usufruir de planos subsidiados em função das suas rendas. Assim, todos esses anos sem aplicação das demandas dos movimentos, o governo PT promete fazê-la, contudo, sem urgência. Sobre essa questão, os movimentos se unem em torno desta exigência, obtendo-a para, em seguida, denunciar as práticas opacas e suspeitas do Ministério das Cidades, que administrava os fundos em fevereiro de 2006 [Ver explicação no capítulo 4.2.3.].

Uma particularidade do movimento ULC é a atenção específica à questão da mulher no seu documento de apresentação do Movimento, citando o 8 de março, o “*Dia Internacional de Luta das Mulheres*”, como uma data específica que deve ser comemorada em âmbito local e nacional (ULC, 2004).

Uma reticência particular com relação aos partidos políticos é expressada por Nídia:

Os militantes dos partidos não podem participar dos movimentos como partidos políticos sob nenhum pretexto, porque eles são independentes. Nós é que vamos procurá-los com as nossas propostas para que eles possam votar. Salvo se eles têm um projeto de lei que possa interessar o movimento, por exemplo, as leis concernentes às mulheres, então nós os convidamos a vir explicar o projeto aos militantes.

Os militantes dos partidos políticos podem participar do movimento, mas ele precisa deixar as idéias do seu partido fora, quando entram no movimento, eles devem adotar as idéias do movimento. Se um militante de um partido quiser convencer nossos militantes das idéias do seu partido, nós não deixamos.

Se tiver que escolher um partido, é o PT que é o mais próximo do movimento. São os trabalhadores metalúrgicos que o ajudaram a construir há 25 anos (Nídia, entrevista 2004).

As medidas expressadas por Nídia significam um legítimo receio da perda de autonomia do seu movimento, através da manipulação e da instrumentalização dos partidos políticos, traduzido por medidas administrativas; fenômeno também existente na França e em outros países. No entanto, essas medidas não evitam a instrumentalização política dos movimentos pelos partidos, especialmente do PT, considerando a sua hegemonia junto aos movimentos, o seu papel nas negociações institucionais, além do seu peso eleitoral. As consequências dessas medidas nos movimentos são de várias ordens: a primeira é política, abrindo espaço ao PT, o mais próximo ao movimento, mas não a outros partidos, contribuindo assim para uma seleção dos objetos de discussão e das posições dos diferentes interlocutores: por um lado, obstruindo as suas bases do conhecimento das contradições políticas na sociedade e subestimando a capacidade dos seus militantes de argumentar e de pensar por si próprios; por outro lado, fazendo uma demonstração de fraqueza de ordem teórica ou política que eventualmente serve de base à orientação do movimento, deixando-o permeável a outras influências diferentes das do PT.

A segunda é de ordem organizacional, uma vez que as discussões entre militantes dos partidos e membros dos movimentos vão se dar de todas as maneiras, quer discretamente, longe do controle dos “responsáveis” pela disciplina do movimento, quer abertamente gerando tensões entre militantes. A ULC não é a única a defender essas medidas, como também a influência do PT. Em todo o caso, tais práticas favorecem a

defecção daqueles militantes que não se resignam à ignorância dos debates políticos ou que pretendem conviver com o movimento sob bases mais transparentes, levando-os muitas vezes a buscar outras práticas em outros movimentos.

O **Movimento dos Sem Teto do Centro** reivindica sua existência somente a partir do ano 2000, porque anteriormente seus dirigentes faziam parte do Fórum da Moradia. A partir de divergências sobre o encaminhamento das ações através das ocupações, os militantes mais decididos resolveram separar-se do Fórum. A semelhança da sua sigla com a do MST, é simples coincidência: o nome foi dado por acaso em 2001, quando um jornalista pergunta como se chama o movimento por ocasião de uma ocupação de um hospital vazio há vários anos e responderam que era um movimento dos sem teto. O jornalista escreve o artigo citando o Movimento dos Sem Teto do Centro. Sua característica é a ocupação como forma de luta privilegiada e tem uma reflexão mais elaborada sobre o habitar no centro, porque é aí que se encontram melhores condições de vida, de trabalho, escola, cultura, lazer, e transporte.

Em 2003, o MSTC submete o seu programa habitacional à sua Assembléia Geral e propõe cinco medidas que se resumem em: 1. um plano de desenvolvimento social, dando prioridade às 10.000 famílias de até três salários mínimos e alojando-as nos imóveis vazios; liberando recursos àqueles em situação precária; liberando os prédios vazios do centro e destinando-os aos movimentos; planos de urgência visando escola, trabalho, saneamento e cultura; e ratificando a demanda de criação do Fundo Municipal de Habitação; 2. realização de projetos habitacionais e sociais em parceria com o “Movimento Social Organizado”, que os controla junto à população, criando uma Associação de Moradores ligada ao movimento social que será responsável pela gestão do espaço após entrega do projeto; 3. medidas baseadas no Estatuto da Cidade de 1989, inserindo uma série de medidas de incentivo à moradia popular; 4. regulamento do funcionamento interno do movimento, ressaltando o caráter soberano das Assembléias Gerais e de direção eletiva; 5. as diretrizes do MSTC assumem seu engajamento com as famílias de baixa renda, com as lutas por moradia, e com a articulação com outros grupos populares, *“nas conjunturas eleitorais, engajar-se na eleição de governos e parlamentares, comprometidos com a luta e*

interesses do povo pobre” e no sentido de estabelecer parcerias com governos democráticos e populares (MSTC, 2003).

A articulação entre a luta pela moradia e a luta em outros domínios é assumida timidamente pelo movimento, como os artigos da revista mensal do MSTC [Ver imagem no fim do capítulo], na qual, em um dos seus números³⁶, denuncia a contaminação do terreno na Vila Carioca do Rio de Janeiro, provocada pelos vazamentos dos fluídos da multinacional Shell, sem explicar a relação entre esta e o problema da moradia [poluição urbana, exploração dos recursos naturais do país, etc.]; e em outro número lança a palavra de ordem “teto, terra, trabalho”. Como os outros movimentos, o MSTC é dotado de estatuto e está classificado na categoria de associação; cada prédio tem a sua associação, com o seu estatuto constando a filiação ao movimento, seus membros pagam uma cotização simbólica e elegem os coordenadores, tesoureiros e os secretários.

Ao contrário das outras organizações, durante o período da administração Marta Suplicy, o MSTC edita o jornal Luta por Moradia, tem inclusive um site com alguns artigos de informação e de reflexão. Ivanete, uma das quatro “meninas” [chamadas assim, porque as coordenadoras são muitas e todas são mulheres], explica que o lema do movimento para a sua defesa é ocupar, e conta que já estão com mais de 32 projetos indicados. O MSTC se reúne em igreja, em associações ou sindicatos e tem uma atenção especial no recrutamento dos seus membros, através de uma:

equipe de meninas que vai pros cortiços convidar a família participar do movimento e passar a idéia dos direitos da família, garantido no artigo 5 da Constituição federal, conscientizando as famílias moradoras, trabalhador sem teto (Ivanete, entrevista de 2004).

Ivanete explica todo o processo de ocupação que vai desde a procura de prédios vazios, até a elaboração de projetos para a negociação:

A ocupação é assim: vou pegar um exemplo de um prédio que nós temos que é ali na Prestes Maia com a Brigadeiro Tobias. Então

³⁶ **Luta por Moradia**. São Paulo: Nº 14, p. 3, junho 2003.

o que é que acontece? Nós levamos esse prédio pra mesa de negociação do município, que é a prefeitura, e lá a gente reivindicou o prédio prá uma grande demanda que tava prá ser despejada dos seus locais. Teve certa dificuldade.

[...]

Primeiro [antes da ocupação] é feita uma negociação, a gente tenta levar – é prefeitura, Estado federal, é muito burocrático. Então a gente leva proposta, leva objetivo, nossos arquitetos vão, faz o projeto... e mesmo assim aparecem mil e uma dificuldades.

[...]

Tanto a prefeitura, como o Estado ou a nível federal, se não dão, a chega e ocupa. Hoje, até que nós temos uma cota mais aberta com o município, com a prefeitura. A prefeitura tem dado atendimento ao MSTC. Quem não tem dado atendimento ao MSTC, que tá cheio de recursos, financeiramente falando, é o Governo do Estado [Estado de São Paulo], hoje o Governo do Estado e eu tenho até um dado, ele fechou o caixa desse ano, só com o dinheiro do 1% do CMS, 800 milhões. O CMS é um imposto que eles arrecadam pra ser aplicado no [setor] social e eles não utilizam pro social, não utilizam pra habitação, eles fazem estradas, fazem... então as famílias ficam sempre a ver navios, como é o ditado, né? Aí a gente começa a reivindicar, o Estado tem hoje, recursos do BID [Banco interamericano de desenvolvimento], que trabalho junto com o PHAC, que é um programa de habitação e cortiço, mas que não atende famílias de cortiço. Eu conheço pessoas que pra entrar dentro de um projeto do PHAC, ela foi moradora de um apartamento, ela ganha muito bem, o que é até legal, vamos deixar claro (Ivanete, entrevista 2004).

Além da preparação das ocupações, dos projetos e das negociações, o movimento deve organizar também a vida entre os moradores dos prédios ocupados: locais coletivos, tarefas específicas da comunidade, representação dos moradores, compras, consertos, etc. Mas com relação às dificuldades em organizar tudo isso, Ivanete responde:

O mais simples é como nos organizar. Nós somos uma equipe executiva de nove meninas, assessoria de imprensa, que é a Iara, temos assessoria jurídica e há uma coordenação grande, ampliada, que sai nas regiões. A gente senta todas as quintas-feiras pra discutir, trocar idéias, até mesmo elaborar propostas e encaminhamento. E dentro desse fórum de discussão é aonde surgem várias idéias, principalmente ocupar, é desse grupo, “das meninas”, que o pessoal fala – “as meninas do MSTC”.

Antes de ocupar, o que nós fazemos com 50 grupos de base? Cada grupo de base vai tirar uma cozinheira comunitária ou duas, vai tirar o segurança, vai tirar o porteiro, o rapaz ou a mulher, que vai abrir a porta, que é a comissão de frente, a gente tira pessoas pra ficar com as crianças, limpeza de corredores, enfim, um mutirão de limpeza. Tudo isso é tirado antes. Aí quando vem pra dentro, a gente junta essa equipe e essa equipe acaba se distribuindo. Então de uma ou duas, vão surgindo mais e daí temos uma grande equipe pra poder se organizar por andar.

A coordenadora do edifício, a coordenadora geral ela é uma, mas aí tem o coordenador do andar, o tesoureiro, a secretária, o conselho fiscal...

As pessoas são indicadas por consenso. A pessoa se indica, ou então alguém indica, “dá prá trabalhar com quatro ou cinco? Tudo bem, então vem!”, “ah, não dá? Só dois ou três, então vamos ver no consenso como é que faz (Ivanete, entrevista 2004).

A energia dispensada pelo esforço das lutas e do aprendizado, necessários em campos tão diversificados, faz desses militantes verdadeiros autodidatas, especialistas em questões urbanas e em convivência humana, levando as autoridades a tomarem também esse aspecto em consideração, conduzindo-os a transformarem-se em verdadeiros interlocutores sociais através da sua legalização em conta, sobretudo a necessidade da sua legalização, uma maneira de integrar-lhes nos espaços institucionais, para que eles pretendam negociar seus projetos.

3.4. À guisa de conclusão

Os quatro movimentos apresentam alguns traços comuns em relação aos seus posicionamentos políticos, apenas a forma de exprimí-los são mais ou menos radicais, segundo as organizações e as diferenças de funcionamento entre as organizações, o que refletem em diferenças de orientação essencialmente táticas. Os desníveis entre as orientações políticas podem ser identificados pelas seguintes questões: o lugar que ocupa a luta pela moradia na sociedade brasileira e no contexto mundial, alguns dando mais ênfase à política social dos governos, exigindo uma política independente da influência dos Estados Unidos e das agências internacionais; outros dando mais importância aos direitos conquistados e às realizações contidas na Constituição, mais do que ao conteúdo ou aos programas de cada organização: são o ritmo, os métodos, mas sobretudo, os tipos de ações,

dos conflitos, e das lutas propostas às massas trabalhadoras; aos objetos de discórdia que provocam divergências até chegar às cisões; e por último, o modo de tratar a participação nos espaços das políticas públicas, uns mais “atrelados”, como diz Souza, outros buscando manter a sua independência do aparelho do Estado, mesmo sem saber bem explicar o porquê. Em suma, os quatro movimentos parecem tomar as suas reivindicações não como um ponto de partida para obter satisfação das suas aspirações mais globais para a sociedade, mas ao contrário, como um ponto de chegada do que já está contido e garantido pela Constituição.

Provavelmente, pode-se explicar essa postura graças ao processo do pós-ditadura, desenvolvido numa dinâmica de movimentos de massas efervescentes, abrangendo praticamente todos os setores da sociedade e culminando com o Movimento de participação popular da Constituinte³⁷, processo maciço pelas garantias dos direitos fundamentais da sociedade, assumido por esses mesmos setores populares. Trata-se então de se perguntar se a vocação dos movimentos sociais é mesmo a de delimitar o seu perímetro de intervenção ao objeto através do qual deu origem o seu surgimento: no caso, a moradia; ou seja, as suas fronteiras acham-se limitadas por razões históricas? Trata-se então de uma questão estrutural, na qual a sua vocação está circunscrita ao objeto de intervenção inicial? Ou se, muito pelo contrário, a delimitação é consequência de concepções e de orientações atuando nesse mesmo processo, jogando com as mediações dos interesses imediatos do sistema capitalista. Em geral, os militantes valorizam as instituições mas sem ilusões em relação aos parlamentares ou autoridades. As organizações que praticam a ocupação como forma de luta, mesmo simbólica, parecem manter o objetivo do movimento com uma preocupação constante: que a luta seja desenvolvida de maneira coletiva e que a autogestão seja sua forma de organização.

A primeira constatação relevante no estudo dos quatro movimentos, como também dos que não fazem parte do processo participativo de reformas habitacionais, é a chamada *independência* dos movimentos. Todos eles são terrenos exclusivos de freqüentação dos militantes do PT, mas apesar dessa realidade seus dirigentes não admitem

³⁷ Ver Parte II, Política participativa, Capítulo 1: Alavancas das políticas públicas, Parte 1.1.1. A construção das políticas públicas.

a participação do Partido enquanto tal no seu movimento. Essa postura, também adotada em outros países, como a França por exemplo, nasce nos anos 1980. Difícil de identificar como e qual componente dentre as classes, entre as sensibilidades políticas ou segmentos no Brasil, que provocaram e difundiram essa atitude; uns apontam a Igreja como precursora dessa prática; outros, o próprio PT. Apesar da maioria dos chamados coordenadores [na realidade são os dirigentes] serem membros do PT, e que todos eles defendam as posições do Partido dentro dos movimentos em período eleitoral, todos justificam essa prática como um escudo defendendo as manobras ou as tentativas de recuperação dos movimentos pelo partido [ou pelos partidos] como para garantir a independência do movimento.

A outra constatação é o critério de *legalização* dos movimentos como uma exigência das autoridades políticas de esquerda e de direita, fruto do processo “participativo” do país que explica a impossibilidade de negociação entre movimentos e instituições, inclusive as assinaturas de projetos e de financiamentos, se os primeiros não têm um estatuto legal. Para os movimentos, a institucionalização torna-se gratificante, prestando-lhes a condição de interlocutores notáveis, e esse reconhecimento é verificado apenas nos meios dos parlamentares de esquerda, das ONGs ou dos próprios movimentos. Na prática, as reivindicações dos movimentos são realizadas quando eles se mobilizam, vão às ruas, ocupam prédios ou outras demonstrações de força, como foi o caso da inclusão da moradia como prioridade, junto à educação e à saúde, no OP de São Paulo.

Com as reviravoltas das recomposições governamentais (MACHADO, J. 2007:46-47), a nível municipal sob administração de oposição ao PT dos tempos de Marta Suplicy e em âmbito federal³⁸, hoje o status de entidades legais é apenas formal, sem incidência real nas decisões municipais ou federais. O exemplo do site de apresentação e de informação do Ministério das Cidades em 2008 é significativo: nas suas páginas, os movimentos estão ausentes das iniciativas, inclusive das Conferências Nacionais das Cidades, enquanto que em âmbito municipal, as organizações são mencionadas no site da prefeitura; entretanto, as conquistas obtidas com a administração Marta Suplicy têm sido destruídas sistematicamente. Curiosa também é a postura do PT e dos seus partidos aliados,

³⁸ Marcio Fortes, empresário, ex-secretário-geral do PSDB entre 1999-2003, partido reconhecidamente aliado das elites econômicas brasileiras e internacionais, atualmente filiado ao Partido Popular (PP), é o atual Ministro das Cidades do governo Lula da Silva.

no tratar e negociar com os movimentos somente quando eles estão legalizados [quando inscritos em cartório como associações, dotadas de estatuto e de diretoria], quando ao mesmo tempo, o partido se lança nas experiências do OP com milhares de pessoas, decidindo e realizando as suas decisões, sem institucionalizá-las e sem ser legiferado pelas Câmaras ou por alguma entidade do Estado deliberadamente.

Outra particularidade vivida pelos movimentos é o lugar que eles ocupam nas práticas utilizadas pelos militantes do PT ou dos partidos em geral, quando estes se dirigem aos primeiros durante as campanhas eleitorais para negociar o voto em troca do apoio ou da ajuda material à organização do movimento, gerando um *clientelismo embrionário*. Embora militante do PT, uma das dirigentes exprime um sentimento de saturação de certas práticas:

Partido político, eu vou falar assim bem a linguagem do povão. Porque é assim, é meio complicado porque a gente apóia o político, dá seu sangue e na hora, o político, ou não pode fazer, ou ele não quer fazer, entendeu? [...] O militante político, se quer participar, o MSTC tem aquele lema, se você quer vir somar ou multiplicar, seja bem vindo as portas estão abertas, dividir jamais. Se o militante político vier com uma visão: “olha, vamos trabalhar o coletivo”, o companheiro ou companheira, seja bem vindo. Agora “eu vou trabalhar pra garantir o meu umbigo” não é bem vindo.

Quando a gente vai apoiar, dar um apoio político ao candidato que tem uma proposta de nos ajudar a elaborar boletim, ajudar as reuniões, a liberar o vale transporte pra gente poder se locomover, então, a partir desse momento a gente senta e fala “eu fecho”, mas depois que ganhou as eleições, não vê o movimento. Tem muito disso: “eu prometi o inteiro, mas o inteiro eu não posso, só a metade: é pegar ou largar!” Tem muito disso (Ivanete, 2004).

Críticos da atitude de certos parlamentares do PT ou políticos em geral, diante das campanhas eleitorais, muitos coordenadores explicam nas suas entrevistas a importância capital das eleições, e muitas vezes terminam também candidatando-se às eleições, como é o caso de Verônica Kroll, do Fórum dos Cortiços, candidata a vereadora da prefeitura de São Paulo em 2004.

Outra prática comum dos parlamentares do PT, já comentada neste estudo, é a *cooptação* de coordenadores históricos [homens ou mulheres], ou reconhecidos pelos

movimentos, militando no PT; os quais muitas vezes sentem-se na obrigação de aceitar as propostas de emprego, vistas as dificuldades que têm para a manutenção das suas famílias ou mesmo por reconhecimento ao Partido. Parlamentares e autoridades políticas recorrem a essa prática em âmbito local ou nacional: vereadores cooptando assessores, ministérios cooptando para missões de caráter administrativo, técnico ou mesmo político. Laços e relações de interesses são construídos em função dos cargos de uns e de outros, quer em função daqueles que visam serem reeleitos, quer daqueles que não podem ou não desejam perder seus empregos, estabelecendo relações de poder entre militantes de um mesmo partido, configurando modos de convivência entre as bases dos movimentos e seus dirigentes históricos mais atentos, de modo a não atacar o governo ou a sua política, mais do que cumprir com as demandas dos movimentos, contribuindo assim para a perda maior da independência destes. Essas práticas, muitas vezes encaminhadas de maneira exarcebada, criam as bases de relações clientelistas entre as hierarquias do movimento e o aparelho do Estado.

Provavelmente é essa a razão pela qual Negrão, o jovem dirigente do Movimento de Moradia no Centro, confessa:

É muito complicado pra gente estar atuando dentro de um partido político, porque eles acabam tendo uma ligação diferente da nossa. Alguns deles se estiverem no governo, eles são nossos funcionários, não somos nós os funcionários deles porque fomos nós que elegemos eles, quando eles têm um cargo público eles devem servir à população e não a população servir a ele. Então nós temos esse entendimento, por isso algumas vezes temos divergências com os partidos políticos de esquerda. O contato com os partidos conservadores é nenhum porque eles marginalizam demais os movimentos pela moradia! (NEGRÃO, 2004).

Essas características presentes nos movimentos, cujas causas podem ser identificadas por motivos ideológicos ou culturais, geram deformações influenciando necessariamente as políticas dos governos, mas o mais grave são as conseqüências junto à população que entra nos movimentos disposta a se organizar, a agir, e a reforçar a correlação de forças de acordo com as suas convicções; que ao perceber as manobras

políticas, tornam-se frustradas diante do movimento e das suas ações, muitas vezes submetidas à práticas pouco honrosas e respeitáveis.

Em 2004, a prefeita Marta Suplicy prepara-se para a renovação do seu mandato

luta' moradia

MSTC - movimento sem-teto do centro - são paulo, brasil - número 14 - junho/2003

FIM do latifúndio urbano! Moradia popular JÁ!

Anderson Barbosa da Silva



No coração de São Paulo, mais precisamente na avenida São João, em frente ao número 601, centenas de trabalhadores de baixa renda se reuniram, 31 de maio, numa manhã de sábado, cheia de sol. Porém, as quase 800 pessoas ali reunidas não vieram passear ou fazer compras. Vieram participar do ATO DE DENÚNCIA E PROTESTO, organizado por 6 entidades: CDM - Conselho de Direito da Moradia; MLMP - Movimento de Luta por Moradia Própria; Movimento Sem Teto Heliópolis - UNAS; MSTC - Movimento Sem Teto do Centro; MTSTRC - Movimento Trabalhadores Sem Teto Região Central; Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo. Vieram lutar pelo seu direito Constitucional à moradia. Vieram denunciar o absurdo de existirem mais de 400 mil imóveis vazios na cidade, sem nenhuma função social. Fechados para especulação. Enquanto isso, 1 milhão de pessoas vivem em cortiços e pensões, e 2 milhões moram em favelas. (Leia mais na pág. 3)

Reivindicamos:

1. Desapropriar todos os imóveis que estão fechados por mais de 3 anos, e transformá-los em moradia popular e equipamento social.
2. Incidência de imposto fortemente progressivo para imóveis vazios há mais de 1 ano.
3. Que os imóveis com débitos de IPTU passem para o controle da Prefeitura e sejam utilizados para moradia popular.
4. Medida de emergência: que todos os prédios vazios por mais de ano e dia sejam ocupados pelos sem-teto até que os projetos habitacionais para famílias de baixa renda sejam viabilizados.

Jovens em Luta pelo Primeiro Emprego

Os Jovens do Movimento de Moradia se organizam para lutar pelo Primeiro Emprego. Em maio, participaram de audiência com o Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, Heiguierto Navarro. No próximo dia 27/6, haverá mais uma reunião na DRT. As principais reivindicações são:

- ▶ Atender jovens de 16 a 24 anos; e apoio à profissionalização e curso pré-vestibular para quem concluiu o ensino médio;
- ▶ Atender jovens de 14 a 16 anos (Lei 10.097 - aprendizes);
- ▶ Até se viabilizar o Primeiro Emprego, fornecer vale-transporte e bolsa-escola para 300 jovens.

Venha você também participar e fazer seu cadastro. A próxima reunião será no dia 19 de julho, às 15h, na sede do MSTC, à rua Ana Cintra, 123, Metrô Santa Cecília.

Luta por moradia, N° 14. São Paulo, junho 2003.

Fonte : Movimento Sem-Teto do Centro.

durante as eleições de outubro. Esforços relativos aos procedimentos e dispositivos são dispensados para resolver os inúmeros conflitos com relação à moradia e aos transportes, recorrendo não só aos projetos produzidos pela sua equipe, mas também utilizando aqueles montados pelos movimentos. Em geral, são projetos que envolvem apenas a população de

baixa renda ou a que vive em situação de grande precariedade, mas solvável porque trabalha nos setores informais ou em atividades destinadas à mão-de-obra não qualificada. A participação direta ou indireta dos movimentos nos diversos programas, a partir da integração dos quadros dirigentes na máquina administrativa e da participação dos conselhos, levanta questões sobre a independência do movimento – como garantir a realização das suas necessidades e não as dos partidos nos poderes públicos e como manter a motivação pela luta dos aderentes ao movimento – questões que parecem preocupar uma série de responsáveis políticos e pesquisadores. Além das questões já citadas, os testemunhos dos entrevistados suscitam uma série de questionamentos relativos à atitude do PT, sendo recorrente a cooptação dos líderes dos movimentos sociais. Uma delas é a motivação que o leva a essas práticas, se é por falta de quadros politicamente capazes e sensíveis aos problemas do habitat, se é por uma questão de confiança política nos técnicos do aparelho do Estado, ou se é ainda pela necessidade de fazer controlar a cólera dos movimentos por um dirigente saído de um deles, a fim de obter a paz social.

Durante as entrevistas, os discursos dos diferentes militantes, técnicos ou políticos, referem-se sempre a esse problema e são unânimes em criticar aqueles que “sobem” as escadas do sucesso pessoal. Entretanto, esta questão não parece fazer parte de um debate aberto no movimento, sobretudo quando está prevista a renovação dos militantes dirigentes, quando a continuidade da luta é fundamental para os que continuam sem moradia. Verifica-se também que um bom número das direções atuais tem-se mantido como tal há vários anos e graças a essa experiência acumulada, elas se politizam e dominam perfeitamente o problema da habitação, em geral, problemas sociais de São Paulo e do Brasil como um todo. Tornam-se, assim, os interlocutores privilegiados das autoridades políticas, administrativas, financeiras ou midiáticas, criando, de certa maneira, uma defasagem entre os seus discursos e o discurso da base semi-mobilizada. Diversos militantes, dirigentes do movimento, confessam nas entrevistas que a maior parte dos participantes do seu movimento, abandona-o, uma vez obtida a moradia, o que os leva a refletir o que fazer para incitá-los a permanecer no movimento.

CAPÍTULO 4: AS ORGANIZAÇÕES DO CENTRO

4.1. Funcionamento dos movimentos nas ocupações

As organizações não se diferenciam totalmente umas das outras no que diz respeito aos seus organogramas, todas possuem instâncias centrais e hierarquizadas que organizam grupos chamados de base - estruturados por bairro, por edifícios e por distritos -, cujos dirigentes são nomeados “coordenadores”, embora as organizações sejam obrigadas a seguir o modelo legal de constituição de uma associação. As quatro organizações têm quase sempre o mesmo modelo interno por razões legais, como explica Gutenberg Sousa (ex-coordenador), porque a administração ou os parlamentares não negociam com as que não são legalizadas, transformadas em associações ou ONG’s. Por outro lado, o que vai diferenciar umas das outras são as formas de lutas adotadas por cada uma, o tratamento a ser dado aos seus aderentes ou às suas bases. O MMC, por exemplo, parece ser a única a construir uma organização de jovens pela moradia de maneira autônoma, na qual Edson Negrão, coordenador da juventude, conta que veio de Sergipe, entre outras coisas para organizar os jovens do movimento, visto que para ele a juventude é uma prioridade pois delas nascerão os líderes do movimento de amanhã. A estrutura da organização é piramidal, onde a coordenação executiva é a direção do movimento:

Esta direção é eleita numa assembléia geral cada três anos quando os estatutos são reexaminados. O movimento é organizado por grupos de jovens, de mulheres e os grupos de base que são uma espécie de Comitês de bairro, reúne-se uma vez por mês. A coordenação executiva reúne-se uma vez por semana para discutir das atividades semanais: a investigação dos edifícios vazios, a verificação dos edifícios que preenchem uma função social, conforme a lei, as ocupações. Uma vez por mês há uma assembléia geral com todos os militantes e é lá que se discute sobre a escolha das ações e a forma que tomarão: ocupação do edifício ou outro tipo de ação. Estamos encarregados pela formação política e ideológica do movimento. Primeiro, porque é necessário assumir a organização com toda a sua dimensão segundo para explicar porque nos

encontramos nesta situação e porque é necessário continuar a lutar. Cada três meses há uma formação para os novos recém-chegados. Os problemas internos maiores, são os das pessoas que perdem o emprego e começam a bater nos vizinhos ou nas suas mulheres. Para evitar isso, estabelecemos regras de funcionamento e de relações entre os membros. Temos também um psicólogo que segue estas pessoas para ajudá-las a superar seus problemas, assim proibimos o álcool no interior do edifício e ninguém pode entrar no edifício se bebeu ou está bêbado.

Nossos recursos provêm, sobretudo, das contribuições dos militantes. Cada um deve contribuir com cinco reais por mês, por família. Temos redes de profissionais que promovem ou oferecem atividades de maneira militante e voluntária: o psicólogo, o professor de dança, de capoeira, de teatro, de política para a formação ideológica, etc...

O critério principal para obter a moradia é a participação. Há o problema de pessoas que quando obtêm suas moradias, abandonam o movimento. Há quem continua, mas a maioria para. No entanto, para nós, os que obtiveram uma moradia, teriam mais facilidade para participar e ajudar o movimento. No que se refere aos membros, fazemos uma investigação das pessoas que vivem na rua, os cortiços, em favelas do centro. Identificamos os locais onde estão estas pessoas, organizamos as equipes para vê-los e oferecer a ajuda do movimento: quer para melhorar a sua situação, quer para que mudem de lugar de habitação. A prefeitura nos ajuda a encontrar hospitais e postos de saúde porque muitas pessoas que vivem na rua têm uma grande necessidade de assistência médica (NEGRÃO, entrevista de 2004).

O MMC tem suas regras próprias para os ocupantes da Rua do Ouvidor, 63 (Ver Figura 21 em 6.5.), às quais cada indivíduo deve conformar-se, sob pena de não continuar no prédio, com o movimento.

Inteiramente diversa é a forma com que o Fórum dos Cortiços do centro de São Paulo – FDC, organiza seus aderentes, cujo exemplo, testemunhado em abril de 2004, ilustra a diversidade entre as organizações quanto ao tratamento dispensado às bases ou aos seus componentes. O escritório funciona mais como uma agência imobiliária do que como uma sede de movimento, onde os benévolos ou militantes de plantão recebem as pessoas solicitando moradias com um questionário aos que vêm pela primeira vez e com uma verificação de presença às reuniões daquelas que já estão inscritas. Tudo se passa numa sala de espera com várias cadeiras, dispostas em filas, parecendo mais um guichê de serviço

prestado aos consumidores do que um local militante. A disposição mesma do escritório favorece esta impressão: os requerentes esperam a sua vez para inscreverem-se no movimento e devem, por outro lado, participar das reuniões convocadas pelos líderes. A participação em reuniões faz parte de uma espécie de índice de prioridade – conforme a informação de Cida, uma coordenadora, quanto mais os requerentes participam maior a possibilidade de ter acesso à moradia. Com efeito, uma “consumidora” chega com a sua filha de uns três anos, ambas mal vestidas e sujas. A mãe espera a sua vez para informar-se do andamento do seu dossiê, mas a resposta que recebe desmoraliza qualquer indivíduo bem intencionado porque simplesmente ela esteve ausente das reuniões convocadas pelo movimento: quando a voluntária em serviço ameaça esta mãe, diante da criança, dizendo que ela *“não deve jamais faltar as reuniões porque senão não terá casa”*. Diante de tal perspectiva penalizante ela cala-se e espera a sua vez de ser atendida. Este fato revela que o número oficial de aderentes aos movimentos é de suma importância, quer no momento das subvenções institucionais, quer nas negociações com as autoridades. Provavelmente o tratamento descrito, voltado às pessoas necessitando de moradia, frio na aparência, é em consequência de experiências que marcaram seus dirigentes, deixando feridas jamais fechadas. A descrição que faz Cida de uma das ocupações do seu movimento pode servir como exemplo:

A gente tem casos como o de lá da Pompéia com moradores de rua. Eles ocuparam uma fábrica, daí a gente foi ajudar. Pra você ter uma idéia, os vizinhos compraram gasolina e tocaram fogo na fábrica com eles lá dentro. Isso porque tinham muitos cachorros, porque morador de rua quer ter sempre um cachorro porque é a proteção deles, né? Então, quando ocuparam essa fábrica eles já estavam lá há dois anos. O síndico queria vender o local. O bairro é de classe média alta e o que eles fizeram: quase mataram um, tocaram fogo e quando o pessoal chegou, falaram: “está tudo queimado”. Tinha trabalhadores no meio, sempre tem – de reciclagem, bombeiros que não conseguiram ter onde morar. Às vezes os trabalhadores nem conseguem mais trabalhar porque começam a beber e ficam naquelas condições miseráveis. Daí atiraram neles, queimou... A gente passou a noite inteira com eles ali, porque os vizinhos ameaçaram voltar. Tinha polícia, tinha o Henrique, que na época era um deputado que fazia um trabalho com

a gente, muita gente ali ficou a noite inteira. Foi fogo o negócio lá, porque tinha muitos cachorros, eles faziam muito barulho.

A casa de um cara lá, desvalorizou. A casa que custava 600 mil, hoje não se vende por 200 mil. A região se desvalorizou. Daí eles resolveram tirar o pessoal da ocupação. Teve um que levou um tiro na perna, quase perdeu a perna. Queimou tudo! Quando chegou um cara do serviço, ele chorava assim, ele tinha acabado de comprar geladeira nova, um fogão novo, tudo que tinha de comida não sobrou uma coisa. Era um ajudante de cozinha, ganhando 350 reais, que condições você tem de montar alguma coisa, né?

Depois que teve esse incêndio eles foram pra “locação social”, que a Marta Suplicy alugou hotéis. Depois eles vieram 3 a 4 vezes ao Fórum, a aparência e a fisionomia deles já estavam mudadas, conseguiram dar um grande avanço. Então, quando eles foram pra esses hotéis, houve uma mudança radical que eles tiveram na vida. Mas houve uma briga com eles por causa dos cachorros, mas nós conseguimos convencer eles a deixar os cachorros no local. Assim, o que falta muito no Brasil é a oportunidade. Você tem uma moradia, toma o seu banho, você se alimenta, você sabe pra onde você vai voltar, muda muitas coisas. Então a nossa luta é pra isso, pra cidadania, pra mudar esse quadro (Cida, entrevista em 2004).

Cida continua afirmando que o FDC não teve participação em uma ocupação recente organizada por vários movimentos, dizendo que a última foi a de 1999, cuja repressão chegou a provocar a morte de pessoas.

O MSTC faz das ocupações a ação principal das suas atividades, preparando-as nos detalhes, discutindo com os seus aderentes, repartindo as tarefas entre todos. Uma das ocupações emblemáticas é a da Avenida Prestes Maia com a Brigadeiro Tobias, edifício com dois blocos: um de nove andares, outro de vinte e dois. Ele abriga 468 famílias e em alguns andares, alojam-se 14 a 17, numa média de 15 famílias, isso porque muitas delas, expulsadas de outras ocupações, vão habitar naquela que ainda resiste. Maria Jaira Coelho Rodrigues de Andrade, no movimento de moradia desde 1996, delegada do orçamento participativo pelo Canindé, bairro onde mora, e segunda coordenadora do MSTC, explica:

Quando ocupamos um imóvel, fazemos uma assembléia geral, vemos com as pessoas, as famílias, dividimos os espaços de acordo com o tamanho da família: os espaços para uma família de dez

peças são maiores do que o de uma família de duas. O número de famílias por andar é feito por uma agência de arquitetos. Fazemos uma reunião por andar e as famílias de cada andar escolhe uma pessoa para coordenar a limpeza, os consertos do andar... Essa pessoa vai pra reunião de coordenação e coloca os problemas do andar que elas não conseguem resolver. Tudo o que concerne o andar é feito pelas famílias, mas a limpeza das escadas é feita por uma mulher habitante do prédio que está desempregada e pagamos 100 reais. As pessoas que não querem participar da tarefa de recepção na entrada do prédio, onde devem ficar três horas pra controle e segurança, devem pagar 5 reais por semana àquele que vai substituí-lo. Esta é uma tarefa voluntária, mas cada família deve fazer a recepção uma vez por semana.

Cada segunda-feira fazemos uma reunião de coordenação e quando ela não pode resolver um problema, convocamos uma AG extraordinária, mesmo se fazemos uma AG cada quinze dias. Os problemas são técnicos, de funcionamento ou políticos.

Nós temos um regulamento, e se alguém não o segue, é punido: é proibido roubar, fazer tráfico de drogas, bater nas mulheres ou ser violento com elas ou com as crianças. A gente discute sobre isso na coordenação e examina se expulsa a pessoa do prédio ou chama a atenção. O caso de roubo ou de drogas é a rua imediatamente. A maioria do pessoal vem do Norte e lá eles gostam muito de bater nas mulheres... Esta semana cinco pessoas dormiram na rua porque não puderam entrar bêbados porque a gente não pode ajudar os bêbados.

O movimento fica mais unido quando a gente faz a ocupação. Mas se no meio do projeto, as famílias esquecem a luta, a gente deixa. Enquanto nós ocupamos, fazemos o trabalho coletivamente, fazendo avisos, cursos, estágios de formação sobre a política, sobre a conjuntura é importante que a gente dê um rumo pras famílias. Tem aqueles que começam a se politizar e terminam entrando nos partidos políticos. Aqui tem pessoas que participam de associações, são pessoas que já participaram de sindicatos, mas que abandonaram, mas o movimento é composto principalmente de necessitados: desempregados, SDF. A maioria dos moradores é apanhador de papel, vendedor ambulante, empregada doméstica... [...] Nossa luta é mais difícil porque trabalhamos com os mais necessitados (ANDRADE, entrevista em 2004).

Jaira reitera a aspiração dos outros movimentos, dizendo que se todos os movimentos de moradia se unissem haveria uma política de habitação correta para todo o Brasil, e que sem trabalho o problema da moradia é insolúvel.

A ULC é composta de operários, de vendedores ambulantes e de desempregados, em geral vindos do nordeste do Brasil ou do Estado de Minas Gerais. Elza Vetori, no movimento desde 1992, conta a ocupação do prédio no Brás, onde se desenvolve a entrevista:

Quando ocupamos este prédio, a primeira coisa que fizemos foi um grupo pra receber a imprensa, um outro pras questões jurídicas, depois dividimos as tarefas: uma equipe de limpeza, equipe de enfermagem, de compras de mercado, de consertos e obras do prédio. A divisão das tarefas é feita de acordo com a competência de cada um e dos gostos. Fizemos barracões dentro do prédio para fazer nossas moradias (VETORI, entrevista em 2004).

Visivelmente a repartição de tarefas entre os ocupantes é a marca registrada do movimento mais antigo da cidade de São Paulo, que será reproduzida em seguida pelos outros movimentos, como explica Jaira na sua descrição acima.

4.1.1. Ocupação no centro

O impacto das ocupações nos militantes e aderentes é forte, não só pelo estado no qual encontram os imóveis, como também pelas reações da vizinhança. Ivanete, coordenadora do Movimento Sem-Teto do centro – MSTC, explica o impacto de uma das ocupações do seu movimento no centro:

Os militantes ficam chocados quando entram porque encontram edifícios abandonados, degradados, sujos, peças inteiras quebradas, transformadas em alvo de pilhagem ou frequentemente habitadas por bandos de marginais, vítimas da máfia urbana, traficantes. No início, os vizinhos não se aproximam, pelo contrário, afastam-se, não falam com os ocupantes, de medo da violência, das agressões, mas também medo da aparência modesta dos ocupantes. No fim de algumas semanas, o edifício fica mudado, os habitantes aproximam-se, as relações estabelecem-se e os habitantes do bairro participam das iniciativas festivas ou de solidariedade do movimento (ARAUJO, entrevista em 2004).

O discurso sobre a ocupação dos trabalhadores no centro da cidade faz parte do processo de tomada de consciência dos movimentos, cuja reflexão mais aprofundada é a do MSTC nestes últimos anos, passando da reivindicação do direito à cidade ao da apropriação do centro, constatando que este desperta não somente os apetites dos grupos financeiros e imobiliários, mas também é cobiçado pelas autoridades públicas locais e federais. A ocupação no centro foi adotada pelos movimentos posteriormente à onda de mutirões de autoconstrução dos anos 1980, revelando-se uma forma de luta das mais politizantes porque promovem uma ação de forma coletiva, co-responsabilizando cada um dos participantes, e na medida em que as implicações dos militantes nas lutas são maiores, seus discursos são mais políticos, e tanto a base como os dirigentes ambos têm um ponto em comum: a necessidade de lutar contra as desigualdades, começando pelo direito ao trabalho e pelo salário, discutindo porém dentro de um quadro fundamentalmente institucional, deixando a resolução desses problemas nas mãos dos candidatos às eleições. As ações de ocupação não são consensos para os quatro movimentos. Como exprimido no capítulo 3, Verônica Kroll do Fórum dos Cortiços é extremamente reticente em relação a esta forma de luta e dá prioridade a outras maneiras de contestar, tornando-se até candidata às eleições; cujas bases, grosso modo, parecem indiferentes às batalhas por representação nas eleições, talvez devido ao descrédito dos políticos pelos militantes de base, críticos dos candidatos que se dizem solidários à luta pela moradia e que os abandonam em seguida. A desconfiança é sentida também em relação aos partidos políticos e em relação ao presidente Lula. Por exemplo, o Movimento de Moradia do Centro (MMC) escreve no seu Boletim de agosto-setembro e outubro de 2003:

Com Lula na presidência, nós os trabalhadores, não poderemos sair das ruas, porque é nas ruas que faremos a disputa com esses que sempre estiveram no galinheiro cuidando das nossas galinhas, ou seja, cuidando de todas as nossas riquezas, e manipulando os trabalhadores.

Temos que continuar ocupando prédios e terrenos públicos e particulares de forma organizada, para a sociedade ver e respeitar os trabalhadores como lutadores e lutadoras do povo brasileiro. Não queremos ser vistos como mais um grupo de baderneiros que tira proveito de quem não mais tem o que se tirar (MMC, 2003).

Denunciando as elites e tratando-as implicitamente como “ladrões de galinhas”, ao mesmo tempo reforçando o recurso para a ocupação, este discurso revela tanto a desconfiança pela política do governo, quanto a preocupação de não provocar perturbações sociais embaraçosas, delineando uma imagem dirigida à sociedade e às autoridades, amenizando, assim, as fortes apreensões. Apesar de ocupar o prédio da Rua do Ouvidor, 63, há seis anos, o MMC não recorre às ocupações com o objetivo de morar, mas como uma forma de pressão para se chegar às negociações, “*para chamar a atenção da sociedade, do proprietário, o Estado, o município*” (Negrão, entrevista 2004).

A forma e a organização das ações adotadas pelos movimentos, vai depender da concepção que eles têm das relações e das perspectivas para com suas bases, com as instituições e com a sociedade em geral, também do perfil político dos seus ou das suas dirigentes e da pressão que possam exercer sobre seus aderentes, embora praticamente todos militem no PT.

Iara Silvia, do MSTC, responsável pela formação do Movimento e assessora de imprensa, dá sua entrevista em um edifício ocupado localizado na Avenida São João, onde no térreo uma sala serve de escritório do movimento, com material informático, telefax, telefone e arquivos. Nesta sala, os responsáveis elaboram o material de divulgação e de formação. Iara descreve a organização do movimento no momento da ocupação e explica que em geral os prédios a serem ocupados encontram-se abandonados, deteriorados, sem água, sem eletricidade, com toneladas de lixo, inundados de ratos e de outros animais. Há casos onde as pessoas ficam doentes devido ao pesado trabalho na limpeza de um lugar insalubre. Por exemplo, a construção da Avenida Prestes Maia, há alguns anos ocupada por dependentes de drogas, havia sido incendiada atingindo vários andares; durante a ocupação, no momento da limpeza, o lixo enchia até a metade da altura das peças, impedindo assim a abertura das portas. As famílias assumiram a ocupação se auto-organizando por equipes de todo tipo, inclusive em equipes a procura de doações das instituições, de obras de construção [eletricidade, encanamento], para transformá-lo em lugar habitável. Seus ocupantes tiveram que se apertar para dar lugar às pessoas Sem-Teto do imóvel da Ana

Cintra, entre elas, Lizete Gomes, dirigente do MSTC, que passou a viver na garagem sob uma tenda improvisada.

A organização MSTC, que Lizete dirige, tem como orientação que as famílias sejam artífices do processo. Assim, no curso das primeiras semanas, os ocupantes organizam assembléias gerais também para dar andamento às negociações que começam a surgir com proprietários públicos ou privados em cada ocupação e também para que se comece a “integração de posse”, dispositivo que pode terminar em expulsão dos ocupantes. É neste momento que é necessário refletir sobre como consolidar a ocupação, é neste momento também que a organização entra para legalizar o movimento, ajudando as famílias a constituir uma associação de locatários e fazendo seminários com todos eles, iletrados ou não. Inicia-se assim a discussão sobre os estatutos, sobre os instrumentos notariais, transformando essas questões em instrumentos de sensibilização política em todo o mundo. A partir de discussões políticas e não a partir de modalidades burocráticas. Até o nome que querem dar à associação provoca um imenso debate, porque trata-se de conceitos e significados diferentes em cada denominação. Do mesmo modo, a discussão sobre os objetivos da associação e do seu estatuto provoca ricas reflexões.

Na ocupação da Avenida São João foram organizados três seminários nos fins de semana e mesmo cansados, porque trabalham durante a semana, os ocupantes participaram dos seminários. Pouco a pouco, com discussões aprofundadas, eles criaram um estatuto que vai ser adotado na assembléia geral, para em seguida ser registrado em cartório.

Cada imóvel ocupado tem a sua própria associação. No curso das seis ocupações, são constituídas seis associações com seis projetos diferentes, cada uma corresponde à ocupação de um edifício, mas todas filiadas à mesma organização. Elege-se uma coordenação, discute-se o conceito de uma instância colegiada, combatendo a idéia de presidentes no seio das instituições, e mesmo se a lei notarial exige uma direção nas associações, as pessoas são escolhidas pelas assembléias, quer pelo voto, quer pela aclamação dos presentes. Às vezes há uma lista composta de nomes, às vezes os nomes são designados ou propostos. Mas há um aspecto fundamental, ao qual todos os membros, os coordenadores, diretores, ou quem quer que seja, tem o mesmo poder e as mesmas

responsabilidades que todos os outros membros. Somente suas atribuições diferem em função das tarefas. O elemento fundamental é que devem trabalhar de maneira coletiva, isto é, as decisões devem ser tomadas nas instâncias coletivas: quer na coordenação, quer nas assembléias gerais, o órgão soberano (Iara Silvia, entrevista de 2004).

Dentre as quatro organizações, o MSTC parece ser a mais determinada delas nessa fase de gestão PT, pois é o que pratica ocupações com o objetivo de fazer dos prédios as habitações dos seus militantes, expondo-os às reflexões negativas dos outros movimentos que se referem a elas como “*as favelas dos arranha-céus*”. A organização define a situação do centro como um *latifúndio urbano*, ilustrando a situação com os edifícios vazios e sem função social, à espera da valorização do solo, de futuros proprietários especulando, utilizando as melhores maneiras de tirar proveito, esperando que os preços dos aluguéis e os preços das habitações subam vertiginosamente. Ela afirma que não é por acaso que em cinco anos, 102.000 pessoas deixaram o centro para viver na periferia, abandonando os edifícios. Propõe então, que todos os edifícios vazios durante mais de um ano sejam ocupados por Sem-Tetos; que se expropiem todos os edifícios fechados por mais de três anos; que a prefeitura se aproprie dos edifícios cujos proprietários não pagam seus impostos; e que se concentrem os eixos de luta no acesso ao teto, à terra e ao trabalho (MSTC, 2004). As três coordenadoras do MSTC são unânimes em reconhecer que a luta não pode ficar limitada à questão da moradia no centro, porque nela estão as contradições entre as necessidades da população e os interesses dos grupos imobiliários ou financeiros. A penalização pela não participação das atividades não existe no MSTC, de acordo com Miguel, membro de base, aposentado, morando em um apartamento restaurado e decorado por ele e a sua esposa, situado no prédio da Avenida Prestes Maia. Esta ocupação é uma das maiores da América Latina, com as suas 468 famílias, abrigando umas 315 crianças, uns 400 jovens, 560 mulheres e uns 500 homens. O movimento desse prédio dá a impressão de trabalhar com os membros a partir de convicções e práticas de autogestão.

Elsa Vetori, coordenadora da ULC, conta com orgulho que a ULC existe desde 1990, é a mais antiga organização de famílias de cortiços de São Paulo e que a sua experiência permite influenciar outros movimentos. Ela explica que o estado de ocupante

exige o compromisso dos militantes em permanência, pelas ações, pela gestão dos locais e das pessoas, o que não impede o abandono de certos aderentes ao movimento quando sua família obtém uma habitação.

As quatro organizações estão de acordo com o papel que desempenham e a função que exercem sobre as autoridades políticas como instrumento de pressão. Esta pressão pode ser modulada por ações mais ou menos radicais e/ou mais ou menos maciças. As motivações que as conduzem a exercer tais pressões são relativamente unânimes: serem ouvidos no momento das reformas urbanas, inclusive a atribuição de moradias para todos, principalmente para os mais pobres, e rapidez nas aplicações dos projetos.

A OCUPAÇÃO VISTA POR DENTRO

O azar faz com que a entrevista com Ivanete de Araújo, principal coordenadora do MSTC, se passe no dia do falecimento de uma criança de uma das famílias de ocupantes, que se lançou da janela e morreu com a queda. Os residentes - adultos e crianças - reuniram-se em lágrimas em volta do caixão, colocado na garagem do edifício ocupado. Ivanete tinha o rosto crispado, em lágrimas também, ela pede para esperar até que a cerimônia da vigília termine e os residentes se dispersam: uns para acompanhar o corpo ao cemitério, outros se encaminhando aos seus postos para guardar o edifício, para fazer o almoço, para guardar as crianças.

A entrevista se passa no apartamento de outra coordenadora no 7º andar do imóvel de uma quinzena de andares, situado na Avenida Nove de Julho. A construção está em mau estado de manutenção: muros, solos, etc. e o edifício densamente povoado porque numerosas famílias que ocupavam outro edifício foram expulsas e vieram para este onde encontraram uma solução precária, organizando-se e aproveitando os mínimos recantos para improvisar “quartos” ou “apartamentos”, separados com cartões, velhos materiais, móveis aproveitados, etc. As crianças são guardadas em grupos por andar, como uma espécie de creche. Neste dia, a maioria parte num ônibus, posto à disposição pela prefeitura para acompanhar o enterro da criança.

Ivanete vive num edifício ocupado da Avenida Prestes Maia, numa tenda armada atrás de um automóvel, na garagem do imóvel. Como as famílias da Avenida Nove de Julho, ela foi expulsa pela polícia, junto aos outros ocupantes e o movimento deve se encarregar de reparti-los nas diversas ocupações do centro.

Ela descreve como se passa o militância no seu movimento:

Somos uma equipe de 9 mulheres, temos uma responsável pela imprensa, um conselheiro jurídico. As reuniões do executivo são todas as quintas-feiras e nessas reuniões, discutimos os projetos, as trocas de informações e as decisões de ocupação. Os militantes chamam essas reuniões o "Fórum das mulheres". Antes da ocupação, organizamos o movimento. Temos 50 grupos de base. Cada grupo base escolhe um cozinheiro, um comunitário, um responsável pela segurança, um porteiro, uma comissão de recepção para receber as pessoas que entram no imóvel, baby sitters, as pessoas da limpeza dos corredores e partes comuns, etc... A escolha das pessoas se faz por voto ou por designação no seio do grupo ou por consenso.

Após a ocupação, reunimos as equipes e as distribuímos nos andares, aumentando-as quando necessário. Cada imóvel ocupado tem uma única pessoa que coordena tudo. Cada andar tem um coordenador, um tesoureiro, um secretário, um Conselheiro fiscal. O Conselho fiscal encarrega-se das finanças.

O movimento tem um estatuto e cada imóvel tem o seu, mas filiado ao do movimento. Temos uma base estruturada e a direção de cada edifício elege uma direção numa assembléia geral e constitui uma associação. A direção é composta de um coordenador e de um segundo coordenador, de um tesoureiro, de um segundo tesoureiro, um secretário, de um segundo secretário. Esta direção deve seguir a orientação da associação.

A orientação do movimento MSTC é de trabalhar com famílias que vivem em cortiços, em favelas ou mesmo na rua. Quando uma família decide se engajar, uma equipe de mulheres do MSTC se encarrega de discutir com a família para analisar com ela seus direitos em relação à habitação, direitos garantidos pela Constituição federal.

Para saber como são feitas as ocupações, citarei uma: a do edifício da Rua Prestes Maia com o Brigadeiro Tobias. É uma construção que vamos negociar com as autoridades da prefeitura. Propomos ao município que atribua essa construção às pessoas ameaçadas de expulsão. Fizemos um estudo do estado da construção. O proprietário tinha uma dívida fiscal municipal mais importante que o valor da construção. Como houve resistências para satisfazer-nos, organizamos as famílias e ocupamos esta construção.

Para descobrir lugares a ocupar, formamos uma equipe específica que faz as sondagens. Sai para procurar imóveis, observando-os e estudando-os. Em seguida, vamos verificar outros dados: quem é o proprietário, qual é o montante da sua dívida, etc. Quando temos todos os dados do edifício, apresentamos as nossas propostas - os nossos arquitetos desenham os projetos, elaboramos um protocolo de acordo para negociar com o município, com o Estado de São Paulo ou o Estado federal. É um processo muito burocrático. Se esse método encalha, orientamo-nos para a ocupação. O importante é dar uma função social ao edifício e satisfazer as necessidades do trabalhador Sem-Teto e sem renda.

É um processo muito lento, levado com muitas dificuldades, mas as famílias têm necessidade de moradia. São Paulo é uma cidade muito rica, mas com muitos pobres. Os seus governadores não sabem utilizar os seus recursos. Quando apresentamos as nossas propostas às autoridades, as famílias já estão em situação de emergência. É por isso que quando não há alternativa, encontramos a única solução: a ocupação. Contudo, hoje temos uma porta entreaberta com a prefeitura que satisfaz relativamente os pedidos do MSTC, a diferença do Governo do Estado.

Por outro lado, há programas de moradias populares, que não concernem às pessoas de baixa renda. São programas enganosos, porque as autoridades partem para o estrangeiro para procurar recursos a fim de aplicá-los em programas sociais, o que não o fazem jamais! Desde 1999, a PAC-BID realizou 240 unidades no centro de São Paulo. O Estado tem recursos para construir 10.000 moradias por ano e quando constrói, vai fazê-lo na periferia, lá onde as famílias são marginalizadas, sem possibilidade de deslocar-se para encontrar trabalho...

4.1.2. Os conflitos por ocupação do centro

Entre as inúmeras demonstrações de força pela repressão da polícia militar, a do prédio da Rua Ana Cintra, no centro de São Paulo, destaca-se pela violência contra 97 famílias: 143 crianças e 30 pessoas idosas, vivendo nos 33 apartamentos do edifício ocupado. Em novembro de 2003 essas famílias foram expulsas, voltando a viver nas ruas ou continuando na precariedade. Em resposta aos ataques governamentais e à lentidão das instituições, as organizações pela moradia tomaram uma série de iniciativas e promoveram ações de resistência no mês de abril de 2004.

Na quinta-feira 15, do mesmo ano, a Central de movimentos populares; a CUT; as pastorais sociais; o MST; o Sindicato dos Arquitetos; a União dos Movimentos pela Moradia; o Fórum de Reforma Urbana; e o CONAM, apelaram para a participação em uma assembléia na Câmara Municipal de São Paulo, em prol da libertação de Gegê. Preso desde o dia cinco de abril, Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, defensor dos Sem-Teto há vinte anos, vítima de uma montagem política, é denunciado como co-autor de um homicídio cometido após disputas entre famílias em desacordo com a sua coordenação. O fato ocorreu em 2002 num terreno da Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo. O ato de solidariedade para com Gegê é orientado pelos discursos de intelectuais, líderes políticos, associativos e

sindicalistas que mostram perplexidade diante da maneira arbitrária a qual Gegê foi encarcerado, denunciando que a sua detenção tem como objetivo a criminalização do movimento social. Apesar da participação de representantes de quase todo o movimento social – PT, CUT e sindicatos profissionais, o ato ficou limitado à cerca de 200 pessoas, enfraquecendo assim os discursos sucessivos dos líderes falando em nome das suas organizações, sem fazerem vibrar um público já convencido dos propósitos expostos e diante da expectativa em vão de propostas de luta. As alocações se repetem, embora um dos advogados de Gegê, Eduardo Greenhalgh, militante do PT, deputado federal na época, conhecido pelo seu compromisso na luta pelos direitos humanos, toma a palavra e traz elementos suplementares sobre as condições de detenção. Gegê será liberado pelo Tribunal de Justiça, graças às pressões dos movimentos e à ação dos seus advogados.

No dia 19 de abril, após a detenção de Gegê, as organizações nacionais pela moradia decidem fazer algumas ocupações simbólicas, mais uma forma de pressão para a aplicação urgente dos projetos em curso, para a aprovação do Fundo Nacional da Habitação Popular, a espera no Parlamento há dez anos. Assim, 5.500 membros da ULC, do Movimento de Moradia Independente da Zona Sul (UMMIZS), o MSTC, a Associação de Trabalhadores Sem Terra da Zona Ocidental (ATSTZO), se contataram para organizar uma ação durante dois dias e duas noites, de repercussão nacional, sob as bandeiras das confederações CMP, CONAN, UNMP e MNLM. Dirigidos por militantes reconhecidos do PT e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) estes organizam uma série de ocupações de edifícios em São Paulo e no Recife [metrópole do nordeste do país], coordenadas entre os militantes que estudam a ocupação de sete edifícios públicos dos quais apenas um pertence a uma empresa privada. Quatro edifícios estão situados no centro e três outros nos bairros do sudoeste de São Paulo. A ação, deliberadamente preparada contra a atitude do presidente da República (PT) e o governo do Estado (PSDB)³⁹, é um protesto à política de habitação da União, à falta de recursos do governo do Estado, o que explica a ocupação de edifícios majoritariamente públicos. Todos são recebidos com uma forte repressão das forças militares. As confrontações entre estas e os militantes são sempre marcadas por detenções e algumas pessoas feridas, em particular na ação de ocupação do edifício que pertence à

³⁹ Lula e Geraldo Alckmin, respectivamente.

polícia militar pelo MSTC. Este imóvel é uma antiga caserna abandonada, datando do século XIX, situada no Parque D. Pedro. O MSTC preparou a ocupação com 1500 pessoas organizadas no grupo de base. As famílias chegaram à meia-noite numa frota de ônibus alugados para a ocasião. Uma hora mais tarde, os bandos de choque da polícia militar chegaram e atacaram violentamente os ocupantes com *flashballs* e matracas, impedindo os ocupantes de saírem do imóvel. Os militantes começaram a cantar em sinal de resistência: “lutar, resistir, construir, habitar” e as vozes das mulheres distinguem-se como um coro orquestrado. Foram três os feridos, após mais de uma hora de confrontação; as famílias foram expulsas e oito líderes foram presos. Os militantes lançam pedras e garrafas em resposta ao gás lacrimogênio dos policiais. As autoridades encarregadas da segurança do Estado de São Paulo, qualificaram esta ação como inaceitável, como “*uma tentativa de desmoralização da Polícia Militar*”⁴⁰. O governador do Estado, Geraldo Alckmin, declarou às mídias que esta ação “*foi um abril urbano vermelho*”, que as “*invasões estão ligadas às invasões do MST*”⁴¹. O objetivo dos movimentos, de chamar a atenção das autoridades através das mídias, foi relativamente satisfeito, levando os ministérios em Brasília a apresentarem o andamento dos projetos relativos à atribuição das moradias.

No dia seguinte, os movimentos convocaram a população a se manifestar diante da Caixa Econômica para exigir os financiamentos, a aplicação dos programas, também com a participação do MMC e do FDC, organizações que não participaram das ocupações da véspera por divergência com a forma de luta por ocupações e por não querer entrar em conflito com a Prefeitura PT, a ação reuniu umas mil pessoas que desfilaram pelo centro e pararam diante da sede da Companhia de Desenvolvimento da Habitação e Urbanismo do Estado, com o objetivo de continuar a pressão sobre o governador Alckmin. Apesar das bandeiras agitadas, dos discursos inflamados, do barulho das palavras de ordem, a manifestação não provocou a curiosidade da população e muito menos a sua adesão. Observados de longe pelos corpos de polícia, os manifestantes não parecem muito motivados a permanecer até ao fim dos discursos. Afinal, no encerramento da manifestação, eles tornam-se apenas uns poucos. Nenhuma bandeira de partidos políticos,

⁴⁰ O ESTADO de S. Paulo, 20 abril 2004.

⁴¹ Idem.

nem de sindicatos, nem de outros movimentos sociais são visíveis nesta mobilização e uma dura constatação é inevitável: os movimentos encontram-se bem isolados do resto da população. Contudo, foram ações que provocaram declarações indignadas de Alckmin, governador do Estado. As matérias nas mídias são obrigadas a expor reiteradamente o problema: déficit de 380.000 moradias em São Paulo, decisão do Ministério das Cidades que comunica a atribuição de habitação para apenas 12.238 famílias em São Paulo, no ano 2003, e os milhões de reais previstos para a compra de edifícios, além do financiamento de alguns programas. As confederações propõem-se a continuar o embate e no dia 12 de maio organizariam outras iniciativas em algumas capitais e uma manifestação em Brasília, a fim de obter uma entrevista com Lula e preparar uma caravana nacional para a capital no dia 2 de junho de 2004.

A multiplicação dos conflitos pela moradia nos anos 1990 em São Paulo, não culmina com a satisfação das demandas dos movimentos durante a gestão PT no novo milênio, ao contrário, a apropriação da moradia se torna mais demorada. Os movimentos procuram trabalhar cada vez mais em projetos, integrando-se paulatinamente aos programas municipais e às instâncias de participação; no entanto, quando decidem agir para despertar as autoridades, que em princípio foram eleitas graças a eles, são duramente reprimidos pelos corpos da polícia, a pedido não só da oposição da época, mas também a partir do consentimento do presidente do país.

4.2. Os recursos públicos e os efeitos sociais

Em 2006, o Fórum Centro Vivo (FCV) elabora um *Dossiê Centro de São Paulo FCV*, documento notoriamente crítico à política da nova prefeitura, mas que não difere da situação do tempo da gestão Marta Suplicy, no qual explica a configuração do centro de São Paulo:

Na cidade de São Paulo existem mais imóveis vazios que famílias sem casa para morar. Segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE 2000)⁴², o número de imóveis vazios [254 mil unidades] é maior que a estimativa de déficit habitacional na cidade (203,4 mil unidades). Quase 10% dos domicílios vagos da cidade estão no Centro, descumprindo sua função social. O que em números representa cerca de 40 mil residências vagas. O maior índice é registrado na Sé, onde 26,84% dos 11.384 domicílios existentes estão desocupados. A área considerada pelo IBGE considera como centro a Administração Regional [Subprefeitura] da Sé que engloba os distritos da Sé, República, Santa Cecília, Consolação, Pari, Consolação, Liberdade, Brás, Bom Retiro e Bela Vista (FCV, 2005-2006).

Assim como a situação dos seus habitantes:

A grave situação dos cerca de 600 mil moradores de cortiço [habitações coletivas multi-familiares precárias], das cerca de 1,2 milhões de pessoas que vivem em mais de duas mil favelas na capital, dos loteamentos irregulares e precários, em especial aqueles localizados em área de proteção ambiental, e das áreas de risco [522 áreas com 27.500 domicílios, dos quais 7,5% devem ser reassentados], bem como dos moradores de rua [8.706 adultos e cerca de 1000 crianças e adolescentes] expressa o quadro de violação do direito a um padrão de vida minimamente adequado na cidade (Ibidem).

A denúncia de que o número dos prédios vazios é superior às necessidades em habitação da população, e que os 10% de domicílios vazios no centro significam 40 mil residências sem ocupantes, fazem com que os SDF e os moradores de cortiços e favelas não cessem de aumentar, expondo a vida das crianças e de toda a família. Essa é uma realidade válida, não apenas para esses últimos anos, mas sobretudo, já uma realidade nos anos precedentes. Observa-se assim que, por um lado, o governo PT é responsável por tal situação, o qual segundo Cavalcanti, baseando-se nas entrevistas dos dirigentes UMM, apresenta duas grandes marcas:

a primeira diz respeito ao fato de a negociação entre Estado e movimento social acontecer de forma declaradamente desigual, onde a força da máquina pública é posta em prática de modo a

⁴² Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil 2000**, estudo realizado após o Censo Demográfico de 2000.

colocar o ator popular em clara situação de inferioridade. A segunda característica deste governo foi a forma como distorceu os princípios que regiam, de modo geral, as políticas participativas até então empregadas em várias administrações municipais onde o PT era governo (CAVALCANTI, 2006:122).

Enquanto que, por outro lado, em consequência do primeiro, no mínimo uma timidez das organizações de moradia em relação ao governo PT, graças à institucionalização acentuada das suas atividades e ao atrelamento de muitas das suas lideranças ao aparelho do Estado, levando-as assim a perder seu potencial de combatividade e sua capacidade de resistência.

Os problemas não se limitam portanto ao déficit em habitação, mas também aos serviços públicos, especialmente em matéria de equipamentos sociais, culturais, urbanos ou financeiros, destinados à população. Na realidade, são serviços entendidos como “recursos” no sentido de proteção, meio e solução às necessidades sociais e não como fonte pecuniária ou com investimento financeiro. Quando esses recursos não correspondem às necessidades - tanto em quantidade, quanto em qualidade -, os problemas começam a surgir na comunidade, acompanhados das distorções ou deformações de comportamento sociais, insatisfações, desmoralizações, revoltas, gerando o martelado síndrome da violência, e modificando os comportamentos e hábitos de todas as camadas da sociedade, inaugurando assim uma nova era para os produtos de primeira necessidade: alarmes, anti-furtos, grades de modelos variados, estigmatizando o pobre como delinquente. Caldeira (2003) aprofunda os efeitos nefastos das transformações na cidade de São Paulo e no país, justamente pela combinação dos fenômenos da violência e do medo num processo social, traduzindo-os como “a fala do crime”.

Quando os serviços públicos satisfazem as necessidades básicas da população, tanto pela gratuidade quanto pela qualidade, pode-se afirmar que as autoridades políticas dotam assim a sua população do precioso “recurso” social, contribuindo dessa forma para a valorização dos indivíduos. Inversamente, lá onde eles são inexistentes, deficitários ou decadentes, tornam-se desvalorizados, acarretando também a desvalorização humana da sua população, não somente em relação ao outro, mas também para si próprio. A ausência desses recursos ou o estado de precariedade em que se encontram é o caso de certas zonas habitadas por uma população modesta de certas favelas de São Paulo. E é nas zonas

marginais do centro urbano ou no próprio centro, aonde vão se instalar representantes de verdadeiras multinacionais mascaradas de generosas ONGs, de grupos de traficantes, de seitas brasileiras, européias, estadunidenses ou de outras proveniências, com o fim de conquistar novos adeptos às suas causas e aos seus interesses (RIBEIRO, entrevista em 2006). Muitas dessas ONGs justificam a sua presença argumentando que elas servem às comunidades para “manter a paz social”, que isso significa “valor agregado” ao trabalho delas utilizando-o como componente dos seus orçamentos⁴³. Em meio aos grupos, autoridades políticas ou administrativas preferem deixá-los reinar nessa realidade, recorrendo às ações policiais repressivas dirigidas à população pobre quando esta ousa organizar-se para exigir os seus direitos, do que resolver de maneira definitiva as lacunas em equipamentos dos serviços públicos.

Quando o centro de São Paulo é tomado pelas ocupações, inicialmente amedrontando ou espantando os círculos do comércio suspeito, desejosos em aumentar a sua clientela, mas também por uma classe média assustada, sobretudo devido aos efeitos da pobreza, além de enfrentarem as autoridades, cada vez mais exigentes, os ocupantes passam a ter um papel dinâmico e regenerador sobre as zonas antes socialmente decadentes. Apesar da ausência de certos serviços ou da escassez de alguns equipamentos públicos gratuitos para a população que pratica a ocupação, as vantagens do centro são, sem dúvida, superiores às da periferia ou subúrbios. Para a população que se encontra já estabelecida, as vantagens são igualmente superiores e os efeitos das ocupações dos edifícios vazios são apenas benéficos pela animação que suscitam no bairro, pela mudança de natureza dos edifícios vazios, pelas trocas de solidariedade entre os novos recém-chegados e a vizinhança. Os efeitos resultantes das lutas do movimento, da sua organização e da sua presença, influem direta ou indiretamente na população das imediações, em termos de relacionamento de vizinhança, de participação de iniciativas conjuntas entre associações de moradores e ocupantes, militantes do movimento, de práticas e ações coletivas com objetivo de contribuir para o bem estar da vizinhança e do conjunto da população. Os

⁴³ Como no Brasil, na França também, certas ONGs à vocação social integram esse valor agregado numa rubrica especial nos seus orçamentos previsionais a serem submetidos aos poderes públicos para obterem suas subvenções. Elas afirmam que suas atividades em ambiente de conflitos, contribuem para a “paz social” para o sossego dos políticos.

movimentos passam assim a contribuir para o aumento do “valor agregado” do centro, socialmente em construção ou reconstrução dos seus direitos. É precisamente na qualidade da garantia de uma relativa harmonia entre vizinhos, e de uma coexistência supostamente pacífica entre eles, o que envolve certas regras comportamentais e certas práticas de solidariedade que se tornam capazes de eliminar certas práticas como a prostituição e o comércio de drogas, existentes nessas mesmas zonas. Diferente das ONGs, os movimentos vivem na ameaça iminente de repressão e expulsão, dando início a um processo de “saneamento”.

Entretanto, a reação da vizinhança e das autoridades, relativa aos ocupantes ou à própria ocupação -, tem efeitos benéficos no processo de politização dos movimentos dos seus militantes, sobre as dificuldades para resolver o problema da moradia, constatando que não se trata somente de procurar um teto, mas de compreender a lógica da produção urbana, excluindo milhões de pessoas dos direitos mais elementares. Assim, à medida que o movimento entra em ação, a sua reflexão não aprofunda simplesmente as questões relativas ao objeto da sua mobilização, mas estende-se para outros campos dos direitos sociais, tais como: a saúde; o trabalho; e a educação, levando as suas bases a discutirem sobre essas questões. Esse processo é muitas vezes interrompido ou freado por intervenções externas ou internas, independentes da vontade do próprio movimento: a repressão e as atribuições de moradias dispersando os seus membros. Além das reflexões na base geradas pelas lutas, acrescentam-se os processos de participação dos dirigentes às decisões, iniciados em diversos níveis, permitindo alargar a sua visão de mundo e enriquecendo a tomada de consciência social. Mas, apesar da riqueza da dinâmica gerada no curso das lutas, muitas vezes objetivos e encaminhamentos apresentam-se de maneira contraditória aos seus componentes, provocando cisões, e nesse contexto, fazendo surgirem novas organizações do movimento.

Cavalcanti salienta três fatores contribuindo para o recurso das ocupações no centro: a saturação de grandes áreas vazias na periferia, o abandono dos imóveis públicos ou privados situados em zonas já equipadas de infra-estrutura e a nova regulamentação urbana, sobretudo graças aos dispositivos instaurados com o Estatuto das Cidades (CAVALCANTI, 2006:82-83). No que concerne aos resultados obtidos com o método das

ocupações, quando assumidas como habitação alternativa, pode-se ressaltar três fatores: em primeiro lugar, intervindo na mudança de utilização do espaço urbano e dando-lhe uma função social da propriedade urbana, que passa de um estado de abandono ao estado socialmente útil, transformando e animando o preexistente, o que significa a recuperação das infra-estruturas, equipamentos diversos; repercutindo sobre os aderentes uma importante economia de esforços individuais e coletivos para o movimento dada as maiores ofertas de trabalho. Em seguida, o caráter autônomo do movimento, recorrendo às ações independentemente das iniciativas ou dos dispositivos institucionais, sem interferência das autoridades, mas a partir de uma iniciativa própria, de transformação da função do espaço, levando-o a se auto-organizar nas tarefas de manutenção dos imóveis, de convivência e de vizinhança, de formação e de solidariedade. Por último, essa forma de luta impõe um novo elemento na tomada de consciência dos aderentes do movimento, a relação entre o papel dos indivíduos na cidade e do seu centro e os problemas que emergem sobre uma população precária e marginalizada pelo abandono dos edifícios, diante da passividade das autoridades para resolver os problemas da moradia no centro, contribuindo assim para a politização do conjunto dos movimentos.

4.3. Relações entre autoridades e movimento

Atentas com o desenrolar da dinâmica do movimento, as autoridades apressam-se em examinar e procurar resolver as tensões, quer tirando partido das divisões, quer apoiando a prática de parceria; utilizando métodos conforme os partidos políticos que representam, ora pela repressão, ora pelo diálogo. Quando as autoridades aceitam o diálogo, as negociações podem conduzir à aplicação da legislação existente ou à criação de novos dispositivos ou de nova regulamentação, adaptados às exigências do movimento em luta e muitas vezes a partir de projetos concebidos pelo próprio movimento. Entretanto, o diálogo entre instituição e movimento não se dá sem condições, como explica Gutenberg (entrevista em 2004): a prefeitura aceita o diálogo somente com as organizações legalizadas, analisando que a formalização das negociações é indispensável para garantir a consolidação

das decisões tomadas pelas duas partes. A outra razão que ele aborda, é o aspecto pedagógico e o sentimento de cidadania em relação à população em luta: as pessoas devem ter a convicção em participar dos mecanismos institucionais como qualquer cidadão. A formalização do movimento através da legalização passa a ser um paradigma da cidadania. Essa atitude levanta duas problemáticas: uma concerne à tomada de “consciência cidadã”, a partir da discussão de soluções jurídicas ou formais emanadas das instituições; a outra, relativa à prática da população em luta a partir do estatuto dos seus movimentos, obrigando os movimentos a elegerem o seu [ou a sua] presidente. A primeira, termina por levar o movimento a trabalhar em concessões sucessivas, dada a relação de forças existentes nos espaços de diálogo institucionais; a segunda, enquadra o movimento numa prática necessariamente hierarquizada, com tendência à personalização do movimento, como diz o próprio Gutenberg: as organizações são conhecidas pelo nome dos seus dirigentes – “o movimento do Gegê, o movimento da Nete”, em detrimento de uma dinâmica realmente coletiva.

As exigências de institucionalização dos movimentos, impostas pelas autoridades municipais, provocam uma espécie de simbiose entre os interesses de uns em relação aos outros, a ponto de levar certas organizações a se transformarem em colaboradoras efetivas das políticas públicas. É nesse quadro, que em 1997, no início do mandato Celso Pitta do Partido Trabalhista Nacional – PTN, de direita, emerge um novo surto do movimento pela moradia de nível superior, culminando com a já citada ocupação da Rua do Ouvidor [ver o quadro que se segue], instaurando-se a parceria entre a Universidade de São Paulo - USP, o Secretariado da Cultura, setores da sociedade civil e o Movimento pela Moradia no Centro – MMC, a fim de realizar um projeto de reabilitação de uma construção ocupada por este último, propriedade da Secretaria da Cultura de São Paulo, situada ao lado da Câmara Municipal. O projeto, que contém 57 unidades de habitação, desenrola-se de acordo com um método participativo intenso: discussões e propostas entre os ocupantes, os técnicos, os representantes do movimento de mulheres, de estudantes, de representantes do movimento negro, e de universitários europeus, culminando com a publicação de uma obra que relata o processo iniciado e os projetos propostos. As entrevistas com Edson Negrão (2004) e Gegê (2005) foram realizadas nesse

mesmo edifício e a constatação é bastante dolorosa diante do edifício ainda no seu estado inicial, sem nenhuma modificação ou reabilitação das peças, conforme previstas no projeto, estando o imóvel ainda em estado deteriorado.

FIGURA 21

Prédio da Rua do Ouvidor é despejado

12/11/2005

Hoje São Paulo perdeu uma de suas ocupações mais históricas. O prédio da Rua do Ouvidor foi ocupado em 12 de dezembro de 1997 pelo MMC - Movimento de Moradia do Centro e completaria amanhã sete anos e 11 meses, abrigando 89 famílias, mas foi despejado pelo governo do Estado. Propriedade da Secretaria Estadual de Cultura, que até agora não apresentou o que pretende fazer com o prédio, inúmeras vezes os moradores e as moradoras precisaram lutar contra pedidos de reintegração de posse.

Na última vez, dois dias antes da data agendada para o despejo, em 13 de maio deste ano, foi realizado um protesto junto à CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano. Nesta data ficou decidido que as pessoas teriam seis meses para deixar o prédio e que ao longo deste período a CDHU sortearia 28 famílias para morar em um de seus prédios, na Mooca; algumas pessoas receberiam a quantia de R\$2.500,00; e outras uma "carta crédito". Esta carta crédito é definida a partir da renda da família: se a família ganha um salário mínimo no mês recebe uma carta crédito de aproximadamente R\$20mil [dependendo da renda este crédito chega ao máximo até R\$40mil]. Com esta carta a família procura uma casa (uma quitinete) neste valor para comprar e, quando encontra, a CDHU paga esta quantia diretamente ao proprietário. Deste pagamento R\$15mil são subsídio do governo e o restante é pago pela família, em parcelas de R\$80,00 ao mês + condomínio, quando houver.

Este acordo poderia ser comemorado se pensarmos que todos os outros despejos realizados este ano no centro de São Paulo não ofereceram nenhuma alternativa aos despejados. Porém, é muito triste e revoltante pensar que, uma vez mais, ao invés do governo colaborar na reforma desses prédios, melhorando a condição de vida dessas pessoas - e existe um projeto de reforma da Rua do Ouvidor, proposto por alunos da FAU-USP [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], o governo prefere deixar o prédio abandonado, fechado com cimento e esperar sua valorização imobiliária.

Disponível em:

<http://www.midiain-dependente.org/pt/blue/2005/11/337555.shtml>.

Acesso: Jun. 2005.

Durante esses anos, as lutas dos diversos movimentos recuaram em número e em combatividade de maneira notória⁴⁴; apesar da proliferação de organizações que lutam pela moradia e da sua forte implantação no tecido social urbano, o problema da habitação continua sem ser resolvido, pelo contrário, não cessa de aumentar a cada dia. De acordo com Gutenberg, *“nos anos 1970 havia apenas cinco favelas, nos anos 1980 eram 10 e hoje há mais 1500 favelas em São Paulo; elas variam de dimensão – grandes favelas, médias e pequenas, com alguns barracos”*, afirmação corroborada por certos estudos universitários ou por diferentes organismos. Seria plausível constatar, por conseguinte, que as tentativas de absorção dos movimentos pelas gestões institucionais não resolvem nem o refluxo do movimento, nem o déficit exponencial de moradias.

A situação que atravessa as direções das quatro organizações é provavelmente comum às outras, na medida em que devem responder às pressões das autoridades e das massas que seguem reivindicando o direito à moradia. Por um lado, procurando satisfazer as exigências das entidades públicas ou privadas, bem como os interesses políticos dos partidos. Por outro, devem atender as exigências das suas bases. Para satisfazer os primeiros, além de ser necessário atravessar as diversas etapas de legalização da organização, seus projetos devem apresentar garantias da viabilidade em relação ao custo e à credibilidade técnica, sem contrapartida de garantia da perenidade dos mesmos. Mas mesmo com as garantias jurídicas, muitas vezes os projetos são desconsiderados e ignorados. O caso da Rua do Ouvidor é um exemplo. Enquanto que para satisfazer as bases deve-se criar mecanismos diversos para mantê-las sempre mobilizadas, quer através das ocupações, quer com ações de vários tipos, a fim de garantir um mínimo de legitimidade diante do movimento, mas também diante das próprias autoridades.

As autoridades, por sua vez, aprofundam o peso da correlação de forças na própria concepção dos seus programas, cujos dispositivos estão disponíveis em função dos salários; ou seja, projetos que favorecem os assalariados que ganham até 5 vezes o salário mínimo e projetos destinados aos que ganham menos de três salários mínimos, levando necessariamente os movimentos a estabelecerem uma seleção dos seus aderentes, com

⁴⁴ Em contraposição, a realização dos Fóruns sociais mundiais em Porto Alegre provoca um efeito de bola de neve para a reativação de Fóruns sociais nas cidades, voltando o centro de interesse das camadas médias aos fenômenos da globalização capitalista, sobretudo aos efeitos da política efetuada pelas potências econômicas.

critérios de estratificação que dividem objetivamente os trabalhadores. Os dirigentes criticam os atuais dispositivos, destinados à população de baixa renda e propostos pelos poderes públicos. É o caso de algumas organizações que defendem a criação de conjuntos habitacionais, nos quais a aquisição da habitação é destinada especialmente para assalariados abaixo de três salários mínimos, para as pessoas idosas e para os sem domicílio fixo; contudo, o MMC diverge porque essa solução significa excluir das zonas urbanas socialmente mistas, uma população já excluída, reiterando que essas categorias de pessoas devem habitar nos mesmos edifícios que os outros e que a sua separação “*faz apenas dividir mais ainda o povo*”. Por conseguinte, os dispositivos existentes de acesso à moradia permanecem no domínio reservado às únicas categorias solventes, enquanto que as camadas mais frágeis têm apenas o caminho de uma marginalização permanente.

Mesmo quando os critérios de acesso à moradia são restritos, há casos excepcionais no momento das atribuições. Francisco Comarú explica que concluídos certos projetos, eles devem ser atribuídos aos futuros moradores, mas no momento de fazê-lo, a situação de algumas famílias encontra-se alterada, ou porque a família não é mais solvente, ou por algum outro motivo, impedindo assim o seu acesso. Tal situação tem consequências graves, pois leva os movimentos a procurarem famílias ou indivíduos que, alheias às lutas, aos projetos ou ao movimento, não possuam grandes dificuldades financeiras e que aceitem a habitação vazia.

Enfrentando esses problemas, a discussão sobre a apropriação do centro não é necessariamente unânime para todos os movimentos pela moradia, embora nenhum deles apresentem projetos de natureza a atingir minimamente as classes dominantes, como por exemplo, a criação e imposição de impostos e/ou taxas diversas dos poderosos grupos econômicos para financiar a moradia, os serviços públicos e/ou outros recursos sociais para as populações carentes.

CAPÍTULO 5: AS CATEGORIAS E AS LUTAS

5.1. O feminismo fora do lugar?

As mulheres inauguraram os capítulos das categorias imprescindíveis dos movimentos de moradia em São Paulo. Um exame mais aprofundado sobre a situação em que elas se encontram nesses movimentos, em âmbito social e político, tanto em relação aos homens quanto em relação à sociedade, apontam os problemas que são obrigados a enfrentar para sobreviver. Um deles refere-se à composição e natureza da categoria: originárias de cidades ou regiões incapazes de absorver a força de trabalho das suas populações, vítimas da precariedade dos seus direitos em escolaridade, saúde e moradia, vêem-se obrigadas a procurar alternativas fora dos seus lugares de origem, na esperança de um dia trabalhar normalmente. À medida em que se integram nos movimentos, crescem tanto nos planos sociais como políticos. Entretanto, no plano da tomada de consciência feminista, falando de modo global, estão longe da apropriação consciente das questões próprias ou tradicionais do movimento feminista, como o direito a dispor do seu corpo; a emancipação enquanto mulheres; a autonomia e igualdade de direitos em relação aos homens; o direito à reuniões não-mistas nos locais de trabalho ou de atividades; por fim, a divisão do trabalho doméstico e a educação dos filhos.

Essas questões não são tratadas enquanto tal mas estão sempre subjacentes, visíveis apenas quando as mulheres são interrogadas individualmente, abordando a vida pessoal de cada uma delas, momento em que defendem posições contraditórias e heterogêneas em relação os homens. Ao mesmo tempo, percebe-se que as feministas ativas em São Paulo, cuja maioria encontra-se no PT entre os anos 2001-2004, concentram seus esforços junto às “políticas públicas”, em manifestações pontuais como a Marcha Mundial, iniciada internacionalmente no ano 2000, depois da experiência quebequense em 1995 e na participação dos Fóruns mundiais de Porto Alegre. As intervenções das feministas no meio das massas populares dos movimentos sociais são invisíveis nesses anos, assim como no seio dos movimentos. Como na França, a transversalidade das questões feministas nos

diferentes setores dos movimentos de massa no Brasil, também não é generalizada; assim, não é possível dizer que o feminismo atravessa uma crise nesses anos, mas pode-se afirmar, por outro lado, que este vive um intervalo em consequência da situação do movimento operário em geral, com uma única exceção: as mulheres sem-terra, que globalmente conseguem manter certa continuidade nas suas lutas, inclusive com um trabalho específico delas, onde defendem as causas feministas com muita habilidade, fazendo a relação entre opressão e exploração das mulheres nas questões da agricultura, dos riscos climáticos e do papel da mulher em meio a isso tudo; ainda que a afirmação da “família” seja uma constante em certos setores, como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas [MMC], do Rio Grande do Sul, quando denunciam as condições a que estão submetidas:

[...] Neste meio, na divisão familiar do trabalho, as mulheres se ocupam em geral, além dos trabalhos domésticos, com a produção dos meios de subsistência da família [horta, animais domésticos, etc.]. Este trabalho, como não produz renda monetária, é pouco valorizado, no entanto, é imprescindível para uma vida saudável da família camponesa. Evidentemente esta valoração e a conseqüente posição da mulher na família são causa e consequência da relação que a sociedade patriarcal tem com a economia de mercado. [...]

As mulheres pela sua inserção produtiva e por razões culturais são as que mais tem percebido as armadilhas do mercado e a perda da autonomia alimentar. A resistência a esta situação parte inicialmente das mulheres inseridas nos movimentos sociais no campo, as quais se agregam novas participantes e resulta na criação de um movimento próprio que associa as questões sociais do campo e da sociedade em geral àquelas pertinentes ao gênero. [...]

Enfim, o MMC partindo das dificuldades impostas aos camponeses pela sua inserção no mercado e pela pressão do latifúndio foi forjando uma visão de mundo que ultrapassa as questões da agricultura, assumindo uma perspectiva holista que abrange economia, sociedade, meio-ambiente, ética, estética e uma profunda consciência das determinações mútuas destas dimensões e a questão de gênero (MMC, 2007).

Em matéria do lugar do gênero nas suas lutas, as mulheres dos movimentos de moradia em São Paulo estão longe de reflexões como as das camponesas gaúchas, provavelmente devido à distância entre elas e o feminismo urbano, cujas especialistas não

têm aprofundado ainda a questão da *divisão sexual urbana*, na concepção mesmo da tão formulada “produção da cidade”. E, portanto, os homens e mulheres conceptores não cessam de reproduzi-la conforme os valores e as regras da sociedade patriarcal. Essa seria a necessária transversabilidade do feminismo nas atividades humanas.

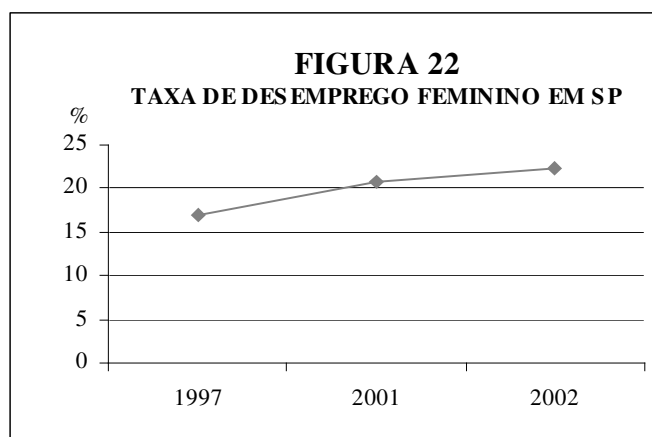
O caráter subversivo do feminismo dos anos 1970 na França ou o dos anos 1980 no Brasil, pouco a pouco tem cedido às pressões de várias ordens, dando lugar à soluções sempre mais institucionalizadas, legiferando-as e constituindo assim, um feminismo fora do lugar, pois tais alternativas relegam as mulheres à condição de expectadoras de si próprias.

5.1.1. As mulheres: incontornáveis

Como visto, dentre as categorias que compõem os movimentos de moradia, as mulheres são as primeiras atingidas pelas crises e reestruturações do capital. Acumulando as situações de maiores dificuldades nos planos profissionais, relacionais, familiares e sexuais, elas seguem a tendência mundial de empobrecimento crescente - sempre mais agravante do que o dos homens -; de discriminação salarial; de desemprego ou de precarização da situação profissional; do trabalho não declarado: sem condições ou com condições precárias de higiene e segurança; sofrendo também o estigma provocado pela violência masculina em casa e/ou nas ruas; para escapar a essa condição subumana de vida buscam uma âncora de sobrevivência migrando para outras paragens, quer no próprio Brasil, quer emigrando para o exterior. Nessas últimas décadas, a mobilidade feminina mundial tem sido tão importante quanto à masculina, embora com uma taxa de atividade inferior, pois são as mais afetadas pelo desemprego do que o resto da população (FNUP, 2006). No Brasil elas seguem a mesma tendência: são as primeiras a serem despedidas ou nem chegam a vender sua força de trabalho, contribuindo assim para o aumento da taxa de desemprego. Em São Paulo, elas estão 17% desempregadas em 1997, 20,8% em 2001 e no ano seguinte sobe para 22,3% [Ver Figura 22]. No Brasil, elas se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no país, com uma proporção ainda menor nas áreas rurais, que

fica em torno de 15%; considerando que dentro desses números, a maioria estaria em atividades consideradas informais no mercado de trabalho. Muitas vezes, são trabalhos realizados em seus próprios domicílios, sendo que mais da metade trabalharia em tempo parcial; enquanto que entre os homens esse número ficaria em torno de apenas 15%. Cerca de 15% das mulheres “ocupadas” seriam trabalhadoras familiares sem remuneração, subindo tal proporção para 40%, apenas na área rural (ABRAMOVAY, 1998:28-29).

As mulheres dos movimentos, que na sua maioria provêm de outros Estados brasileiros, e uma minoria de outras regiões de São Paulo, ao serem exploradas ou oprimidas em suas terras de origem, partem em busca de emprego na cidade famosa por “não faltar trabalho”. Sempre seguindo a tendência mundial, quando as mulheres conseguem um trabalho devem submeter-se à atividades informais e/ou não regulamentadas, expondo-se às perseguições morais e sexuais, sendo levadas recorrentemente para a prostituição. Estas são as trajetórias comuns entre os aderentes e nos meios femininos dos movimentos. Estes, impregnados pelos discursos e reivindicações das lutas feministas dos anos 1980-1990 no Brasil, integram na formação dos seus militantes a luta contra o machismo, contra as várias formas de violência sofridas pelas mulheres, em favor da igualdade dos direitos dos sexos, e enfim, a luta pelas reivindicações tradicionais.



Fontes: SEADE, *apud* Abromovay (1998:33). SEADE, *apud* Teixeira; Godinho (2003: 101). Gráfico da autora.

Graças às discussões e ao combate constante de militantes feministas presentes nas lutas, muitas das integrantes dos movimentos de moradia, politizando-se e adquirindo consciência da sua condição de mulher, conseguem superar o estágio do silêncio das opressões domésticas ou profissionais sofridas cotidianamente, caminhando para soluções e mudanças abruptas nas suas vidas pessoais, ou ainda, assumindo a militância junto aos movimentos de maneira enfática e global.

Paralelamente às lutas feministas, ainda embrionárias nos anos 1980, as experiências dos mutirões com a gestão da prefeita Erundina, incitando as construções em grupo composto de homens e mulheres, favoreceram muito as mulheres que foram as grandes beneficiárias dessas experiências; visto que no lugar de permanecerem isoladas, sem relações de vizinhança e amedrontadas com o ambiente de crimes, drogas e diversas violências reinantes nas favelas, saem do isolamento e passam a ter acesso ao espaço público, sentindo-se úteis no trabalho coletivo e “verdadeiras cidadãs” ao participar da luta por reivindicações que envolvem a sociedade e o Estado (BISILLIAT, 1996:384-385); fornecendo uma série de elementos sobre a relação de gênero no trabalho da militância (Idem, 1995). Como nos tempos da primeira gestão PT, dos anos 1990 ao novo milênio, as mulheres crescem sobretudo destacando-se enquanto dirigentes nas ações de ocupação. Suas lutas e conflitos terminam por impor modificações consideráveis no âmbito jurídico, como também na abrangência dos instrumentos que a municipalidade põe a sua disposição. Durante a gestão Marta Suplicy, por ocasião do Fórum Paulista de “Não Violência às Mulheres”, foi composta uma parceria entre Cohab, Sehab, Habi e Coordenadoria Especial da Mulher da PMSP, com o objetivo de estabelecer critérios para permitir a acessão da habitação popular às mulheres, com 5% dos projetos PAR para as mulheres vítimas de violência que seriam selecionadas por duas entidades (SERPA et al, 2004:9). Entretanto, trata-se de uma medida irrisória, mas compatível com o ritmo das realizações dos projetos durante essa gestão.

Como o militância cristão, as *mulheres* constituem então categorias estruturantes do movimento pela moradia. Precisamente porque os movimentos de moradia saem das estruturas fundadas pelas Pastorais da Igreja católica, que exercem grande influência sobre alguns dirigentes, certas reivindicações são ainda tabu para os seus

aderentes. O *aborto* é um deles. A posição contrária ao aborto atravessa largos setores da esquerda brasileira, graças ao peso dos princípios da Igreja Católica, presentes nos partidos políticos marxistas. Contrariamente ao aborto, a *família* é considerada uma instituição honrada, para a qual tudo deve ser feito no sentido de preservá-la, ainda que em detrimento das condições de vida das mulheres. Não é por acaso que a plataforma do MST contém a proposta de reforma agrária para as *famílias* e não para os *trabalhadores rurais*. Assim, uma mulher sozinha que decide ser camponesa ou trabalhadora rural sem fundar uma família, deve passar por inúmeros obstáculos no movimento. Nem mesmo a presença de feministas convictas e cristãs, defendendo o direito de abortar e a emancipação da mulher na cidade e no campo, não conseguem superar ainda tais preconceitos na organização. Nos movimentos de moradia também é notória a importância que se dá à família. Provavelmente, nem as mulheres dirigentes e nem os homens são conscientes disso, mas todas as descrições do processo de preparação das ocupações e das diversas ações decorrentes são previstas para as *famílias* e não para os *trabalhadores*, a organização do movimento é então por famílias e não por indivíduos. A divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003) também existe nos movimentos, com a repartição das tarefas consideradas “femininas”, como a cozinha ou a costura, levando-as a multiplicar as tarefas e o tempo dedicado ao trabalho pelo coletivo. O mesmo fenômeno acontece no Assentamento II do MST de Sumaré em São Paulo, segundo Machado (2002):

Já foi demonstrada a ocorrência, dentro do assentamento, da também tradicional dupla ou até mesmo tripla, jornada de trabalho das mulheres, que assumem as tarefas já mencionadas além de auxiliarem no cuidado com a terra, na comercialização da produção familiar, encontrando tempo para organizar as atividades da comunidade religiosa.

[...]

As mulheres são certamente as mais participativas nas atividades religiosas dentro da comunidade, coordenando as celebrações, dando aulas de catequese para as crianças (MACHADO, 2002:167).

Apesar do forte alicerce da orientação católica sobre os movimentos, a Igreja encontra-se dividida sobre essas questões, sobre as quais algumas camadas aceitam certos

argumentos relativos ao aborto defendido pelas feministas, por exemplo. Nos movimentos, as mulheres se encontram numa situação agravada também pelos comportamentos falocráticos, em parte dada a situação objetiva de inferioridade na qual se encontram em relação aos homens: com seus salários inferiores, falta de serviços públicos, equipamentos precários para a infância, à preços exorbitantes ou mesmo ausentes; adicionam-se a esses fatores, as violências dos homens, de ordem sutil, porque camuflados ou escondidos, visto que se passam no âmbito domiciliar. Jaira, uma das coordenadoras do MSTC, conta:

Quando cheguei em São Paulo da Paraíba, estava cheia de ilusões. Encontrei um emprego e aluguei um quarto no centro, mas logo perdi o emprego e fui forçada a viver num subúrbio distante e daí, encontrei um emprego no centro, devendo tomar quatro trens e dois ônibus por dia para chegar ao trabalho no centro da cidade. Fiquei nesta situação durante quatro anos para em seguida, voltar a morar no centro num cortiço com cinco crianças, eu e o meu marido em um único quarto. Naquela época conheci o movimento pela moradia e comecei a participar das reuniões numa igreja.

Meu marido me batia e um dia decidi me defender, mas aí, quebrei um dedo na briga, o que depois disso, decidi deixá-lo. Comecei a participar cada vez mais do movimento e tomei parte de uma ação de ocupação e com essa experiência, encontrei uma moradia provisória certamente, mas em segurança... (ANDRADE, entrevista em 2004)

Longe de ser uma exceção, apanhar do companheiro é quase que o estado permanente em que vivem as mulheres, sobretudo quando “ousam” participar ativamente do movimento. Esta participação tem efeitos benéficos nas mulheres, levando-as não só a tomar consciência das questões da *cit  *, da cidadania, e da pol  tica em geral, mas tamb  m da sua condi  o de oprimida por ser mulher.

As mulheres t  m um papel de relevo na organiza  o dos movimentos n  o s   porque s  o maioria esmagadora nas suas dire  o  s, mas tamb  m pelo tipo de organiza  o que impo  em, constituindo-se assim como uma das integrantes vitais nos movimentos pela sa  de, pela educa  o ou pela moradia, cujo peso tampouco    recente. As causas que explicam este dado s  o m  ltiplas, uma delas deve-se    situa  o na qual se encontram; a maioria delas s  o mulheres separadas, divorciadas, de m  es solteiras com filhos ou vivendo

maritalmente com seus companheiros. Muitas vezes oprimidas, as mulheres entram nas organizações não só por ser um recurso decisivo para solução do problema de moradia, mas também por ser uma maneira de romper com o isolamento social, pelo desejo de emancipação enquanto ser humano e pela libertação da opressão doméstica. Esta maioria feminina contribui para a emancipação daquelas mulheres que às vezes, encontrando-se em situação de marginalização extrema, aproximam-se das organizações e conseguem sair da liminaridade, como é o caso de uma das dirigentes que recém-chegada do Nordeste do Brasil, sem nenhuma experiência ou formação profissional e sem nenhum meio de sobrevivência, viu-se forçada a prostituir-se antes de conhecer a organização. Outras participantes que se encontram na mesma situação, testemunham que se tornam uma pessoa “respeitada” e “digna” graças ao movimento, cujas práticas e ações levam-nas a adquirir confiança nelas próprias, além de ampliar a superfície de relacionamento e de novas práticas sociais baseadas no trabalho coletivo e em busca de comportamentos solidários.

5.1.2. Orientação e organização

Segundo os testemunhos das entrevistadas, o lugar que elas ocupam no momento das ocupações é determinante, quer pela organização do movimento, quer pelos critérios de participação. As mulheres entrevistadas exprimem suas convicções e valores visivelmente transmitidos pelo movimento feminista e, mesmo se não os defendem com um discurso estruturado ou consciente, deixam-nos transparecer através dos códigos comportamentais, refletindo o machismo dos homens no cotidiano e em momentos específicos da militância. Como foi visto, nos estatutos ou regras que cada movimento adota está prevista a expulsão do movimento o homem que bate nas mulheres ou crianças. O tema sobre a autonomia da mulher e sobre a superação do machismo, é temas que fazem parte dos programas de formação oferecidos aos aderentes.

Iara Sílvia informa que a proporção das mulheres nos grupos de base do MSTC, é de 19 mulheres para 20 famílias representadas, que “as meninas” da direção do MSTC cada uma delas tem uma responsabilidade num setor específico do movimento e todas são

porta-vozes do movimento nos momentos das ações de solidariedade e das ocupações. Chamando a atenção para uma prática mais coletiva das mulheres quando estão na direção, Del Rio comenta:

No MSTC há umas 20 ou 30 mulheres que estão lá e que tocam o movimento prá frente. Se você observa os outros [movimentos], você vai ver que tem só uma ou duas pessoas, assumindo a representação perante o governo e ali ficam dominando o grupo (DEL RIO, 2005).

Mas para explicar a repartição das tarefas, Araújo explica, sem dúvidas inconscientemente, a organização da ocupação segundo uma divisão sexuada do trabalho:

Antes de ocupar o que nós fazemos: são 50 grupos de base. Cada grupo de base vai tirar uma cozinheira comunitária ou duas, vai tirar o segurança, vai tirar o porteiro, o rapaz ou a mulher, que vai abrir a porta, que é a comissão de frente, a gente tira pessoas prá ficar com as crianças, limpeza de corredores, enfim, um mutirão de limpeza. Tudo isso é tirado antes. Aí quando vem prá dentro, a gente junta essa equipe...

Em geral, esses “deslizes” no momento da definição dos gêneros quando se descreve ações, tarefas, ou obrigações, são subestimados pelos desavisados que não vêem que na compartimentação da mulher em tarefas, que na maior parte dos casos são desvalorizadas, significa desvalorizá-las também. Assim, mesmo se em “cada grupo de base vai tirar uma cozinheira comunitária...” possa ser composto de mulheres e de homens, é no feminino que ele se refere a este grupo. Esses “lapsos” não são próprios dos homens, mas das mulheres também, precisamente porque trata-se de um condicionamento ideológico imposto pelos valores da sociedade patriarcal, transmitindo às mulheres uma compreensão deformada da sua própria imagem.

As contribuições do conjunto dos movimentos populares trabalhando sobre as questões relativas ao machismo, sobre o meio ambiente e sobre a discriminação racial, física ou outro tipo de preconceito, são significativas pela influência que exercem sobre as reflexões e sobre a prática cotidiana das direções das organizações pela moradia, mas que

chegam às suas bases de maneira balbuciante, pouco perceptíveis e quase inexistentes, provavelmente porque suas direções não se manifestam explicitamente sobre esses temas durante suas ações, deixando-os às organizações voltadas para esses temas, constituindo-se assim em uma compartimentação das lutas, uma especialização de domínios reservados a certos militantes, aos “competentes”. Pode-se constatar esse desnível de interesses nas bases através das mobilizações dos seus próprios movimentos ou no momento em que as direções os convocam para iniciativas generalizantes, como o 1º de maio ou o 8 de março [dia da mulher] ou em outra mobilização. Muitas vezes certas atitudes comportamentais de personalidades são criticadas ou elogiadas conforme a concepção dos militantes.

Estou filiada no partido, mas não estou militando muito não. Eu fui candidata à vereadora pelo PT no ano passado. Mas o que foi que aconteceu? O partido não dá apoio, ele dá apoio prá quem tem dinheiro. Pra quem faz a luta social dentro do partido, hoje não lhe interessa mais, não. Teve uma época no tempo da formação do partido, e isso foi importante, só que hoje o partido está elitizado. Quem é que se interessa pro partido? Pobre? Quem quer pobre? Só nós que somos doidos, que carregamos pobre nas costas fazendo o governo fazer alguma coisa. Mas no partido, o material que eles passaram para ajudar a gente, nas duas ultimas semanas de campanha, não se tinha mais o que fazer. Mesmo assim, não entendo como consegui 7200 votos, enfretando um tubarão e a gente como um peixinho pequenininho. As discussões dentro do partido eles chamam quando lhes interessa como, por exemplo, pedem prá levar nossas mulheres pra fazer passeata no dia 8 de março, no dia 1 de maio, dia do trabalho, pede prá levar o povo, pedem pra fazer um outro tipo de discurso, mas não é prá politizar o povo, nem fazer discurso bem politizado. No ano passado teve show na Paulista. Antes, eu ia prá praça da Sé ouvir o Lula falar, ouvir Prestes Maia, os velhinhos do Partido falar. Hoje não, vai a Hebe Camargo, Zézé de Carvalho, artistas. Na campanha do Lula falavam que o Lula está “light”, mas ele está muito mais do que “light”. Na campanha da Marta, eu sabia que a Marta não ia ganhar as eleições. A separação do marido dela pegou muito! Não só com os homens, mas com as mulheres e as mulheres de terceira idade, as mulheres da época dela, elas não aceitaram a separação dela com Marta Suplicy. Diziam que ela utilizou o Suplicy⁴⁵ para chegar à prefeita. Separou para casar com o argentino. Você sabe o que é o

⁴⁵ Refere-se ao ex-marido da prefeita.

machismo: “botou chifre no Suplicy”, coisas assim, baixo nível mesmo (KROLL, entrevista em 2005).

Sem entrar no mérito da análise que é feita sobre a atitude do PT nas eleições, o balanço para explicar a derrota da Marta Suplicy na tentativa da sua reeleição, é significativo. A idéia da separação do marido é introduzida como uma causa determinante da derrota, como um fato negativo, muito mais pelo rompimento da “família”, do que pelo fato de “casar com o argentino” que, por sinal, também é significativo identificá-lo pela sua nacionalidade, ambas formulações consideradas pejorativas porque aplicadas de maneira negativa: a “separação” e o “argentino”.

ARAUJO, uma das “meninas do MSTC”, fala como uma dirigente, que politizando-se no decorrer das lutas, exprime-se praticamente com metáforas somente, corroborando as idéias expostas sobre a imbricação das relações entre partido, movimento e instituições:

Em algumas questões a gente tá junto, como agora a gente em breve vai fazer uma ocupação, uma grande ação juntos, no coletivo. A grande dificuldade dos movimentos é que eles pelegam muito. Quando a gente tem uma base, tem uma estrutura, tem uma família que tá atrás de você e precisa do teu apoio, precisa do teu fôlego prá poder chegar ao final, então aquela família, ela merece uma resposta. Porque estou dizendo isso? Porque hoje aqui no centro de São Paulo, tem muitos movimentos que se apegaram à cadeira do legislativo e esqueceram que tem uma base, se injetam. “Ah vamos fazer uma ocupação!” “Ocupação não, porque nós não pode bater no homem⁴⁶.” Nunca pode: “Não, porque nós não pode bater na mulher⁴⁷.” Enquanto isso tem uma base que a gente tem que dar uma resposta, né?

Agora nessa ação que nós estamos preparando, se nós, os movimentos, fossem todos unificados partiria uma grande ação a nível estadual. Porque hoje é o Estado que entrava. Ele tá tratorando todas as pessoas trabalhadoras de baixa renda. Você quer, quer, se não quer, o problema é seu. Tudo não é discutido em lugar nenhum. É discutido com os técnicos. Promete e não faz, tem aí a empreitada integral, não fez, prometeu prá gente há dois anos atrás, mil

⁴⁶ O “homem” é o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

⁴⁷ A “mulher” é a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

unidades no centro, de cinco mil, cede mil prá nós: não fez! Assinou um buletim com o presidente do CDHU, não cumpriu. Então, qual era o papel dos movimentos? Vamos centrar fogo nele! Então o que acontece? O movimento x ou y tem 5000 famílias num grupo, aí o que eles fazem? Eles ganham 40 unidades prá atender as 5000 famílias, eles engessam: “não podemos bater, porque se a gente bater, a gente não vai ganhar nenhuma unidade.” E conosco é assim: ou dá ou então nós vamos pro pau. Não queremos migalhas, a gente tá indo buscar o objetivo da família, tá garantido, ela vai pagar. Nossa demanda tá garantida com esse total, da? “Ah, não, porque não sei o que.” Então não vai falar que a gente não avisou. Então a grande dificuldade é essa. Os movimentos tão muito engessados. Tem representantes do movimento que tá em cadeiras defendendo o seu salário, não adianta tapar o sol com a peneira e aí esquece que tem que se fazer luta prá conquistar alguma coisa digna, porque só com luta que você consegue (ARAUJO, entrevista em 2004).

Também aderente do PT, embora o duro balanço sobre a hipocrisia das autoridades desse partido e do oportunismo de certas organizações de moradia, Araújo expressa o grande sentimento de responsabilidade em relação à sua base, a confiança nas lutas com o seu movimento e ratifica que o “objetivo da família tá garantido”, e portanto, o seu movimento é constituído também de mulheres e de homens vivendo sozinhos, embora a grande maioria seja composta de famílias. Nesse sentido, o discurso baseado em satisfazer as “famílias” é compreensivo, pois efetivamente quando o seu movimento faz as ocupações, vêm com os adultos e suas crianças para instalar-se de modo durável nos imóveis ocupados. Entretanto, definir a “família” para caracterizar o movimento, para definir a sua composição, esconde a situação de subordinação na qual se encontram as mulheres, o papel de dominação que exercem os homens sobre as mulheres sob os seus domínios, as ligações sinceras e solidárias somente por relações reprodutivas e biológicas. Todos os ingredientes são dados para condicionar os indivíduos a não enxergar nem os problemas que vivem seus membros, nem as situações específicas de cada um, nas quais a mulher é a mais prejudicada. O tratamento de “famílias” para denominar suas bases não é próprio do movimento de moradia, mas é denominação geral dos movimentos. Estão distantes os tempos que se denomina “a classe trabalhadora” como protagonistas das lutas, como se a reestruturação do capitalismo dessas últimas décadas, aprofundado por Antunes

(2005), gerando a “nova morfologia do trabalho e seu caráter multifacetado”, provocasse uma profunda letargia nessa geração de militantes, intelectuais e políticos, ignorando a “classe-que-vive-do-trabalho”.

Como os migrantes, a dimensão mulher, enquanto gênero, é relativamente ausente do movimento pela moradia, e como acontece com os migrantes em São Paulo, inexistem transversabilidade de assuntos sobre a libertação das mulheres, sobre os efeitos da opressão e da exploração sobre elas nas discussões periódicas dos movimentos, existem menos ainda os espaços não-mistos - nem nas ocupações, nem nas sedes das organizações -, nos quais as mulheres podem falar livremente dos seus problemas enquanto mulher. Feminismo e libertação das mulheres parecem permanecer no domínio das especialistas e são debatidas nos momentos de formação aos aderentes, nas reuniões ou debates específicos e nos momentos em que parlamentares ou seus representantes se propõem a falar delas nas suas propostas de políticas públicas. O discurso de certos líderes do movimento em torno das mulheres e da luta contra os atos machistas da sociedade permanece à parte, fazendo com que essas questões não sejam integradas nas elaborações públicas sobre a moradia, assim como nas ações e reivindicações. As dirigentes concordam com a necessidade dessa discussão com suas bases; mas, globalmente, os movimentos acham que introduzir tais temas nas suas ações e elaborações corre o risco de dispersar seus esforços e suas energias, contribuindo para o desinteresse das bases pela organização. Todas se referem ao problema das mulheres, em geral, sem assumirem uma “posição feminista”, um “comportamento feminista” ou uma “orientação feminista” nas suas lutas, revelando que a percepção de feminismo é ainda tabu. Além disso, até esse momento, as questões do feminismo no seio do proletariado brasileiro são discutidas como assuntos sobre os quais são emitidas opiniões individuais e pessoais, sem que sejam realmente assumidas no comportamento cotidiano. Assim, a igualdade de salário entre homens e mulheres para um mesmo trabalho é defendida por grande parte do movimento, embora as iniciativas coletivas de protesto contra isso sejam quase inexistentes; as lutas contra a violência feita às mulheres mobilizam ainda um número minoritário delas; as cargas financeiras que os pais devem assumir sobre os filhos, por exemplo, não são jamais reclamadas nos meios populares.

Para completar o quadro, as intervenções de massa do trabalho feminista brasileiro, divide-se com a vitória de Lula ao governo federal, que até aí são as feministas do PT que tomam a frente. Hoje, grande parte delas escolhe trabalhar com os governos, nos ministérios e nas prefeituras; e uma outra parte delas desenvolve trabalhos em ONGs, outras ainda, trabalham com os movimentos sociais. Uma outra parte, espalhadas entre universidades e movimentos específicos de mulheres, como a Marcha Mundial de Mulheres e em campanhas diversas, esforçam-se em manter vivas as conquistas feministas e angariar outras tantas. Ainda fora do lugar, o feminismo está a espera de ser a emanção da obra das próprias mulheres.

O PERFIL DE UMA DIRIGENTE

Como vim pro movimento? São coisas do destino, quando está determinado, pode passar o tempo que for, mas você vai parar onde se tem uma cadeira. Eu nasci no Paraná, numa cidade chamada Otieira que não tinha nem cartório para registrar a gente. Eu fui registrada numa outra cidade. Meus pais se separaram quando eu tinha quatro ou cinco anos de idade. Eu sempre ouvia o radio que tocava música sertaneja de São Paulo. Eu dizia «*Um dia vou pra São Paulo*». Mas, pra fazer o que? Não tinha precisão nenhuma. Meu pai era muito duro com a gente – tinha hora pra chegar, hora pra sair. Como eu era a filha mais velha, era tudo sobre a minha responsabilidade. Eu não conheci a minha mãe e eu tinha muita vontade de conhecer a minha mãe. Quando eu tinha oito anos, o professor da escola pediu registro; eu não sabia ler ainda, e perguntei pro professor: «*Professor, me fale a verdade – a minha mãe é viva ou é morta?*» Porque me falavam que a minha mãe tinha morrido. Ele respondeu que o documento que eu levei não era meu registro, mas, que ele dizia que o meu pai era separado da minha mãe. Cheguei em casa numa puta confusão, fugi de casa com nove anos. E não conhecia minha mãe.

Com 17 anos conheci um senhor da idade do meu pai – uns 40 ou 46 anos – namoramos um pouco e fomos morar juntos, mas a minha intenção não era morar com ele. Fugi da casa desse senhor, que hoje já morreu. Voltei pra casa do meu pai. Ele disse o seguinte: «*Você não fica mais aqui, você vai pra casa da sua mãe, porque você agora é uma vergonha da nossa família porque você é mãe solteira.*» E eu respondi: «*É isto mesmo que eu queria.*» Fui então para a cidade de Londrina, no Paraná, onde minha mãe trabalhava há mais de 15 anos como empregada doméstica, na casa do delegado, Dr. Miguel Salin. A esposa dele ficou madrinha do

meu filho que hoje tem 26 anos. Fui vivendo, mas nunca deixei de pensar em São Paulo. Nos anos 1980 veio a crise, não arrumava emprego e um dia, cansada de ficar na rua, em Curitiba, cheguei numa agência e a moça falou: «*Tem um emprego e só tem uma vaga, como empregada doméstica pra trabalhar em São Paulo*» Eu respondi: «*É meu!*» E eu, não tinha ninguém em São Paulo, minha mãe tinha medo que eu me prostituísse, pois via muita menina do Paraná naquela época se prostituindo. Fiquei sem saber o que fazer e acabei indo pra São Paulo assim mesmo. Fui trabalhar na Rua Mariano Procópio, no Ipiranga, em São Paulo. Trabalhei uns quatro a cinco meses porque meu patrão se matou no banheiro na hora do almoço, porque a firma estava falindo. Nesse meio tempo eu conheci um rapaz, que é o pai da minha filha de 19 anos hoje. Eu disse pra ele que não queria mais ficar naquela casa. Ele morava na Rua Tabajara, 450 num cortiço. Começamos a procurar emprego, procurar... e fui morar com ele. Começamos a trabalhar ele de um lado, eu do outro. Eu continuei ajudando minha mãe, ajudando meu filho que havia ficado no Paraná. Depois de um ano, fiquei grávida. Um dia minha vizinha que morava na Ezequiel Ramos, noutro cortiço, falou-me que havia uma associação na Rua Canuto Saraiva, que a gente participando, ela dava casa pra gente. Eu disse que ela era louca, mas ela insistiu: «*Vamos lá, Verônica!*» Eu grávida, terminei indo. Na terceira reunião eu já estava numa comissão. Daí por diante, nunca mais consegui parar. A associação chamava-se Nos Quintais da Mooca. Hoje a casa está abandonada. Isso foi no final de 1983 até 1984. Isso foi a época do Covas e conseguimos 200 lotes – um conjunto de seis casas onde moro. Outras 40 foram para a cidade Tiradentes, o restante foi pra Guaianases.

A partir daí começamos a fazer o movimento dos cortiços na Mooca, Belém e Ipiranga. A região central sempre estava fora. A minha vontade era de ir pro centro prá saber como é que era a questão dos cortiços aqui. Quando participávamos na Mooca, tinha muita, muita gente.

Em 31 de dezembro 1985, nós assinamos nossos contratos de compra do terreno. O Jânio Quadros entrou como prefeito. Nós pagávamos água, luz, IPTU, prestação da compra. Fizemos tudo em mutirão, não tivemos máquina pra carregar terra, nós cavamos as terras, fizemos os alicerces das casas, nós é que fizemos o concreto, construímos 96 casas em um ano e três meses, trabalhando sábado, domingo e feriado. Hoje é um dos melhores bairros daqui. Quando voltei para a associação, vi que tinha ficado muito mais gente sem moradia do que com moradia, como nós que havíamos conseguido. Aí começamos a preparar as ocupações de terra na periferia de São Paulo entre 1987-88. Em 1990 fundamos a União da moradia de São Paulo, depois fizemos a Lei do fundo nacional, etc.

Trabalhei como empregada doméstica de dia, e a noite fazia reunião, ia pros cortiços, pra associação, no final de semana eu não estava em casa, estava em reunião. Foi assim que eu consegui aprender.

Quando cheguei a São Paulo, eu tinha 22 anos. Hoje tenho 45 anos. Vivi a metade da minha vida em São Paulo.

Quando olho prá traz, não tinha leis, nem programas. Não se tinha acesso ao Plano diretor. E nós sabíamos como íamos prá rua. Don Luciano apoiava a gente, que ele falava pro Quércia: «*Desapropria a terra que a igreja constrói a casa*». Isso porque se fazia o mutirão. Eu passei 15 anos aprendendo como é que se fazia o tal do mutirão.

O mutirão em São Paulo é o irmão do ato das cooperativas. Só que lá são as cooperativas e aqui são as associações. Mas o formato, a assessoria, tudo o mais é igual. Em 1991 fui pra Argentina visitar as ocupações dos prédios públicos. Eu pensei que se na Argentina deu certo, aqui também tinha que dar certo e tínhamos que seguir por esse caminho. Dai deu-se o primeiro racha do Centro, pois achavam que politicamente não se tinha que fazer isso.⁴⁸

Mas era o único caminho que o governo podia enxergar nossos pedidos e foi o que aconteceu. Em 1996, 97, 98 ficamos meses falando prá imprensa. Nós tínhamos argumentos e o governo não tinha. Esse foi o jogo político, esse foi o nosso forte. Quem conseguiu se manter e negociar, está de pé até hoje. Quando se faz ocupação, tem que saber fazer a ocupação.

Depois voltei pra Argentina, fui para o Paraguai visitar a ocupação de terras do exército depois de urbanizada. Em 2003 fui para a África do Sul, conhecer a poupança das mulheres, que estamos tentando trabalhar aqui no Brasil. Uma fórmula que pode ajudar muito. Consiste em juntar dinheiro coletivamente para discutir coletivamente o que fazer desse dinheiro. A coordenação desse trabalho na América latina será feita por uma ONG, da qual participo, a partir de São Paulo.

Cada missão que apareceu pelo governo, eu consegui cumprir: a questão dos mutirões, da locação social, do Conselho... Tenho muito orgulho de dizer: «*Eu contribuí para a expansão dos mutirões no Brasil*». Sou mãe de três filhos e uma adotiva e não é fácil cuidar dos filhos, cuidarem das atividades, etc.

Sou conselheira do Conselho da Habitação do Município e termino meu mandato este ano (KROLL, entrevista em 2005).

15 MARÇO – 2005

⁴⁸ O racha por causa da proposta de ocupação, como na Argentina. (Nota da autora.)

5.2. O papel dos cristãos e da Igreja Católica

O fim dos anos 1970 e os anos 1980 representam o auge da Teologia da Libertação, presente nos conflitos sociais do cenário brasileiro, especialmente em São Paulo, onde o papel exercido, dentro dos movimentos, pelos teólogos da libertação, era muito intenso, não somente pela sua presença, mas também pelas posições adotadas. Assim, torna-se imprescindível a sua abordagem para entender os atuais movimentos e em que medida a sua influência vai determinar os rumos que eles tomam em seguida. Seus adeptos defendem a libertação dos pobres, denunciam o papel da Igreja na história⁴⁹ e afirmam a condição deles na sociedade, propondo resistir às forças responsáveis por essa situação. Defendem também os direitos das populações carentes, trabalham pela auto-organização das massas e lutam pela transformação da situação desumana vivida pelos seus segmentos mais carentes.. Outra característica dos seus adeptos é a atitude militante que adotam, recusando-se a exercer uma prática difusa na fase precedente da Igreja, a da “ajuda” e da caridade.

Gutierrez (1999) contribui para a sistematização e compreensão da política, sempre com a dupla preocupação de transformar o mundo no qual se vive, com um duplo compromisso: o de libertar e o de manter a fé cristã. Afirma que uma experiência espiritual, longe de viver à margem da realidade, deve, ao contrário, ir até o Senhor.

[...] como oprimido, como membro de uma classe social que luta ardentemente pelos direitos mais elementares e para construir uma sociedade na qual seja possível a todos de viver como homens. A história é o lugar onde Deus revela o mistério da sua pessoa; sua palavra vem a nós na medida da nossa inserção no devenir histórico. Mas esta história é uma história conflituosa, marcada pelos enfrentamentos de interesse, por lutas por uma justiça maior, pela marginalização e exploração dos homens, pela sua aspiração igualmente à libertação. Nesta história, optar pelo pobre, pelas classes exploradas, é identificar-se com o seu destino, compartilhar

⁴⁹ A Igreja Católica entrou de companheira da Europa, no processo de colonização, sendo conivente inclusive, com a escravidão. Mas, se olharmos com mais atenção para este mesmo continente, veremos que foi na América latina o nascedouro da Teologia da Libertação (CDH, 2004).

do seu destino, é querer fazer desta história uma história de fraternidade autêntica (GUTIERREZ, 1999:35).

Definindo-se claramente pelos pobres e pelas classes exploradas, ele escancara as portas para todos os setores marxistas da América Latina. Este setor da Igreja vai imergir completamente nos setores onde estão “*os pobres e as classes exploradas*”, possibilitando e viabilizando o trabalho comum e unitário da Igreja da libertação com partidos políticos e sindicatos, mas também se introduzindo neles, num movimento interativo incessante. É o que acontece no Brasil, com a diferença de que os partidos pouco a pouco vão deixar os cristãos libertadores sozinhos na tarefa de organizar os setores oprimidos, militando “*como construtores de uma sociedade radicalmente diferente*” (Ibidem, 1999:196), visto que os primeiros estão mais preocupados em preparar-se para assumir ou reassumir responsabilidades institucionais, locais e federais e vão efetivamente cumpri-las. Nos anos 1970, a Ação Católica Operária, a Juventude Universitária Católica, a Juventude Estudantil Católica e as Comissões de Justiça e Paz, são estruturas que organizam, preparam e se mobilizam nas diferentes áreas da sociedade, desenvolvendo seus trabalhos numa dinâmica de engajamento contra a ditadura. Deste modo, largos setores da Igreja Católica, sempre presentes nos momentos cruciais ao longo da história brasileira, assumem a luta de resistência contra o regime militar, criando e desenvolvendo o trabalho de conscientização política dos diferentes setores oprimidos da sociedade. Dotada de uma infraestrutura e de uma logística adaptada, ela representa um suporte para o desenvolvimento das lutas do movimento operário daquela época. Ao mesmo tempo, as CEB’s constituem estruturas para a organização dos outros movimentos, em particular do MST, mas também das mulheres, dos jovens, dos favelados, dos desempregados e dos sem-teto, abrindo perspectivas de reforma agrária para os primeiros e de acesso à casa própria, para os segundos, durante o período de transição da ditadura⁵⁰. Frei Betto, um dos representantes da Teologia da

⁵⁰ As Comunidades Eclesiais de Base surgem nos anos 1960, organizadas com setores populares e caracterizadas por seus ritos místicos e pela mobilização dos direitos sociais. No Brasil, no fim dos anos 1980, elas eram cerca de 100 mil, reunindo mais de 5 milhões de pessoas (BETTO, Frei. MST, Igreja e movimentos sociais. 2001. Acessível em: http://alainet.org/active/show_text.php3?key=1598. Acesso em: agosto 2004.). Em 1995 São Paulo conta com 461 Comunidades Eclesiais de Base (CEB) 25 pastorais organizadas na cidade, 36 movimentos de laicos coordenados por dezenas de ministros, 2337 religiosas, 771 sacerdócios, 59

Libertação, foi responsável no ministério de Lula, pelo programa “Fome Zero” no Brasil, e conta que:

nos anos 1970, as Comunidades eclesiais de base (CEB) formam a base dos movimentos sociais: organização de mulheres, de jovens, de habitantes de favelas, desempregados, sem terra, Sem-Teto [...] Elas lutam em seguida exigindo a mudança do modelo econômico neoliberal, de dependência e de exclusão imposto pelo FMI (FREI BETTO, 2001).

Surgem as oposições operárias como forma de resposta ao tradicional “peleguismo” dos sindicatos existentes, expondo-se às repressões sobre seus militantes, especialmente as dos anos 1973-1974. As pastorais operárias, cujos membros participam das oposições sindicais, desenvolvem-se nos anos seguintes e vão se identificar muitas vezes com as pastorais. Os espaços fabris vão se confundir com os bairros de moradia, refletindo a hegemonia do ser humano.. Mas, desde os anos 1960, os bairros são o palco das atividades de solidariedade em relação aos explorados e perseguidos pela ditadura, constituindo-se num referencial de experiências de lutas dos diferentes setores (TELLES et al., 2 ed., 1994:225-234). Nesses anos, vão se formando organizações políticas saídas do histórico Partido Comunista Brasileiro (PCB) e divergentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), até a criação do Partido dos Trabalhadores em 1980. Nessas décadas, são criados os Clubes de Mães, que lutam por creches e vão assim contribuindo para o nascimento de um movimento contra o custo da vida, culminando no Movimento Contra a Carestia, seguindo-se os movimentos pela anistia e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Associações de moradores e a Sociedade Amigos de Bairro [são Sociedades que surgem na década de 1960] em São Paulo, e fazem parte dos embriões de movimentos que permitem o crescimento do movimento comunitário de base, passando pela convocação da Constituinte, em 1985, e pela luta contra o Sistema Financeiro de Habitação, antigo Banco Nacional da Habitação. Nessas décadas, é difícil saber onde se situa o limite entre as atividades políticas promovidas pela Igreja Católica, ou com a sua influência, e aquelas dos

seminaristas, 6 bispos auxiliares (Arquidiocese de São Paulo. Acessível em: http://www.arquidiocese-sp.org.br/cpub/pt/Historia/Historia_4a_fase.php. Acesso em: agosto 2004.

partidos ou organizações clandestinas. Provavelmente, a primeira exerce uma ascendência maior sobre a grande onda de resistência de massas ao regime, dado o desgaste do PCB diante do golpe de Estado de 1964, aos olhos das novas gerações operárias, e também pela presença reduzida desses segmentos juvenis nas fábricas e nos bairros habitados pela classe operária, e ainda devido à concepção vanguardista e substitucionista de algumas organizações.

Nos anos 1980, os libertadores cristãos desenvolvem a luta pela reforma agrária, culminando na criação do MST em 1984, organizando famílias sem terra em acampamentos e assentamentos estruturados num sistema comparável ao das cooperativas, com métodos de auto-organização nas lutas, na educação, na alimentação, e na auto-subsistência; sendo também, ao mesmo tempo, os principais animadores do processo da Constituinte. Nas décadas seguintes, a TDL continua a participar e a criar estruturas e a se mobilizar em torno de campanhas específicas: envia missionários para as terras indígenas, onde vão contribuir para as lutas pela terra e para a sobrevivência da sua cultura, cria o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), referência da causa social dos índios brasileiros (FERNANDES, 2004). Estão também por trás da promoção de campanhas nacionais contra a dívida externa; contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), - proposta de exploração e de dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina - ; cria o Grito dos Excluídos⁵¹ - reunindo movimentos de massa de vários setores -; declara-se contra a transposição do rio São Francisco [com a greve de fome de um bispo da região]; organiza um vasto movimento unitário contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de extração de minerais de ferro do planeta, com reservas para 400 anos; declara-se contra a exploração dos produtos transgênicos; e, por fim, contra a devastação da floresta amazônica; todos eles recolhendo sempre milhões de assinaturas para os plebiscitos e envolvendo milhares de pessoas nas mobilizações;

⁵¹ Sem pretender “organizar um levante social”, o Grito dos Excluídos é uma iniciativa da CNBB, criado em 1995, como continuidade da Campanha da Fraternidade, cujo tema do ano eram os excluídos. Escolhe-se o dia 7 de setembro, data da independência nacional, para chamar a atenção da situação de dependência do Brasil, reivindicando trabalho para todos, educação e saúde de qualidade e soberania, condições para a independência. A partir de 1999 ganha vários países da América latina e em 2000 torna-se continental (GDE,2004).

5.2.1. A influência da Igreja nos movimentos

Em São Paulo, “*cada setor deve tomar em carga e articular as quatro prioridades escolhidas pelo povo: CEB, direitos humanos e marginalizados, o mundo do trabalho e Pastoral de periferia*” (Arquidiocese de São Paulo, 1998), e essas prioridades são definidas a cada quatro anos. A Igreja cria as pastorais da moradia e a partir delas surge o movimento através dos mutirões, base do movimento por habitação e gerador de lideranças futuras, como acontece com a própria Kroll, como conta ela mesma ao relatar a sua vida. Até meados dos anos 1980, graças à TDL, o trabalho da Igreja Católica é metódico e multiplicador, mas sobretudo, incita a auto-organização das bases. O período mais profícuo da Igreja católica em termos da sua influência sobre os movimentos sociais, prolonga-se até os anos 1980 caracterizando-os numa radicalidade sem precedentes na história do Brasil, não tanto pelas formas de luta, mas pelas aspirações de transformação radical e pelo enraizamento nas massas. Ricci [S.L.:s.n.] define cinco elementos constitutivos dos movimentos sociais dos anos 1980: a. autonomia; b. adoção de democracia direta; c. sentimento anticapitalista; d. relações de poder e processo decisório horizontalizados; e. sentimento antiinstitucionalista, os quais se manifestam ora com um ou com vários elementos nos diferentes setores, uns enfatizando mais a democracia direta e o sentimento anticapitalista, outros enfatizando a autonomia e o sentimento antiinstitucionalista, outros ainda, reunindo os cinco elementos, como o MST, o mais característico.

A ação da religião católica mantém-se hegemônica no trabalho com as massas, através das oposições sindicais [na CUT, onde operários católicos militam em grande número], dos grupos comunitários dos bairros, que segundo testemunhas da época, “a origem da maioria do pessoal que está nesses dois setores [oposição sindical e comunidades de bairro] tem uma origem de Igreja” (TELLES, 1995:235). Os conflitos operários iniciados em fins dessa década culminando com a greve metalúrgica em 1980, espalham-se

aos demais setores populares que saem às ruas “exigindo água, luz, esgoto, asfalto, transportes, escolas” (CACCIA BAVA, et al. 2 ed. 1994:254), dando origem às organizações pela moradia. O MMC é um desses movimentos que nascem nos anos 1980 a partir das lutas da região do centro contra os aumentos da água, da luz e dos impostos urbanos, gerando assim maior consciência do direito pela habitação. O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), criado por iniciativa da Igreja também nesses anos, luta por saneamento, água, luz e terra no bairro de Belém, hoje presente em 41 favelas em São Paulo e exerce uma certa influência nos demais movimentos. A Associação Unificadora de Ações Populares (AUAP) nasce em fins dos anos 1980, durante a gestão Erundina, também sob impulso da Igreja. Nesses anos, expandem-se as comunidades de base da Igreja Católica, a Pastoral Operária, núcleos do PT nas favelas e são formadas as organizações populares nos bairros. É realizado o primeiro encontro de favelas de São Bernardo com várias dezenas de representantes e com mais de 800 pessoas precisamente no local do Sindicato dos Metalúrgicos. BAVA observa que antes das lutas operárias, as organizações de bairro de tipo clientelistas, chamadas Sociedades Amigos de Bairro, são substituídas por novas direções combativas, organizando mães de família para a difusão da greve (Ibid. 1994:269). Esse processo marcado por altos e baixos, favorece o aparecimento dos embriões dos futuros movimentos por reivindicações urbanas.

A arquidiocese de São Paulo define a saúde, a moradia, o mundo do trabalho e a educação e as suas prioridades para o período entre 1995 a 1998. Coincidência ou não, o fato é que nesses anos começam as primeiras experiências de ocupação dos prédios localizados no centro. O Fórum de Cortiço faz a sua primeira ocupação no dia 8 de março de 1997 nos Campos Elísios e em julho do mesmo ano o Movimento de Moradia do Centro, junto à Unificação das Lutas de Cortiço, ocupa o prédio da Rua do Ouvidor; em dezembro, a ULC ocupa o casarão da Rua do Carmo. Em 1999 esta última ocupa um prédio na avenida Ipiranga, outro na Rua do Gazômetro, e um terceiro no Brás, que depois de despejados são levados para outra ocupação no Hospital 21 de Abril (UMM, s.d.). Segundo alguns militantes, no curso dessas lutas, os religiosos sempre puseram à disposição dos movimentos as salas das igrejas e equipamentos diversos para suas reuniões.

A presença de Igreja Católica nas atividades militantes dos movimentos exerce um poder de atração sobre certos militantes que terminam quase que se desculpando, como se sentindo culpados quando não pertencem a nenhuma delas, como se o fato de ser ateu constituísse um fator profundamente negativo. A presença destes não é tolerada ou aceita da mesma maneira nos movimentos, segundo Negrão (2004) do MMC, nenhum religioso pode praticar suas crenças no edifício ocupado: nem missas e nem orações, por outro lado, relaxa e conta, quase que se desculpando, que ele ainda não é católico mas que está pensando seriamente em entrar para a Igreja e praticar a religião. Mas a atitude dos militantes frente às religiões também não é homogênea. Jaira do MSTC, conta com a maior naturalidade que na ocupação do edifício da Avenida Prestes Maia, *“o padre do bairro vem celebrar a missa de tempos em tempos”*. Enquanto que Nidia, da ULC, não vê com bons olhos as práticas místicas nos movimentos. A um outro nível, segundo a pesquisa feita pela prefeitura de São Paulo em 2004, a maioria dos participantes do OP é composta de católicos. Falar livremente sobre as religiões e sobre os seus militantes, com diferentes interlocutores, constitui um exercício difícil. A impressão é que eles têm reações de diferentes ordens: às vezes parecem constrangidos em falar, como se tivessem medo de eventuais reações, às vezes parecem envergonhados, outras vezes ainda, parecem desprezar aqueles que não dominam o assunto. Mas, o sentimento que deixam transparecer é que a Igreja está presente por toda a parte, e que eles não se sentem com liberdade para falar o que pensam.

Junto à IC, outras igrejas intervêm nos movimentos de maneira mais implícita do que declarada; contudo, influenciando as opiniões e as tomadas de posição dos militantes de base, levando-os à determinação e convicção das suas idéias, às vezes expressadas de maneira simplista, sobre a idéia infundada da fatalidade ou a descrença em riscos do destino. A influência da Igreja sobre os movimentos não é somente em relação às posições progressistas da TDL, em relação à política neo-liberal, ou mesmo capitalista, que ao mesmo tempo reflete a influência das orientações políticas das sensibilidades presentes no cenário brasileiro, mas é também um veículo de evangelização da Igreja, que pela natureza popular e de classe, ao mesmo tempo, consegue ser um instrumento incontornável nos momentos importantes da vida de grande parte dos militantes e de suas bases. Presentes

no cenário brasileiro, no decorrer das lutas explicitam suas diferenças aderindo ou não às posições dos partidos políticos, mas com métodos diferentes dos mesmos. E é exatamente essa peculiaridade que faz a sua força: a auto-organização das massas e a independência dos movimentos, mesmo que ambos estejam sujeitos às confusões. O primeiro, porque mesmo se auto-organizando, os movimentos tornam-se cada vez mais dependentes das políticas públicas; e o segundo, porque a ausência do partidos políticos nos movimentos “para garantir a sua independência” não os preserva das manipulações dos mesmos.

5.2.2. A TDL numa conjuntura complexa

Os aspectos progressistas dos militantes da Teologia da Libertação são positivos para o processo de tomada de consciência política das camadas populares. Ao mesmo tempo, são uma maneira, velada ou não, da instituição introduzir-se na política em todos os níveis: movimentos sociais, partidos políticos e instâncias públicas do legislativo e executivo, introduzindo neles, pouco a pouco, a presença da Igreja da TDL.

Nas décadas pós-ditadura, a radicalidade das fases anteriores vai se transformar, transformando a vivência desses movimentos numa espécie de cultura do aprendizado do funcionamento do Estado e das suas instituições. Tem-se então um processo que passa das práticas de protesto às das proposições (Gohn, 2003), paralelamente acompanhado por um novo fenômeno: a multiplicação das ONGs introduzidas no cenário social, inaugurando outro método e outra concepção de trabalho com as massas, influenciando os movimentos com a especialização técnica e teórica na elaboração dos projetos a serem submetidos e a profissionalização dos dirigentes. As ONGs introduzem a prática de sobrevivência através das subvenções públicas ou privadas; a hierarquia no funcionamento com a personalização dos dirigentes como presidentes; a militância assalariada, valorizando a “competência profissional” dos responsáveis; o funcionamento em “redes”, teorizado como a horizontalidade das relações sociais, eliminando as formas de dominação e de autoritarismo nas estruturas; e o exercício do trabalho social executado por setores privados. Na maioria das vezes, o nascimento das ONG’s dá-se graças às incitações dos poderes públicos, dadas

as restrições orçamentárias praticadas pelos Estados em detrimento do serviço público, que vai se desmantelando nesta fase do capitalismo. Estes compõem os vários fatores que incidem para a sua “perda de terreno”, como caracteriza Boff (s.d.), essa fase, numa certa desmobilização da “igreja libertadora” (Ibidem), abala também amplos setores da esquerda atuantes sobre os movimentos de massa e sobre os movimentos sociais. Surge assim, acompanhada da ofensiva das contra-reformas do Estado, uma realidade no terreno social para os movimentos não habituados ao trabalho militante remunerado, com o “profissionalismo” dos seus quadros, com a individualização e personalização dos seus atores.

Boff (Ibid.), assim como outros autores, expõe alguns dos acontecimentos exógenos também determinantes para a transformação qualitativa dos setores investidos na luta de classes no Brasil. Foi o conjunto desses acontecimentos que entrou em jogo na configuração social do país. Entre eles, a crise da União Soviética, que fez desmoronar a utópica possibilidade de transformar a sociedade. Apesar das suas deformações em termos de autoritarismo e burocracia, era uma referência importante de correntes políticas. Outros fatores de mudança foram a orientação política do Vaticano; a ofensiva da burguesia internacional contra as conquistas sociais, inaugurando a “Nova Ordem Mundial” com a reestruturação da produção capitalista, modelo seguido pelo Brasil e pela maioria dos países latino-americanos, seguida da multiplicação das guerras regionais e internacionais, e por último, a social-democracia [representada pelos Partidos Socialistas] e os Partidos Comunistas, herdeiros da época da URSS; redimensionando seus programas segundo uma concepção “realista” dos problemas sociais. Isso implicava amenizar seus projetos de sociedade, e pretendendo chegar à superação das falhas do sistema, humanizando-o.

Todos esses elementos influenciaram também os partidos políticos no Brasil, entre os quais o PT, cuja direção, cada vez mais aliada à social democracia internacional, segue também a direção da renúncia paulatina das orientações em defesa do proletariado e do socialismo, culminando com a sua chegada ao governo federal, não sem provocar cisões, renúncias ou passividade de largos setores do partido. Também permeáveis às pressões neoliberais, os teólogos da libertação deixam-se influenciar pela onda, com o conseqüente refluxo no engajamento da transformação social. Tal retração, num crescendo, deixa os

ativistas quase sozinhos a defenderem como podem as suas conquistas. Não é sem enfrentamentos de concepções que a nova conjuntura provoca também os teólogos da libertação. Estes afrontam esse processo, atravessado de divisões; de polarizações entre aqueles que ainda defendem a radicalidade e a necessária transformação do sistema. Os outros com suas diversas nuances relativas às orientações a respeito de como atuar na sociedade; culminam com os exemplos de ações individuais dos anos 2000, como a do bispo D. Cappio, no estado de Pernambuco, fazendo greve de fome num sinal de protesto contra a transposição do Rio São Francisco.

Boff (s.d.) comenta que no início a TDL possuía as verdades da fé como pontos de partida e dava como assegurada a *“fé cristã do povo”*, e que nos anos 1990 não se vive somente uma crise de sociedade, mas uma crise de civilização, de valores e de sentido, num deslocamento do pensamento dos jovens contra as injustiças do mundo para o mundo sem sentido, o que explica que o sentido espiritual da vida torna-se uma questão vital e prioritária para vastos setores da sociedade. Mas sem, no entanto, minorar a importância da transformação social, Boff propõe *“a flexibilidade em ajustar-se à nova situação”*, visto que *“hoje o indicador ‘política’ baixa, enquanto que o da ‘fé’ sobe”*. Advertindo contra o dogmatismo, o sectarismo, o relativismo e a *“filosofia de baixo-império”*; longe de propor os eixos de uma orientação que contribui para a polarização da luta de classes, como os seus ideólogos do início, ele propõe uma atitude e uma orientação moderada da luta de classes:

O que importa hoje à TDL é ser pluralista, relativizante (não relativista) e aberta a toda forma de diálogo. Busca ganhar em tolerância, deixando de lado toda forma de intransigência, de espírito sectário e de purismo. Entende que é necessário ser capaz de negociar e aliar-se o quanto seja possível, seja que se trate de fazer a "análise" da sociedade, de organizar as "estratégias" ou de elaborar "projetos" específicos da sociedade (Ibid.)

Essa compreensão da nova TDL revela uma concepção política precisa, já bastante praticada pelos governantes de direita e de esquerda do país: o pluralismo implica negociar e ter aliados, e a tolerância, abandonar a intransigência [sinônimo de sectarismo].

A abordagem esvazia assim toda a riqueza teórica dos teólogos da libertação no seu início. Entretanto, estes, nos seus escritos, sempre ratificando a importância da fé e da espiritualidade, mostram-se intransigentes em relação às misérias geradas pelo sistema e suas conseqüências sobre as classes exploradas, espalhando assim o sentimento de força e de confiança naqueles para os quais a teologia foi criada.

Ao mesmo tempo, a busca de refúgio no misticismo, comum a amplos setores populares e também às classes médias brasileiras, é um fato incontestável e visível com os censos das últimas décadas, além de ser um fenômeno generalizado também no planeta. No Brasil, a exemplo da Igreja Católica, outras religiões também se introduzem nas estruturas dos partidos [provavelmente alguns grupos marxistas minoritários não entram na lista]; formando quadros parlamentares de direita e de esquerda e constituindo uma força importante para o seu eleitorado. Efetivamente, é costume negociar os “favores” de certas autoridades às igrejas, seja em matéria de supressão de impostos ou outras medidas, mesmo se essas igrejas, como a Assembléia de Deus, os Mórmons e as evangélicas, multipliquem a quantidade de sedes luxuosas e imensas para os seus cultos.

Em menor escala com o que acontece com a Igreja Católica, também outras igrejas [protestante, espírita e, em menor escala, evangélica] introduzem seus membros nos movimentos sociais e, algumas vezes, certos militantes cristãos seguem orientações claramente anticapitalistas. O fato de os militantes pertencerem a uma igreja que atua nos movimentos parece não ser motivo de divergência para o movimento, mas trata-se da evidência, para eles, de que a religião não é incompatível com a militância. A União dos Movimentos de Moradia, uma das organizações mais importantes, é uma testemunha não só da presença da igreja como elemento estruturante nos movimentos de moradia, mas também da possibilidade de coabitação entre crentes e ateus. Essa postura acarreta vantagens e desvantagens para o próprio movimento, mas todas de caráter político. Um dos aspectos negativos é a ausência dos partidos, que, não participando diretamente dos movimentos, incitam comportamentos ambíguos nos seus militantes, os quais, aparentemente sem vínculos nem mandatos partidários, fazem com que as bases tenham a falsa impressão de que não são manipuladas, de que são autônomas e independentes deles.

Ricci [2004], dá como exemplo a entrada de muitas lideranças populares nas prefeituras em fins de 1980, levando com eles outros militantes importantes. Contrariando as concepções e práticas de democracia direta; aponta também a estrutura burocrática estatal que fazem os movimentos embarcarem cada vez mais nos meandros do aparelho do Estado, por conta de comportamentos clientelistas e da institucionalização dos movimentos. Provavelmente não é a Igreja a iniciadora do costume, transformado em tradição, da ausência dos partidos nos movimentos, mas também não foram os movimentos que inovaram essa estruturação ou configuração das suas atividades. O que se observa é que os partidos não têm feito uma reflexão mais aprofundada do porquê dessa separação formal, visto que não há uma rejeição verdadeiramente formal dos partidos, e sim uma rejeição à manipulação e instrumentalização dos movimentos por parte das religiões, e é precisamente isto o que está em jogo. É isto também que os partidos não querem mudar, acomodando-se assim com a “separação” entre eles e o movimento. Numa atitude confortável, há algum tempo, o PT prefere não colocar em questão a sua razão de existir: instalar-se no poder. Longe dessas preocupações, os dirigentes entrevistados demonstram uma grande determinação a favor da separação entre partido e movimento, muito mais como uma “palavra de ordem” que eles devem seguir, do que uma convicção argumentada. Quando se pergunta o porquê, eles dizem que “é assim mesmo”. Entretanto, no domínio sindical, a imbricação entre a CUT e o PT é profunda, e talvez seja isso que eles temam.

As orientações coletivas dos grupos engajados nos diferentes movimentos têm a mesma origem do cristianismo militante, desembocando em movimentos mais radicalizados e autogestionários como o MST, em movimentos mais institucionalizados como os da moradia. O fato é que hoje, na América Latina, a sucessão de movimentos de massa autogestionários, sem direção hegemônica dos partidos, nesses últimos anos, favorece uma reflexão mais aprofundada no sentido de verificar se tais experiências fazem parte de uma tendência que se desenvolve ou se permanece no terreno das exceções; uma, na Venezuela quando as massas esmagam uma tentativa do golpe de Estado contra Chaves, em 2002; a outra, junto aos habitantes de Oaxaca, no México, quando praticamente toda a população toma a cidade reclamando, em 2006, a expulsão do governador tirano e desonesto. Duas experiências emblemáticas, porque completamente autogestionadas, auto-

organizadas pelos trabalhadores, sem hegemonia de partidos e sem influências da Igreja. A partir dessa realidade, e não obstante o papel de dínamo dos movimentos de massa desses últimos anos, sob a égide da TDL, a Igreja não tem conduzido os trabalhadores aos propósitos transformadores que marcaram os anos de ditadura no Brasil.

5.2.3. Breves conclusões

A presença de Igreja Católica nos movimentos de moradia e suas eventuais implicações políticas ou organizacionais serve de referência para a compreensão dos inúmeros problemas encontrados pelos mesmos na trajetória das suas lutas.

Embora havendo imbricação dos dois componentes – estruturas da igreja e estruturas partidárias –, nos movimentos pela moradia das últimas décadas, a divisão contínua deles é contínua também em São Paulo, gerando uma multiplicação de organizações cujas lideranças, praticamente em sua maioria, militam no PT. Assim, não se pode dizer que a razão dessa profusão seja a presença da Igreja da TDL nos conflitos sociais, mas sim o motivo já enunciado nos capítulos precedentes sobre a repartição das organizações segundo as sensibilidades dos parlamentares no PT. Mas a presença da Igreja na vida política não se dá tão tranqüilamente, levando Frei Betto a afirmar que:

A Igreja Católica não pretende dirigir ou recrutar os movimentos sociais, mas contribuir para que se organizem e para que sejam autônomos, laicos, mas mantendo uma parceria nos projetos de interesse comum com pastorais sociais, por exemplo, a campanha contra a dívida externa em 2000. Dão-se as mãos também em torno da agenda social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como são os casos da Campanha da Fraternidade, na Quaresma, que todos os anos adota um tema social; o Grito dos Excluídos, a 7 de setembro, data de independência do Brasil; e a defesa dos direitos humanos.

A Igreja católica no Brasil não quer ser uma espécie de partido político confessionalizado, nem pretende substituir a ação do Estado. Antes, quer ser fiel ao Evangelho de Jesus, que veio para

que todos tenham vida e vida em plenitude (João 10, 10). A vida é o dom maior de Deus. Num continente e num país sob o peso de estruturas de morte, lutar pela vida é estar ao lado dos que são involuntária e injustamente privados de acesso aos bens materiais capazes de assegurar uma existência livre e feliz (FREI BETTO, 2001).

Seguramente, a TDL da Igreja Católica não pretende dirigir ou recrutar os movimentos sociais; mas a sua influência, quer na introdução dos seus ritos [missas de celebração das datas históricas] - uma iniciativa dos próprios movimentos sociais -, quer nas posições políticas públicas relativas aos mais diversos temas, assume um caráter eminentemente político. A própria configuração que ela adota para formar, discutir e agir com as massas é semelhante às de uma organização política, levando-a a exercer um papel, voluntariamente ou não, de direção política dos setores com os quais ela trabalha, dificultando a visibilidade dos partidos políticos que também intervêm eventualmente nos mesmos setores. Provavelmente, é precisamente essa opacidade que está realmente em jogo na dinâmica dos movimentos, que ela parece priorizar, dando a impressão de que o recrutamento e a evangelização são questões secundárias. As preocupações sobre as perdas de adeptos na Igreja ilustram a questão. Quando o censo do IBGE aponta um aumento dos “sem religião”, passando de 4,8% da população em 1991 a 7,3%, correspondendo a 12,3 milhões de pessoas, a Igreja contesta as mídias da época quando anunciam que “*o país fica menos religioso*” (Jornal do Brasil, 09/05/2002, apud Revista de Estudos da Religião, 2003). Ela mostra que em 1970, havia um padre para 7.100 habitantes e em 1990 a relação é de um para 10.100. No seio da própria Igreja a controvérsia é grande com os setores mais conservadores, acusando a perda de seus membros pela excessiva politização praticada pela TDL nos anos 1980, levando o sociólogo da Teologia da Libertação, Luiz Alberto Gómez de Souza, argumentar que, ao contrário, graças às comunidades de base⁵² foram evitadas perdas maiores (Revista de Estudos da Religião, 2003:75-80). Esse fato ilustra que, na realidade, o “recrutamento” é um dado importante, senão fundamental, e nesse aspecto,

⁵² Os anos 1980 representam o apogeu de adeptos congregando as CEBs no Brasil, chegando a 2 milhões no Brasil em 1994, representando 2% da totalidade de católicos no Brasil (PIERUCCI; PRANDI, 1996 apud DA SILVA, 2002: 28).

objetivamente, há uma concorrência com outras igrejas, em particular evangélicas, na necessidade de engrossar as suas fileiras.

Em 1991, foi realizada uma avaliação sobre as organizações de base no meio urbano brasileiro e foi constatado que a sua existência dá-se graças aos trabalhos executados pela Comunidades Eclesiais de Base do setor da TDL da Igreja Católica. Segundo Bava e Paulics (BAVA e PAULICS, 2004), o deslocamento das suas atividades em direção da reformulação das políticas públicas, é devido ao fato delas encontrarem-se isoladas e com dificuldade de articulação das suas demandas, gerando uma descaracterização do caráter político destas. Mas esta constatação não responde a origem do problema: porque encontravam-se isoladas e porque a dificuldade em articular suas reivindicações? Até que ponto a Igreja é responsável pelas insuficiências das organizações, dado o seu papel sobre as organizações e nas reivindicações urbanas. Uma das tendências da Igreja Católica, o Movimento de Renovação Carismática Católica (MRCC), afirma em 2001 que:

não é nosso papel lutar por salários mais justos, moradias e água. Os partidos e sindicatos que assumam suas responsabilidades. Nos interessamos por isso, mas essa não é nossa prioridade. Passemos alegria e não tristeza (Revista de Estudos da Religião, 2001)

Como todas as instituições presentes na sociedade, a Igreja também é permeável à influência dos interesses das classes e às pressões políticas e econômicas a que estão sujeitas; levando-a à polarizações em suas posições, nas formas de lutas e nas ações em geral no seio das suas diversas tendências, resultando em divisões reais entre as suas sensibilidades e uma multiplicação de matizes do perfil da TDL, *a fortiori* na atual ofensiva neo-liberal do capitalismo. Essa situação explica o refluxo da dedicação da TDL à vida dos movimentos sociais, em particular dos movimentos de moradia. Desse ponto de vista, a situação em que ela se encontra representa uma desaceleração da movimentação maciça desses setores, em relação às décadas precedentes.

5.3. Os migrantes e os fluxos

Porque dar um lugar especial aos migrantes de São Paulo com o mesmo peso que as mulheres e os cristãos nos movimentos de moradia? É precisamente porque, curiosamente, apesar da sua importância numérica, a ausência deste tema nas entrevistas e nos diversos estudos chama a atenção, sobretudo quando se sabe que não apenas os trabalhadores de vários países limítrofes do Brasil, mas também os que vêm das regiões mais pobres do país para trabalhar ou simplesmente viver em São Paulo, são desconsiderados, sendo objetos de comportamentos racistas ou neo-racistas por uma boa parte da população de todas as classes. Não se trata de um fenômeno brasileiro, mas geral, como o exemplo da Itália, quando os migrantes meridionais, ciganos e estrangeiros procuram trabalho no norte, gerando reações comportamentais inaceitáveis de setores da população, incitadas pela Liga do Norte, partido neo-racista, além de serem explorados e de lhes serem negados os direitos mais elementares. Mas então, porque não se fala sobre o assunto nos movimentos nem nos meios universitários de São Paulo, sendo problemas ressentidos apenas verbalmente pelos migrantes? Paradoxalmente, raça, cor da pele e etnia, é questões assumidas, discutidas, objetos de pesquisas e de tomadas de posição e, ao contrário da França, onde é considerada discriminatória a identificação dos indivíduos pela etnia e cor da pele, os dados censitários brasileiros contam com a identificação da cor [ou raça, como nomina o próprio IBGE]. Além disso, uma parte significativa do movimento negro reivindica a “discriminação positiva” em nome dos direitos civis e, por conseguinte, exigem as cotas nas diversas instituições públicas.

A configuração do Brasil do século XXI é de um país urbanizado em mais de 80%, no qual o êxodo rural decaiu consideravelmente, mas os êxodos adquirem outra natureza: as migrações entre as cidades são mais importantes do que entre os Estados, à diferença das décadas precedentes. Entre 1995 e 2000, 75% dos movimentos migratórios têm origem e destino nas áreas urbanas e somente 12,4% são rurais-urbanos, 4,8% rural-rural, 7,7% urbano-rural. A idade média da população migrante é de 27,5 anos, 66% não frequentou o ensino fundamental e São Paulo continua sendo o Estado que mais atrai

migrantes (IBGE, 2000). Embora os deslocamentos dos fluxos tenham mudado nos últimos trinta anos, as características sociais dos migrantes continuam globalmente as mesmas, com 43% sem qualquer rendimento, e uns 15% deles sem instrução, que segundo o IBGE, reflete a escolaridade da população brasileira⁵³.

As entrevistas com as quatro organizações deixam transparecer um interesse desigual, e às vezes contraditório, para com os temas ou assuntos que não concernem à moradia de maneira restrita, como a opressão sobre as mulheres ou o racismo na sociedade. O grau de interesse varia também conforme a adesão às organizações de tipo confederações nacionais, como a Central de Movimentos Populares – CMP, que reúne as diferentes organizações do movimento social ou a União dos Movimentos de Moradia – UMM.

A luta pela moradia em São Paulo, cidade “inchada” de nordestinos devido ao êxodo rural dos anos anteriores ou de migrantes de outras regiões, é povoada por protagonistas cujo papel é fundamental aos movimentos, constituindo uma outra categoria que enriquece o conteúdo das lutas: os *migrantes* chamados de modo irreverente, os *retirantes*⁵⁴. Os fluxos migratórios dos anos 1980 são distintos dos anos 1970, mas a situação permanece substancialmente a mesma para os migrantes, estigmatizados pela imagem que a elite da sociedade piramidal lhes atribui, definindo-os como danosos à comunidade, porque vêm de fora, porque são desfavorecidos, porque habitam em favelas, e vivem a dicotomia entre marginalização e cidadania. A situação dessa população pode ser comparada com a dos imigrantes na Europa, como mostra Siméant (1988:22) na *La cause des Sans Papiers*. Tanto os imigrantes provenientes das ex-colônias da Europa em geral, e da França em particular, que se estabelecem nas metrópoles européias, quanto os migrantes provenientes das regiões mais pobres que procuram viver no sudeste brasileiro, em cidades como São Paulo, provam uma situação de marginalização social e de não usufruto dos direitos fundamentais. Do mesmo modo que os primeiros são considerados inferiores pelos “nacionais”, porque “subdesenvolvidos”, “dependentes” e “ignorantes”, os últimos são vítimas do mesmo tratamento por parte de certos paulistas. Sentimentos muitas vezes exprimidos naturalmente, induzindo à idéia da sua superioridade, desmerecendo os

⁵³ Segundo o Censo do IBGE de 2000, mais de 5,2 milhões de brasileiros migraram entre 1995 e 2000. Comunicação social, Censo demográfico de 2000, n. 27, jun. 2003.

⁵⁴ Também tratados de “baianos”, pejorativamente, reduzindo os estados do nordeste ao estado da Bahia.

migrantes, talvez inconscientemente como mostram as entrevistas de Caldeira na sua Cidade de Muros: “*São Paulo é o melhor, o Sul é quase tão bom quanto, mas o Norte e Nordeste não têm jeito, como as pessoas de lá, que não sabem como economizar ou trabalhar eficientemente*” (CALDEIRA, 2. ed., 2003:71).

Esses *migrantes* constituem outra *categoria estruturante* dos movimentos pela moradia, que embora desprezados, marginalizados, ridicularizados, vistos como os párias da sociedade, eles não se constituem em comunidades reivindicativas enquanto tal, mas se integram e aderem às lutas dos diversos setores da população, assumindo, na maior parte dos casos, um papel relevante nos conflitos. Na *Espoliação Urbana*, escrito nos anos 1970, Lucio Kovarick (1993:93) explica como “*a favela é percebida como o certificado potencial de má conduta*”, constatação ainda atual, como a favela de Heliópolis, instalada na zona sudoeste de São Paulo, que é alvo de invasões policiais, de repressões e de perseguições diversas, e acolhe milhares de nordestinos como menciona a UNAS na Figura 27. Mas o que está implícito na “*má conduta*” não é a favela, mas a sua população, composta majoritariamente de nordestinos e de migrantes de outras cidades, associando-os à pobreza: sinônimo de drogas, estupros e crimes, gerando uma espécie de síndrome da violência, causando o medo generalizado em todas as camadas da população; medo este, alimentado pelas autoridades que contribuem deliberadamente para a extensão e propagação da indústria da segurança: carros blindados, cercas elétricas, proteções de toda ordem, e a introdução das multinacionais encarregadas no aprovisionamento de guardas de segurança para milionários que sentem-se ameaçados ou para outras multinacionais.

A percepção do migrante, especialmente do nordestino, nas camadas médias, pode ser ilustrada numa entrevista de um vendedor desempregado na explicação da “*fala do crime*”, na Cidade de Muros:

Dentro de São Paulo tem gente que presta e gente que não presta, a gente não pode generalizar a coisa. Agora, o que estraga geralmente o nordestino é que eles são sangue quente, às vezes eles não são nem assaltantes nem bandidos, mas se eles esquentam a cabeça, eles puxam a faca e matam [...] Mas esse negócio não tem nada a ver, não; se eu fosse assaltado toda vez por nordestino eu ia falar que tem tudo a ver, mas não é verdade. Na verdade, quem é

contra nordestino são os descendentes de europeus, de italianos. O meu cunhado fala assim: os nordestinos chegam aqui e já compram ‘raiban’, compram peixeira, arrancam os dentes e colocam dentadura ou ficam banguela. Eu acho que não são todos, você não pode generalizar uma coisa assim. [...] O meu sonho [...] é um dia ir para o norte para ajudar a melhorar o norte. Por exemplo: criar um sistema de irrigação para que eles não sofram mais o que eles sofrem, educar esse pessoal, começar por baixo, instruindo eles, mostrar o que é a vida para eles, dar cultura. [...] Não que eu seja contra eles virem para cá. Eu acho que eles vêm para cá, são tachados de burro, ignorante, matador, de tudo isso, não é? O que eles vêm fazer aqui em São Paulo, para melhorar São Paulo, eles deveriam fazer na terra deles, para melhorar lá (CALDEIRA, 2. ed., 2003:86-87).

Significativa, essa entrevista aponta várias características próprias das populações dos centros ditos “desenvolvidos” existentes no Brasil, imagem daquelas existentes também na Europa. A primeira, o sentimento de *desconfiança* do indivíduo estrangeiro vivendo na sociedade “mais avançada”, designando o nordestino como um “*sangue quente*”, que “*puxa a faca*” por qualquer coisa. A segunda, afirmando que “*quem é contra nordestino são os descendentes de europeus, de italianos*”, sem a menor consciência de um sentimento também *racista* ao acusar os imigrantes de racistas. A terceira, já mencionada, o sentimento de *superioridade* de si próprio e do seu meio, encoberto de altruísmo, pelo sonho de “*um dia ir para o norte para ajudar a melhorar o norte... para mostrar o que é a vida para eles, dar cultura*”, demonstrando desconhecimento da situação social, política e econômica da população nordestina. A quarta, julgando esta última por *imagens*, graças aos clichés propagados pela ideologia dominante que se encarrega de divulgá-la negativamente, tanto pelas aparências porque desdentadas e violentas - dado o gosto pela peixeira -, superficial porque usam “raiban”, como pela reputação de aproveitadores da riqueza de São Paulo, fundada na idéia de que a solução dos problemas do nordeste é uma simples questão de vontade. Por fim, a quinta, o sentimento de *aversão* ao migrante, preferindo que ele volte porque o que “*eles vêm fazer aqui, deveriam fazer na terra deles*”, que portanto deveria ser considerada terra do entrevistado também, pois trata-se de um mesmo país, demonstrando que para detectar o sentimento racista em relação aos migrantes não só a delimitação de fronteiras é temporal e artificial, como também a inexistência delas o é igualmente.

FIGURA 27
A FORÇA DOS MIGRANTES

A UNAS – União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco, desde o início de sua fundação no final da década de 70, trabalha na promoção da organização dos moradores de Heliópolis e também para a melhoria da qualidade de vida local, com uma diretoria eleita pelos próprios moradores, conforme estatuto social objetivando centralizar as forças distribuídas por toda a área da favela de Heliópolis e também organizar de forma expressiva o movimento dos moradores, buscando projetos e melhorias com mais qualidade e quantidade nas ações de representação e pressão popular, influenciando decisivamente nas questões relativas a políticas públicas. Ao longo de sua jornada a UNAS além de focar as suas ações na questão do direito à moradia e à infra-estrutura com qualidade, passou também a atingir outros pontos, acreditando ser essencial para a formação de um cidadão coerente, crítico, participativo e principalmente um cidadão que estará sempre em busca de seus direitos e de melhorias para o local onde vive.

Heliópolis está instalada em uma área de 1 milhão de m² e tem uma população de aproximadamente 120 mil habitantes e destes 91% são de origem nordestina e 52% estão na faixa etária entre 0 a 25 anos, é a maior favela de São Paulo e a segunda maior do Brasil e da América Latina.

Fonte: MMC.

Disponível em: http://sp.unmp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=31

Acesso em: jan 2008).

Paralelamente ao sentimento neo-racista dos próprios paulistas em relação aos brasileiros do norte ou de outras regiões, observa-se que nas lutas dos movimentos pela moradia a situação de precariedade na qual vivem os imigrantes provenientes de outros países, em particular a dos latino-americanos, não é matéria de preocupação aparente durante a gestão do PT.

5.3.1. A composição dos migrantes

Em São Paulo, os movimentos pela moradia são compostos sobretudo de trabalhadores assalariados, desempregados, camelôs ou quase *lumpens*, todos fazendo parte do proletariado, consequência do desmantelamento das indústrias metalúrgicas, das indústrias em geral e da privatização dos serviços públicos no Brasil nos anos 1990. Este proletariado não é próprio ao movimento pela moradia, mas faz parte de uma dinâmica

geral que o sistema capitalista não cessa de aprofundar. Em São Paulo, vários setores desses trabalhadores são absorvidos pelo comércio, por serviços diversos; uns tornam-se vendedores ambulantes, outros tornam-se *lumpens*, e outros ainda tornam-se “novos escravos”, super-explorados por um patronato cada vez mais voraz por poder e dinheiro. Paralelamente a este processo, os sindicatos atravessam uma fase de redirecionamento político, sofrendo as pressões do sistema, quando, por exemplo, grande parte do movimento sindical, que nos anos 1970-80 exerce um papel de pólo dinâmico na construção do movimento por moradia em São Paulo, hoje o deixa entregue à sua própria dinâmica, mais voltada para as negociações com o patronato e o governo do que para as lutas, mais para as comemorações de fachada do que para as mobilizações reivindicativas, como é o caso do 1º de maio, em São Paulo, festejado com espetáculos grandiosos, financiados em boa parte por grupos privados e onde os trabalhadores podem exercer um único papel: o de espectador.

As mudanças na composição do proletariado urbano e a mudança de atitudes do sindicato em relação ao movimento, contribuem para a sua fragilidade política enquanto componentes de um processo de transformação social, como pretendem as suas direções. A estes elementos, adicionam-se outros, igualmente com profundas implicações. Neste sentido, a classificação por categoria sócio-profissional ou de classe não é objeto deste estudo, visto que ela é implícita⁵⁵ e considerando que os *migrantes*, a que se faz referência neste estudo, fazem parte da classe operária e do proletariado em geral do Brasil. Frequentemente objetos de discriminação por parte da sociedade na qual estão condenados a se integrar, vêm-se envolvidos em pressões entre a base do movimento e a sociedade, assim como em relações conflituosas dentro do próprio movimento. Além de pesarem em diversos campos da vida urbana, como o comércio, os equipamentos sociais, os costumes culturais, a alimentação, a produção artesanal e a linguagem. Na organização social, essa população participa substancialmente do desenvolvimento do sistema capitalista pela utilização da sua força de trabalho nas indústrias, nos serviços e na construção. Globalmente, eles exercem uma influência sobre o meio onde vivem, de maneira consciente ou não. Nos movimentos, os três componentes cruzam-se entre eles – entre os migrantes há mulheres cristãs ou ateias, entre os cristãos há migrantes homens e migrantes mulheres,

⁵⁵ Ver Figura 3 no capítulo 2.

muitas vezes numa convivência algumas vezes conflituosas, mas a condição de migrante do Nordeste, a presença das mulheres e a influência dos cristãos, apresentam contradições mais ligadas a fatores de ordem material ou política, do que por razões étnicas.

5.3.2. Migrante, componente embaraçosa

No Brasil, no fim dos anos 1970, as populações urbanas eram majoritariamente de origem rural e teriam atravessado difíceis trajetórias para fugir da fome, da exploração e da repressão dos latifundiários do mundo rural. Em geral dirigiam-se para São Paulo, chegando na cidade, trabalhavam duramente a vida inteira, a maioria no setor dito “informal”, sofrendo as piores condições de saúde, sem cobertura social e sem direito à aposentadoria. Em São Paulo, essa população constitui a maioria dos integrantes do movimento pela moradia, e globalmente, a sua participação no movimento deve-se ao trabalho capilar da Igreja Católica, através das Pastorais nas favelas e nos bairros pobres. Como ilustrado acima, convencidas da inferioridade dos povos “subdesenvolvidos do nordeste”, largas camadas médias e setores da burguesia nativa de São Paulo, movidas por um sentimento de superioridade em relação às regiões mais pobres, discriminam, marginalizam e menosprezam essa população, considerando-a necessariamente desonesta, tolhendo-lhe o usufruto dos direitos humanos elementares, tais como: saúde, moradia e educação. Provenientes das cidades ou do campo, muitos desses trabalhadores são iletrados e ignorantes, instalando-se em favelas, nos canteiros das múltiplas obras de construção e/ou nas ruas, e condenados portanto à marginalidade. É uma situação semelhante àquela vivida pelos imigrantes na União Européia⁵⁶, guardando as devidas proporções. A respeito do trabalho dos estrangeiros em situação irregular, sem documentos, na França destes últimos anos, que Emmanuel Terray denuncia:

Os estrangeiros sem documentos são excluídos de toda

⁵⁶ Na França, os imigrantes, desprovidos da documentação, exigida pelas autoridades francesas, em geral provenientes das ex-colônias, trabalhando ou não, são expulsos do país e levados para seus países de origem, levando-os, quando perseguidos, muitas vezes a arriscar suas vidas.

proteção social [...] no que se refere às condições de trabalho, ao aumento do tempo da jornada diária e semanal do trabalho, [...] não recebem nenhum salário durante as férias. Enfim, as condições de higiene e de segurança são deploráveis, já que os patrões não fazem outra coisa senão seguir o princípio da economia extrema (TERRAY, 1999:16).

No Brasil, os migrantes encontram-se também sem documentação para justificar sua situação de assalariados, o que os aproxima mais ainda da situação dos imigrantes na Europa. Diante das medidas puramente repressivas e penalizantes que atingem essa população, pode-se supor que as autoridades francesas contribuem para uma política deliberada de precarização da mão-de-obra, levando à baixa vertiginosa do custo do trabalho imigrante, para em seguida, generalizar a precariedade aos trabalhadores nacionais. Uma situação semelhante ocorre no Brasil com relação aos trabalhadores nacionais, emigrados das regiões menos desenvolvidas, passando por uma situação baseada na chantagem econômica e sujeitos à perseguição por não possuírem documentos. Assim, o capitalismo muda seus personagens, mas não os métodos e os seus objetivos, situação denunciada por Kowarick no Brasil:

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socio-econômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de *sub-cidadania urbana* (KOWARICK, 2000:54).

Como todas as terras de “asilo”, graças a esses migrantes, as infra-estruturas pesadas ou leves funcionam corretamente, os arranha-céus superlotam a cidade de São Paulo acolhendo seus luxuosos escritórios, provocando admiração e seduzindo empresários e a burguesia cosmopolita.

Entre os membros do movimento, ressaltam-se certos fenômenos comportamentais de uns ou de outros ligados à condição de migrante. Um deles é o estado de *identidade camuflada* destes trabalhadores, forçados a se integrarem na vida da

megalópole, com seus hábitos, ritmos, ora levando-os a “esquecer” as origens das suas vidas de subdesenvolvidos, assimilando e integrando os traços marcantes dos habitantes da sua nova terra, talvez como medida de proteção contra a marginalização, ora freqüentando apenas outros migrantes, constituindo assim uma comunidade particular, provavelmente também com objetivo protecionista. Militantes de partidos de esquerda, pessoas da igreja ou cristãos em geral, mantêm convivência com eles, assumindo uma postura de solidariedade em relação aos seus problemas, procurando seduzi-los e recrutá-los para suas tendências políticas, através das atividades, fazendo assim, “amortecer” a percepção do racismo na sociedade, sentimento infiltrado em todas as classes sociais de São Paulo.

Um outro sentido ou percepção se dá entre os militantes: o *sentimento racista* é identificado unicamente como uma aversão aos *negros*, que por sua vez, são vítimas de discriminações importantes, fazendo com que essa identificação corrobore à compreensão da discriminação entre os indivíduos que consiste em “*confundir o social e o biológico e subordina o primeiro ao segundo*” (WIEVIORKA apud RIVERA, 2000:115). Essa compreensão implica duas consequências: uma delas é a subestimação do tratamento que recebem os migrantes brasileiros em São Paulo, a outra é institucionalização de uma hierarquia entre os trabalhadores negros e os não negros, também vítimas do racismo. *Imigrante* torna-se assim, um conceito que propicia confusões entre os militantes do movimento, de modo geral entendido como o indivíduo não nascido no Brasil, sem levar em conta que as migrações podem ser endógenas e não apenas o resultado dos fluxos migratórios entre povos de diversas nacionalidades, precisamente porque a idéia de indivíduos não nacionais está ligada ao conceito de nação, e que esta última induz à idéia de fronteiras, que por sua vez, são delimitadas artificialmente pelos homens. Os recentes recortes no interior da Iugoslávia são um dos exemplos mais significativos do século passado, quando as fronteiras se fragmentam em vários países, em virtude dos conflitos geopolíticos da região. Analisando a relação entre nacionalismo e racismo, Gallissot (2000:183-189) explica que este se inscreve ao longo do período da história da colonização e da formação das nações, das emigrações fora da Europa e das imigrações coloniais e pós-coloniais européias, chegando ao neo-racismo cultural de hoje, formando uma fronteira entre os europeus enraizados e os que nascem nesse continente, vivem nele mas são

considerados não-europeus. Assim, a descoberta das Américas, conquistas e povoamento, são desenvolvidos através da etnização-racialização, levando às últimas consequências tanto a legitimação da nobreza, justificada pelo nascimento, por consequência pelo laço sanguíneo, como a legitimação da escravidão. O século XIX não atenua a percepção do estrangeiro, do “outro”, teorizando-se a idéia das raças inferiores e superiores e propagando:

A idéia de uma causalidade biológica e a convicção que existe uma relação de determinação direta e imediata do biológico ao social, ao cultural e ao psicológico, terminam caracterizando quase todo o pensamento científico da época. Por consequência, a sensibilidade cultural se impregna da idéia de hierarquia racial, que se considera como uma evidência e um dado científico. (RIVERA et al, 2000:119):

Alguns setores no Brasil parecem não escapar dessa visão em relação aos negros e aos estrangeiros que se instalam nas aglomerações urbanas. Quanto aos índios, freqüentemente alvos de agressões, provocações ou mesmo de assassinatos, resignam-se à suas demandas de restituição dos seus territórios, cada vez mais ameaçados, e ao reconhecimento da sua cultura e da sua história, cada vez mais desprezadas.

Gohn, por sua vez, distingue os movimentos relativos ao gênero daqueles considerados como identitários e culturais:

Os movimentos de gênero [relações homens e mulheres] onde se destacam os movimentos de mulheres e os movimentos homossexuais; os movimentos dos afro-brasileiros e o movimento indígena são considerados movimentos identitários e culturais; possuem uma identidade e conferem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores étnicos e raciais. Na questão do movimento indígena, há importantes conquistas obtidas pós Constituição de 88 tais como a demarcação de suas terras, o direito de alfabetização em sua própria língua, e mais recentemente, a busca da venda de seus produtos, não em mercados alternativos, mas por preços justos e competitivos, em mercados globalizados (GOHN, 2004).

Essa constatação ilustra como os movimentos sociais têm considerado a questão do racismo e dos diversos preconceitos presentes na sociedade brasileira, explicando-os mais por razões étnicas do que sociais, econômicas, históricas e culturais. A prevalência de umas sobre as outras são determinadas por razões históricas, como por exemplo, a questão indígena. Indicativo do que tem acontecido nestes últimos vinte anos – com o aparecimento do movimento organizado, em grande parte ajudado pela Igreja Católica –, onde os índios constroem uma relação de forças, pressionando os poderes públicos, tornando suas reivindicações como fato político, levando-as até à elaboração da Constituição.

Por essas razões, a situação é diferente em relação aos imigrantes do sudeste do Brasil, uma vez que inexistia um movimento anti-racista auto-organizado. A reestruturação produtiva do capital dos anos 1990 em São Paulo transforma o perfil da população de trabalhadores da indústria em trabalhadores de serviços, multiplicando o número de trabalhadores “informais”, modificando também a trajetória dos fluxos migratórios. Os fluxos migratórios destinados a áreas urbanas cresceram uns 20%, enquanto que os fluxos rural-urbano baixaram para 29,4% e os fluxos rurais para 43,4% (IBGE, 2000), assim, os atuais migrantes da metrópole de São Paulo são majoritariamente compostos de urbanos originários do Nordeste e de Minas Gerais, explicando assim, porque a maioria dos componentes dos quatro movimentos são nordestinos, bem como suas bases. Gegê, nascido em Catolé do Rocha, no alto sertão da Paraíba, trabalhou como operário, como motorista, como trabalhador do couro, tornando-se depois sindicalista e indo morar em cortiço junto com outros migrantes; anos depois passou a participar do movimento pela moradia e estruturou o movimento Unificação das Lutas de Cortiço, do mesmo modo que Verônica, dirigente do Fórum do Cortiço, que chegando do Paraná encontra trabalho como empregada doméstica; e Jaira, do MSTC, que vem do Nordeste procurar trabalho em São Paulo. Entretanto, eles não deixam transparecer uma condição de exclusão e de marginalização em que vive a maior parte da população dos movimentos na sociedade paulista, enquanto vítimas de racismo porque são imigrantes. Em agosto de 2004, a Pastoral do Migrante de São Paulo denuncia haver perto de 120 mil indivíduos trabalhando clandestinamente como escravos nessa cidade; quando moradores de rua são assassinados no centro da capital,

vários são agredidos por racismo, por ódio aos nordestinos e por apologia aos brancos, e em setembro do mesmo ano a Folha de São Paulo escreve:

A polícia e as entidades que participam de uma força-tarefa criada para investigar os crimes já tinham recebido no domingo uma carta, no ato de repúdio aos atentados, de um grupo de intolerância identificado como Organização Branco-Européia Brasileira. O slogan da carta era ‘sangue, orgulho e honra’. *Ela atacava migrantes nordestinos e fazia apologia dos brancos.*

Seis moradores de rua morreram e nove estão internados – a maioria, em estado grave. Os feridos estão internados nos hospitais de Ermelino Matarazzo, na Santa Casa e no Hospital do Servidor Público Municipal (Folha on line, 2004).

Apesar dos protestos e manifestações do movimento pela moradia junto aos movimentos sociais os autores de tais crimes não foram descobertos, e da mesma maneira, as manifestações de racismo contra imigrantes não desapareceram. Os movimentos, por sua parte, apesar de levarem a sério esses fatos, não integram a dimensão “racista” da situação em que se encontram, preferindo analisá-los unicamente como resultado da política social e econômica das autoridades e das classes dominantes. Não são notadas as relações sociais impostas pelo sistema, submetendo-os à hierarquização, à subordinação ou mesmo à marginalização, relegando assim, a dimensão ideológica a um segundo plano⁵⁷. Trata-se de verificar se a subestimação relativa a tais ações – enquanto manifestações presentes em maior ou menor medida na sociedade –, é consciente ou é fruto da leitura diferente das relações sociais, entre as quais, os imigrantes nordestinos são um elemento embaraçoso para os paulistas, não só pela imagem que eles constroem para a sua própria história, como pela leitura da história dos nordestinos, permeada de valores estigmatizados pelos fantasmas do inconsciente coletivo. Tais valores tornam-se visíveis nos meios de militantes paulistas, nos meios populares ou da intelectualidade de São Paulo, quando se referem aos nordestinos como os “baianos”, sabendo que baiano é o originário do Estado da Bahia. Ou

⁵⁷ Rivera demonstra este fenômeno através da leitura que se fez “da guerra trágica e fratricida que houve na Iugoslávia, quando se definiu como étnico um setor da população de religião muçulmana”, do mesmo modo tratou-se do genocídio do Ruanda, como fruto de conflitos étnicos, tribais, etc. negligenciando o aspecto social e político. (RIVERA, A. 2000:97-114).

quando os definem enquanto “cabeça chata”, marcando uma característica esteticamente negativa; quando à guisa de tempero humorístico, imitam o sotaque e as entonações do nordestino, para marcar implicitamente a ignorância, a ingenuidade e a pouca inteligência dos mesmos. Definições que caracterizam uma limitação do universo, voluntariamente pressentido como culturalmente superior. Analisando precisamente o aspecto das diferenças culturais, Annamaria Ribero estuda a gênese e o desenvolvimento do conceito *cultura* sob diversos ângulos: antropológico, sociológico ou filosófico e as deformações subconsequentes devido às adaptações da idéia em função de situações diversas ou em função de exigências econômicas ou políticas. O conceito *cultura*, que antes era de domínio de círculos acadêmicos, de especialistas e de uma elite, hoje tende a modificar-se a partir de uma série de acontecimentos desta época, como o turismo de massa, que motivando o consumo do exotismo e das “diferenças”, assim como a extensão das culturas exótica, contribui para a modificação da noção de cultura. Mas Ribera desmonta os clichês do conceito definindo-o como invenção e como construção social, argumentando que:

Na realidade, as culturas são em primeiro lugar objetos intelectuais, os produtos de uma *invenção* e de uma *representação*, as do grupo que fala por ele mesmo, as do antropólogo que fala de um grupo determinado ou as do sentido comum que fala sobre *nós* e dos *outros*. Pode ser perfeitamente evidente, e mesmo legítimo, para o não-especialista identificar uma “cultura africana” ou uma “cultura oriental” e eventualmente apresentando-as em oposição a uma “cultura européia”, coisa que não tem muito sentido para o antropólogo profissional (RIVERA, 2000:74).

Segundo Rivera, reduzir os indivíduos unicamente à sua cultura, conferindo a esta quase uma segunda natureza, como fazem os neo-racistas, é uma maneira de esconder uma outra faceta do racismo:

Considerando tal ou tal cultura como uma entidade original, a-histórica, imutável, como um patrimônio ancestral dotado de uma essência, venha-se ditar um determinismo que somente em aparência não é mais biológico. Na realidade, a cultura torna-se quase, como já dizíamos uma segunda natureza, dotada da mesma

capacidade de determinação dos indivíduos e dos grupos sociais que o velho racismo biológico conferia à raça (RIVERA 2000:76-77).

Deste modo, os migrantes tornam-se atores de um fenômeno ainda não formulado nem por eles, nem por aqueles que se apresentam como seus representantes, que consiste na idéia segundo a qual são protagonistas de ações utilizando uma *outra* identidade, a dos nordestinos, que não se identifica com a “*nossa*”, a dos paulistas, seguindo inevitavelmente a mesma lógica dos defensores das diferenças étnicas. Reflexões que se deixam embalar nesse sentido e deixam perder as oportunidades de integrarem-se aos outros setores da população, uma força importante para os seus próprios movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Os vetores do processo

O rumo que toma o processo do pós-ditadura desenvolve-se com a estruturação de eixos fundamentais que vão servir de referências na trajetória da luta de classes brasileira. Entre eles, estão os fenômenos que se manifestam entre movimentos de moradia e instituições, as questões políticas que emergem das lutas e suas características estruturantes. O período analisado entre 2001-2004, permite identificar algumas pistas de retificação na dinâmica dos próprios movimentos. Entretanto, nenhuma delas resolve a questão do porquê do aumento exponencial do déficit em habitação ao longo das décadas, apesar de todos os instrumentos criados para satisfazer as demandas populares. Surge então um aparente paradoxo: a mudança do regime ditatorial para o regime democrático burguês, mesmo coberto de dispositivos favorecendo a *participação* popular, não é uma garantia em si para a superação dos déficits sociais, em particular do déficit em habitação? A esta questão, abordada indiretamente pelos movimentos, não se encontra jamais uma resposta satisfatória. A *participação*, considerada como o paradigma não somente para a solução dos problemas sociais, especialmente da moradia, mas também como meio de consolidação do processo democrático, procurando responder às limitações da democracia representativa, ao contrário do que idealizam os movimentos, transforma-se mais em um instrumento de limitação da autonomia e da independência deles em relação ao aparelho do Estado. Um dos exemplos notáveis dessa limitação é o abandono de certas formas de luta pela maioria dos movimentos, como as ocupações, recorrendo a essas, na maioria dos casos, apenas como ações simbólicas, numa conjuntura na qual a correlação de forças é relativamente favorável aos movimentos, dada a hegemonia do PT na municipalidade e no governo federal. A renúncia às formas de lutas mais determinadas, provavelmente contribuem para a perda de certas conquistas dadas como vitoriosas, como foi o caso do prédio da rua do Ouvidor, 63 - ocupado desde 1997 -, cujos moradores foram expulsos pela administrações estadual e municipal conservadoras em 2005, contrariando as disposições legais do Plano

Diretor do município de São Paulo, lei de 2002, demarcando o prédio como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁵⁸.

Nesse sentido, o aprofundamento da problemática a partir dos campos da participação institucional, da construção da correlação de forças entre as classes visando a transformação da sociedade, as lutas feministas, a influência da TDL e a importante presença dos migrantes nos movimentos, não foram suficientes para garantir as demandas dos trabalhadores. Constatase assim, que somente a mudança de um regime ditatorial para um regime democrático é insuficiente para resolver os déficits sociais do país; que as políticas públicas terminam por absorverem os movimentos, utilizando-os ou instrumentalizando-os, levando suas bases ao desinteresse e à perda de convicções; que a subestimação das dimensões relativa ao gênero, à origem e à religião nos movimentos, não impede uma evolução compartimentada das ações dos movimentos. São três vetores que norteiam o presente estudo, sem que nenhum prevaleça sobre o outro no que concerne à sua importância, mas todos estão contidos nos movimentos com maior ou menor intensidade. Além desses elementos, os problemas identificados no decorrer desses anos devem-se também a causas exógenas às dinâmicas desses componentes, já apontadas no início, mas é fundamentalmente a partir da estruturação interna deles e de suas interações que se pode eventualmente superá-los.

Em relação à utilização dos movimentos para seus programas, a municipalidade PT conserva uma atitude minimalista desde o início, seja com relação ao OP, seja em relação aos programas de redução dos déficits habitacionais, reservando uma atitude de condescendência para com os grupos dominantes, arrastando os movimentos na dinâmica da profissionalização, terceirizando-os nas missões atribuídas ao aparelho do Estado, mas sobretudo, satisfazendo os programas propostos pelos movimentos de maneira precária, porque provisória. De maneira deliberada ou não, à medida que a gestão municipal do PT vai chegando ao final, os programas vão se multiplicando, diversificando-se qualitativa e quantitativamente, hierarquizando as camadas pobres da população, dividindo-as cada vez mais e dificultando o trabalho dos movimentos. Estes, por sua vez, deixam-se embarcar

⁵⁸ Mídia independente. Despejo na rua do Ouvidor esta semana. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/04/315325.shtml> Acesso em: abril de 2005.

nessa prática, sem perceber que procedendo assim, alimentam a sua própria fragilidade. Sempre defendendo a não ingerência dos partidos nos movimentos eles não conseguem ter a distância necessária para enxergar que desde a ditadura, nunca estiveram tão submissos não apenas a um partido, mas também ao aparelho do Estado. Entretanto, no decorrer das entrevistas posteriores às eleições de 2004, alguns dirigentes não só reconhecem as limitações do PT, embora achando “*que um governo de esquerda é sempre melhor do que um de direita*”, mas também não defendem com tanto ardor a idéia da participação como a alternativa para a satisfação das suas demandas. O resultado é que as conquistas irrisórias dos movimentos em matéria de habitação [cujos resultados são ilustrados nos capítulos precedentes] não contrapesam as perdas sofridas com a chegada da municipalidade de direita que providenciam as expulsões de ocupações históricas, mesmo as regulamentadas, já estatuídas.

No decorrer desse processo, os movimentos servem de *alavancas* para a concepção dos programas municipais, terceirizados mas não remunerados; de *legitimação* do funcionamento participativo, proposto pelo PT, traduzido na integração progressiva dos movimentos no aparelho do Estado, reservando o destino da gestão municipal a uma vitrine democrática; de *contraforte* protetor de eventuais transbordamentos das lutas sociais, freando e limitando a potencialidade de auto-organização das massas, da sua autonomia para decidir seu próprio destino. Contudo, como os movimentos poderiam obter mais vitórias, mesmo em meio a uma conjuntura refratária à inversão das relações de forças entre as classes?

Quanto ao problema do *turn over* das bases nos movimentos, pode-se apontar em primeiro lugar, as reformas federais do governo PT, mencionadas nos capítulos precedentes, que não satisfazem completamente as reivindicações dos movimentos. As tímidas medidas vão provocar então, decepção de uma parte dos trabalhadores, entre os quais largo setor das camadas médio termina sensibilizado pela ofensiva do patronato e dos partidos da direita [em São Paulo o candidato concorrente do PT às eleições para prefeito obtem 54,86% em 2004 e em 2006, o resultado do segundo turno para eleger Lula para presidente foi um dos mais fracos do país]. Em seguida, a trajetória do partido nas esferas

local ou nacional, cujo percurso é movido muito mais pelo interesse em ganhar as eleições do que em superar os déficits sociais. Por último, as relações entre o partido e os movimentos que terminam numa situação de concorrência entre sensibilidades internas no partido pela hegemonia de cada movimento, sempre com o objetivo de ganhar ou de perenizar seus mandatos, passando pelas cooptações, entre outras práticas, como formas de aprofundamento dessas relações, levando os próprios militantes a repensarem “*os significados do agir político na vida democrática hoje*”, explicitado por Cavalcanti (2006:55) na sua tese de pós-graduação em sociologia. Esses elementos acarretam prejuízos para os próprios movimentos. O primeiro diz respeito à relação entre militantes do partido e militantes do movimento, que aparece mais como uma simbiose na qual os primeiros devem fazer os últimos aceitarem as decisões tomadas no partido, tarefa legítima por excelência, mas desprovida de transparência visto que o seu papel de corrente de transmissão do partido é negado, disfarçado ou escondido. Esta prática conduz à desmobilização de certas organizações que preferem manter as suas bases na *expectativa* das decisões dos aparelhos, sem fazê-las exercer realmente seu poder de deliberação, dada a “*transferência do espaço de elaboração das estratégias e táticas de ação, que passaram a ser orientadas de fora, vindas dos partidos*” (Ibid, 2006:54); em seguida, provoca a *desconfiança* das massas nos partidos políticos, visto que não participando das elaborações de propostas, vêm-se amputadas do seu papel de atrizes do processo. Essa prática também alimenta o movimento da *ilusão* de que o partido está velando por ele, deixando-o com a esperança da resolução das suas demandas, atenuando o seu papel enquanto pressão social pesando nas orientações do partido. Por último, essas práticas influem não só nas orientações dos movimentos, adequando-as às posições do partido, mas também às *formas de lutas* que eles passam a adotar, amenizando-as, quer para proteger seus militantes, quer para não contrariar o partido no governo, cujo interesse é de manter a paz social.

Quanto aos componentes relativos ao gênero, às crenças e a origem dos indivíduos, os movimentos não os assumem nas suas lutas, integrando-os nas suas elaborações, nas suas táticas de intervenção junto à população, como se deixassem essa missão aos “especialistas”. Aparentemente, são temas mantidos na periferia das suas

reivindicações prioritárias: a luta pela moradia, contra o latifúndio urbano, pela participação das políticas públicas, embora valorizando também as questões relativas ao trabalho, à saúde e à educação.

Em relação ao gênero, os movimentos consagram um discurso implícito ou superficial a respeito da opressão das mulheres, o feminismo aparece incompreendido pelo conjunto das bases e a homossexualidade revela-se um tabu. As distribuições das tarefas nas atividades ainda obedecem aos tradicionais critérios da divisão sexual do trabalho, e mesmo quando o equilíbrio entre os gêneros é mantido, surgem as imprescindíveis reflexões sobre a “igualdade dos sexos” privando de naturalidade a justeza da repartição. No Brasil, as elaborações e ações das feministas destas últimas décadas têm pesado sobretudo na viabilidade de emancipação da mulher, mas pouco sobre o direito de dispor do seu corpo, quer em relação à reprodução, quer em relação à sexualidade, ao sexo e ao gênero; pouco também sobre a experiência das mulheres na vida do casal, em casa, como mães, como trabalhadoras ou como colegas; todas essas questões ainda consideradas “privadas”, mas profundamente sociais, porque comuns à todas as mulheres. De certo modo, nos movimentos, o confinamento dessas questões no plano do privado, contribui para manter a alienação feminina dos seus direitos e da sua libertação da sociedade patriarcal, mesmo se, muitas vezes, as suas mulheres tomam consciência da sua condição de maneira empírica, espontânea, porém frágil. Entre as experiências observadas, chama a atenção o que Del Rio, advogado do MSTC, comenta orgulhoso sobre o caráter coletivo do trabalho perante o governo das *“20 ou 30 mulheres do movimento que estão lá”* (DEL RIO, 2005), que mesmo sem integrar o feminismo na sua intervenção, sempre disponíveis, as “meninas” trabalham mais com o espírito de solidariedade entre seus membros do que com a luta pela dominação da relação de forças. Ao contrário do que argumentam muitos responsáveis, o fato de entregar a utilização dos temas próprios ao feminismo ao movimento feminista, não os integrando na dinâmica dos outros movimentos, não tem outro efeito senão o de separar os temas, de dividir os trabalhadores, reforçando assim a dominação das elites sobre a sociedade.

Quanto à influência política da igreja da TDL sobre os movimentos é mais de ordem tática, de tomadas de posição, sem querer necessariamente transformá-los em “suas” organizações, de acordo com o que escreve Frei Betto em 2001, a propósito do MST, da igreja e dos movimentos sociais. A contribuição da Igreja nos movimentos sociais, no aparelho do Estado, nas instituições em geral, que sempre tiveram a TDL, diferente das épocas precedentes, além de assumir posições a favor dos explorados, também vão agir com eles. Talvez seja por essas razões que os movimentos, e a esquerda em geral, negligenciem a discussão sobre o papel da Igreja nas suas estruturas. Do mesmo modo, o que acontece com relação aos partidos políticos, acontece também com a presença da Igreja nos movimentos: a sua presença é subentendida e não assumida enquanto tal no cotidiano, entretanto, nas grandes manifestações sociais da cidade, a catedral é sempre uma referência. A compreensão do papel dos partidos nos movimentos é negativa, dado o receio da manipulação dos parlamentares, mas também por uma percepção mais geral de que os partidos fazem *política* mais para administrar governos, para assumir o poder, do que para trabalhar com as massas, para transformar a sociedade. O papel dos partidos políticos reduz-se então à sua atuação institucional. Nesse sentido, a ausência do partido e da Igreja TDL nos movimentos, limita-se a uma formalidade na medida em que recorrem a diversos instrumentos, favorecendo a intervenção de uns e de outros para o recrutamento ou para a adesão de novos adeptos às suas tomadas de posição, aos votos no momento das eleições ou às suas crenças religiosas, quando investem esforços nos movimentos.

Como as questões feministas, a questão relativa aos comportamentos racistas dirigidos aos migrantes, estrangeiros ou nacionais, é inteiramente ausente do rosário de problemas expostos pelos movimentos, entregando-as assim aos especialistas, e o mais interessante, o racismo é praticamente identificado somente contra os negros. A Igreja faz um trabalho específico com os trabalhadores imigrantes latino americanos que se encontram sem documentação, vivendo ilegalmente diante das autoridades, mas sem procurar integrá-los aos demais movimentos. Estes, por sua vez, também não buscam novos aderentes nesses meios. Quanto aos migrantes de outras regiões ou de outras cidades brasileiras, eles representam uma força numérica importante e desde os anos 1970 que tem

sido canalizada nas lutas operárias levando-os aos sindicatos, para em seguida, integrarem-se nos outros movimentos. Além de sofrerem com a exploração econômica, também são vítimas dos preconceitos neo-racistas de certos paulistas e, contrariamente aos negros e aos índios, os migrantes não se auto-organizam enquanto tal. A questão do tratamento que recebem os migrantes brasileiros no sudeste, mas sobretudo em São Paulo, é omissa nas discussões e nas entrevistas, mesmo se em conversações pessoais, nordestinos ou mineiros “confessam” que são alvo de ridicularizações e que sofrem com o comportamento de colegas de trabalho que procuram diminuir suas qualidades, além de indivíduos que os imitam para expô-los aos risos dos presentes. Os comportamentos dos nativos paulistas sobre os migrantes brasileiros causam efeitos comparáveis aos dos neo-racistas europeus em relação aos imigrantes africanos, asiáticos ou outros; entretanto, os movimentos não se apropriam dessa situação para denunciar e corrigi-los.

2. As relações entre as partes

A incapacidade de integrar as problemáticas sociais nas lutas específicas pelos direitos fundamentais não é própria dos movimentos brasileiros, muito menos dos de São Paulo, como também acontece na Europa. Em relação ao gênero, há uma razão substancialmente política que entrava a transversalidade do feminismo nos movimentos e que é levada por aqueles que receiam a introdução de temas que possam levar inevitavelmente à divisão dos “seus” movimentos, justamente porque se trata de medir as relações de forças.

Sobre a questão das crenças, mesmo se não discutida abertamente nos movimentos, nem fazendo parte das pautas das reuniões, alguns movimentos celebram missas em certas ocupações e o 1º de maio proposto pelos movimentos e organizações políticas divergem na comemoração do Dia do Trabalho na avenida Paulista, essencialmente comercial, evento promovido pela CUT, em 2004. Eles resolveram festejá-lo com uma missa na histórica Catedral da Sé, com a participação de vários sindicatos operários, e com universitários e artesãos, além de vários movimentos de moradia, do MST,

de partidos da extrema esquerda, culminando com uma passeata pelo centro em seguida. O panfleto de divulgação resume as reivindicações do ato: redução da jornada de trabalho sem redução de salário; habitação e reforma agrária já; não às reformas trabalhistas e universitárias e por uma universidade gratuita; retirada da ALCA; não ao envio de soldados brasileiros ao Haiti; ruptura com o FMI e não pagamento da dívida externa; não à independência do Banco Central; etc. Esse ato faz a demonstração da transformação da natureza ideológica não só da CUT, mas também do PT. Somente o MSTC assinou, enquanto organização de moradia, enquanto as outras deixaram implícita a idéia que participam indiretamente através daquelas nacionais, como a CMP, ou do estado, como o MMC.

Como os migrantes brasileiros, os imigrantes latinos americanos presentes em São Paulo também não se auto-organizam enquanto tal, provavelmente pela falta de tradição de lutas anti-racistas com relação aos estrangeiros ou aos brancos pobres no Brasil, apesar de ambos ressentirem de um sentimento de rejeição dos nativos contra eles. Ambos são trabalhadores fugindo das crises ou do desemprego nas várias regiões do Brasil, do Chile, da Bolívia, do Peru. A presença deles na participação das lutas operárias e dos movimentos sociais não assegura a discussão sobre seus problemas específicos, e muito menos trava uma batalha contra o racismo. A ausência de seus problemas no texto de apresentação e nas reivindicações do 1º de maio alternativo, é emblemática, provavelmente porque não constituíram ainda uma força organizada naquele ano. Assim, mesmo com o trabalho da Igreja dirigido a este setor, o 1º de Maio aparece como comemoração de brasileiros, para brasileiros. A obstinação de considerar apenas os migrantes brasileiros como vítimas da exploração econômica e social do sistema, implica a exclusão da globalidade das características dos trabalhadores que se instalam nos centros mais desenvolvidos do país.

A exigência de participação como instrumento de superação dos déficits em habitação em São Paulo, mas também no resto do Brasil, é um dos elementos que caracterizam os movimentos sociais, com o parco resultado analisado precedentemente. O outro é a sua compartimentação em relação aos outros movimentos sociais, levando-os a contar sobretudo com a sua força numérica como contrapartida às exigências das

autoridades. Ao contrário dos assalariados, que podem recorrer às greves da produção ou do trabalho, eles contam somente com as tradicionais demonstrações de força através das mobilizações ou das ações de ocupação, a persuasão do diálogo ou ainda das negociações, em geral em seu detrimento. Confinados na propagação legítima das reivindicações, resignam-se a oferecer às suas bases a luta e a esperança de obter moradia.

Dois fatores portanto parecem ser negligenciados nas suas trajetórias: uma é o caráter coletivo das organizações, outra a transversalidade dos problemas nas suas lutas, aparentemente sem vínculos uns com os outros. O primeiro, no sentido de buscar o reconhecimento da sociedade pelo trabalho coletivo do movimento, levando as autoridades a reconhecê-los coletivamente e não somente seus líderes, o que implica uma mudança radical de comportamento entre militantes e nas relações com os partidos políticos. Nesse sentido, a experiência de Oaxaca no México é rica em ensinamentos⁵⁹, justamente porque assumida pelo conjunto da sociedade, quando a atividade coletiva possibilita a polivalência dos militantes, o aprendizado da construção, da organização, e da elaboração das atividades gerais do movimento, acabam minimizando o caráter insubstituível dos tradicionais dirigentes, coordenadores, presidentes ou porta-vozes, oferecendo maior liberdade aos que decidem sair do movimento, sem penalizar os que ficam, pois estes acumulam o *savoir faire* adquirido com as experiências passadas, liberando-os das relações de dependência dos seus “líderes”. O outro elemento é a integração dos problemas gerais da sociedade nas suas lutas, passando pelo desemprego, pelo racismo, pelo machismo, e pelas condições precárias em que vivem. Nesse sentido, o MST tem acumulado uma sucessão de experiências de auto-gestão nos acampamentos. Paradoxalmente, são os próprios militantes que explicam “*sem trabalho não se pode ter casa, sem habitação criança não vai pra escola, sem os dois a gente fica sem saúde...*”

⁵⁹ Disponível em: , http://paris.indymedia.org/article.php3?id_article=85313 Acesso em: set. 2007.

3. E se a solução não for a urbe?

Qual será então o fio condutor que leva os três vetores a unificar todos os problemas suportados pelos trabalhadores, unificando-os também? De que maneira pode-se reencontrar os clãs de solidariedade dos anos 1970-1980, quando as fábricas e locais de trabalho são a sede unificante dos conflitos contra a ditadura e pela transformação da sociedade? Hoje, o tipo do governo, a sua organização, o papel dos cidadãos que a compõem, preocupam o maior número de pessoas, deixando de ser uma questão reservada às elites: o funcionamento da democracia. O lançamento do OP aparece como uma pista aos estudiosos do assunto, embora reconhecendo seus limites, como Avritzer (s.d.); outros propondo dispositivos que permitem a representação dos cidadãos na sua diversidade através do sorteio como Sintomer (2007), além de outras contribuições importantes. O fato é que não tem havido modelos alternativos de governo à democracia representativa nas suas distintas variantes, deixando a questão do *poder* e da sua *natureza* como elementos incontornáveis nessa discussão. O primeiro, precisamente para evitar o que Gaxie (2003:150) aponta como “*uma relação de dominação que se constitui na troca e uma troca desigual fundada na dominação*”; e o segundo, para definir para quem [para que classe], com quais objetivos se deve governar, objetivos cada vez mais abrangentes, graças a uma conjuntura na qual aos problemas gerais dos trabalhadores, juntam-se os problemas do meio ambiente e do planeta. O Brasil é um exemplo significativo de que a mudança do regime, a abertura dos espaços institucionais às classes trabalhadoras, a existência de uma Constituição mais progressista, a liberdade de expressão e de associação, a representatividade dos cidadãos garantida pela proporcionalidade absoluta nas eleições, enfim, nada disso tem garantido a erradicação dos problemas elementares do proletariado – trabalho, educação, saúde, moradia e os demais direitos e serviços. Ao contrário, as planificações macro-econômicas dessas décadas no Brasil têm incidido definitivamente na organização espacial do país, provocando a desertificação das zonas rurais, transformando-as em zonas agrícolas urbanizadas, transformando as cidades mais em sedes de controle seletivo e hierarquizado dos cidadãos do que espaços vividos por e para eles. O funcionamento e as funções da urbe na história da humanidade é permeada de contradições

e de desigualdades no seu papel enquanto referência das classes dominantes (WEBER, 1982). Mas o traço marcante das elites deste período é o consenso generalizado pela livre circulação do mercado e a restrição *draconiana* da circulação dos povos. A tendência à concentração urbana desses últimos séculos tem levado, sobretudo os países dependentes como o Brasil, ao fantástico desperdício das potencialidades dos seres humanos, empurrando-os às cidades, incitando-os às especulações, sacrificando não apenas o seu patrimônio, mas sobretudo o desenvolvimento social e político das populações das cidades, ao mesmo tempo que devasta seu mundo rural, destruindo as riquezas naturais do país, à espera do surgimento de uma outra tendência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Engendrando um *Novo Feminismo*: mulheres líderes de base. Brasília: UNESCO. 1998.

ANTUNES, Ricardo (Org.). A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da *liofilização organizacional*: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A.Moraes (Org.). *Idéias*: o avesso do trabalho. Ano 9 (2) – 10 (1). São Paulo: Unicamp. 2003. p. 13-24.

ARIENTE et al. A Política Habitacional da Cidade de São Paulo: o papel da participação popular. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. In: *A questão social no novo milênio*. 2004. p. 1-19.

ARNAUD Pascal. *La dette du tiers monde*. Paris: La découverte, 1984. 126 p.

AVRITZER, Leonardo. *Comparando instituições participativas no Brasil*. Apresentação Power Point. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

AVRITZER, Leonardo. *O orçamento participativo e a teoria democrática*: um balanço crítico. 2006. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

BAVA, Sílvio Caccia. *A Participação cidadã como estratégia de governo*. São Paulo: Instituto Polis. 2002. Acessível em <www.polis.org.br/publicações/artigos/pcegsab.html>. Acesso em: ago. 2004.

CACCIA BAVA, Sílvio. PAULICS, Veronika. Polis. *Uma trajetória em busca do conhecimento e da afirmação da cidadania*. Set. 2003. Acessível em:

<http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/saopauloemperspectiva.html>

Acesso em: Dez. 2004.

BETTO, Frei. *MST, Igreja e movimentos sociais*. 2001. Disponível em: <http://alainet.org/active/show_text.php3?key=1598>

BIDOU-ZACHARIASEN Catherine (org.). *De volta à cidade*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006. 293 p.

BISILLIAT, Jeanne. (Org.) *Femmes du Sud*, chefs de famille. Paris: Karthala, 1996.

BISILLIAT, Jeanne. *La construction populaire au Brésil: une expérience em São Paulo*. Paris: Karthala, 1995.

BISILLIAT, Jeanne. *Les femmes dans les sociétés du Sud*, la cassure du savoir, Université Paris I, 1996. Thèse de doctorat, IEDESS.

BOFF, Clodovis. *A Teologia da libertação e a crise da nossa época*. Disponível em : <http://www.sjsocial.org/relat/196.htm>. Acesso em: ago. 2004.

BOFF, Clodovis. *Théorie et pratique*. La méthode des théologies de la libération. Paris: Les éditions du Cerf. 1990. 404 p.

BOFF, Leonardo. *De l'exercice du pouvoir*. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/>>. Acesso em: ago. 2004.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*. 2 ed. Rio de Janeiro, Codecri. 1981, apud MONTE, Maise de Carvalho Gomes. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/maise/teologia.html> Acesso em: dez 2004.

BOMFIM, Valéria Cusinato. *Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana*. 2004. 132 f. Dissertação (Mestre) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Mestre em Engenharia. São Paulo, 2007.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História*, a incrível saga de um país. São Paulo: Atica, 2003. 447 p.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Desenvolvimento Urbano*. Acessível em https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/caixacidade/gestao_urbana.asp. Acesso em: ago. 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*, crime segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2003. 399 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Estatuto da Cidade*. Brasília: 2001. 274 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *São Paulo, plano diretor estratégico*. Cartilha de formação. São Paulo, 2002.

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidigal, *Uma Concessão ao Passado*. Trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006. 148 p.

CENTRO POLIS. Dossiê do Forum Centro Vivo de São Paulo. 2005-2006. São Paulo: FCV. Versão preliminar.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS e MEMORIA POPULAR. In MONTE, M. De C., *Comissão de Justiça e Paz*. Acessível: <http://www.dhnet.org.br/w3/maise/teologia.html>. Acesso em: ago. 2004.

CGGDH. *Relatório financeiro e de atividades*. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. São Paulo, 1998.

CHARÃO, Cristina et al. Gastos da prefeitura de São Paulo é o menor em 10 anos. In: *Reportersocial*. Acessível em: <http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=605&ed=Teto>. Acesso em: dez. 2007.

DA COSTA, Hélio. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidade e rupturas. In: AARÃO REIS, Daniel FERREIRA, Jorge (Org.). *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 505-540.

D'ARC Hélène Rivière. *Territoires urbains et société dans la globalisation*. Disponel em: <http://strates.revues.org/document616.html>; Acesso em: 18 jan. 2008.

DA SILVA, Ana Amélia. *Religião e razão comunicativa: as comunidades eclesiais de base no contexto da redemocratização*. 2002. 145 P. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 2002.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. 270 p.

dos SANTOS, André Luiz Teixeira et al. (Org.). *Laboratório de Projeto, integrado e participativo para requalificação de cortiço*. São Paulo: FAUUSP, São Paulo, 2002. 210 p.

DURAN, Sérgio. Prédio do Hotel São Paulo será desapropriado para abrigar sem-teto. *Folha de S.Paulo*, 22/08/2002:

ENGELS, Fr. *Contribución al problema de la vivienda*. 2. ed. Moscou: Ediciones en lenguas extranjeras, traduction de la deuxième édition publiée en 1887. 120 p.

ENGELS, Fr. *La situation des classes laborieuses en Angleterre*. Tradução Bracke e Berthaud. Paris: A. Costes, 1933. Vol I, 229 p. Vol II 283 p.

EUCLIDES, A. “Eixos de luta e a central de movimentos populares.” Curitiba: Revista de Cultura Vozes, a. 85, v. 85, n. 6, p. 670, nov./dec. 1991. Site da União dos movimentos da moradia de S. Paulo. Disponível em <www.umm.sp.br>. Disponível: 2004. Acesso em: ago. 2004

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FERNANDES, R.C. *Teologia da libertação*. Disponível em : <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/religiao/apresenta/apresent.htm>. Disponível: 2004. Acesso em: ago. 2004

FERNANDES, Rubem César. *Pouco padre, pouca missa e muita festa* disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/religiao/apresenta/apresent.htm>. Disponível: 2004. Acesso em: Ago 2004

FERREIRA, Francisco W. Reforma política e cidadania. In: *Reforma, Política et Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 182-200.

FERREIRA, João Sette W. Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. In: *Conferência das Cidades*, 2003. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/> Acesso em: abr. 2004.

FERREIRA, João Sette W. Concursos públicos, negócios privados. *Correio da Cidadania*, São Paulo, n. 310, 24-31 ago. 2002.

FERREIRA, João Sette W. Gestão democrática e ar: caminho para cidades socialmente justas? *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 17-24, set/out 2003.

FERREIRA, João Sette W. *São Paulo, o mito da cidade global*. 2003. 336 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em: <www.usp.br/fau>. Acesso em: dez. 2004.

FIUZA, B. e MERLINO, T. A dura batalha pelo direito à moradia. *Brasil de Fato*, S. Paulo, nov. 2003.

FOLHA de S. Paulo, *Folha Cotidiano*, p. 1, 20 abr. 2004. C1-C4.

FORUM CENTRO VIVO. *Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo*, Dossier do Forum Centro Vivo, São Paulo, 2005-2006. Acessível em : <http://www.polis.org.br/>. Acesso em: dez. 2006.

FREI BETTO. *MST, Igreja e Movimentos Sociais*. 2001. Disponível em: http://alainet.org/active/show_text.php3?key=1598. Acesso em: dez. 2004.

GALLISSOT René; KILANI, Mondher; RIVERA, Annamaria. *L'imbroglia ethnique*, en quatorze mots clés. Lausanne: Ed. Payot. 2000. 294 p.

GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. 4. ed. Paris: Montchrestien, 2003. 160 p.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003. 143 p.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil*. Disponível em: <<http://www.universiabrasil.net/materia.jsp?materia=3250>>. Acesso em: 2 abr. 2004.

GUTIERREZ, Gustavo. *La force historique des pauvres*. Tradução Claude Geffré. Paris: Ed. Du Cerf. 1999. 240 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras. 2004. 208 p.

HIRSCHMANN, Albert O. *Défection et prise de parole*. Paris: Fayard, 1995. 214 p.

IBGE. *Censo Demográfico do Brasil*. S.L. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censos Demográficos*. Taxa de crescimento geométrico anual, 2000.

INSTITUTO CIDADANIA. São Paulo, *Projeto moradia*. 2. ed. São Paulo: IC. 2002. 111 p.

INVAMOTO, Denise. *Habitação no centro de São Paulo: segregação socioeconômico-espacial*. USP, Monografia outubro de 2000. Disponível em : <www.usp.br/fau>. Acesso em: ago 2004.

KATZ, Claudio. *La democracia socialista del siglo XXI*. Acessível em: www.socialismo-o-barbarie.org/teoria_de_la_revolucion/070610_lademocraciasocialistadelsiglo21.htm. Acesso em: 8 jun. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: GODINHO, T.; EMILIO, M.; NOBRE, M. (Org.). *Desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo, PMSP, 2003, p. 55-63.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 204 p.

KOWARICK, Lucio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed 34. 2000. 143 p.

KOWARICK, Lúcio et al (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1994. 316 p.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa História recente *Espaços e Debates*. S. Paulo, n. 40.

LÖWY, Michael. *La guerre des dieux*. Quetigny: Félin, 1998. 222 p.

MACHADO, João. Pour une réorientation à gauche, après neuf moi du gouvernement Lula. *Inprecor*, Paris, n. 485/486, p 17-23, sept-oct 2003.

MACHADO, João. Les mouvements populaires et la gauche face au second gouvernement Lula. *Inprecor*, Paris, n. 528/529, p. 46-51, juin-juillet 2007.

MACHADO, Vitor Barletta. *Agentes Religiosos*, motivação política. A influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no Estado de São Paulo. 2003. 180 p. Dissertação (Mestre) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo, 2003.

MANCE, Euclides André. Eixos de Luta e a central de Movimentos Populares. Curitiba: *Revista de Cultura Vozes*. N. 6, Ano 85 - volume 85 – nov/dez 1991, p. 645-671. Disponível em : <http://www.milenio.com.br/mance/eixos.htm> Acesso em: 15 fev. 2007.

MARICATO, E. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 204 p.

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João Sette W. Estatuto da Cidade : essa lei vai pegar ? *Correio da Cidadania*, São Paulo, n. 252, 7 -14 jul. 2001.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *Metrópole na periferia do capitalismo*. S. Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em: www.usp.br/fau Acesso em: abr. 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) *apud Núcleo de Economia Alternativa*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MOYSÉS Rodrigues, Arlete. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. 71 p.

MOYSÉS, Arlete. Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade. in *Revista Cidades – Grupo de Estudos Urbanos – Volume 2 – número 3*: p.89-110 – Presidente Prudente: Janeiro a junho de 2005.

MSTC. Por um Programa habitacional para os trabalhadores sem-teto da cidade de São Paulo. *MSTC*. São Paulo, 2003.

NEVEU, Eric. *Sociologie des mouvements sociaux*. 3. ed. Paris: La Découverte, 2002. 125 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualística*. São Paulo: Boi Tempo, 1ª reimpressão. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia; REZEK, Cibele Saliba. Orçamento participativo, uma invenção política. In: *Reforma, Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 120-133;

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT faz história*. São Paulo, 2001.

PCdoB. Elevar o patamar da atuação dos comunistas no movimento comunitário e preparar nossa atuação no Congresso da Conam. São Paulo, 19

de março 2002. Acessível em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/secretarias/secrmpps01.asp>. Acesso em: 8 jun. 2007.

PEREIRA FILHO, Jorge. OAB exige auditoria da dívida externa. *Brasil de Fato*. 21 abr. 2004.

PEREIRA FILHO, Jorge; JARDIM, Claudia. Brasil assina novo acordo com FMI. *Brasil de Fato*. 6-12 nov. 2004.

PERRIN, Jacques. *Les transferts de technologie*. Paris: La découverte/Maspero, 1983. 118 p.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1996 apud DA SILVA, Ana Amélia. *Religião e razão comunicativa: as comunidades eclesiais de base no contexto da redemocratização*. 2002. 145 P. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 2002.

PRADO JR ,Caio. *História econômica do Brasil*. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 364 p.

QUARTA FASE DA DIOCESE : de 1994 até 1998. Disponvel em: http://www.arquidiocese-sp.org.br/cpub/pt/Historia/Historia_4a_fase.php. Acesso em: abr. 2004.

REVISTA DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. *As religiões no Brasil segundo o Censo de 2000*. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv2_2003/p_antoni.pdf. Acesso em: abr. 2005.

REVISTA DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Nº 3/2001. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv3_2001/p_fernan.pdf89 Acesso em: abr. 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. 476 p.

RICCI, Rudá. *Movimentos sociais rurais dos anos 1990* s.d. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/ricci/ricci.doc>>. Acesso em: dez. 2004.

RICCI, Rudá. *Do orçamento participativo à reforma do Estado*. s.d. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/ricci/ricci.doc>>. Acesso em: dez. 2004.

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In AARÃO Daniel; GASPARI, Elio et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Ed Perseu Abramo. 1997. p. 11-30/

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1995. 329 p.

SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. São Paulo : 1987.

SÃO PAULO. Câmara Municipal de. *Habitação na área central*. S. Paulo, 2001.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal coordenadoria Especial da Mulher. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, 2003. 149 p.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Guia do orçamento participativo 2004*. São Paulo, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Habitasampa*, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Orçamento participativo 2004*. Regimento interno. São Paulo, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Plano de Obras e Serviços do Orçamento Participativo*. São Paulo, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Plano Diretor Estratégico*. São Paulo: Câmara Municipal, 2002.

SAULE Jr, Nelson. *Observatório da habitação da cidade de São Paulo como instrumento de controle social*. Documento de projeto. Santiago: Cepal, Nações Unidas, 2005.

SILVA, Helena Menna Barreto. *Habitação no centro de S. Paulo: como viabilizar essa idéia*. São Paulo: LABHAB/FAU/USP, 2000.

SIMÉANT, Johanna. *La cause des sans-papiers*. Paris: Presses de Sciences Po, Mayenne, 1998.

SINTOMER, Yves et GRET Marion. *Porto Alegre, l'espoir d'une autre démocratie*. Paris: La Découverte, 2002. 135 p.

SINTOMER, Yves. *Le pouvoir au peuple*. Paris : La Découverte. 2007. 177 p.

SOUZA, M. A. de; SANTOS, Milton (Coord.). Produção e apropriação do espaço metropolitano: a avenida Paulista em São Paulo. In: *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p.135-149.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *São Paulo, Ville mondiale et urbanisme français sous les tropiques*. Paris: L'Harmattan, 1998.

SPOSATI, Aldaíza et al (Org.). *Mapa de Exclusão/Inclusão da cidade de São Paulo*. Dinâmica social dos anos 1990. São Paulo: PUC, 2000. 43 p.

SUPLICY, Marta. São Paulo: uma metrópole voltada para o mundo especial 20 anos. União de Cidades Capitais Ibero-Americanas. *UCCI*. s.d. Disponível em: <<http://www.munimadrid.es/Principal/ayuntamiento/ServMuni/internacional/ucci/revista/revista24/saopaulo.pdf+sub+prefeituras+sao+ paulo&hl=fr>>.

TELLES, Vera da Silva et al. . Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. KOVARICK, L. (Org.). In: *As lutas sociais e a cidade*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 217-249.

TEIXEIRA Marilane; GODINHO, Tatau. Emprego e cidadania ativa para as mulheres. In: GODINHO, T.; EMILIO, M.; NOBRE, M. (Org.). *Desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo, PMSP, 2003, p. 101-108.

TERRAY, Emmanuel et al. *Sans-papiers: l'archaïsme fatal*. Paris: La Découverte sur le Vif, 1999. 124 p.

TOUSSAINT, Eric. *La bourse ou la vie*, la finance contre les peuples. Bruxelles: Syllepse, 1998. 396 p.

UNFPA. Fonds des Nations Unies pour les populations. ONU. 2006.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Desigualdades brasileiras: pobreza, inclusão e exclusão sociais em São Paulo*. Acessível em: <<http://www.brown.edu/Departments/Sociology/faculty/silver/sirs/papers/vera-s-french.pdf>> Acesso em: abr. 2005.

VIANA, Natalia. Após, 50 dias na prisão, Gegê é solto. *Caros Amigos*. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/novas_corpo_ci.asp?not=547. Acesso em: 26 mai 2004.

VIANA, Nilton. O governo do presidente Lula revelou-se. *Brasil de Fato*, São Paulo, 1-8 jan. 2004. p. 4.

VIANA, Nilton. O governo do presidente Lula revelou-se. *Brasil de Fato*, 1-7 jan. 2004.

VILLAÇA, F. *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. S. Paulo: Unesp/Cedesp, 1999.

WEBER, Max. *La ville*. Tradução Philippe Fritsch. Paris: Aubier Montaigne, 1982. 218 p.

CD

INSTITUTO DE PESQUISAS PÚBLICAS FLORESTAN FERNANDES, São Paulo. *Dinâmicas e transformações*, 2000.

PMSP, O Orçamento participativo em São Paulo. São Paulo. 2004.

SÃO PAULO. *Perfil dos participantes das plenárias do orçamento participativo*, 2002.

SPOSATI, Aldaíza; KOGA, Dirce; AKERMANN, Marco. *Mapa de exclusão/inclusão de São Paulo*. PUC/SP, 2000.

BIBLIOGRAFIA

AMMAR Forato Silvia; RIBEIRO, Wagner COSTA. *Habitação em S. Paulo e financiamento externo*. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(097\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(097).htm)> Acesso em:

ANTUNES, R. *Los sentidos del trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2005, 214 p.

ANTUNES, Ricardo. *¿Adiós al Trabajo?* (Ensayo sobre las Metamorfosis y la Centralidad del Mundo del Trabajo). Argentina: Antídoto, Coleção Herramienta, 1999.

ARENDT, Hannah. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Le Seuil, 1995. 195 p.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais* S. Paulo: USP. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vdlettras3/vitoria.htm>>.

BLOND Tatiana. *Requisitions de logements : comment concilier l'urgence et l'insertion ?* Paris: Université Paris VIII, St. Denis, 1997. [Mémoire de maîtrise, Institut Français d'Urbanisme.]

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques*. Paris: Le Seuil, 1994.

BRASILINO, L. Governo paulista despeja 500 sem-teto. *Brasil de Fato*, 22-28 jan. 2004.

BRASILINO, L. Movimentos se articulam por moradia popular. *Brasil de Fato*, 21 abr. 2004.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Tradução Gloria Rodrigues. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra. 193 p.

CASTELLS, Manuel. *La Question Urbana*. Espanha: Siglo XXI Editores, 1977.

COHRE Mission Report. *Housing rights in Brasil*. Gross inequalities and inconsistencies. Porto Alegre: COHRE. 2003.

DANIGNO, Evelina (Org.). Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana.. In: *Cultura e política* nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 61-102.

DAVIS, Mike. *City of Quartz*. Los Angeles, capitale du futur. Paris: La Découverte. 2000. 393 p.

DEÁK CSABA. O Partido dos Trabalhadores em São Paulo. In: *Soundings*. Trad. Fonseca Nuno, Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01ptinsp/PTemSP/>. Disponível: 2004. Acesso em: Ago 2004

FALQUET, Jules ; LADA, Emmanuele ; RABAUD, Aude (Coord.). (Ré)Articulation des rapports sociaux de sexe, classe et « race ». Mémoires du séminaire du *CEDREF*. Paris : Université Paris 7. 2005-2006. 218 p.

FAUSTO, Boris. *Imigração*. Disponível em: http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/imigra/apresent/a_present.htm. Disponível: 2004. Acesso em: Ago 2004

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez. 1991. 80 p.

FONDATION COPERNIC. *Egalité sans frontières*. Les immigrés ne sont pas une marchandise. Paris: Syllepse e Copernic. 2001. 126 p.

FRABOTTA, Biancamaria (Org.). *Feminismo e lotta di classe in Italia* (1970-1973). Roma: Savelli. 1973. 253 p.

GADOTTI, Moacir. *Os foruns e os movimentos organizados da sociedade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004. Disponível em: <www.universiabrasil.net/materia.jsp?materia=3204>. Acesso em: 2005.

HIRATA, Helena; SENOTIER, Danièle; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. La violence, les mots, le corps. *Cahiers du Genre*. Número 35. Paris: L'Harmattan. 282 p.

INSTITUTO POLIS; GRUPO COORDENADOR. *Regularização da Terra e Moradia*. O que é e como implementar. S. l. Data provável [2002?]

JACOBI, Pedro Roberto. *Ampliação da cidadania e participação – desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no Brasil*. Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2005. 297 p.

KERGOAT, Daniele; IMBERT, Françoise; LE DOARE, Hélène; SENOTIER, Daniele. *Les Infirmières et leur coordination*: 1988-1989. Paris: Lamarre, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970. 287 p.

LEON, Magdalena et al. *Mujeres y cambio: construir alternativas en la lucha*. São Paulo: REMTE. 2006. 54 p.

LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*, uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. 2005. 130 p. Dissertação (Mestre) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas, 2005.

NAÏR, Samir; LUCAS, Javier. *Le déplacement du monde*. Immigration et thématiques identitaires. Paris: Ed Kimé. 1996. 173 p.

NOIRIEL, Gérard. *Réfugiés et Sans-Papiers*. La République face au droit d'asile. XIX^e-XX^e siècle. Paris: Hachette. 1998. 355 p.

OAB relata ameaças feitas a moradores de rua por homens de preto. *Folha de São Paulo*. São Paulo. n° 78, 26 ago, 1 set. 2004 .

RICOVERI, Giovanna et al. *Ideologia e territorio*. Per una crítica della programmazione democratica. Roma: Savelli. 1973. 132 p.

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Demografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

ROUAY-LAMBERT, Sophie. *Vivre à la rue et en sortir*, pratiques urbaines sans abri et parcours d'insertion sociale par le logement. 2001. 519 p. Tese (Doctorat en Urbanisme et Aménagement) – Institut Français d'Urbanisme – Université Paris 8. Saint Denis, 2001.

SADER, Emir; Betto, Frei. *Contra versões*. Civilização ou barbárie na virada do século. São Paulo: Boitempo. 2000. 229 p.

SÃO PAULO. Coordenação dos Movimentos Sociais. *Campanha pela valorização do trabalho*. 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Cortiço vivo, un projeto de requalificação*.

SILVA, Ana Amélia da. *Religião e razão comunicativa: as comunidades elcesiais de base no contexto da redemocratização*. 145 p. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2002.

SOFIATI, Flávio. *Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. 200 p.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A utopia surgindo no meio de nós*. Rio de Janeiro: Mauad. 2003. 261 p.

STATERA, Gianni (Org). *Il privato come política*. Temi attuali del femminismo. Cosenza: Lerici. 1977. 247 p.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula, et al. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. *Estudos Avançados*, São Paulo, jan. 2003, Disponível em: <www.cebrap.org.br>.

VAKALOULIS, Michel. Les mouvements sociaux à l'épreuve du politique: les mobilisations collectives, une controverse sociologique. *Actuel Marx*. Paris: PUF, 2003. , p. 81-113.

WHITAKER, Beatrice. *Les nouveaux phénomènes de migrations*. In: Forum du Collectif National pour les Droits des Femmes. Saint Denis, 2002. Pantin: Ed Les temps des Cerises. 2002. p. 30-32.

WHITAKER, Beatrice. Donne immigrate e mondializzazione. In: De MOND, Nadia (Org.). *Donne in movimento*. Pisa: BFS. 2002. p. 39-48.

WHITAKER, Beatrice. Imigrante, cidadania suspeita. *Democracia Viva*. Ibase. Rio de Janeiro. N. 19, p. 48-51. Nov.-Dez. 2003.

FILME CINEMATOGRAFICO

Dia de Festa – documentário. Direção: Toni Venturi. Produção: Pablo Georgieff e Toni Venturi. Participação de: Ivaneti de Araújo, Silmara do Congo da Costa, Janaína Cristina da Silva e Ednalva Silva Franco e membros do MSTC. Sao Paulo, 2006. 1Videocassete.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ENTIDADES, DISPOSITIVOS E INSTITUIÇÕES

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros www.cibergeo.org/agbnacional
ALCA – Acordo para o Livre Comércio da América Latina
ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos. www.antp.org.br
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDHU – Companhia de desenvolvimento habitacional e urbano
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CFSS – Conselho Federal do Serviço Social - www.cfess.org.br
FAUSP – Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal www.ibam.org.br
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas www.ibase.org.br
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMV – Índice de Movimento
INSEE – <i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LABHAB – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
ONG – Organizações Não Governamentais
OP – Orçamento Participativo
PAC-BID – Programa de Atuação em Cortiços em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PEA – População economicamente ativa

PHAC – Programa de habitação e cortiço
POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais www.polis.org.br
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
SDF – Sem Domicílio Fixo
SEHAB – Secretaria da Habitação de São Paulo
SM – Salário mínimo
SMIC – <i>Salaire Minimum de Croissance</i> , equivalente ao salário mínimo no Brasil
SMVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e
USP – Universidade de São Paulo

PARTIDOS POLÍTICOS

PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal, hoje chamado Democratas
PD – Partido Democrático
PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PT – Partido dos Trabalhadores
TPN – Partido Trabalhista Nacional

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, SINDICAIS E DO MOVIMENTO,

AMMRS – Associação dos movimentos de moradia da região da zona norte
ATSTZO – Associação de Trabalhadores Sem Terra da Zona Ocidental
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CMP - Central de Movimentos Populares www.cmp-brasil.org
CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores www.conam.org.br

CUT – Central Única dos Trabalhadores
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional www.fase.org.br
FCV – Fórum do Centro Vivo
FDC – Fórum dos Cortiços
GREMIO – Grêmio recreativo esporte e moradia do lar nacional
GARMIC – Grupo de articulação de moradia do idoso da capital
MMC – Movimento pela Moradia no Centro
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC – Movimento dos Sem-Teto do Centro
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB – Organização dos Advogados Brasileiros
ULC – Unificação das Lutas dos Cortiços
UMM – União dos Movimentos pela Moradia
UMMIZS – Movimento de Moradia Independente da Zona Sul
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNMP – União Nacional da Moradia Popular

QUADROS

Quadro I. Prefeitos de São Paulo 1899-2004

1899– ANTÔNIO DA SILVA PRADO⁶⁰. (São Paulo, SP – 1840/1929). Mandato: 07/01/1899 a 15/01/1911. 1911 – RAIMUNDO DA SILVA DUPRAT. (Recife, PE – 1863/São Paulo, SP – 1926). Mandato: 16/01/1911 a 14/01/1914. 1914 – WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA. (Macaé, RJ – 1869/São Paulo, SP – 1957). Mandato: 15/01/1914 a 15/08/1919. 1919 – ÁLVARO GOMES DA ROCHA AZEVEDO. (Campanha, MG – 1864/São Paulo, SP – 1942). Mandato: 16/08/1919 a 15/01/1920. 1920 – FIRMIANO DE MORAES PINTO. (Itu, SP – 1861/São Paulo, SP – 1938). Mandato: 16/01/1920 a 15/01/1926. 1926 – JOSÉ PIRES DO RIO. (Aparecida do Norte, SP – 1880/Nova Delhi, Índia – 1950). Mandato: 16/01/1926 a 23/10/1930. 1930 – LUIZ INÁCIO ROMEIRO ANHAIA MELO. (São Paulo, SP – 1891/1974). Mandato: 06/12/1930 a 25/07/1931. 1931 – FRANCISCO MACHADO DE CAMPOS. (Limeira, SP – 1879/São Paulo, SP – 1957). Mandato: 26/07/1931 a 13/11/1931. 1931 – HENRIQUE JORGE GUEDES. (São José dos Campos, SP – 1887/São Paulo, SP – 1973). Mandato: 05/12/1931 a 23/05/1932.	1932 – GOFREDO TEIXEIRA DA SILVA TELES. (Rio de Janeiro, RJ – 1888/São Paulo, SP – 1980). Mandato: 24/05/1932 a 02/10/1932. 1932 – TEODORO AUGUSTO RAMOS. (São Paulo, SP – 1895/Rio de Janeiro, RJ – 1937). Mandato: 29/12/1932 a 01/04/1933. 1933 – ANTONIO CARLOS DE ASSUNÇÃO. (Tietê, SP – 1872/São Paulo, SP – 1952). Mandato: 22/08/1933 a 06/09/1934. 1934 – FÁBIO DA SILVA PRADO. (São Paulo, SP – 1887/1963). Mandato: 07/09/1934 a 30/04/1938. 1938 – FRANCISCO PRESTES MAIA. (Amparo, SP – 1896/São Paulo, SP – 1965). Mandato: 01/05/1938 a 10/11/1945. 1945 – ABRAHÃO RIBEIRO. (Santos, SP – 1883/São Paulo, SP – 1957). Mandato: 11/11/1945 a 14/03/1947. 1947 – CRISTIANO STOCKLER DAS NEVES. (Casa Branca, SP – 1889/São Paulo, SP – 1982). Mandato: 15/03/1947 a 28/08/1947. 1947 – PAULO LAURO. (Descalvado, SP – 1907/São Paulo, SP – 1983). Mandato: 29/08/1947 a 25/08/1948. 1948 – MILTON IMPROTA. (Bragança Paulista, SP – 1910/São Paulo, SP – 1984). Mandato: 26/08/1948 a 03/01/1949. 1949 – TENENTE CORONEL ASDRÚBAL EURITISSES DA CUNHA. (Bagé, RS - 1899/Pirassununga, SP – 1971). Mandato: 04/01/1949 a 27/02/1950.
--	--

⁶⁰ O Decreto s/nº de 10/01/1890 criou o Conselho de Intendência. A Lei Estadual 374 de 19/11/1898 criou o cargo de Prefeito em substituição ao Conselho de Intendência.

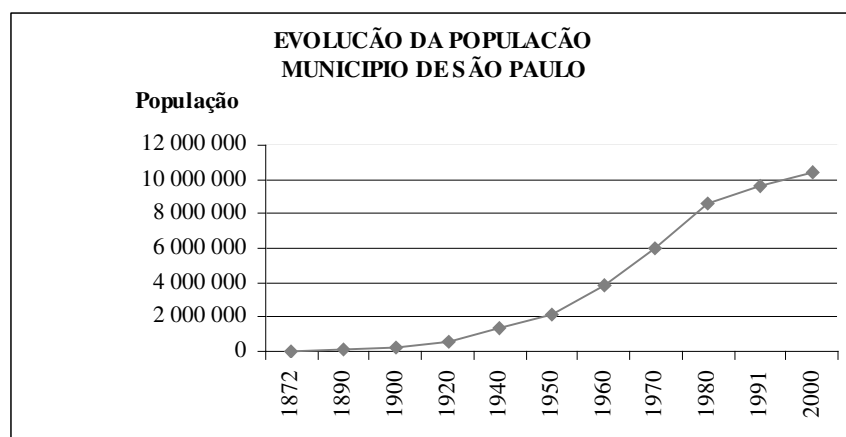
1950 – LINEU PRESTES. (Avaré, SP – 1896/Rio de Janeiro, RJ – 1958). Mandato: 28/02/1950 a 31/01/1951. 1951 – ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA. (São Paulo, SP – 1889/1955). Mandato: 01/02/1951 a 07/04/1953. 1953– JÂNIO DA SILVA QUADROS⁶¹. 7 (Campo Grande, MS – 1917/São Paulo, SP – 1992). Mandato: 08/04/1953 a 30/01/1955. 1955 – WILLIAN SALEM. (Itapetininga, SP – 1921). Mandato: 31/01 a 01/07/1955. 1955 – JUVENAL LINO DE MATOS. (Ipuacu, SP – 1904). Mandato: 02/07/1955 a 10/04/1956. 1956 – VLADIMIR DE TOLEDO PIZA. (Serra Negra, SP – 1905). Mandato: 11/04/1956 a 07/04/1957. 1957 – ADHEMAR PEREIRA DE BARROS. (Piracicaba, SP – 1901/Paris, França – 1969). Mandato: 08/04/1957 a 07/04/1961. 1961 – FRANCISCO PRESTES MAIA. (Amparo, SP – 1896/São Paulo, SP – 1965). Mandato: 08/04/1961 a 07/04/1965. 1965 – BRIGADEIRO JOSÉ VICENTE DE FARIA LIMA. (Rio de Janeiro, RJ – 1909/1969). Mandato: 08/04/1965 a 07/04/1969. 1969 – PAULO SALIM MALUF. (São Paulo, SP – 1931). Mandato: 08/04/1969 a 07/04/1971. 1971 – JOSÉ CARLOS DE F. FERRAZ. (Campinas, SP – 1918). Mandato: 08/04/1971 a 21/08/1973.	1973 – MIGUEL COLASUONNO. (São Paulo, SP – 1939). Mandato: 29/08/1973 a 16/04/1975. 1975 – OLAVO EGÍDIO SETÚBAL. (São Paulo, SP – 1923). Mandato: 16/04/1975 a 12/07/1979. 1979 – REINALDO EMÍDIO DE BARROS. (São Paulo, SP – 1931). Mandato: 12/07/1979 a 13/05/1982. 1982 – ANTONIO SALIM CURIATI. (Avaré, SP – 1928). Mandato: 13/05/1982 a 15/03/1983. 1983 – MÁRIO COVAS JÚNIOR. (Santos, SP – 1930/São Paulo – 2001). Mandato: 10/05/1983 a 31/12/1985. 1986 – JÂNIO DA SILVA QUADROS. (Campo Grande, MS – 1917/São Paulo, SP – 1992). Mandato: 01/01/1986 a 31/12/1988. 1989 – LUIZA ERUNDINA DE SOUZA. (PT) (Uiraúna, PB – 1934). Mandato: 01/01/1989 a 31/12/1992. 1993 – PAULO SALIM MALUF. (São Paulo, SP – 1931). Mandato: 01/01/1993 a 31/12/1996. 1997 – CELSO PITTA. (São Paulo, SP – 1931). Mandato: 01/01/1997 a 31/12/2000. 2001 – MARTA SUPPLY. (PT) (São Paulo, SP – 1946). Mandato: 01/01/2001 <i>Fonte: Disponível em: http://www.scielo.br/</i>
--	---

⁶¹ No período de 7 de julho de 1954 a 17 de janeiro de 1955 exerceu a Prefeitura da Capital o Vice-Prefeito José Porfírio da Paz.

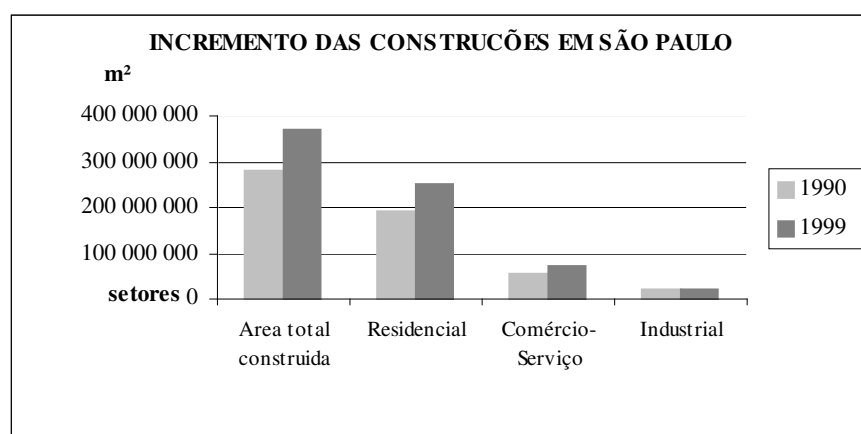
Quadro II. Cronologia dos fatos

1964	Golpe militar
1964-1985	Banco Nacional da Habitação (BNH)
1976	
1979	IX congresso de Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos, Eletricistas
1980	Fundação do PT
1981	I Encontro Nacional do PT, elege o presidente Luiz Inácio Lula da Silva
1982	Eleições diretas para governos estaduais. Oposição ganha em S. Paulo.
	Participação do PT às eleições para deputados e prefeituras
1983	I Greve Geral no Brasil
	Fundação da Central Unica dos Trabalhadores (CUT)
1984	Movimento das Diretas Já
	Fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
1985	Restabelecimento das eleições diretas para presidente da República
	Legalização de todos os partidos políticos, direito de voto aos analfabetos
	Criação da Pastoral da Moradia
1986	Fundação da União de Moradia Popular (UMM)
1987	Fundação do Movimento de Moradia no Centro (MMC)
1988	Assembléia Nacional Constituinte
	130.000 eleitores introduzem o princípio da <i>função social</i> na Constituição
1989	Eleição para presidente : Collor de Mello vence com 50% de votos.
1989-1991	PT ganha eleições para a Prefeitura com Luiza Erundina
1991	Fundação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)
1992	Impeachment de Collor por corrupção
1993	Fundação da Central de Movimentos Populares (CMP)
1997	Fundação do Fórum de Cortiços (FDC)
	Ocupação do prédio da Rua do Ouvidor (MMC-ULC)
	Encontro popular contra o Neoliberalismo-p/ trabalho, terra e cidadania
1999	Ocupação do Hotel São Paulo
	Luta contra a globalização neoliberal em Seattle (EUA)
2000	Fundação do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC)
	Fundação do Fórum Centro Vivo (FCV)
	Plebiscito contra a dívida externa : 6,1 milhões de votos, 90% de NAO
2001	Aprovação da Lei Federal do Estatuto da Cidade
	PT ganha eleições para a Prefeitura com Marta Suplicy
	Criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR)
	Criação do OP em São Paulo
	I Fórum Social Mundial em Porto Alegre
	Manifestações contra G-8 em Gênova
	Choque de 2 aviões contra as torres World Trade Center em NY
2002	Ocupação do edifício Prestes Maia
	Início dos projetos e ações PAR
2003	Eleição para presidente. Luiz Inácio Lula da Silva
	Criação do Conselho Municipal de Habitação de São Paulo
2004	Eleição para Prefeitura : PT perde para o candidato da oposição.
	Desapropriação do Hotel São Paulo
	Início do Programa Ação Centro
	Criação do Programa Bolsa Aluguel
2005	Posse do novo prefeito de São Paulo: José Serra e Kasaab em 2006.
	Expulsão dos ocupantes do prédio da Rua do Ouvidor

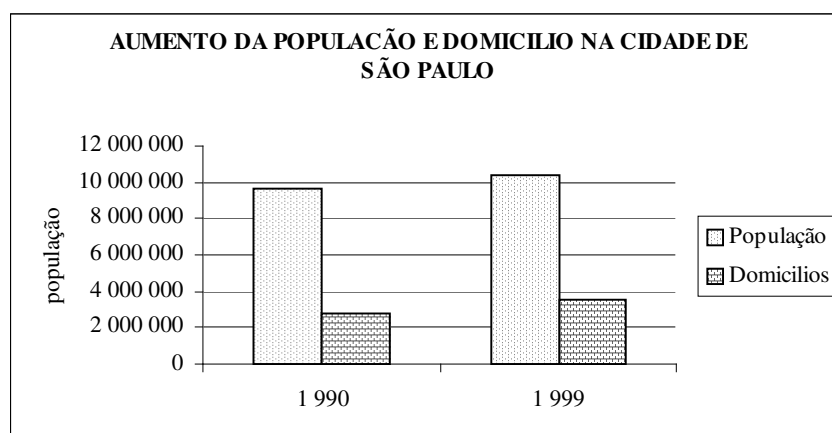
Quadro III. Crescimento da cidade de São Paulo



Fonte: IBGE, 2000, *apud* BOMFIM, 2004: 24. Gráfico da autora.



Fontes: EMPLASA, 2000; Secretaria de Finanças PMSP e IBGE, 2000, *apud* BOMFIM, 2004: 35. Gráfico da autora.



Fontes: EMPLASA, 2000; Secretaria de Finanças PMSP e IBGE, 2000, *apud* BOMFIM, 2004: 35. Gráfico da autora (2008).

Quadro VI. Decreto do Conselho Municipal

Decreto Municipal nº 43.230, de 22-05-2003: Regulamenta o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara Técnica de Legislação Urbanística. - Plano Diretor Estratégico.

Fonte: Administração do Site
23/05/2003

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

TÍTULO I

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º. Compete ao Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, instituído pela Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002 - Plano Diretor Estratégico:

- I - debater a política urbana do Município;
- II - apreciar os relatórios anuais de gestão da política urbana;
- III - analisar questões relativas à aplicação do Plano Diretor Estratégico e dos Planos Regionais;
- IV - debater e emitir parecer sobre proposta de alteração do Plano Diretor Estratégico e dos Planos Regionais, nas datas previstas na Lei nº 13.430/2002;
- V - acompanhar a implementação dos objetivos e diretrizes do Plano Diretor Estratégico e dos Planos Regionais, bem como a execução dos planos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento urbano e ambiental;
- VI - debater, propor diretrizes e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB;
- VII - acompanhar o planejamento e a política de desenvolvimento urbano do Município;
- VIII - articular a ação dos conselhos municipais vinculados à política urbana e ambiental, visando a integração e compatibilização das políticas de transporte, habitação, meio ambiente, paisagem urbana, proteção ao patrimônio histórico e cultural e uso do solo, para promoção e ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e do bem-estar dos munícipes;
- IX - debater e propor diretrizes para áreas públicas municipais;
- X - debater propostas sobre projetos de lei de interesse urbanístico;
- XI - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU manifestar-se-á mediante resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 2º. Para os fins do inciso VIII do artigo 1º deste decreto, o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU apreciará as manifestações

relativas a políticas, diretrizes, programas e projetos de intervenção urbana, referentes a transporte, habitação, meio ambiente, paisagem urbana, proteção ao patrimônio histórico e cultural e ordenação do parcelamento, uso e ocupação do solo, dos seguintes conselhos e comissões municipais, respeitadas suas competências decisórias:

- I - Conselho Municipal de Habitação de São Paulo;
- II - Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU;
- III - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES;
- IV - Conselho Municipal de Transportes;
- V - Comissão de Edificações e Uso do Solo - CEUSO;
- VI - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto no "caput", as secretarias executivas ou órgãos equivalentes dos mencionados colegiados deverão encaminhar as manifestações ao Conselho Municipal de Política Urbana no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU será composto por 48 (quarenta e oito) membros na forma a seguir especificada:

I - 16 (dezesseis) representantes das Macrorregiões Norte 1, Norte 2, Oeste, Centro, Leste 1, Leste 2, Sul 1 e Sul 2, nos termos do § 1º deste artigo, garantida a participação de 2 (dois) representantes para cada uma delas, sendo 8 (oito) deles eleitos pela população local e 8 (oito) indicados pelo Executivo dentre os integrantes do governo local;

II - 16 (dezesseis) representantes indicados por entidades de base representativas de setores econômicos e profissionais, por movimentos sociais e por entidades da sociedade civil, sendo:

- a) 1 (um) representante do setor da produção imobiliária;
- b) 1 (um) representante da indústria da construção civil com atuação em obras públicas;
- c) 2 (dois) representantes de associações de moradores com atuação em âmbito municipal, registradas há no mínimo 5 (cinco) anos, cadastradas na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
- d) 2 (dois) representantes de movimentos de moradia com atuação em âmbito municipal, cadastrados na Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano;
- e) 1 (um) representante de entidade ambiental;
- f) 2 (dois) representantes de universidade, ligados à área de desenvolvimento urbano;
- g) 3 (três) representantes de categoria profissional ligados à área de planejamento urbano;
- h) 2 (dois) representantes de empresa, entidade ou organização não-governamental, ligadas à área de desenvolvimento urbano;

i) 2 (dois) representantes de central sindical de trabalhadores com atuação na cidade de São Paulo;

III - 16 (dezesesseis) representantes de órgãos públicos municipais, indicados pelos respectivos titulares, sendo um de cada secretaria ou órgão, a saber:

- a) Gabinete da Prefeita;
- b) Secretaria do Governo Municipal - SGM;
- c) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA
- d) Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ;
- e) Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSP;
- f) Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;
- g) Secretaria Municipal de Transportes - SMT;
- h) Secretaria de Infra-Estrutura Urbana - SIURB;
- i) Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF;
- j) Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA;
- l) Secretaria de Serviços e Obras - SSO;
- m) Secretaria Municipal de Cultura - SMC;
- n) Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS;
- o) Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade - SDTS;
- p) Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;
- q) Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB.

§ 1º. As Macrorregiões Norte 1, Norte 2, Oeste, Centro, Leste 1, Leste 2, Sul 1 e Sul 2, às quais se refere o inciso I deste artigo, são compostas pelas seguintes Subprefeituras:

I - Macrorregião Norte 1: Vila Maria/Vila Guilherme, Tremembé/Jaçañã e Santana/Tucuruvi.

II - Macrorregião Norte 2: Perus, Pirituba, Freguesia/Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha.

III - Macrorregião Oeste: Lapa, Pinheiros e Butantã.

IV - Macrorregião Centro: Sé.

V - Macrorregião Leste 1: Mooca, Penha, Aricanduva e Vila Prudente/Sapopemba.

VI - Macrorregião Leste 2: Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus.

VII - Macrorregião Sul 1: Vila Mariana, Jabaquara e Ipiranga.

VIII - Macrorregião Sul 2: Santo Amaro, Cidade Ademar, Campo Limpo, MBoi Mirim, Socorro e Parelheiros.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano manterá o cadastro das associações de moradores com atuação em âmbito municipal a que se refere a alínea "c" do inciso II deste artigo.

§ 3º. A Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano manterá o cadastro dos movimentos de moradia com atuação em âmbito municipal a que se refere a alínea "d" do inciso II deste artigo.

§ 4º. As entidades representativas de segmentos da sociedade civil e os respectivos representantes, mencionados no inciso II deste artigo, serão designados pela Prefeita com base em indicação do Secretário Municipal de Planejamento Urbano, após consulta às entidades

representativas de cada setor, enumeradas no mesmo inciso, as quais apresentarão lista tríplice, contendo sugestões de representantes do setor correspondente.

Art. 4º. Os representantes da população local das macrorregiões serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por uma única vez e igual período.

Parágrafo único. Para a eleição dos representantes da população local de cada uma das macrorregiões serão observadas as seguintes disposições:

I - os representantes serão eleitos em votação direta e organizada em cada uma das Subprefeituras inseridas no perímetro da respectiva macrorregião;

II - a eleição será convocada pelo Secretário Municipal das Subprefeituras em comum acordo com os Subprefeitos da macrorregião correspondente, mediante edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e amplamente divulgado na área das respectivas Subprefeituras, inclusive por meio da Internet;

III - a votação será realizada num só dia, no período das 9 às 16 horas, em data e local situado na área de cada Subprefeitura, fixados no edital de convocação, do qual constarão também os requisitos, estabelecidos com base na legislação em vigor, para inscrição dos candidatos;

IV - a inscrição dos candidatos por macrorregião será efetuada nas respectivas Subprefeituras com a antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da data de realização da eleição, devendo os nomes dos inscritos ser imediata e amplamente divulgados na área da macrorregião;

V - a votação será realizada na área de cada Subprefeitura e presidida pelo respectivo Subprefeito;

VI - será considerado eleitor, para os efeitos do disposto neste decreto, o munícipe portador de título de eleitor com residência fixa na área da macrorregião, devendo a forma de comprovação desse requisito ser estabelecida no edital de convocação da eleição;

VII - poderá candidatar-se apenas o cidadão com residência fixa na macrorregião;

VIII - os dois munícipes que obtiverem o maior número de votos por macrorregião nas votações realizadas nas Subprefeituras serão eleitos representantes titulares da respectiva macrorregião no Conselho Municipal de Política Urbana, sendo o segundo e o terceiro colocados seus suplentes;

IX - os votos serão apurados imediatamente após o encerramento da votação em cada Subprefeitura, no mesmo local em que ela se der, devendo os resultados correspondentes, com os respectivos votos, ser imediatamente levados à Secretaria Municipal das Subprefeituras;

X - o Secretário Municipal das Subprefeituras, auxiliado pelos Subprefeitos, procederá à apuração final dos votos no mesmo dia da votação e proclamará os eleitos por macrorregião;

XI - o Secretário Municipal das Subprefeituras designará uma comissão eleitoral, composta por três membros, à qual incumbirá o

acompanhamento da votação e apuração dos votos em cada Subprefeitura;

XII - no caso de impedimento definitivo dos representantes da macrorregião, titular e suplente, faltando mais de 12 (doze) meses para o término do mandato, será realizado novo processo eleitoral; se faltar menos de 12 (doze) meses, o Executivo convocará os demais candidatos diplomados na eleição conforme a ordem de obtenção da maior quantidade de votos por macrorregião.

Art. 5º. Integram o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU com direito apenas a voz, mas sem direito a voto:

I - 4 (quatro) representantes dos seguintes órgãos estaduais, com atuação metropolitana, sendo:

- a) 1 (um) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- b) 1 (um) da Secretaria de Estado da Habitação;
- c) 1 (um) da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos;
- d) 1 (um) da Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento;

II - 1 (um) representante do Consórcio Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo;

III - 1 (um) representante do Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo.

Parágrafo único. A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMLASA poderá colaborar com o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU na qualidade de entidade técnica estadual incumbida dos estudos técnicos aplicados ao planejamento metropolitano.

Art. 6º. A participação no Conselho não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º. O Conselho Municipal de Política Urbana será composto por:

- I - Presidência;
- II - Plenário;
- III - Secretaria Executiva.

Art. 8º. O Secretário Municipal de Planejamento Urbano será o Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana, cabendo a Vice-Presidência ao Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Art. 9º. Poderão ser constituídas comissões internas para o melhor andamento dos trabalhos do Conselho Municipal de Política Urbana, permanentes ou temporárias, instituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno.

§ 1º. A composição de cada comissão observará, sempre que possível, a participação proporcional dos representantes no Conselho Municipal de Política Urbana.

§ 2º. Poderão ser constituídas concomitantemente até 3 (três) comissões temporárias, que terão objetivos e prazos para apresentação de relatório estabelecidos no momento de sua instituição.

Art. 10. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana será exercida pelo corpo técnico-administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, cabendo-lhe a manutenção do registro de suas manifestações e o correspondente encaminhamento para publicação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, no Diário Oficial do Município.

Art. 11. O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU reunir-se-á em caráter ordinário trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocado.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias do CMPU poderão ser convocadas por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO

Art. 12. O Conselho Municipal de Política Urbana definirá em seu regimento interno:

I - o calendário das reuniões ordinárias e as formalidades para a convocação de reuniões extraordinárias;

II - os ritos comum e urgente para votação e discussão das matérias sujeitas à apreciação do Conselho, definindo suas fases e prazos para apreciação;

III - a constituição de comissões internas, para apreciação de assuntos relativos às competências a elas atribuídas, bem como sua composição;

IV - as atribuições da Presidência, do Plenário, das comissões internas e de seus coordenadores, dos representantes singulares e da Secretaria Executiva;

V - outras matérias pertinentes ao melhor andamento dos trabalhos do Conselho.

TÍTULO II

CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA

Art. 13. Compete à Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU, constituída pela Lei nº 13.430/2002:

I - analisar casos não previstos e dirimir dúvidas na aplicação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo;

II - emitir parecer técnico sobre propostas de alteração da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, quando solicitado pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana;

III - emitir parecer técnico sobre propostas de alteração do Plano Diretor;

IV - emitir parecer técnico sobre projetos de lei de interesse urbanístico e ambiental;

V - aprovar as propostas de participação dos interessados nas Operações Urbanas Consorciadas, quando assim dispuser a lei específica;

VI - acompanhar a aplicação do Plano Diretor Estratégico;

VII - responder consultas e emitir parecer para os fins previstos na legislação municipal;

VIII - apoiar tecnicamente o CMPU, no que se refere às questões urbanísticas e ambientais;

IX - elaborar proposta de seu regimento interno;

X - exercer as atribuições conferidas pela legislação municipal à extinta Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU anteriormente à vigência da Lei nº 13.430/02.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 14. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU terá composição paritária, nos termos do § 1º do artigo 286 da Lei nº 13.430, de 2002, na seguinte conformidade:

I - representantes do Poder Executivo:

a) 1 (um) do Gabinete da Prefeita;

b) 1 (um) da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA;

c) 1 (um) da Secretaria do Governo Municipal - SGM;

d) 1 (um) da Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ;

e) 1 (um) da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSP;

f) 1 (um) da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;

g) 1 (um) da Secretaria Municipal de Transportes - SMT;

h) 1 (um) da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana - SIURB;

i) 1 (um) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA;

j) 1 (um) da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB.

II - representantes da sociedade civil, propostos pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano ao Conselho Municipal de Política Urbana, para apreciação e subsequente designação pela Prefeita.

§ 1º. A cada um dos representantes designados deverá corresponder um representante suplente que atuará na ausência ou no impedimento do titular.

§ 2º. O Secretário Municipal de Planejamento Urbano será ou indicará o Presidente da Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU.

§ 3º. As entidades que integrarão a representação da sociedade civil na Câmara Técnica de Legislação Urbanística serão propostas pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano ao Conselho Municipal de Política Urbana, para apreciação.

§ 4º. Todos os membros da Câmara Técnica de Legislação Urbanística deverão ter grau de formação e experiência profissional compatível com o planejamento e a gestão urbanos, notadamente nos campos do urbanismo, paisagismo e meio ambiente.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 15. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU será composta por:

- I - Presidência;
- II - Secretaria Executiva;
- III - Membros.

Art. 16. A Secretaria Executiva da Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU será exercida pelo corpo técnico-administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que manterá registro de seus pareceres, incumbindo-lhe publicá-los no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO

Art. 17. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU elaborará proposta de seu regimento interno, o qual estabelecerá, dentre outros assuntos:

- I - a periodicidade de suas reuniões;
- II - a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - os ritos comum e urgente para votação e discussão das matérias sujeitas à apreciação da CTLU;
- IV - outras matérias pertinentes a seu funcionamento e ao andamento de seus trabalhos.

Parágrafo único - O Regimento Interno da CTLU será aprovado pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua instalação.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As despesas decorrentes deste decreto correrão por contas das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 19. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 28.644, de 3 de abril de 1990.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 22 de maio de 2003, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento
Econômico

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário da Habitação e
Desenvolvimento Urbano

JORGE WILHEIM, Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de maio de
2003

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO,
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Fonte: PMSP. Acessível em:

http://www6.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/empresa/0001

Acesso em: Dez 2007.

Quadro VII Distribuição das religiões

Distribuição dos numeros da população segundo a religião no Brasil				
	1 940	1 950	1991	2 000
Católica romana	39 177 880	48 558 854	121 812 771	124 976 912
Protestante	1 074 857	1 741 430		
Outras cristã tradicional			553 949	
Evangélica tradicional			4 388 281	
Evangélica pentecostal			8 179 706	
Evangélicas				26 166 930
Cristã reformada não determinada			621 298	
Neo-cristã			875 219	
Espírita	463 400	824 553	1 644 355	2 337 432
Espiritualista				39 840
Candomblé e umbanda			648 489	571 329
Judaica ou israelita	55 666	69 957	86 416	101 062
Oriental			368 578	
Budismo	123 353	152 572		245 870
Ortodoxo	37953	41156		
Islâmica	3053	3454		18 592
Hinduísta				2 979
Outras Religiões Orientais				181 579
Tradições Esotéricas				67 288
Tradições Indígenas				10 723
Outras	110849	140379	94 556	1 978 633
Sem declaração			595 979	382 489
Sem religião	87330	274236	6 946 221	12 330 101
TOTAL	41 134 341	51 806 591	146 815 818	169 411 759

APÊNDICE

Lista dos entrevistados

NOME	ORGANIZ AÇÃO ENTIDADE	POSTO RESPONSAB.	DATA ENTREVISTA
Arlette Moysés	Unicamp	Professora	Out 2005
Centro Gaspar Garcia Direitos Humanos	CGGDH	Assessoria Popular	Abr 2004
Cida	FC	Coordenadora	Abr 2004
Edson Negão	MMC	Coordenador Juventude	Abr 2004
Elza Vetori	ULC	Coordenadora	Abr 2004
Fabiana Valdoski Ribeiro	Geografia-USP	Doutoranda	Nov 2006
Felix Sanchez	PUC	Ex-resp. OP PMSP	Dez 2007
Francisco Comaru	CGGDH	Militante	Abr 2004
Geraldo Adriano Godoy de Campos	OP PMSO	Coordenador	Abr 2004
Gutenberg Souza	Subpref Centro	Coordenador	Abr 2004
Ivanete Araújo	MSTC	Coordenadora	Abr 2004
João Sette W. Ferreira	LabHab	Professor	Abr 2004
Kennedy Ferreira	FSP	Professor	Abr 2004
Luiz Gonzaga da Silva (Gegê)	MMC – CMP	Coordenador	Mar 2005
Manuel Del Rio	APOIO	Assessor-Advogado	Mar 2005
Maria Helena Mena Barreto Silva	SEHAB	Coordenadora Programa	Abr 2004
Maria Jaira Coelho Rogridues de Andrade	MSTC	Coordenadora	Abr 2004
Miguel Ferreira de Souza	MSTC	Sem Teto	Abr 2004
Nelson da Cruz Sousa	MMRC	Coordenador	Mar 2005
Nídia	ULC	Coordenadora	Abr 2004
Verônica Kroll – I	FC	Coordenadora	Abr 2004
Verônica Kroll – II	FC	Coordenadora	Mar 2005
Iara Sílvia	MTSC	Formadora	Abr 2004

ANEXOS

Anexo N° 1: Distribuição das regiões em São Paulo



Fonte SEMPLA, 2002.

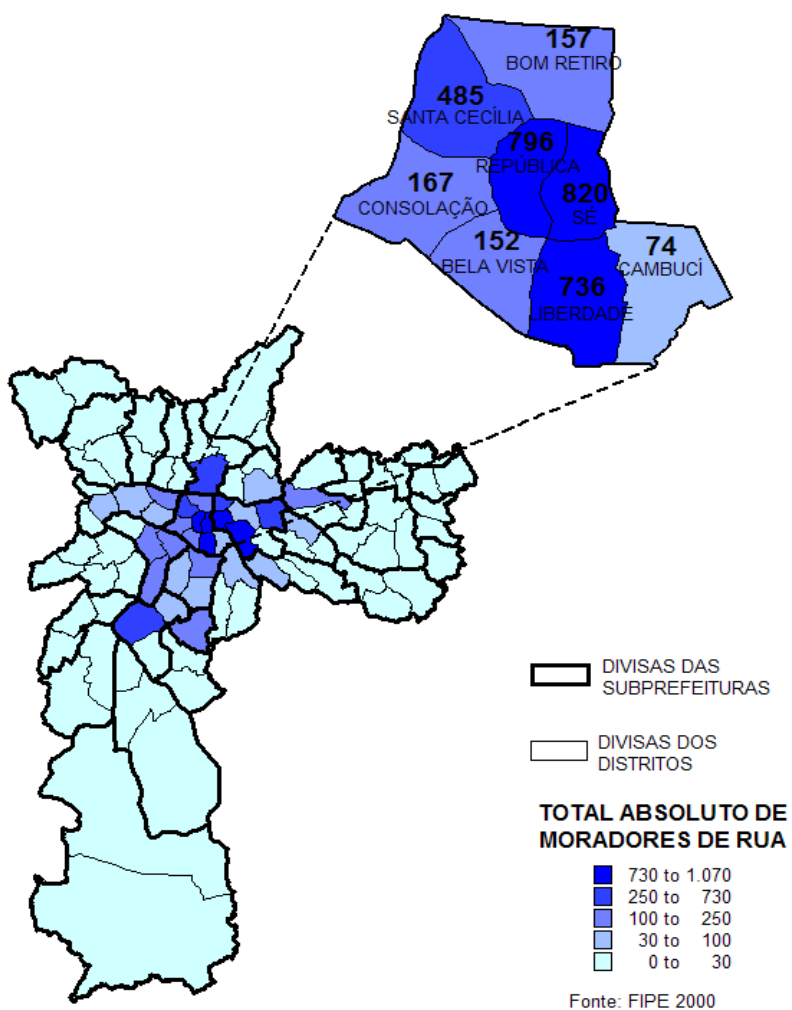
Distritos incluídos nas regiões

CENTRO HISTÓRICO: Barra Funda, Belenzinho, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Mooca, Pari, Santa Ifigênia, Sé. **CENTRO ESTENDIDO:** Aclimação, Bela Vista, Cerqueira César, Consolação, Indianópolis, Jardim América, Jardim Paulista, Lapa, Liberdade, Perdizes, Pinheiros, Santa Cecília, Vila Madalena, Vila Mariana. **OESTE:** Butantã. **SUL:** Ibirapuera, Jabaquara, Parelheiros, Santo Amaro, Capela do Socorro. **SUDESTE:** Alto da Mooca, Ipiranga, Saúde, Vila Prudente/Sapopemba. **LESTE 1:** Cangaíba, Ermelino Matarazo, Penha de França, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Matilde. **LESTE 2:** Guaianazes, Itaim Paulista, Itaquera/S. Mateus, São Miguel Paulista. **NORTE 1:** Jaraguá, Perus Pirituba, Jaguará. **NORTE 2:** Brasilândia, Casa Verde, Limão, Nossa Senhora do Ó, Santana, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria, Vila Nova Cachoeirinha.

Anexo N° 2: Moradores de rua na Sé em 2000

SUBPREFEITURA DA SÉ

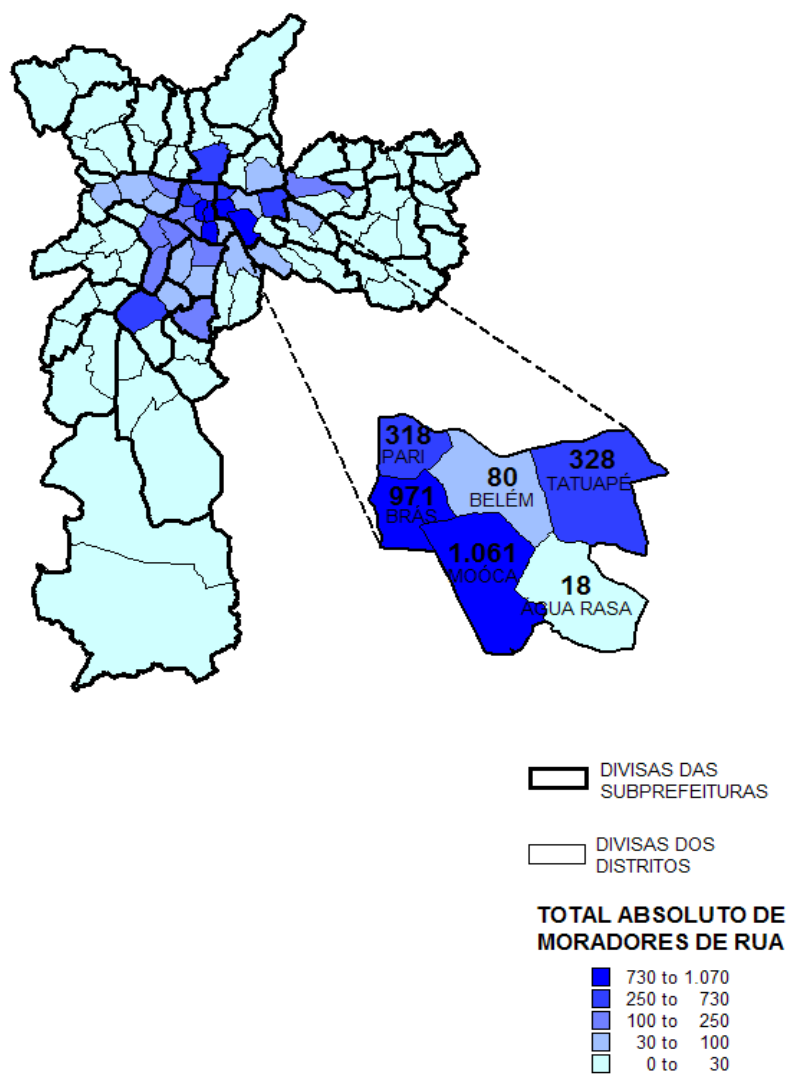
TOTAL ABSOLUTO DE MORADORES DE RUA



Anexo N° 3: Moradores de rua na Mooca em 2000

SUBPREFEITURA DA MOOCA

TOTAL ABSOLUTO DE MORADORES DE RUA

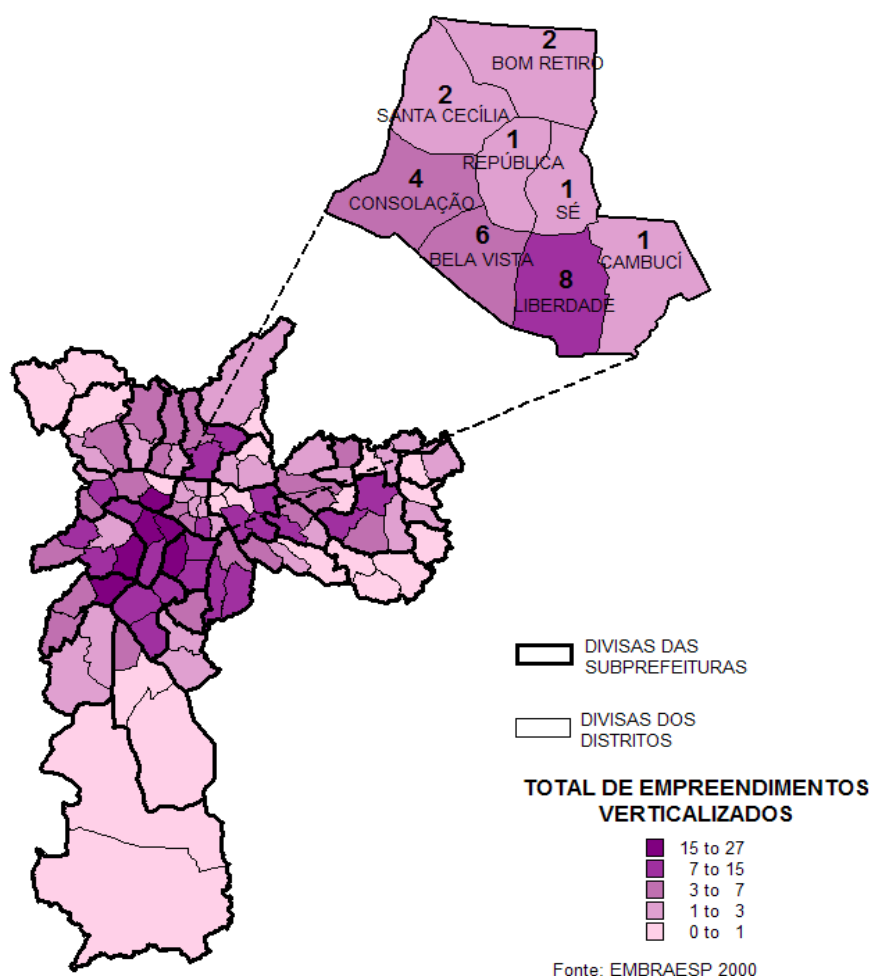


Fonte: FIPE 2000

Anexo N° 4: Verticalização em São Paulo na Sé

SUBPREFEITURA DA SÉ

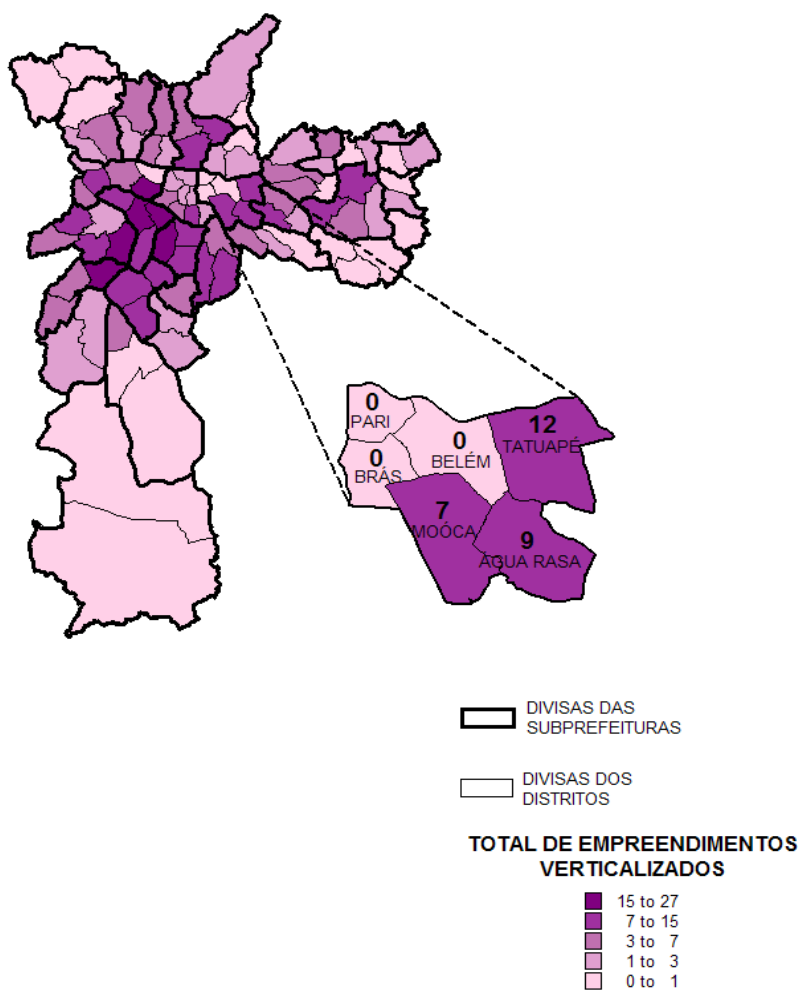
TOTAL ABSOLUTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS VERTICALIZADOS



Anexo N° 5: Verticalização em São Paulo na Mooca

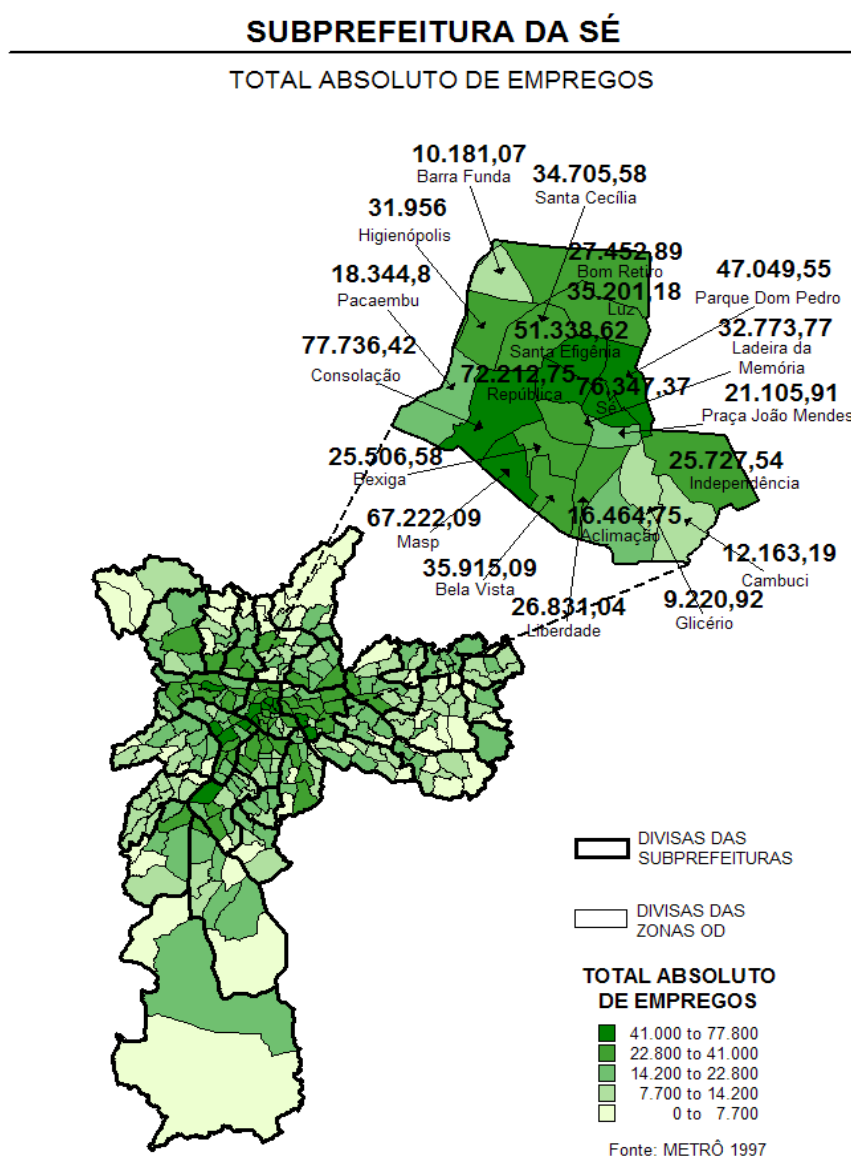
SUBPREFEITURA DA MOOCA

TOTAL ABSOLUTO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS VERTICALIZADOS



Fonte: EMBRAESP 2000

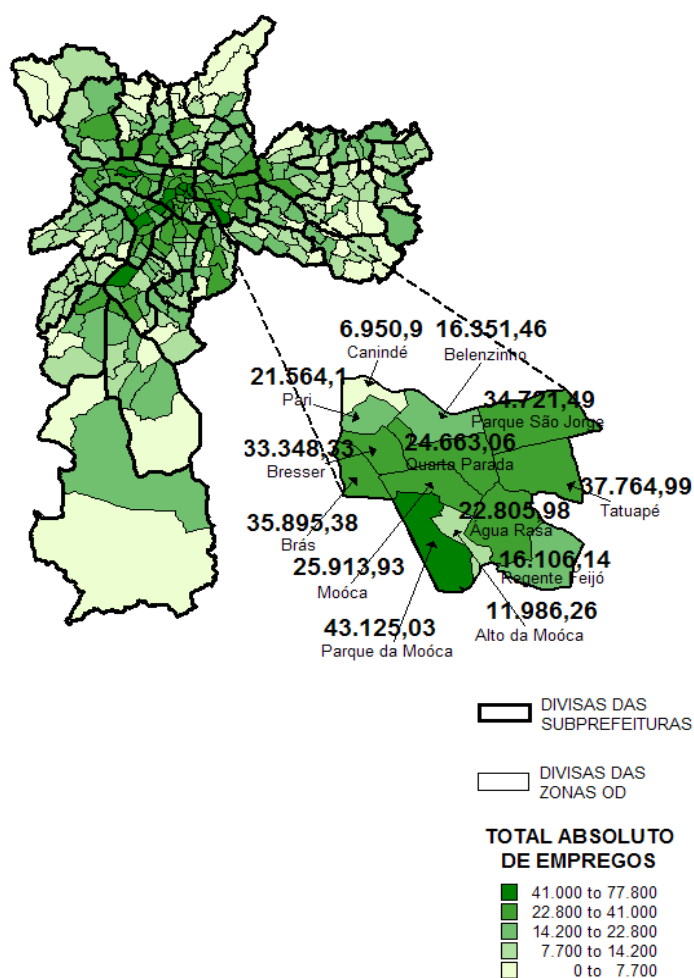
Anexo N° 6 : Concentração de empregos na Sé



Anexo N° 7 : Concentração de empregos na Mooca

SUBPREFEITURA DA MOOCA

TOTAL ABSOLUTO DE EMPREGOS



Fonte: METRÔ 1997

Anexo N° 8 : Manifesto dos movimentos em 2003

Manifesto dos Movimentos de Moradia

AUTORIDADES!

Federal, Estadual e Municipal Executivo, Legislativo e Judiciário

Não agüentamos esperar!

Se pagar o aluguel, não come. Se comer, não paga o aluguel. É este o nosso dilema.

Somos trabalhadores sem-teto desta magnífica cidade. Somos empurrados para as favelas, cortiços, pensões e para o relento das ruas. Sofremos com o despejo do senhorio. Nossas crianças, devido às nossas condições precárias de vida, penam para se conservarem crianças. Somos tocados de um lado para outro. Não encontramos espaço, para nossas famílias, em nosso próprio território. Nossa cidade, que construímos e mantemos com nosso trabalho, afugenta-nos para fora, para o nada.

Dizem que os trabalhadores são a peça mais importante da sociedade. Entretanto, estamos sendo triturados por esta engrenagem econômica perversa - mecanismo que destrói os trabalhadores em vida e conserva no luxo uns poucos privilegiados. Uma minoria que mantém centenas de imóveis vazios, abandonados, por vários anos. Imóveis que não cumprem sua função social. Enquanto somos empurrados para as periferias sem infra-estrutura urbana, em favelas, áreas de risco ou de mananciais.

Não podemos aceitar esta situação. Não podemos esperar. Nossas famílias e nossas vidas estão em perigo. Queremos que a Lei entre em vigor: dê função social a esses imóveis vazios e abandonados. Vamos eliminar esse desperdício criminoso.

Para tanto, pleiteamos:

1. O atendimento de 2.000 famílias de sem-teto no centro expandido da cidade, até o final do ano;
2. Atendimento de emergência de 500 famílias de sem-teto. Este atendimento pode vir por meio de carta de crédito, locação social e outras formas de financiamento;
3. Declarar de interesse social todos os prédios vazios que estão abandonados por mais de 2 (dois) anos. E disponibilizá-los para moradia popular;
4. Disponibilizar todas as terras, prédios do governo Federal, de autarquias ou imóveis penhorados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para moradia popular, em São Paulo;
5. Enquanto não houver atendimento definitivo, queremos morar nos imóveis que ocupamos.

São Paulo, 20 de julho de 2003

Associação Comunitária Direito da Cidadania Bem Viver
Associação de Moradores Jardim São Judas Tadeu
Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Francisco Morato
Associação Morar e Preservar Chácara do Conde
Associação Oeste de Moradia Diadema
Movimento de Luta por Moradia Campo Forte
M. L. M . P - Movimento de Luta por Moradia Própria
M. S. T. C. - Movimento Sem Teto do Centro
M. S. T. R. C. - Movimento Sem Teto da Região Central
Movimento Sem Teto de Heliópolis - Unas
Movimento Moradia Jardim Nova Vitória
Projeto Casarão Celso Garcia

Manifesto divulgado pelos movimentos de moradia dos Movimentos de Moradia [(MSTC e outros)] por ocasião da ocupação de vários prédios em São Paulo, capital, em 20 de julho de 2003.

Anexo N° 9 : Manifesto dos movimentos em 2007

Estamos acampando em frente a diversos prédios desapropriados ou abandonados do centro

O problema da habitação na cidade de São Paulo é gravíssimo, são milhões de pessoas vivendo em condições precárias. Existem cerca de 500 mil domicílios vazios na cidade de São Paulo, que não cumprem a sua função social, sendo 40 mil só na região central. No entanto, milhares de famílias são explorados nos precários cortiços, cresce o número de favelas em áreas de risco e as ocupações nas áreas de proteção aos mananciais se multiplicam, trazendo consequências graves para toda a cidade e aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os movimentos de moradia que atuam no centro lutam pelo direito da população de baixa renda morar no centro, onde há maior acesso aos equipamentos sociais, ao transporte coletivo e às ofertas de trabalho.

Morar no centro é garantir o direito à cidade.

Neste ano de 2007 está fazendo dez anos que os movimentos de moradia vêm travando uma luta de forma incansável e diária por este território. São trabalhadores e trabalhadoras, crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, pessoas excluídas e discriminadas, que decidiram não mais abrir mão de seus direitos.

Assim sendo, propõem políticas públicas que visam uma cidade mais justa e democrática, através da luta por projetos de habitação de interesse social sustentáveis e pela elaboração de legislações como do Plano Diretor de São Paulo. No entanto, a prefeitura municipal de São Paulo, no processo de revitalização do centro, tem excluído a permanência da população de baixa renda no centro.

Reivindicamos da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado e do Governo Federal:

- Reforma dos prédios já desapropriados para programa de Locação Social;
- Garantia da demanda já cadastrada em 2004 pela Prefeitura;
- Compra e reforma de prédios abandonados para a população de baixa renda;
- Moradia popular como um dos usos para garantir um centro plural;
- Punição e IPTU progressivo para os especuladores que deixam seus imóveis abandonados;
- Garantia das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) para moradia popular no centro;
- Garantia das ZEIS nas áreas da Operação Urbana.

Fórum dos Cortiços e Sem Teto – UMM

Moradores do Edifício São Vito

MMC - Movimento de Moradia do Centro / Associação Futuro Melhor - UMM

MMRC - Movimento de Moradia da Região Central - FLM

MSTC - Movimento dos Sem Teto do Centro - FLM

ULC - Unificação das Lutas de Cortiços - UMM

Apoio; Associação de Apoio Mútuo; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos;

Fórum Centro Vivo; Instituto Pólis.

São Paulo, maio de 2007

Fonte: Campanha por Moradia Popular no Centro da Cidade de São Paulo

Moradia Popular

(Tue, May 22 2007) Disponível em: <http://www.hic-net.org/news.asp?PID=310>